

O
MOVIMENTO
DOS
CAPITÃES
E O 25 DE ABRIL

MORÆS
editores

229 DIAS
PARA
DERRUBAR
O
FASCISMO

Avelino Rodrigues
Cesário Borga
Mário Cardoso

946.9
cc 1973/1974
R00

O MOVIMENTO DOS CAPITÃES
E O 25 DE ABRIL

229 DIAS PARA DERRUBAR O FASCISMO

<https://www.cd25a.uc.pt/pt>

Copyright © by Avelino Rodrigues, Cesário Borga e Mário
Cardoso

Copyright © by Moraes editores, Lisboa, 1974 — para a
língua portuguesa

Capa de Moreira Rijo

Fotografias de Rui Pacheco e Gustavo Coelho

Moraes editores

Rua do Século, 34, 2.º — Lisboa-2 — Portugal

1.ª edição : Novembro, 1974

2.ª edição : Janeiro, 1975

3.ª edição : Fevereiro, 1975

Avelino Rodrigues / Cesário Borga / Mário Cardoso

O MOVIMENTO DOS CAPITÃES E O 25 DE ABRIL

229 DIAS PARA DERRUBAR O FASCISMO



N: 9304

MORÆS
editores

INTRODUÇÃO

Para o Povo português, o 25 de Abril é já um marco histórico, uma data que consubstancia num único e muito grande suspiro de alívio todos os muitos e longos anos de sofrimento, de repressão, de silêncio, de luta também pela conquista dos direitos inerentes à vivência dos povos. Para as colónias portuguesas, também este dia é o início da última e decisiva etapa da liberdade.

Porém, o 25 de Abril é igualmente o dia grande em que as Forças Armadas portuguesas readquiriram por direito e esforço próprio a dignidade, a isenção e também o verdadeiro papel que lhes cabe: zelar pela manutenção e defesa dos direitos do Povo, e ao seu serviço. Envergonhado de si próprio e dos caminhos a que o fascismo e o colonialismo o tinham conduzido, o Exército português redimiou-se.

Se não feito pelo Povo, no Povo teve o golpe dos «capitães» o melhor e mais eficaz apoio. Se libertar a mordaga era o mais difícil, logo que ela se soltou surgiu a verdade dos homens livres,

rompeu a força pela força contida. Apenas porque era o próprio Povo em armas que naquela manhã empunhava as armas e as flores. Apenas porque os jovens oficiais e sargentos, os soldados, eram o próprio Povo cansado de guerras criminosas, de dificuldades de dia para dia aumentadas.

O Movimento das Forças Armadas nasceu no seio de uma juventude castigada pela guerra, por comissões de serviço em África que, se algo de positivo tiveram, foi precisamente o terem-na levado a tomar consciência das razões obscuras que a fizeram pegar em armas e, assim, renegá-las.

O MFA foi a flor de uma semente lançada à terra em África. A semente que na Metrópole tomou corpo na forma de um tronco forte e sadio, jovem mas bem firme: o «Movimento dos Capitães».

Ao largo número de capitães que logo de início o lançaram, ficou o «Movimento» a dever o nome. Mas também majores, tenentes e alferes — e, mais tarde, alguns oficiais superiores — dele faziam parte, deram-lhe corpo e lutaram contra as altas hierarquias anquilosadas, vendidas a um Governo que das benesses aos generais fazia o uso suficiente para manter a máquina da guerra em funcionamento.

Lutando desde a primeira hora com a desconfiança dos chefes, o «Movimento dos Capitães» teve a seu cargo a tarefa mais arriscada de todo o processo de democratização do País. Tarefa

ingrata, de que os jovens oficiais se desempenharam brilhantemente. E, sobretudo, inteligentemente. Ao seu espírito jovem, desinibido, «desenrascado», ficou o «Movimento dos Capitães» a dever grande parte do seu êxito. À forma peculiar, «à tropa», como a juventude militar foi ultrapassando os obstáculos e aproveitando da melhor forma os podres e contradições do regime fascista se ficou a dever o 25 de Abril.

Sem a juventude, o espírito de unidade e camaradagem, e também sem as «rapaziadas» surgidas aqui e ali, o «Movimento dos Capitães» teria morrido no parto, vergado pela burocracia e pelas palavras de ameaça dos generais. Sem o verdadeiro ideal democrático que existia bem forte nos mais entusiastas, o «Movimento» teria parado na primeira vitória — que assim mais não seria que a derrota.

Isto, é preciso que se diga. Que se saiba. A democratização de Portugal, a agonia do fascismo, não surgiu na madrugada de 25 de Abril. Para chegarem ao dia da vitória, muitas e muitas horas amargas de luta sofreram os jovens militares. São essas horas, é essa luta que os portugueses precisam de conhecer. Para que melhor ainda, se possível, apreciem o abraço apertado e fraterno com que acolheram nas ruas os soldados que lhes traziam a liberdade.

São essas horas, é essa luta, que aqui ficam quase dia a dia, desde a sua primeira tomada de

posição (contra os colonialistas do «Congresso dos Combatentes») e sobretudo desde a primeira reunião clandestina de Évora, até à elaboração do plano operacional e à vitória do 25 de Abril.

Os autores deste livro, jornalistas trabalhando em espírito de equipa que diariamente procuram aperfeiçoar, desde o início vinham acompanhando o «Movimento dos Capitães», convencidos de este representar um facto político que punha em causa a guerra colonial e as bases de apoio do regime fascista. Convencidos de que a conspiração dos «capitães», fosse qual fosse o seu desfecho, era desde o começo uma flecha apontada ao coração do regime. Vibrando com os factos em progressão e coligindo elementos preciosos que tornaram possível este livro. Desejamo-lo esclarecedor e útil para o Povo português.

Mesmo com as lacunas inevitáveis, os portugueses poderão agora fazer ideia do que foi a longa preparação do 25 de Abril, da evolução do processo, das alianças e circunstâncias políticas que o acompanharam, das suas raízes próximas e longínquas, da sua articulação com as lutas democráticas e com os movimentos antifascistas, particularmente desde o general Humberto Delgado, que deram corpo e sentido nacional à revolta dos «capitães».

Falamos de lacunas no nosso trabalho. Honestamente o dizemos. Há factos ainda desconhecidos, hiatos ainda por preencher, e também alguns

aspectos importantes que, por enquanto, não temos o direito de revelar. Porque este livro não é o «livro branco» do «Movimento dos Capitães» nem do MFA. É um trabalho de carácter jornalístico feito por jornalistas que empenham a sua consciência da objectividade dos factos e também a consciência da oportunidade política da sua publicação. Desde já ressalvamos as eventuais inexactidões de informação, sempre possíveis num trabalho desta natureza.

Dedicamos este trabalho ao Povo português e, especialmente, aos lutadores que tudo deram ou tudo arriscaram para que em Portugal a liberdade deixasse de ser uma palavra proibida. Não o dedicamos ao «Movimento dos Capitães» nem ao Movimento das Forças Armadas, porque sabemos que o principal título de glória dos homens do 25 de Abril é a sua dedicação ao Povo de que fazem parte, cujos anseios interpretaram e a que desejam manter-se fiéis.

CAPITULO I

O 25 DE ABRIL

**25 DE ABRIL:
DIA UM DE UMA ERA NOVA**

Dezassete horas e quarenta e cinco minutos bastaram para abater um regime que oprimiu e durou (porque oprimiu enquanto durou) 47 anos, 10 meses, 24 dias e algumas horas. Pequenos contratempos surgidos no início das operações impediram que a queda fosse ainda mais fulminante.

São profundas as causas desta queda desamparada. A certidão de óbito não registaria o falecimento abrupto de um corpo cheio de vida, mas o fim lento de um Estado apodrecido pela corrupção e incapacidade dos seus mentores.

As três firmes colunas que o sustentavam no período triunfalista, Capital, Igreja Católica e Exército, transformaram-se com os tempos. Passaram de aliados firmes a amigos inseguros. O capital porque queria governantes que lhe abrissem o caminho a uma exploração mais subtil, melhor orquestrada; na Igreja, as ordens da maioria dos bispos, comprometidos com o fascismo, já não

eram acatadas em muitos sectores católicos conscientes da política imoral do regime, enquanto pelo menos dois prelados (D. António Ferreira Gomes e D. Manuel Vieira Pinto) tomavam posições hostis ao Governo; no Exército, os jovens oficiais descobriam em África que a guerra colonial era contrária aos interesses do Povo e deixavam de ter consideração pela grande maioria dos generais escolhidos pelo regime.

O cerco era completo. Desprezado pela comunidade internacional, acossado internamente pelo combate das forças democráticas, finalmente desacreditado no seio da massa menos politizada que sofria as agruras da vida cara, o regime encontrava-se sem defensores válidos, apodrecido e preparado para ceder ao encontrão final.

Os homens que o derrubaram estavam altamente moralizados e possuíam o comando efectivo das tropas. Eles recolheram em apoios todo o descontentamento acumulado ao longo das últimas décadas do fascismo. E, quando saíram para a rua, dispostos a restaurar a liberdade, encontraram pela frente uma resistência sem vontade para combater, desorganizada, desprezada pelo Povo e, finalmente, desorientada e cercada.

O diálogo que se segue, travado, ao princípio da tarde do dia 25, entre o general Luz Cunha, então Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, e o brigadeiro Reis, na altura a comandar um destacamento de Cavalaria fiel ao Governo,

instalado no Largo de Camões, dá ideia da desorientação existente nas fileiras governamentais:

GEN. LUZ CUNHA — Que meios pensa que nós poderíamos pôr à sua disposição para prosseguir a operação?

BRIG. REIS — Não vejo possibilidade, porque está tudo atravancado. Consegui limpar aqui o largo, mas há muita população metida no meio que não nos hostiliza porque julga que estamos do outro lado. De forma que eu não vejo maneira, a não ser com meios aéreos que possam limpar um bocado aquilo. A infiltração não me parece viável.

GEN. LUZ CUNHA — Meios aéreos não acredito que tenham qualquer possibilidade de fazer acção aí.

BRIG. REIS — Bem, eu tenho aqui os blindados que o meu general sabe, e só estou aqui neste bocadinho. Logo aqui à saída do Chiado o trânsito está tapado. Eu não posso sair daqui do Largo Camões, a não ser que force, mas acontece possivelmente o que aconteceu lá em baixo¹.

GEN. LUZ CUNHA — *Então o que é que se há-de fazer?*

¹ O brigadeiro Reis referia-se ao encontro verificado no Terreiro do Paço, entre as forças da Escola Prática de

BRIG. REIS — *Não sei. Não vejo solução.* Talvez aguardar. Talvez haja uma dificuldade de reabastecimentos, ou qualquer coisa que possa resolver o problema. Mas não sei, não vejo polficia nenhuma. Não sei a situação das outras Unidades, só sei a situação desta fracção que tenho aqui comigo. Não tenho ligações, de maneira que é difficil estar a gizar qualquer plano.

As escassas forças ainda fiéis ao Governo resvalavam para a derrota. Os generais não sabiam o que fazer, os ministros encontravam-se ou presos ou cercados. Em todo o País os escassos movimentos esboçados com o objectivo de ensaiar um contra-ataque foram neutralizados.

Cavalaria e as de Cavalaria 7, que ele comandava. Quando o brigadeiro tentava obrigar as suas tropas a disparar, estas recusaram-se, e pelo menos metade do efectivo virou as torres de tiro e veio colocar-se à disposição do comandante da força da E. P. C., capitão Maia.

O PROGRAMA FAZ A ORIGINALIDADE DA REVOLUÇÃO

A preparação remota do golpe iniciou-se em 1 de Dezembro. Duas tarefas importantes e complementares ficaram distribuídas: a planificação militar, fundamental à obtenção da vitória, e a redacção de um programa político mínimo, essencial à consolidação da democracia.

Da primeira tarefa ficou encarregado o major Otelo Saraiva de Carvalho, da segunda o major Melo Antunes, membro da Comissão Política presidida pelo coronel Vasco Gonçalves (primeiro-ministro do segundo e terceiro Governo Provisório).

O major Melo Antunes, ao redigir o Programa, demonstrou, perante os seus camaradas, possuir um talento político pouco comum nas fileiras do Exército, temperado nos combates políticos da Oposição Democrática, de que fora candidato em 1969.

O texto-base do Programa, intitulado «O Movimento, as Forças Armadas e a Nação», foi aprovado em 5 de Março.

A partir desta data inicia-se um vaivém de cópias para os generais Costa Gomes e Spínola, os quais iam propondo alterações, depois discutidas pela Comissão Coordenadora do Movimento.

Só nos últimos dias se consegue uma plataforma

de entendimento. Depois do início das operações, a Junta de Salvação Nacional introduz ainda uma última e importante alteração no programa. A modificação refere-se ao Ultramar, que parece ter sido um dos pontos mais controversos. O jornal «República» publicou, no dia 26 de Abril, uma versão — seguramente obtida antes de ter eclodido a insurreição armada — que não era ainda a versão definitiva. Vejamos o ponto 8 das duas versões, precisamente onde as diferenças se manifestam:

A) *Texto publicado no jornal «República»:*

8 — A política ultramarina do Governo Provisório, tendo em atenção que a sua definição competirá à Nação, orientar-se-á pelos seguintes princípios:

a) reconhecimento de que a solução das guerras no ultramar é política e não militar;

b) criação de condições para um debate, franco e aberto, a nível

B) *Texto oficial publicado no «Diário do Governo»:*

8 — A política ultramarina do Governo Provisório, tendo em atenção que a sua definição competirá à Nação, orientar-se-á pelos seguintes princípios:

a) reconhecimento de que a solução das guerras no ultramar é política e não militar;

b) criação de condições para um debate, franco e aberto, a nível

nacional, do problema ultramarino;

c) claro reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação e adopção acelerada de medidas tendentes à autonomia administrativa e política dos territórios ultramarinos, com efectiva e larga participação das populações autóctones;

d) lançamento dos fundamentos de uma política ultramarina que conduza à paz.

nacional, do problema ultramarino;

c) lançamento dos fundamentos de uma política ultramarina que conduza à paz.

Houve, portanto, uma alínea, a c), existente no texto publicado no jornal «República», que foi suprimida na versão definitiva.

A existência de um programa político mínimo e o facto da insurreição ter sido desencadeada por jovens oficiais fez da revolução portuguesa uma das mais originais do Mundo.

Quase sempre os golpes militares se fazem para derrubar regimes progressistas, tendo sido o contrário o que aconteceu em Portugal. Por outro

lado, os militares mostram-se habitualmente incapazes de criar orientações claras que sirvam de guia à consolidação dos princípios que dizem defender. Habitualmente, esses militares agarram-se a uma frase estafada: «entregar o poder aos civis no mais curto espaço de tempo.» Os golpes perpetrados por militares reaccionários, como o de 28 de Maio de 1926, nem isso. Mas é natural que um levantamento militar levado a cabo para colocar no poder forças progressistas seja efectuado por oficiais esclarecidos, e que um golpe reaccionário seja conduzido por generais politicamente analfabetos. Em Portugal, o espectáculo da incapacidade política desse género de generais foi dado quando da vassalagem a Marcelo Caetano, verificada em 14 de Março de 1974.

O 25 DE ABRIL PRONTO TRÊS DIAS ANTES

As tropas do Movimento estavam preparadas para a acção a partir do dia 22 de Abril. A decisão foi tomada pelos delegados das diferentes regiões em reunião efectuada em Lisboa no dia 18. Ficou determinado que o golpe se daria entre 22 e 29 de Abril.

As ordens de operações começaram a ser distribuídas no dia 23, às 19 horas, no Parque Eduardo VII, pelo major Otelo Saraiva de Car-



valho. O capitão Maia, da Escola Prática de Cavalaria, disse ao repórter Adelino Gomes que recebeu a ordem de operações precisamente no dia 23, às 22 e 30, tendo em seguida, «sem dar a perceber o que se passava e como se tratasse de uma informação, dito aos comandantes de Esquadrão (quase todos milicianos) que era necessário termos as viaturas atestadas e municadas, enfim, preparando tudo para podermos sair.» Oficiais de Viseu disseram-nos que receberam a ordem de operações no dia 24, às 16 horas, tendo eles ficado encarregados dos contactos com as tropas aquarteladas na Guarda. Isto significa que as equipas do major Saraiva de Carvalho funcionaram com eficiência.

O plano de operações tinha 24 páginas dactilografadas e estava na posse do major Otelo Saraiva de Carvalho. Os estafetas distribuíam pelas Unidades os seguintes documentos: ordem de operações correspondente à missão de cada Unidade e o anexo de transmissões, documentos levados por dois mensageiros que seguiam trajectos diferentes; uma «confirmação do início das operações», igual para todos. Estes documentos eram transportados envolvidos em exemplares do jornal «Época», que funcionava como senha junto dos destinatários dos documentos.

A «confirmação do início das operações», documento policopiado em papel verde, era do seguinte teor:

CONFIRMAÇÃO DO INÍCIO DAS OPERAÇÕES

- 1 — A confirmação do início das operações é determinada por qualquer dos seguintes sinais indicados nos parágrafos 2 e 3.
- 2 — As vinte e duas horas e cinquenta e cinco minutos (22H55) do dia 24 ABR 74 será transmitida pelos «Emissores Associados de Lisboa» uma frase indicando que faltam cinco minutos para as vinte e três horas (23H00) e anunciando o disco de PAULO DE CARVALHO, «E depois do Adeus».
- 3 — Entre as zero horas (00H00) e a uma hora (01H00) do dia 25 ABR 74, através do programa da Rádio Renascença, será transmitida a seguinte sequência:
 - a) Leitura da estrofe do poema: «Grândola Vila Morena».

Grândola Vila Morena
Terra da fraternidade
O povo é quem mais ordena
Dentro de ti, ó cidade.
 - b) Transmissão da canção do mesmo nome interpretada por José Afonso.
- 4 — Qualquer um dos sinais referidos nos parágrafos 2 e 3, aquele que for ouvido primeiro, confirma totalmente, por si só, o início

das operações, que a partir de então se tornam *irreversíveis para todas as Unidades.*

- 5 — TODAS AS UNIDADES devem munir-se de rádios que permitam manter uma escuta perfeita das emissões de Lisboa do Rádio Clube Português a partir da uma hora (01H00) do dia 25 ABR 74, embora não se prevejam comunicações antes da hora H.
- 6 — Se porventura houver alguma Unidade que não tenha conseguido receber qualquer dos sinais referidos nos parágrafos 2 e 3, deverá escutar a emissão de Lisboa do Rádio Clube Português a partir da uma hora (01H00) do dia 25 ABR 74, até às quatro e trinta minutos (04H30) do mesmo dia, no mínimo.

Grupo Data-Hora: 25 03H00 ABR 74

Senha contra-senha: CORAGEM - PELA VITÓRIA

SECRET O

Folha 1 de uma folha

O general Spínola foi avisado do dia e hora exactos em que começariam as operações. O major Otelo encontrou-se no dia 24, cerca das 21 horas, com o capitão António Ramos, contacto habitual entre Otelo Saraiva de Carvalho e Spínola, que este tinha infiltrado na redacção do «Jornal do Comércio» alguns meses antes. Saraiva de Carvalho entregou-lhe a versão última do Programa, o protocolo de compromisso entre o Movimento

das Forças Armadas e a Junta de Salvação Nacional, bem como a informação da hora H: três horas da manhã do dia 25.

MALTA, VAMOS A ISTO!

Nos diálogos travados entre os oficiais que decidiram e praticaram a revolução, «pá» e «malta» estiveram entre as palavras mais pronunciadas. São jovens na casa dos trinta e quarenta anos, quase todos graduados em capitães e majores. As tarefas eram distribuídas de acordo com as capacidades e a importância das Unidades de cada um. A disciplina assumida voluntariamente. Uma nova forma de ser Exército num País que se renovava.

O reflexo deste espírito jovial manifestava-se nas mais pequenas coisas, desde o modo de dar ordens, à planificação das operações. Esta atitude contrapõe-se ao comportamento aparentemente prussiano de muitos chefes militares, vendidos à corrupta ordem política então reinante, essencialmente preocupados em manter as paradas limpas, os papéis em ordem e as boinas direitas. Menos prussianos, mas mais disciplinados. Mais turbulentos e sabedores do seu ofício, os capitães do Movimento conseguem vencer porque planificam bem e sabem utilizar como armas a imaginação, o humor e a linguagem.

Vejamos alguns pormenores.

O major Melo Antunes encontrava-se nos Açores em 25 de Abril. Na véspera, recebeu o seguinte telegrama, dirigido à sogra, a comunicar-lhe o dia e a hora H: «TIA AURORA SEGUE ESTADOS UNIDOS DIA 25 3 HORAS — PRIMO ANTÓNIO.» O texto fora combinado antes.

Não é por acaso que o major Otelo de Carvalho, em vez de pedir aos seus contactos que lhe lancem pela rádio um intrincado sinal, como faria um velho general, decide que a confirmação do início das operações seja feita por canções de José Afonso, justamente porque considerava a linguagem importante e queria que, à partida, se visse claramente ter sido a insurreição desencadeada por forças militares progressistas. Otelo de Carvalho marcou encontro no Apolo 70 com o locutor João Paulo Dinis, com quem mantivera amizade na Guiné. Diz-lhe claramente que está preparando um golpe para acabar de vez com a situação política reinante e pede a João Paulo Dinis que, às 23 horas do dia 24 de Abril, transmita nos Emissores Associados, estação onde o locutor então trabalhava, uma canção de José Afonso. João Paulo Dinis diz-lhe que isso seria muito notado, porque nos Emissores Associados não se costumava transmitir canções de José Afonso. Então, o futuro comandante-adjunto do COPCON diz-lhe que ponha no ar uma banalidade qualquer. Assenta-se no «E depois do adeus», de Paulo de Carvalho.

Para transmitir a canção das 0 e 30, chegou a estar previsto o Rádio Clube Português. Dificuldades de contactos obrigaram a optar pela Rádio Renascença. O locutor Leite de Vasconcelos, contactado pelo jornalista Álvaro Guerra, concorda em transmitir «Grândola, vila morena», no programa «Limite».

Inicialmente, Otelo de Carvalho hesitou entre três canções: «Venham mais cinco», «Traz um amigo também» e «Grândola». As duas primeiras constituiriam uma chamada a todos os camaradas de armas, mas «Grândola» termina por vencer devido à frase: «O povo é quem mais ordena», princípio fundamental a proclamar logo nos primeiros momentos.

O PLANO

Consumar o golpe em Lisboa significava ter na mão a quase totalidade do País e desmoralizar os focos de resistência que ainda restassem. Assim, é natural que a planificação das operações tivesse em grande conta a capital, onde se encontram algumas das mais importantes Unidades militares e estava instalado o Governo e as sedes das forças repressivas.

Para efeitos operacionais, o País foi dividido em três sectores: Norte, Centro e Sul, além de Lisboa.

O Porto tinha autonomia para agir com as Unidades da Região Militar. Dentro desta cidade actuariam o CICA 1 e Cavalaria 6, unidades encarregadas da tomada de objectivos estratégicos. Todas as Unidades daquela Região Militar deveriam convergir para a cidade, incluindo Lamego, que chegou a estar indigitada para marchar em direcção a Lisboa. Só Braga viria a ficar quieta.

A planificação das operações em Lisboa compreendia três aspectos: a actuação na cidade, que englobava a coordenação das Unidades dominadas pelo Movimento e a desactivação das que se previa constituírem focos de oposição; o reforço da acção das Unidades amigas por outras aquarteladas fora de Lisboa e, finalmente, a defesa de Lisboa à distância, acautelando um possível envolvimento por forças fiéis ao Governo.

Entre Lisboa e as localidades onde se encontravam aquarteladas as tropas do Movimento existiam regimentos em princípio hostis que podiam receber e cumprir ordens do Governo para avançarem sobre Lisboa com o objectivo de evitarem o estrangulamento militar da cidade. Era o caso dos Regimentos de Infantaria 7 e Artilharia Ligeira 4 de Leiria, Grupo de Artilharia Contra-Aeronaves 2 de Torres Novas, Regimento de Infantaria 15 de Tomar, e também o Regimento de Infantaria 5, das Caldas da Rainha, do qual tinham sido saneados cerca de 30 oficiais comprometidos com o levantamento de 16 de Março.

Nestes quartéis, o Movimento possuía elementos, mas não em quantidade suficiente para sublevarem as respectivas Unidades. Daí que uma coluna composta por elementos do Regimento de Infantaria 10 de Aveiro, Regimento de Infantaria 14 de Viseu, Regimento de Artilharia Pesada 3 da Figueira da Foz e Ligeira 2 de Coimbra viesse na direcção de Lisboa, mas com o objectivo de atrair para si a atenção dessas Unidades que o Governo poderia mandar seguir sobre a capital. A coluna era composta por 700 homens, 60 viaturas e 6 canhões (obuses) de 10,5. Se as Unidades fiéis ao Governo saíssem, o que não se verificou, as tropas do Movimento, contra quem elas em princípio seriam mandadas, deviam fazê-las perder tempo «em conversa de chacha», até que em Lisboa se verificasse o facto consumado. «Não haverá tiros», era a clara determinação do major Otelo Saraiva de Carvalho. «Se os convencerem a acompanhar-vos, tanto melhor.»

A coluna viria a cercar o Forte de Peniche. Aí, o objectivo era «salvaguardar a integridade física dos presos». Em Lisboa, o comando do Movimento viria a saber que as tropas já tinham cercado o Forte, através de uma mensagem da DGS, entretanto interceptada.

Os rádios das Unidades sitiadas tinham-se avariado. Os «pides» informaram as forças que não se renderiam por não terem recebido ordens superiores para isso. Por sua vez, as tropas não podiam

salvaguardar a integridade física dos presos, destruindo o Forte. Acabaram por deixar uma pequena Unidade a prolongar o cerco, dirigindo-se as restantes forças para Lisboa.

Na zona centro, houve um regimento — Cavalaria 3, de Estremoz — que partiu com três horas de atraso, devido a uma informação, mais tarde desfeita, segundo a qual o major Otelo seria agente do Governo (visto não ter sido preso em 16 de Março, apesar de ter estado comprometido no levantamento). O boato foi lançado num batalhão que se preparava em Évora para seguir para as colónias e cuja adesão se considerava segura, ao contrário do que veio a verificar-se.

Na reunião com oficiais deste batalhão, quando o boato foi lançado estava presente um elemento de Cavalaria 3, que levou para a sua Unidade as informações erradas fornecidas pelo segundo comandante do batalhão. Mas Cavalaria 3 viria ainda a desempenhar um papel importante na ocupação de Lisboa. O mesmo não aconteceria com outras duas Unidades — RAL 3 e RI 16 — que, inoperantes por falta de material, só sairiam se pudessem contar com o apoio técnico do referido batalhão, o que não aconteceu. O RAL 3 deveria tomar o emissor de S. Gabriel, que transmite em ondas curtas para o Ultramar; como a operação não se efectuou, o Ultramar ficou sem informações. Por sua vez, o RI 16 deveria apoderar-se das insta-

lações da Emissora Nacional de S. Marçal, o que também não aconteceu.

Outras Unidades executaram missões aparentemente de pouca importância no desenrolar dos acontecimentos, mas que seriam fundamentais se a situação se tivesse agudizado. Assim, o RI 2 de Abrantes ocupou a cidade, dado que se trata de um importante ponto estratégico; o RC 8 de Castelo Branco e o RI 12 da Guarda foram guardar a fronteira; o CICA 5 de Lagos tomou a estação retransmissora de Foia, embora bastante tarde. O atraso deveu-se ao facto do comandante da Unidade ter inicialmente dado voz de prisão aos capitães que a tentaram sublevar. Como consequência do atraso na tomada da estação, o Algarve ficou sem comunicações radiofónicas durante quase todo o dia. As pessoas só conseguiam saber o que se estava a passar através de telefonemas esporádicos para Lisboa.

O material bélico à disposição das Unidades era, em muitos casos, deficiente. Tal circunstância viria a prejudicar a actuação de muitas delas.

Como já foi referido, duas Unidades ficaram inoperantes por falta de material. O RI 14 de Viseu saiu apenas com quatro viaturas de transporte de tropas e uma ambulância, justamente porque não havia mais.

O grosso das viaturas de que a Unidade dispunha tinha sido destruído por um incêndio ocorrido em 7 de Março.

Por outras razões, algumas Unidades não saíram. Foi o caso do RI 1, de Lisboa, e do RC 4, de Santa Margarida, este desfalcado dos seus tanques, que haviam sido requisitados pelo secretário de Estado do Exército, coronel Viana de Lemos, para reforçar Cavalaria 7, de Lisboa, nos dias seguintes ao levantamento de 16 de Março.

AS PRIMEIRAS HORAS

Dados os sinais pela rádio, com o comando instalado, a partir das 22 horas, em Engenharia 1, na Pontinha, e os ministros a dormir a sono solto, as tropas encaminharam-se para os seus objectivos. As primeiras quatro horas iriam ser decisivas. Quando a actividade normal se iniciasse, o povo deveria ser informado, através das emissões do Rádio Clube Português, das intenções do Movimento. Nessa altura, os pontos nevrálgicos já deveriam estar tomados.

O major Otelo tinha previsto raptar os comandos das Unidades hostis aquarteladas em Lisboa. Assim, seria mais fácil aos oficiais do Movimento, que lá se encontravam, manobrar. Formou grupos de comandos encarregados dessas tarefas. Porém, eles não conseguiram êxito em grande parte das surtidas, e daí alguns problemas surgidos durante o dia. É por essa razão que surge um incidente no Terreiro do Paço entre as forças da

Escola Prática de Cavalaria e de Cavalaria 7, cujas consequências não foram graves, mas que permitiu a alguns ministros ensaiar uma fuga, mais tarde neutralizada. Da mesma maneira, dois destacamentos da Polícia Militar (Lanceiros 2) deveriam libertar os oficiais presos na Trafaria após o levantamento das Caldas da Rainha. As duas formações avançariam até à Ponte sobre o Tejo; uma ficaria na Ponte, a outra iria buscar os presos, para que as forças fiéis ao Governo os não transformassem em reféns. Esta operação, que não era decisiva, mas importante, não foi concretizada, porque os comandos não conseguiram prender o major segundo comandante da Unidade, apesar dos esforços que desenvolveram.

As primeiras horas da madrugada, os meios de comunicação mais influentes são ocupados. Às três horas, é tomado o Rádio Clube Português, a Emissora Nacional, a Radiotelevisão Portuguesa, a Rádio Marconi. Igualmente outros pontos vitais são ocupados por forças do Movimento, que dispõe, a partir desta hora, de meios importantes de comunicação com o povo.

O major Oteló de Carvalho manda uma força do Batalhão de Caçadores 5 (trinta homens) montar guarda à casa do general Spínola. Antes da chegada dessa força, a casa esteve guardada por oficiais da confiança do general. Esses oficiais encontravam-se de vigília num prédio em frente

que, na altura, estava em obras, pelo que puderam entrar e permanecer sem serem vistos.

As quatro e vinte, o Rádio Clube Português transmite o primeiro comunicado. Trata-se ainda de um texto pouco claro, feito com o objectivo de recomendar calma, aconselhando o povo de Lisboa a não sair de casa. Às 7 e 30, hora em que o grosso das pessoas começa a dirigir-se para o trabalho, o Movimento faz a sua primeira declaração de intenções:

«Conforme tem sido difundido, dizia o comunicado, as Forças Armadas desencadearam na madrugada de hoje uma série de acções com vista à libertação do País do regime que há longo tempo o domina. Nos seus comunicados, as Forças Armadas têm apelado para a não intervenção das forças policiais, com o objectivo de se evitar derramamento de sangue. Embora esse desejo se mantenha firme, não se hesitará em responder, decidida e implacavelmente, a qualquer oposição que venha a manifestar-se. Consciente de que interpreta os verdadeiros sentimentos da Nação, o Movimento das Forças Armadas prosseguirá na sua acção libertadora e pede à população que recolha às suas residências. Viva Portugal!»

O povo não precisava de mais para compreender e veio para a rua combater o seu combate, apoiar os madrugadores.

ACENDE-SE O VULCÃO POPULAR

De ouvido na rádio, ou correndo na cidade a acompanhar e vitoriar as tropas, o povo, em Lisboa, mostrou bem cedo de que lado estava.

A primeira grande manifestação de apoio às tropas do Movimento organiza-se espontaneamente quando os tanques da EPC se deslocam do Terreiro do Paço para o Largo do Carmo.

As tropas da Escola Prática de Cavalaria tinham penetrado na cidade pela auto-estrada do Norte, atravessaram Lisboa e passaram pela Avenida da Liberdade, já engalanadas com flores apanhadas nas sebes da auto-estrada. Chegaram ao Terreiro do Paço às seis da manhã. Pouco depois, aparece uma coluna de Cavalaria 7, comandada pelo tenente-coronel Ferrand de Almeida, encarregada de reprimir os revoltosos, mas que, sem mais aquelas, se passa para o lado deles. Só o comandante não se entrega, o que obriga os oficiais do Movimento a metê-lo dentro de um «Chaimite» que permanecia encostado à estátua de D. José.

Entretanto, o ministro do Exército e o secretário de Estado, o ministro da Defesa e o almirante Tenreiro encontravam-se no Ministério do Exército completamente cercados. Porém, enquanto o comandante das forças da EPC aguardava a chegada de um oficial superior para os prender, eles foram fazendo um buraco na parede que dá para

o Ministério da Marinha, tendo conseguido fugir cerca das 10 horas.

Uma hora antes da fuga, chega uma coluna de «jeeps» da GNR, que é neutralizada na Rua da Madalena e encaminhada para o Campo das Cebo-las. Logo a seguir surge nova coluna de Cava-laria 7, desta vez comandada pelo brigadeiro Reis. A coluna instalou-se na Rua da Ribeira das Naus, a 100 metros dos efectivos do Movimento. O capi-tão Maia manda o tenente Correia de Assunção parlamentar com o brigadeiro Reis. Quando se aproxima da força adversa, o brigadeiro Reis apa-rece a gritar para que se rendam. Dá voz de prisão ao tenente e manda, sempre a gritar, disparar as peças. A ordem não é cumprida. Os ânimos do brigadeiro acalmam e, um pouco mais tarde, há novas negociações com o brigadeiro Reis e o major Anselmo. Novamente se excitam os ânimos e os carros avançam, para pararem um pouco mais à frente. Recomeçam as conversações. Os carros voltam às posições iniciais. O major Anselmo rende-se. Metade da coluna passa-se para o Movi-mento. O brigadeiro Reis regressa ao quartel, mas, horas depois, ainda há-de tentar cercar, em con-junto com a GNR, forças da EPC instaladas no Carmo.

O Terreiro do Paço fica ocupado por forças da Marinha, enquanto a fragata «Gago Coutinho», que esteve fundeada frente ao Cais das Colunas — protagonista de um episódio a que nos referi-

remos mais adiante — regressa à base do Alfeite.

As forças da Escola Prática de Cavalaria desdobram-se. Uma parte segue para a Penha de França, com o objectivo de tomar o quartel-general da Legião, ali instalado; a outra vai cercar o quartel do Carmo, onde se encontram refugiados Marcelo Caetano e os ministros Moreira Baptista e Rui Patrício.

É precisamente durante o percurso Praça do Comércio-Largo do Carmo que uma multidão de cerca de três mil pessoas vitoria os militares, fazendo subir o moral das tropas, segundo declarações do seu comandante, «de cem para mil e tantos por cento». A ajuda prestada às tropas pelos populares foi, neste caso, muito importante.

A operação de cerco do quartel da GNR não estava inicialmente distribuída às forças da EPC, mas a Infantaria 1, que não chegou a sair na hora prevista. Nesta emergência, foram os populares que indicaram o caminho ao capitão Maia, bem como alguns locais bem situados em relação ao quartel.

GOVERNO: QUE FAZER?

Dado o avanço das forças do Movimento, tem-se a sensação de que o problema do Carmo demorou muito tempo a resolver. De facto, misturaram-se ali, mais que em qualquer outro local, questões

políticas e militares cuja solução nem sempre foi fácil de concretizar.

Marcelo Caetano refugiou-se no quartel do Carmo depois de ter tentado seguir para as importantes instalações da Força Aérea em Monsanto. Na verdade, Marcelo chegou a requisitar um destacamento de pára-quedistas de Tancos para proteger todo o governo em Monsanto, tal como fizera em 16 de Março. Só que aqueles se recusaram — justamente porque estavam comprometidos com o Movimento e, no plano de operações, a sua Unidade não devia sair.

O brigadeiro (e então major) Saraiva de Carvalho, cérebro do plano operacional, ainda hoje se lamenta de não ter sido possível introduzir nesse momento uma alteração à missão dos pára-quedistas, que poderiam ter aprisionado em Monsanto, logo de madrugada, todo o governo de Marcelo e, possivelmente, também o almirante Tomás.

Só nesta altura é que Marcelo põe em execução o seu plano de emergência e decide refugiar-se no quartel do Carmo. Mais tarde, ordenou directamente à fragata «Gago Coutinho» — que deixara, poucos momentos antes, a Esquadra da NATO, onde estava integrada — que bombardeasse o Terreiro do Paço. O major Otelo de Carvalho interceptou a ordem e telefonou ao comandante Conreiras, das comunicações da Marinha, dizendo-lhe que, caso a fragata abrisse fogo, seria afundada

pelas peças de artilharia instaladas junto ao Monumento a Cristo-Rei. A fragata não disparou.

Marcelo e os seus dois ministros poderiam não ter chegado ao Carmo, se Infantaria I tivesse saído. Otelio de Carvalho soube que, quando do levantamento das Caldas da Rainha, em 16 de Março, Marcelo Caetano, que se refugiara em Monsanto, mandara reservar no Carmo três quartos. Daí ter previsto o cerco do quartel do Carmo, logo às primeiras horas da manhã, por Infantaria I.

Em princípio, o refúgio escolhido era Monsanto, como de resto foi tentado. Daí que oficiais da Escola Prática de Artilharia tivessem sido encarregados de apontar as suas peças para a base de Monsanto, a partir do Cristo-Rei. Dias antes, esses oficiais foram, como exemplares turistas, munidos de binóculos e bússolas, elaborar a carta de tiro, de maneira a que, em caso de necessidade, as peças não errassem a sala subterrânea de operações onde o Governo já se havia escondido em 16 de Março. Os estrategas do Movimento admitiram ainda que Marcelo executasse uma antiga ideia de Salazar, que consistia em mudar o Governo para Ponta Delgada, em caso de emergência, e aí aguardar a intervenção de uma potência estrangeira. Mas em Ponta Delgada estava o cap. Vasco Lourenço (nessa noite oficial de dia no Quartel-General, transferido compulsivamente na véspera do levantamento das Caldas) e o major Melo Antunes, ambos da comissão coordenadora do Movimento, os quais tinham

planeado uma «recepção condigna» aos governantes.

Acreditava-se que as forças empregues para cercar o quartel do Carmo seriam suficientes para que os sitiados se entregassem rapidamente. Porém, ao roncar dos tanques e ao ultimato do capitão Maia, as forças que guardavam Marcelo respondiam com o silêncio. Não sem vantagem para elas, porque as forças da EPC acabaram por ser cercadas por um destacamento de Cavalaria 7 e GNR, embora parecesse evidente que seria praticamente impossível a essas forças desalojarem os homens da EPC.

Neste meio tempo, o major Otelo de Carvalho telefona para o quartel do Carmo tentando persuadir os oficiais a renderem-se e a entregarem Marcelo e os ministros que sabia estarem lá. Fala com o coronel Ângelo Ferrari, chefe do Estado-Maior da GNR, que lhe diz desconhecer a presença de membros do Governo no quartel*. Otelo desliga

* Não deixa de ser curioso o diálogo telefónico travado entre Saraiva de Carvalho e o coronel Ferrari. Este negou sempre que os ministros lá estivessem. E dizia: «Olhe que não, camarada, olhe que não. Eu vou mandar ver, mas olhe que não estão cá...» Até que, finalmente, o major Otelo, farto da conversa do «camarada», lhe disse: «O quartel está cercado, e terão que entregar os ministros. E se até aqui éramos camaradas, agora deixámos de o ser!» E desligou.

quase imediatamente, para evitar uma possível localização do seu quartel-general.

Cavalaria 3, que protegia a ponte sobre o Tejo, é então destacada para o local e cerca por sua vez os destacamentos de Cavalaria 7 e GNR que tentavam avançar sobre a Escola Prática de Cavalaria. A chegada dos blindados de Cavalaria 3 rouba às forças fiéis ao Governo a sua última posição importante. A GNR rende-se e Cavalaria 7 retira. Finalmente, depois de rajadas de aviso, as portas do quartel do Carmo abrem-se. A rendição era um facto.

Durante as horas que o cerco demorou, uma série de peripécias e contactos são efectuados com o sentido de obterem a rendição de Marcelo. Esses contactos terminam com a chegada do general Spínola ao quartel, para receber o «Poder» das mãos de Marcelo, embora o ex-Presidente do Conselho já não governasse.

Quando Marcelo e os seus dois cães-de-fila, Rui Patrício e Moreira Baptista, se encontravam completamente isolados no interior do edifício, outro homem, elemento de segunda do Governo deposto, Pedro Pinto, secretário de Estado da Informação e Turismo, que se encontrava no Grémio Literário, situado na Rua Ivens, decide telefonar para o Carmo. Descobre com surpresa que o telefone não estava cortado e fala com Rui Patrício. Pergunta-lhe se o Governo estaria disposto a encetar negociações, porque, em caso afirmativo, ele tentaria

contactos com o general Spínola, a quem mandara uma carta logo de manhã.

O diálogo travado pelos dois desempregados assemelha-se muito a uma farsa representada por dois cúmplices que, nos últimos momentos, se agarram a fantasmas.

Rui Patrício responde que «é preciso fazer todos os possíveis para resolver a situação e que o Governo está aberto a quaisquer propostas nesse sentido».

De facto, o Governo já não governava. E não deixa de ser caricato que um Governo que sempre se negou ao diálogo com os seus opositores, externos e internos, se apresente agora disposto a negociar um poder que já não lhe pertence.

Para Marcelo, tratava-se de uma transferência de poderes para um homem que, apesar de tudo, lhe merecia confiança; para o Movimento, de certo modo apanhado de surpresa, foi uma maneira prática de apressar a rendição — processo que mais tarde alguns dos seus oficiais mais influentes lamentariam.

Pedro Pinto encarrega então Feitor Pinto e o seu secretário, Nuno Távora, de irem a casa do general Spínola levar o recado, o qual falou para a Pontinha com o major Otelo Saraiva de Carvalho, para solicitar do Movimento um mandato que lhe permitisse receber a rendição do Governo. Otelo, que estava ainda demasiado ocupado com o comando das operações, perguntou rapidamente aos companheiros

presentes se concordavam. Eles disseram que sim e ele transmitiu ao general o assentimento do Movimento. Depois de atender um telefonema de Marcelo Caetano que confirmava a sua disposição de se render, Spínola farda-se e segue para o Carmo.

Pouco antes da rendição, os dois ministros que acompanhavam Marcelo estavam apavorados. O capitão Salgueiro Maia, que entrara no quartel para falar com Marcelo, declararia mais tarde que este teve um comportamento digno, «no que não foi seguido pelos outros membros do Governo», presumindo-se das restantes palavras do capitão que os ex-ministros choravam como duas Madalenas. Refira-se que um deles, Moreira Baptista, era o ministro do Interior, portanto o chefe da repressão.

UMA FORÇA IMPARÁVEL

Depois da rendição do Carmo, o fascismo já não tinha sequer símbolos vivos. Um cacho humano revestia o carro blindado que transportava Marcelo e os dois ex-ministros para o cativoiro. Os militares iniciavam mais uma marcha triunfal pelas ruas da Baixa, vitoriados pelo povo, levando consigo três troféus de caça.

A dinâmica popular que se iniciou em 25 de Abril estava em marcha. Derrubado o Governo,

presos os opressores, neutralizadas as forças de repressão, os acontecimentos passaram a ser comandados pela movimentação popular, secundada de perto pelos militares. Esta nova marcha, com o povo à frente, iniciar-se-ia em Lisboa, ao cair do dia, com o assalto à sede da PIDE/GDS.

CAÍRAM COMO COMEÇARAM:
ATIRANDO SOBRE O POVO

Se fosse atacada às primeiras horas da manhã, a PIDE/DGS teria resistido respondendo ao fogo com o fogo. Tirando esta conclusão da actuação que os elementos daquela corporação tiveram durante o levantamento das Caldas da Rainha (armados até aos dentes, à entrada de Lisboa), o brigadeiro Saraiva de Carvalho preferiu não considerar a polícia política objectivo prioritário, na convicção de que ela cairia como fruto maduro, quando a situação estivesse totalmente controlada.

Sabe-se que, por outro lado, o destino dos agentes da PIDE já estava inicialmente determinado nos planos dos «capitães»: seriam todos presos. O comportamento miserável dos «pides» contra o povo que se manifestou na Rua António Maria Cardoso — disparando a matar — reforçou esta decisão. Que viria a ser uma das que mais contribuiria para que o Povo aderisse ainda mais entu-

siasticamente, se possível, ao movimento revolucionário.

Nas principais cidades, os elementos daquela polícia só se renderam no dia 26. Por outro lado, o destino dos agentes não foi igual em todos os sítios, embora dias depois essa questão tivesse sido definitivamente aclarada. Enquanto em Lisboa todos os elementos da extinta corporação foram presos, à excepção do inspector Coelho Dias, no Porto, uma parte importante dos agentes foi largada no campo, inexplicavelmente — facto que logo foi censurado pela população.

Sabe-se que em Lisboa, cerca das 10 horas de 25, fuzileiros especiais cercaram a sede, situada na António Maria Cardoso. Um oficial da Marinha, Alpoim Calvão (um dos homens da invasão de Conakry), teria penetrado no interior do edificio e falado com Silva Pais. Após a sua saída, a força retirou-se, enquanto no interior do edificio os agentes eliminavam documentos importantes.

Cerca das 14 horas, agentes dispararam sobre estudantes que se manifestavam para exigirem o desmantelamento rápido da organização. O resultado salda-se num morto e vários feridos.

A PIDE foi também habilmente aproveitada pelos homens do Movimento, através de alguns agentes que, evidentemente, devem ter funcionado como agentes duplos. Através destes, o Movimento ia sabendo quais os oficiais mais notados, quando e porquê, e também as matrículas dos carros utili-

zados pelos agentes que os espiavam. O inspector Coelho Dias era, por seu lado, o informador do general Spínola — de quem era amigo desde a altura em que ambos frequentaram o Colégio Militar —, e daí o facto de o Movimento o ter deixado em liberdade e, mais tarde, ter sido encarregado de assegurar o serviço de passaportes nas fronteiras.

Presume-se que os agentes e inspectores que actuaram como agentes duplos terão avisado alguns dos seus amigos da iminência do golpe. Não se explica de outro modo que agentes da PIDE na Guarda tenham estado a rasgar e queimar documentos no dia 19 de Abril.

A PIDE seria, de resto, a única organização disposta a bater-se até ao fim pelo regime fascista, justamente porque só no seio dele poderia sobreviver. Por outro lado, não deixa de ser sintomático que, após a rendição, os «pides» tenham dito aos militares que estavam apenas preocupados com o seu futuro profissional, pelo que pediam apenas um emprego para continuarem a sobreviver. *

* De resto, já no começo da famigerada «Primavera política» de 1968-69, quando se acreditava na liberalização prometida por Marcelo, os «pides» trataram de propalar por Lisboa que aceitariam a mudança política, tanto mais que, «como técnicos — diziam — seriam sempre úteis a qualquer regime...» (fascista, acrescentamos nós). E já depois de estarem na prisão, queixavam-se de não os terem deixado aderir ao 25 de Abril!

Mesmo depois do regime ter caído, os agentes atiraram sobre o povo que, cerca das 20 horas, se manifestava na António Maria Cardoso, depois de ter percorrido as ruas da cidade vitoriando as Forças Armadas.

É depois de mais dois cidadãos indefesos terem caído para sempre e de 45 terem ficado gravemente feridos que as tropas cercaram o edifício. O cerco iria demorar toda a noite, apesar do general Spínola ter negociado pelo telefone com Silva Pais, cerca das 20 horas.

Um grupo de cinco jornalistas, um dos quais autor deste trabalho, ao cabo de porfiados esforços, conseguiu convencer o comandante das forças, cerca de uma da manhã, a mandar 15 homens para a sede do Sindicato dos Jornalistas, cujas janelas davam para as traseiras do edifício cercado. Como não havia chave, os jornalistas tomaram a responsabilidade de arrombar a porta. Durante a noite, um «pide» assomou a uma das janelas e um dos militares, julgando-o em atitude agressiva, apontou-lhe a arma e premiu o gatilho. Só que, inexplicavelmente, a arma não disparou. Segundos depois, a cena voltou a repetir-se e a arma do militar voltou a não disparar. Se a arma tivesse disparado, o resultado do cerco poderia ter sido bastante sangrento. É precisamente a uma das janelas traseiras que, às 8 da manhã do dia 26, um «pide» vem comunicar ao comandante da força que ocupava o Sindicato dos Jornalistas a rendição dos sitiados.

É depois desta rendição que Caxias cai e é também no dia 26 que grande parte das delegações desta tenebrosa instituição são desactivadas. A PIDE, além de acabar como começou, matando cidadãos honestos e indefesos, provou ser o bastião mais seguro de que o fascismo dispunha.

NADA A FAZER

Além das Polícias e da Legião, o regime não teve praticamente mais ninguém para fazer a sua defesa activa. A grande maioria das Unidades que o Movimento admitiu poderem vir a esboçar alguma reacção, deixaram-se ficar nos quartéis, a aguardar os acontecimentos. Quando os ministros tentam organizar a resistência em Lanceiros 2, os regimentos com quem contactam respondem-lhes que «oportunamente seguiriam», e mesmo as poucas Unidades que conseguem pôr na rua, nomeadamente Cavalaria 7 e Lanceiros 2, provam que a sua autoridade tinha chegado ao fim. Mais de metade das forças de Cavalaria 7 passaram-se para o outro lado e os esquadrões de Lanceiros 2 levavam a firme disposição de não se opor, fosse a quem fosse, terminando por aderir ao Movimento, no Terreiro do Paço, quando o ministro do Exército lhes mandou organizar a defesa do edificio.

Mas, mais significativo ainda, foi o que se passou no interior do quartel de Lanceiros 2, antes da rendição completa da Unidade. O comandante, fiel ao Governo, concordara em dar asilo aos ministros fugitivos Silva Cunha, Andrade e Silva e Pereira Crespo. Porém, informados pela rádio do que se estava a passar, os soldados, sargentos e subalternos vieram para a parada exigir a saída dos ministros. Vendo que ali não se encontravam em segurança, os membros do Governo de posto pediram um helicóptero, para os conduzir a lugar mais seguro. O helicóptero veio e levou-os de Lanceiros 2 para destino desconhecido. Outras entidades que se tinham refugiado na Unidade saíram de automóvel, mas já com certa dificuldade, porque a guarnição estava disposta a aprisioná-las.

Depois da saída dos asilados, o pessoal veio para a parada, de armas na mão, exigir a demissão do comandante e do major que o coadjuvava. Soldados armados decidiram, entretanto, sair para a rua, e só não o fizeram porque alguns oficiais conseguiram contê-los, explicando-lhes que o Movimento precisava de tropas enquadradas e não de bandos armados. À ordem dos respectivos oficiais, o pessoal formou, sendo-lhes então explicada a situação. Nesta altura, o comandante tentou falar, mas o efectivo manifestou o seu desagrado, pelo que foi aconselhado a sair da parada. Mais tarde, as tropas do Movimento entravam na Unidade.

Esta reacção é sintomática do estado de espírito das tropas, visível igualmente nas atitudes de centenas de soldados que abandonaram Unidades fiéis ao Governo e vieram, de armas na mão, colocar-se ao lado dos revoltosos.

Refira-se, finalmente, que o único militar morto no 25 de Abril, a «revolução das flores», caiu à paisana, às balas da PIDE. Pertencente a uma Unidade de Penamacor, o soldado encontrava-se de férias em Lisboa quando a tropa veio para a rua. A sua forma imediata de participar na luta foi juntar-se à multidão que avançava contra a sede da PIDE. E aí foi abatido.

O País acolheu os acontecimentos com entusiasmo, embora em muitos casos se tenha verificado, nas primeiras horas, uma certa expectativa. Militarmente, não houve problemas na província. As forças do Movimento ocuparam, nalguns casos, posições estratégicas, e as forças não-aderentes mantiveram-se nos quartéis.

Só se conhece um caso que poderia ter tido algumas consequências. Tropas aquarteladas em Beja saíram para atacar Vendas Novas, mas o dispositivo de defesa montado na vila pela Escola Prática de Artilharia fez recuar os atacantes, sem que se tenha disparado um tiro.

O PAÍS DESCOBRE A LIBERDADE

Mais uma vez Lisboa apresentou um facto consumado ao País. Que, todavia, respondeu da melhor maneira e, para muitos, de forma até surpreendente. De nada valeram as hipócritas declarações de apoio à Junta de Salvação Nacional dos servidores do velho regime, que deste modo esperavam poder aguentar-se à testa das autarquias locais e dos serviços públicos.

As forças da esquerda, que a custo se mantinham activas na clandestinidade, irrompem por todo o lado, enquadram as populações e canalizam nas direcções devidas as energias contidas por longos anos de repressão. As massas populares tomam nas suas mãos a responsabilidade de «limpar» as Câmaras, as Juntas de Freguesia, os Governos Civis. Os estudantes nas Universidades e nas escolas, os funcionários públicos nos seus serviços, tratam de suprimir sumariamente as direcções fascistas, substituindo-as por comissões administrativas, e afastam grande número de elementos corruptos.

Era um esboço de tomada do poder nas bases — que, porém, viria mais tarde a ser contrariada pelo legalismo da Junta de Salvação Nacional.

As organizações sindicais progressistas — espinho cada vez mais incómodo e doloroso que o fascismo não conseguira arrancar — galvanizam-

-se, com reflexos imediatos nas fábricas, nas oficinas, nas grandes empresas. Os sindicatos-fantoches são tomados de assalto pelos trabalhadores que há longo tempo lutavam contra as direcções fascistas.

Esquecendo opções políticas, os trabalhadores, conscientes da sua força, iniciam de imediato a luta contra a exploração desenfreada (luta que só mais tarde viria a ser condicionada pelas estratégias dos partidos). Em poucas semanas, os trabalhadores conquistam mais direitos do que todos aqueles que tinham conseguido arrancar em longas décadas de corporativismo.

O Povo português iniciava a marcha que o conduzirá, no seu todo, à descoberta e vivência da liberdade. Se é certo que a dinâmica popular, desencadeada desde logo, não atingiu em cheio as zonas recônditas do interior, não é menos verdade que a força das ideias libertadas pelo 25 de Abril vão penetrando rapidamente nas camadas populacionais distanciadas dos grandes centros.

Isto acontece à medida que vão sendo desmanteladas as velhas autarquias e neutralizados os caciques locais que, nos primeiros momentos, deram o seu contributo para que os ecos da revolução não fossem suficientemente escutados.

Não é quase nada comemorar uma revolução com uma sessão num salão de festas de colectividade, como sucedeu em alguns locais do País; mas é reconfortante verificar que as populações se vão libertando de antigas e injustas tutelas.

O Povo descobre a sua força, descobre a liberdade.

O 25 DE ABRIL CHEGOU TARDE ÀS COLÓNIAS

O 25 de Abril não teria acontecido, pelo menos em 1974, se o problema colonial se não tivesse transformado no desespero nacional. Não é por acaso que o novo regime português continua a ser julgado no plano internacional pelo seu comportamento face ao processo de descolonização. Rigorosamente, o impasse político, as frustrações e os múltiplos abalos provocados pela guerra foram mais decisivos para a queda do fascismo que a atracção pela nova sociedade democrática.

A descoberta por parte dos jovens oficiais que fizeram o 25 de Abril de que continuar a conduzir os seus homens para o combate contra os nacionalistas africanos significava defender um governo desacreditado, os interesses de meia dúzia, o domínio dos colonos contra as maiorias africanas, levou-os a voltar armas contra os que mandavam morrer sem motivo.

Se os negros e brancos progressistas, comprometidos com os movimentos de libertação, se regozijaram com a revolução, a grande maioria da população branca das colónias ficou inquieta. Para ela teria sido mais tranquilizante a intensificação dos combates na selva, apesar do crescente número

de mortos e feridos. Bem sabiam que, a ser de outro modo, se desvaneceriam privilégios e domínios.

— *Nada tenho contra a PIDE*, disse-nos um colono angolano meses depois do 25 de Abril, *nunca me fez mal, nem a mim nem a qualquer outra pessoa que eu conheça.*

A PIDE em Angola, como em Moçambique, não estava orientada para reprimir os brancos, mas para torturar e matar os negros.

Outros brancos, em Moçambique, disseram-nos que não estavam preparados para esta mudança brusca, retratando em seguida o medo de que estavam possuídos, através da descrição de inverosímeis e hipotéticos acontecimentos, que teriam sido desencadeados por sanguinários frelimistas. Tudo isto, depois de o governo de Caetano ter sido deposto.

— *Afinal, o 25 de Abril foi feito por meia dúzia de capitães cobardes*, escutámos a um branco exaltado numa livraria de Lourenço Marques, acrescentando a seguir que tinha muito prazer *«em ser reaccionário»*.

— *Não estávamos preparados para esta mudança. Foi muito repentina*, disse-nos um comerciante branco radicado em Nampula.

É difícil aos colonos brancos aceitar que em

breve vão deixar de estar intimamente ligados ao poder, de serem a expressão do próprio poder, de beneficiarem do trabalho quase gratuito de uma mole imensa de gente. Daí que ao entusiasmo da população portuguesa perante o 25 de Abril tenha correspondido a inquietação, o desalento e uma profunda dúvida da população branca das colónias. Não é por acaso que três meses depois do 25 de Abril aparece, numa manifestação realizada por brancos em Nampula, um cartaz pedindo o regresso da PIDE.

Nem só a população branca constituiu o travão inicial ao processo de descolonização e, consequentemente, a chegada às colónias do 25 de Abril. Lisboa deu a sua colaboração. A Junta fala, de início, no «todo nacional», e, semanas depois, o general Spínola insistia ainda no referendo. Como consequência, os movimentos de libertação prosseguiram a guerra porque, como salientava a FRELIMO, se não há um fascismo liberal, também não existe um colonialismo democrático.

Outro aspecto retrógrado foi a manutenção de toda a máquina administrativa colonial. Demitiram-se os governadores-gerais, mas não se sanearam, logo de seguida, aqueles que durante anos e anos foram os repressores directos das maiorias negras: os governadores de distrito, os administradores, os chefes de posto.

É certo que os movimentos de libertação não

estavam preparados para assumir o poder de um momento para o outro, à excepção do PAIGC, que já havia proclamado a independência da Guiné-Bissau. As guerras de libertação planeiam-se para dezenas de anos. As regiões libertadas e as novas frentes resultam de um trabalho demorado e de duros combates. No caso de Angola, acontecia até que os movimentos de libertação estavam divididos e, naturalmente, prejudicada a sua capacidade de combate. Porém, em Moçambique, a Frelimo avançava como nunca, evidenciando uma capacidade de organização política e militar única em relação aos restantes movimentos de guerrilha existentes no Mundo. Mas, apesar disso, a quantidade de quadros necessária para governar um país tão grande como Moçambique superava as suas possibilidades. Talvez por isso a tática do referendo tenha durado tanto.

Ainda aqui julgamos saber que são os militares, em especial os oficiais, que tornam urgente uma tomada de posição clara. Muitos militares em serviço nas colónias pensavam, e diziam-no em voz alta, que continuar a combater numa guerra injusta depois do 25 de Abril era um acto sem o mínimo de lógica. Através de conversas que mantivemos com alguns, em Moçambique, soubemos que muitos deles, milicianos e do Quadro Permanente, estavam a comunicar este estado de espírito aos seus superiores e se dispunham a tomar atitudes.

Este foi, seguramente, um dos factores que terá pesado na clarificação do problema, conseguida mais tarde.

O MUNDO APLAUDIU COM ALGUMAS RESERVAS

O fascismo era, em Portugal, um muro apodrecido. O muro caiu devido a uma lufada de vento forte. O mundo aplaudiu a queda e aplaudiu o vento. Ninguém se levantou para lamentar Caetano.

Os jornais mais conservadores da Espanha e da Grécia sentiram-se na obrigação de saudar o golpe, para não caírem no ridículo. O «Nuevo Diário», madrilenho, escreveu que a revolução portuguesa foi uma lição para os ultras do salazarismo, enquanto o jornal grego «Eleftheros Kosmos» proclamava: «A rebelião venceu, o regime foi derrubado».

A Europa liberal aplaudiu a intervenção dos «capitães», mas nos países nórdicos fizeram-se algumas reservas ao general Spínola. «Aftonbladet», jornal social-democrático, duvidava que o novo regime conseguisse solucionar, de maneira satisfatória, a questão ultramarina, «devido aos antecedentes reaccionários do general». Idêntica posição tomou o «Wolksrant» (holandês), ao afirmar

que «o general Spínola está longe de ter ideias revolucionárias».

O nome de Spínola era, em 25 de Abril, mais familiar a uma grande parte dos jornalistas estrangeiros encarregados dos assuntos portugueses que o Movimento das Forças Armadas. A publicação de «Portugal e o Futuro» e o levantamento de 16 de Março — ao qual o nome de Spínola foi associado na Imprensa internacional — deram tempo para bisbilhotar a biografia do general.

Em França, «L'Express» não se esqueceu de salientar que o homem que então personificava para muitos portugueses a libertação de um regime de terror combateu ao lado do exército franquista durante a guerra civil de Espanha, e esteve como observador, do lado alemão, na batalha de Estalínegrado, embora tudo isso não impedisse a sua real importância antes e depois do 25 de Abril. Spínola vai, de resto, aparecer nos noticiários relativos à revolução como o grande equívoco. Uma grande parte dos jornais fala do «movimento chefiado por Spínola», o que não correspondia nem de longe à realidade; outros demonstram estar convictos de que, quanto ao problema ultramarino, o general iria aplicar as ideias que defendeu no seu livro «Portugal e o Futuro». Mas, de facto, o general não levava o Movimento das Forças Armadas a reboque, eram os «capitães» que o empurravam.

A Imprensa africana é especialmente sensível

à posição de destaque que Spínola ocupou depois do levantamento militar, embora não deixe de aplaudir a intervenção das Forças Armadas.

A Imprensa dos países próximos de Angola e Moçambique encara os acontecimentos com cepticismo, enquanto outros, mais afastados das colónias portuguesas, se apresentam mais optimistas. O «Times of Zambia» preconizava um diálogo urgente entre os países africanos e Lisboa, com vista à resolução do problema colonial, mas acrescentava que o golpe devia ser encarado «*com o máximo de reserva*». O «Nation», do Quénia, afirmava que «*um render da guarda não é de festejar*». O diário da esquerda marroquina, o «Maghreb Informations», salientava que o golpe teria «*repercussões na situação dos territórios africanos sob domínio português*».

Além da queda do fascismo, a África queria que os novos dirigentes portugueses tomassem uma atitude clara em relação às colónias. A Imprensa da África do Sul e da Rodésia não se alargou muito em comentários. De uma maneira geral, manifestava confiança no general Spínola. A *South African Broadcasting Corporation* dava o tom, quanto ao género de notícias e comentários aparecidos nos órgãos de Informação daquele país: «*No caso do general Spínola, dizia a referida estação de rádio oficial, levar a cabo os seus planos, o sul da África conhecerá a estabilização. Se o general falhar, as*

consequências serão graves para a África Austral e o Ocidente».

O «New York Times» apontava os inevitáveis centros de pressão resultantes do «*tremor de terra político*» surgido em Portugal: os regimes brancos do sul da África e os governos da Espanha e da Grécia.

O «Osservatore Romano», jornal do Vaticano, dizia esperar que o «*processo se desenvolva sem prejuízos para o país, permitindo-lhe resolver os problemas com que se defronta*». A atitude do diário do Vaticano não reflecte apenas a secular reserva dos chefes da Igreja Católica perante transformações políticas bruscas, mas também os seus erros de cálculo. Há muito tempo que se sentia em Portugal que o Vaticano apostava numa alteração política em Espanha a curto prazo, e não em Portugal.

A Imprensa do mundo socialista não revelou grande originalidade nos seus comentários iniciais, o que demonstra ter sido apanhada de surpresa. Refere algumas causas, tais como a guerra e a ausência de liberdades, mas entra pouco em pormenores. A satisfação pela queda do fascismo e o aplauso ao novo regime foi geral.

Jornais do Vietname do Norte, da Malásia e da Índia comentam favoravelmente o acontecimento.

A China demora uns dias a condenar «*a pandilha que estava no poder em Portugal*», mas acaba por fazê-lo.

A Imprensa brasileira, apesar do regime de censura que suporta desde 1964, acompanhou os acontecimentos a par e passo. Os jornais fizeram edições especiais, as estações de rádio transmitiram entrevistas feitas pelo telefone a pessoas que se encontravam em Lisboa, as estações de televisão emitiram programas especiais utilizando telefotos, pequenos filmes e material de arquivo. De resto, o Brasil viria a ser o primeiro país a reconhecer a Junta de Salvação Nacional.

«HOY PORTUGAL, MAÑANA ESPAÑA»

A Espanha foi colhida de surpresa pelo movimento do 25 de Abril. A proximidade geográfica, a semelhança de condições sociais e políticas entre os dois países subjugados por velhos regimes fascistas, a comum esperança de libertação há longo tempo abafada — fizeram com que os acontecimentos portugueses se avolumassem em Espanha. Desmedidamente, dizemos nós, observando como «nuestros hermanos» se esqueceram das diferenças de situação que foram determinantes na evolução política do «Movimento dos Capitães», para eles desconhecido.

Não tendo em conta estas diferenças, os mais diversos sectores políticos espanhóis sobrelevaram os pontos de contacto e empolaram sobretudo o

papel desempenhado pelo general Spínola, de quem seria possível esperar um émulo em Espanha, na pessoa do general Diaz-Alegria, hipótese decerto mais verosímil do que a criação de idênticas condições históricas e socio-políticas.

Ao entusiasmo da esquerda espanhola correspondeu igualmente uma reacção de pânico da extrema-direita e do governo fascista de Franco. Pormenor significativo: as primeiras notícias da rádio oficial espanhola, na manhã de 25 de Abril, referiam-se com alguma benevolência ao golpe militar em Portugal, que apresentavam liderado pelo general Kaúlza de Arriaga...

Sabe-se também que, logo depois do dia 25, houve em Madrid três conselhos de ministros para analisar o caso português. Há quartéis de prevenção. Fala-se de movimentos de tropas na Galiza. O que é certo é que, nos últimos dias de Abril, desenrolam-se em Zamora, perto da fronteira nordeste de Portugal, importantes manobras militares, às quais não é alheio o ambiente que se vivia em Portugal, pois que haviam sido marcadas pouco depois dos acontecimentos de Caldas da Rainha. (Recorde-se que, na noite seguinte ao levantamento do R. I. 5, tanques espanhóis saíram de Madrid para «manobras» precipitadas perto da fronteira portuguesa, em Badajoz.)

Mas, de facto, acabaria por não concretizar-se o receio de uma invasão de Portugal pelas tropas espanholas, apesar do pacto de amizade e de apoio

militar entre os dois governos fascistas. Porquê?

As tropas portuguesas enviadas por Otelio Saraiva de Carvalho para as fronteiras de Segura e de Badajoz não teriam força para dissuadir uma agressão espanhola, apesar de constar em Espanha (cujo Exército não dispara um tiro há trinta e cinco anos) que os portugueses disporiam de aviação e de material blindado em melhores condições operacionais. Mas outras razões mais importantes funcionaram certamente. Uma hipotética intervenção espanhola teria de ser concertada com a NATO, de que Portugal é membro (e a Espanha não), e acarretaria certamente a condenação internacional da maioria dos países; os espanhóis teriam de lutar contra todo um povo e não apenas contra o Exército português, dando oportunidade a que se alargasse a toda a Península a luta antifascista, oportunidade que não seria perdida pela esquerda espanhola. Acrescente-se um facto que desde logo tornava injustificável qualquer intervenção estrangeira: a revolução portuguesa apresentou-se desde a primeira hora como um facto consumado e inequivocamente sancionado pelas massas populares.

Nestas circunstâncias, o Governo espanhol evitou o erro de intervir, não obstante constar em Lisboa que essa intervenção teria sido pedida por Elmano Alves (presidente da Comissão Executiva da ANP), o único dirigente fascista que os capitães enviaram preso para Cabo Verde. Não obstante,

também, a vontade da extrema-direita franquista, alarmada com o «mau exemplo de Portugal», e que chegou a lamentar-se em Madrid de que tivesse sido morto, meses antes, o almirante Carrero Blanco, o ultra-fascista colocado por Franco à frente do Governo espanhol.

Mas a história não se faz com jogos de acaso. Mais determinante que as aproximações de conjuntura, é a capacidade de antecipação de certos homens políticos. Muito deve ter pesado na inércia das tropas espanholas o facto de Diaz-Alegria ser então o comandante-chefe do Estado-Maior-General. Há quem assegure que este general liberal se teria encontrado, nos primeiros meses do ano, com o general Spínola, durante uma reunião dos altos comandos ibéricos em Lisboa, quando este ainda era vice-chefe do Estado-Maior-General português. Spínola terá então garantido a Diaz-Alegria que, se em Portugal surgisse um desequilíbrio político-social, as Forças Armadas assumiriam a responsabilidade da ordem no País, pedindo-lhe também que tranquilizasse a este respeito os comandos espanhóis. A confiança mútua entre estes dois homens, e até, segundo se diz, uma certa convergência de posições críticas relativamente aos erros dos Governos dos dois países ibéricos, terão contribuído para que eles se entendessem sobre a neutralidade espanhola.

Por outro lado, garantiram-nos jornalistas espanhóis e diversos correspondentes da Imprensa

estrangeira em Madrid que o general Costa Gomes se teria encontrado secretamente com Diaz-Alegria, num hotel madrileno, cerca de uma semana antes do 25 de Abril.

O que é certo é que milhares de espanhóis, quando ouviram falar dos acontecimentos portugueses, puseram os olhos em Diaz-Alegria, a quem enviaram centenas de monóculos, fazendo-lhe assim sentir a esperança de o verem seguir o exemplo de Spínola. Mas as direitas espanholas estavam temerosas e atentas, e, pouco tempo depois, Diaz-Alegria era afastado das suas funções, o que teria provocado grande descontentamento em diversas Unidades militares de Espanha, designadamente no quartel do Getafe (arredores de Madrid), onde terão sido presos cerca de uma dezena de capitães reunidos secretamente.

Estes factos mostram o relevo que o mito de Spínola atingiu em Espanha. Mas há outros sintomas igualmente significativos, embora, evidentemente, anedóticos. É o caso de uma revista de extrema-direita, que, falando das maquinações de Spínola e da sua capacidade de manobra, apresenta a seguinte «*hipotesis muy interesante*»: quem diz que Spínola, preparando o golpe a longo prazo e prevendo a reacção de Carrero Blanco, não estaria implicado no «complot» internacional que eliminou o dirigente espanhol?...

Já fora do campo da anedota, mas, quanto a nós,

sem provas de facto, a revista «Gaceta Ilustrada» descreve a acção pessoal de Spínola, manobrando à margem dos «capitães», para lançar uma espantosa teia internacional, com vista a assegurar a neutralidade da NATO e o apoio dos principais Governos ocidentais.

Sabe-se que, desde a tarde de 24 de Abril, estava fundeada no Tejo, em frente de Lisboa, uma poderosa esquadra da NATO, que no dia 26 deveria iniciar manobras aeronavais no Mediterrâneo e na costa atlântica, envolvendo anfíbios para assalto às praias e exercícios aéreos com aviões ingleses e americanos (que estariam aterrados na base militar do Montijo, do outro lado do rio, diante de Lisboa). Precisamente ao alvorecer da manhã, a esquadra levanta ferro, sai o Tejo e fica a pairar no Atlântico, em frente da foz do rio.

A presença da esquadra e a sua partida súbita teriam dissuadido os ultras de contra-atacarem os rebeldes, pois se tornava claro que a NATO não desejava proteger o Governo.

Como explicar a coincidência da presença dos navios em Lisboa? Segundo a revista, ela resulta de um plano spinolista, já esboçado antes, numa altura em que o general seria aliado de Marcelo para um golpe liberalizante contra Tomás e os ultras. Abortado o golpe por pressão de Kaúlza, de Silva Cunha e seus pares, e desfeita a aliança com a demissão do general na véspera do levantamento de Caldas da Rainha, Spínola teria apro-

veitado a mesma rede para o golpe de 25 de Abril. Assim, meses antes, Spínola teria sondado os grandes financeiros e certas figuras políticas ocidentais, os quais se teriam revelado dispostos a apoiar um golpe antifascista que tornasse possível uma solução política para a guerra colonial, na linha apontada pelo general no seu livro, a qual permitiria em África a implantação segura de grandes capitais.

Teria sido em Megève, na França, que o plano de Spínola fora concertado, numa reunião do «Clube de Bilderberg», reunido de 19 a 21 de Abril. Trata-se do famoso «clube» que, em 1954, se reuniu pela primeira vez num hotel holandês de Bilderberg, com a participação do príncipe Bernardo da Holanda, e que a partir de então agrupa num encontro anual os homens mais influentes do Ocidente, para estudarem a situação económica e política do Mundo e lançar planos de intervenção. Na reunião de 1974 apareceu, surpreendentemente, um dirigente de uma empresa portuguesa, Thorsten Anderson, director dos estaleiros de reparação naval da Lisnave, em Lisboa (considerados os maiores da Europa, no seu género, e que agrupam capital da CUF com capitais e tecnologia holandeses e suecos). Thorsten é descrito na revista como amigo pessoal de Spínola e por este encarregado de contactar outro importante participante na reunião do «clube», Joseph Luns, secretário-geral da NATO. Os nomes dos outros parti-

cipantes constituem uma lista impressionante: Nelson Rockefeller, governador do Estado de Nova Iorque; Frederic Dent, secretário do Comércio dos Estados Unidos; general Goodpaster, comandante supremo da NATO na Europa; Denis Healey, ministro da Fazenda inglês; Richard Foren, presidente da General Electric na Europa; Helmut Schmidt, ministro alemão da Fazenda e, mais tarde, chanceler; Franz J. Strauss, identificado como «homem de negócios» alemão; Joseph Abs, presidente do Deutsch Bank; Guido Carli, governador do Banco de Itália; Giovanni Agnelli, presidente da Fiat; e Eugénio Cefis, presidente da Montevision. A final nata da finança e do poder reunidos num palacete dos Rotschild.

Os contactos anteriores teriam sido formalizados agora através de Thorsten e de Joseph Luns, o que explicaria a presença da esquadra da NATO em Lisboa na tarde do dia 24 e a sua retirada estratégica na manhã do dia 25. De facto, acabaria por ser anulado o exercício «Dawn Patrol 74», programado para o dia 26.

Um dia depois de terminada a reunião do «Clube de Bilderberg», isto é, a 22 de Abril, quinze emissários de Spínola — ainda segundo a «Gaceta» — atravessam a fronteira luso-espanhola de Villanueva del Fresno e dirigem-se, em carros particulares que os esperavam em território espanhol, para o aeroporto de Madrid, donde seguem para Paris, Roma, Bruxelas, Haia, Bona, Londres, Nova

Iorque, Rio de Janeiro, Cidade do Cabo, Dakar, Lourenço Marques, Luanda e Bissau. Levam consigo um envelope de Spínola que deveriam entregar nos ministérios dos Negócios Estrangeiros das capitais estrangeiras, em data que depois lhes seria indicada pelo general. No envelope, três documentos importantes: os motivos justificativos do golpe de Estado, o Programa do MFA e o pedido de reconhecimento da Junta de Salvação Nacional.

Acrescenta a «G. I.» que Spínola teria passado a noite de 24 para 25 na embaixada de um país amigo em Lisboa, cujo telex teria utilizado para avisar os seus emissários que a hora H tinha chegado e que, portanto, deveriam entregar as missivas imediatamente.

Esta operação, conjugada com o apoio dos grandes financeiros, explicaria o rápido reconhecimento da Junta por parte de muitos governos que apoiavam Marcelo até à véspera.

Citamos esta surpreendente versão dos acontecimentos de Lisboa, sem nos pronunciarmos sobre a sua veracidade. O mais que podemos admitir é que, enquanto os «capitães» trabalhavam na preparação do golpe, Spínola não estava parado e ajudava à sua maneira, actuando em paralelo e conquistando inestimáveis trunfos no plano internacional.

O facto, a ser verídico, em nada atenua o valor dos «capitães», que de nada desconfiavam e que ainda hoje, quando lhes perguntamos a opinião

acerca destas manobras, desmentem categoricamente. O próprio major Otelo Saraiva de Carvalho nos afirmou ser esta história «uma fantasia». Há, todavia, um pormenor que nos parece de referir. A revista afirma que o general passou a noite numa embaixada, donde só teria saído para se dirigir ao quartel do Carmo aceitar a rendição de Marcelo. Isto não é certo. Spínola foi informado, pouco depois das 21 horas do dia 24, de que o golpe seria nessa noite. Saiu de casa, não se sabe para onde, e regressou perto da uma hora da manhã. No dia 25, estava em sua casa, perto das 13 e meia, quando atendeu ao telefone o seu amigo Frederico Alves, jornalista de «O Século», a quem declarou ser espectador dos acontecimentos. Foi também em sua casa que recebeu o intermediário dr. Feitor Pinto (chefe do Serviço de Informação do governo), depois das 14 horas, embora haja quem afirme que se teria dirigido à pressa do quartel da Pontinha (posto de comando dos «capitães») para casa, ao saber da aproximação do emissário de Marcelo.

Em suma, não é possível tirar-se ainda qualquer conclusão histórica. Mas uma coisa resulta de tudo isto: o relato da «Gaceta» só pôde ser escrito em Espanha, não conhecendo nós qualquer revista ou jornal de outro país que dela se tenha feito eco. O que significa, pelo menos, o relevo do mito de Spínola em terras espanholas.

É preciso conhecer os factos que estiveram na base do 25 de Abril e se desenrolaram durante cerca de um ano para fazer uma ideia mais ou menos exacta da dimensão das pessoas e dos acontecimentos. Daí a nossa conclusão: qualquer que tenha sido o peso de Costa Gomes e Spínola para dar confiança aos revoltosos e acreditar internacionalmente o 25 de Abril, a verdade é que o «Movimento» resultou da sua própria força e organização, mercê das condições objectivas da situação político-militar e económico-social portuguesa. Condições, repetimos, que não são exactamente iguais às de Espanha, sobretudo quanto ao compromisso dos oficiais de carreira com as classes dominantes que detêm o Poder.

Sabe-o bem o fascismo espanhol e, na falta de apoio social, lisonjeia os militares com regalias e sinecuras que os mantêm amarrados ao Governo, adormecidos num estatuto de casta privilegiada¹.

Isso também acontecia em Portugal. Até que os oficiais portugueses, estimulados pela guerra colonial, tomaram consciência do logro em que viviam e deram ouvidos às forças democráticas que apontavam o fosso inadmissível entre a Nação e o Governo das minorias sustentado pelas Forças Armadas.

¹ Confrontar o estudo de sociologia militar de Julio Busquets, «El militar de carrera en España», ed. Ariel, Barcelona.

É conhecida, no entanto, a determinação das forças democráticas espanholas. E é da sua actividade política que se colhem razões para ter esperança. Aquela esperança de que já nos falaram os militantes clandestinos do Partido Socialista Obrero Espanhol, quando atravessaram a fronteira para nos virem abraçar na grandiosa manifestação do 1.º de Maio: «*Hoy Portugal, mañana España*» (Hoje Portugal, amanhã Espanha).

CAPÍTULO II

O 16 DE MARÇO DE 1974

16 DE MARÇO: O PRINCÍPIO DO FIM

Considerar que o levantamento de 16 de Março — protagonizado pelas tropas do Regimento de Infantaria 5, das Caldas da Rainha — foi uma aventura extemporânea e irresponsável é erro grave de apreciação.

Todavia, essa opinião formou-se logo após o abortar do levantamento, não só devido à perspectiva dos acontecimentos dada pelo Governo ao País como igualmente pela falta de informação interna que se verificava nas Forças Armadas em geral e, momentaneamente, até no próprio seio do Movimento dos Capitães.

Nas Redacções dos jornais — que, ao fim e ao cabo, contribuíram para a formação dessa imagem de «aventura das Caldas» — pouquíssimos sabiam do que se vinha passando desde há vários meses no interior das Forças Armadas, especialmente no Exército. Daí que os relatos da «intentiona» feitos na Imprensa reforçassem, ao utilizar os dados disponíveis, o falso carácter extemporâneo do levantamento.

Por outro lado, aos jornalistas que vinham mantendo contactos directos e frequentes com o Movimento — muito poucos, como dissemos, mas entre os quais se incluíam dois dos autores do presente trabalho — não era possível nem desejável desvendar na altura aquilo que estava por detrás e explicaria o 16 de Março.

Sob a nossa perspectiva, no momento tudo levava a crer que o insucesso da manobra resultara de qualquer descoordenação, devida quer a fraqueza de organização quer ainda ao facto de o Governo ter detectado rapidamente o que se passava. Interpretação que veio a confirmar-se mais tarde.

O acontecimento que deu origem ao detonar descompassado da operação conjunta já anteriormente programada para o dia 12 mas adiada — e destinada a libertar os três capitães presos na Trafaria e a antecipar-se à prevista «vassalagem» dos generais a Marcelo, implantando a situação depois criada no 25 de Abril — só mais tarde, só mais alguns dias depois se apurou: foi ela a posição tomada no dia 15 pelos oficiais do Centro de Instrução de Operações Especiais, instalado em Lamego, que tomaram conta da Unidade depois de repudiarem perante o comando o citado acto de «vassalagem» dos generais ao Presidente do Conselho, Marcelo e de se insurgirem contra a demissão, anunciada nessa manhã, dos generais António de Spínola e Costa Gomes dos cargos, respectiva-

mente, de chefe e vice-chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas.

O levantamento das tropas do R. I. 5 das Caldas da Rainha — a «Errecincada», como foi durante algum tempo pejorativa e injustamente denominada a acção em muitos quartéis — foi realmente uma tentativa falhada. Mas não se pode considerar, de facto, uma aventura isolada de jovens oficiais impacientes.

Como também não se poderá afirmar que constituía, ao ser desencadeada, um consciente «balão de ensaio» destinado a analisar as reacções do Governo fascista e das forças por ele controladas. É facto que do 16 de Março se tiraram largas lições. Mas foi todo um aproveitamento posterior, inerente aos próprios acontecimentos. Nunca o Movimento dos Capitães quis «experimentar» fosse o que fosse, através do sacrificio deliberado de um sequer dos seus elementos. Como tal, poderia ser, seria mesmo, um erro nítido e fatal — que não foi realmente cometido.

Uma sucessão rápida de acontecimentos, de facetas várias mas todos da maior importância, estiveram na base do levantamento do Regimento de Infantaria 5. Explicam-no, portanto. E só a referência concreta a esses eventos poderá dar a medida exacta das motivações dos homens do 16 de Março.

(Num testemunho directo, um oficial do R. I. 5 deu-nos a sua versão pessoal do levantamento e das suas causas:

O 16MAR74 foi a resultante inversa de uma série de acontecimentos que tinham por finalidade não só destruir o prestígio das Forças Armadas (tornando-as o «bode expiatório» de tudo o que se passava no Ultramar, responsabilizando-as pela guerra, pois até já se dizia que se pretendia a guerra infundável com a finalidade de encher as algibeiras aos capitães e 1.^{os} sargentos que faziam guerras consecutivas, embora estivessem afastados da família) como destruir a economia do País e a liberdade da população, que passava pouco a pouco, através do hábito, a ser integrada na tenebrosa máquina fascista.

Assim, era absolutamente necessário que alguém com cabeça, tronco e membros resolvesse tomar uma decisão, muito embora ela lhe pudesse custar a própria vida, ou a liberdade e a sobrevivência dos seus familiares.

Tendo visto o exemplo da Índia e sabendo ou pressentindo que o mesmo se tramava em relação à Guiné, os capitães, alguns oficiais superiores e subalternos resolveram começar a reunir-se, a fim de decidirem o

modo como poderiam resolver semelhante problema, tendo plena consciência de que só eles o poderiam resolver, pois também eles sabiam que o problema da guerra do Ultramar era político e não militar (ao contrário do que os falsos políticos fascistas pretendiam demonstrar.)

Assim nasceu o Movimento dos Capitães, definindo-se posições nas reuniões de Lisboa, Évora, Óbidos e Cascais, onde estiveram elementos do R. I. 5., os quais desde o início se comprometeram com o Movimento e a ele se ligaram de alma e coração.

Meia dúzia de capitães e subalternos faziam parte do grupo que, no quartel das Caldas da Rainha, constituía a representação (clandestina) do Movimento.

Cerca de quinze dias antes do 16 de Março, o brigadeiro Pedro Serrano, antigo comandante da Unidade e na altura 2.º comandante da Região Militar de Tomar — o homem que comandaria depois as forças que cercaram o R. I. 5 e receberia a rendição do quartel sublevado — visitou as Companhias de Instrução do Regimento que se encontravam no campo em exercícios e constituídas por instruídos do C. S. M. (Curso de Sargentos Militares).

No dia 13, com o propósito manifestado de «alertar» os oficiais do R. I. 5 para o «ambiente de

subversão» existente, devido nomeadamente ao aparecimento de panfletos do Partido Comunista na região, o brigadeiro Serrano torna a visitar o quartel das Caldas da Rainha. (Não é de excluir a hipótese, por provável, de pretender essencialmente verificar «in loco» o estado de espírito dos oficiais. Rumores sobre o descontentamento reinante entre os oficiais do Exército corriam já nas altas esferas, com insistência, e precauções começavam a ser tomadas.)

Após alertar os oficiais para o «perigo da subversão», o 2.º comandante da Região Militar de Tomar — de que dependia o R. I. 5 — ordena que se faça aquilo que constituiu o melhor treino para os homens que dias depois marchariam sobre Lisboa: um exercício de «prontidão de saída». Num prazo mínimo de tempo, os comandantes de Companhia (e elementos do Movimento) põem «sobre rodas», perante o agrado do visitante, todos os seus homens e respectivo equipamento, como se daí a momentos saíssem para a estrada com destino a qualquer objectivo...

Agrado maior, porém o dos oficiais que conspiravam: a forma como o exercício decorreu foi a melhor prova de que tudo estaria a postos, e rapidamente, quando a hora da acção soasse. O treino (precioso) adquirido desta forma, uma dádiva inesperada.

A tensão existente nas fileiras dos oficiais das Forças Armadas que compunham o Movimento

agravara-se substancialmente em razão do discurso do então Presidente do Conselho, Marcelo Caetano, proferido em 5 de Março na Assembleia Nacional e destinado a obter o apoio (imediate e óbvio, naturalmente) daquele órgão à política ultramarina do Governo. Impunha-se na altura, segundo as palavras de Marcelo Caetano, *«que os portugueses adoptem uma atitude consciente e definida. E por isso se lhes pede, através da sua mais alta assembleia representativa, nova reflexão»*. E no final o chefe do Governo fez o dramático e hipócrita desafio à Assembleia por ele totalmente dominada (já que neste caso ia ao encontro dos próprios ultradireitistas), após afirmar e demonstrar à sua maneira que a defesa intransigente do Ultramar era a única via possível: *«Anima-nos unicamente o espírito de servir o interesse nacional, o espírito de servir, pela melhor maneira, a Pátria comum. É à Assembleia que compete agora dizer se o rumo que seguimos está certo. E disciplinadamente me submeterei depois ao veredicto de quem tem autoridade para o proferir.»*

Como se aquela Assembleia pudesse formular um veredicto diferente do proposto! Como se os deputados ali estivessem em legítima representação do Povo, por ele escolhidos e em defesa dos seus verdadeiros interesses e não para lançar as repetidas e estafadas vozes de «Muito bem!» que fizeram carreira ao longo de 48 anos de salaza-

rismo e neo-salazarismo, que mais não era o regime de Caetano...

No discurso do chefe do Governo muita gente mais não viu, porém, do que uma resposta indirecta mas incisiva às ideias sobre a evolução do Ultramar expostas pelo general António de Spínola no seu livro «Portugal e o Futuro», surgido a público em 23 de Fevereiro e que tanta repercussão pública obteve de imediato.

Esta declarada oposição de Marcelo Caetano às ideias liberais do general Spínola não deixou de espantar muita gente bem informada. Efectivamente, muitos acreditavam na existência de afinidades políticas entre o antigo catedrático de Direito e o militar prestigiado que durante a sua permanência na Guiné levava a cabo, como governador e comandante militar, uma acção política junto das populações que muito tinha a ver com as ideias depois explanadas no seu livro. Quer isto dizer que durante a sua permanência na Guiné, o general Spínola contara com o apoio do Governo de Marcelo Caetano — para as coisas boas e para as coisas más. Quer isto significar também que os interesses políticos, económicos e outros que levavam o chefe do Governo a trilhar uma determinada linha tinham a ver, ajustavam-se, com a forma de actuação do governador da Guiné.

Poderá acrescentar-se que a nomeação, em 15 de Janeiro, do general António de Spínola para o cargo de vice-chefe do Estado-Maior-General das

Forças Armadas é coerente com esta ideia: o general estaria nas boas graças do Governo, ou pelo menos do seu chefe.

Finalmente, não é crível que o livro do primeiro Presidente da República do 25 de Abril só chegasse às mãos de Marcelo Caetano após a sua saída da tipografia para os escaparates das lojas. Se tivera de passar antes pelas mãos do ministro da Defesa, Silva Cunha — que habilidosamente daí lavara as mãos, ao escrever: *«Embora não conheça o livro, autorizo a publicação com fundamento no parecer do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas»* — maior razão haverá para pensar que, num tão delicado problema, o Presidente do Conselho não deixaria de fazer a sua antecipada apreciação. E o livro saíu...

Eis que, portanto, Marcelo Caetano levanta a voz no hemicycle de S. Bento. E diz, entre outras coisas:

Nenhuma dúvida pode haver de que o mais grave problema que presentemente se põe à Nação portuguesa é o Ultramar.

Normalmente nunca o Ultramar constituiria um problema para Portugal.

Mas na hora actual essa evolução de uma sociedade pluricontinental e multirracial é perturbada por crescente pressão internacional adversa. Uma pressão determinada por preconceitos ideológicos, por interesses imperialistas, por solidariedades

continentais que cada dia encontra novas maneiras para se manifestar, afastando todos os limites da razão e todas as normas da moral e do direito internacionais. Uma pressão que encontrou nas assembleias constitucionais ou dependentes das Nações Unidas o ambiente propício de formação, de ampliação e de aplicação. E de que decorre a mais incrível campanha contra o nosso País, com mobilização de recursos avultados e de poderosas forças e com o uso das mais variadas armas — desde a calúnia à agressão.

Em face deste ataque, que tudo indica estar em aumento, impõe-se que os portugueses adotem uma atitude consciente e definida. E por isso se lhes pede, através da sua mais alta assembleia representativa, nova reflexão.

Depois de afirmar serem já muitas as vezes em que abordara «este magno problema nacional», Marcelo Caetano acrescentava:

Nunca será de mais recordar que as operações militares em Angola, em Moçambique e na Guiné, resultaram da legítima defesa perante uma agressão preparada e desencadeada a partir de territórios estrangeiros.

(...) Como, porém, tive ocasião de dizer em Julho de 1972, «as forças militares que servem na África Portuguesa, e hoje têm cerca de metade dos

seus efectivos constituídos por africanos, não fazem a guerra: asseguram a paz.

Não dominam, não subjagam, não anexam, não conquistam — apenas vigiam, e repelem quando necessário, a força pela força, proporcionando aos habitantes a possibilidade de fazer normalmente a sua vida, apoiando a sua evolução e promoção social, e garantindo o fomento e o progresso dos territórios.»

Ao sermos apontados, por isso, como fautores de guerra e perturbadores da paz, estamos perante uma ignóbil mentira.

Depois de referir que os governantes poderiam já há muito ter-se decidido pelo abandono do Ultramar se verificassem ser «mais lucrativo e mais cómodo» mas que «ninguém teve tal ideia», Marcelo Caetano reforça essa decisão do seu Governo e dos anteriores — utilizando, uma vez mais, os estafados e falsos argumentos, como se vê.

As referências indirectas às ideias de Spínola sobre o Ultramar expressas em «Portugal e o Futuro» surgem mais adiante, em tom de manifesta oposição:

Temos estado errados? Não o creio. Nem mesmo relativamente à defesa de outras províncias, como a Guiné, onde não há apreciável presença europeia.

(...) Por outro lado, há uma defesa global do

Ultramar que nos impõe coerência de atitudes. Uma transigência ou uma abdicação num sítio logo afectaria a força da resistência no conjunto.

Não poderíamos, por exemplo, aceitar a negociação com o inimigo na Guiné em termos que nos privassem da autoridade para recusar negociações em Angola ou em Moçambique. Por isso só o Governo central pode ter a iniciativa — porque tem a responsabilidade — da condução da política ultramarina. Só o Governo, em conjunto com os demais órgãos políticos da soberania — e não quaisquer outras entidades.

Isto, claro está, constituía uma censura aberta às iniciativas de Spínola concretizadas nos contactos com o presidente Senghor e particularmente com dirigentes do PAIGC, enquanto governador da Guiné. Política de aproximação que o general preconiza no seu livro.

Assim, e uma vez mais, a ordem era lutar, morrer. Juntar mais anos de sacrifício — em nome do povo mas não por causa dele — aos «doze anos que no Ultramar lutamos», aos doze anos em que «a flor da juventude portuguesa passa pelas terras de África, lá serve a sua Pátria, sofre, combate e verte o seu sangue». Depois desta tirada, Marcelo Caetano ainda perguntava: «Loucura de um povo? Desvaria dos governantes?» A resposta — que não a do delfim de Salazar — felizmente já foi dada...

Esta tomada de força do chefe do Governo — a que não terá sido certamente estranha qualquer forma de pressão do almirante Américo Tomás e dos seus fiéis generais da linha dura — não deixou de causar profundas preocupações ao Movimento dos Capitães. Preocupações agravadas quando no dia 8 quatro oficiais são informados de que irão ser transferidos devido à actividade que têm vindo a desenvolver: o capitão Vasco Correia Lourenço (então da direcção da Comissão Coordenadora, que depois do 25 de Abril fará parte do Conselho de Estado) e o capitão Carlos Clemente para os Açores; o capitão Martelo, de Águeda para Bragança, e o capitão Antero Ribeiro da Silva, para a Madeira.

Nessa mesma noite de 5 de Março, em Cascais, no atelier do arq.º Braula Reis, que o cedera para o efeito, efectua-se mais uma reunião geral do Movimento. 176 oficiais do Exército (representando mais de 400), 24 da Força Aérea (representando 200) e 4 da Marinha, estes como observadores, estiveram presentes, vindos dos mais diversos pontos do País. Depois de longa discussão, os elementos do Exército aprovam as bases do Programa do Movimento, elaboradas após uma reunião anterior na Costa de Caparica, em Dezembro. Todavia, elas não mereceram a aprovação dos oficiais da Força Aérea por as considerarem um programa «politizado», e assim demasiado distante das motivações iniciais do Movimento. Os oficiais

de Marinha presentes não participaram na votação, dada a sua qualidade de observadores.

Os acontecimentos, entretanto, começam a precipitar-se. No dia 8, os capitães que atrás referimos recebem ordem para embarcarem no dia seguinte para os Açores, de avião. Imediatamente prevenida, a comissão coordenadora do Movimento reúne e decide uma prova de força: evitar o embarque dos camaradas, discricionariamente transferidos. Ao mesmo tempo, convocou todos os oficiais do Movimento para em massa comparecerem na manhã do dia seguinte, no Ministério do Exército, como manifestação de protesto pelo afastamento dos quatro capitães.

Esta manifestação não se realizou, em virtude da interferência do ministro da Marinha, o qual, posto ao corrente da reacção do Movimento, a fez abortar. Considerado pessoa de confiança por saber-se que era amigo pessoal de Spínola, o contra-almirante Pereira Crespo foi contactado de urgência pelo comandante Contreiras (futuro conselheiro de Estado, no segundo Governo Provisório) e por outros oficiais da Armada que lhe pediram usasse da sua influência junto do ministro do Exército, gen. Andrade e Silva, para que este reconsiderasse a ordem de transferência dada na véspera. Informaram-no também de que os camaradas do Exército tudo fariam para evitar o embarque. Traíndo a confiança, o ministro da Marinha previne de imediato os ministros da Defesa e do

Exército, que logo determinam prevenção rigorosa nos quartéis, facto que impediu a saída das Unidades dos oficiais que se iriam manifestar.

Às 5.30 da manhã do dia 9, o capitão Vasco Lourenço recebe um telefonema dos camaradas ordenando-lhe que saísse imediatamente de casa, no Estoril. Depois de o esperarem num local previamente combinado, «raptaram-no», levando-o para casa de outro oficial e impedindo-o de comparecer no aeroporto. O mesmo sucede com o capitão Antero Ribeiro da Silva. Assim não aconteceria com o capitão Carlos Clemente: encontrado ainda em casa por um tenente-coronel do Governo, foi por este «protegido» até ao aeroporto e praticamente metido à força no avião.

Nessa mesma noite, um capitão do Movimento, Pinto Soares (também, mais tarde, membro do Conselho de Estado) é nomeado pelos camaradas para ir fazer entrega dos «raptados» ao Quartel-General da Região Militar de Lisboa. Na verdade, o «rapto» dos dois oficiais apenas pretendeu mostrar de forma efectiva a discordância dos elementos do Movimento pela transferência abusiva dos camaradas.

Enquanto os capitães Antero Ribeiro da Silva e Vasco Lourenço são transportados sob prisão para o Regimento de Cavalaria 7 e no dia seguinte para o forte da Trafaria, Pinto Soares passa a noite no Quartel-General. Apenas na manhã seguinte é igualmente conduzido para a Trafaria, donde tran-

sitará em 15 de Março para o Hospital Militar Principal, pois na altura da detenção estava com baixa. De resto, submetido, pouco tempo depois, a uma Junta de Saúde, Pinto Soares passou à reserva. Situação em que se mantém longo tempo, depois do golpe, apesar do trabalho activo que exerce.

No dia 11, oficiais da Armada pertencentes ao «Movimento» tomam posição face aos acontecimentos, difundindo o seguinte documento:

CAMARADAS:

Acusados de pertencer ao Movimento de Oficiais — Movimento que nada mais pretendia do que levar as F. A. a readquirir o prestígio que perderam — foram presos alguns dos nossos camaradas, que neste momento se encontram ainda detidos na Trafaria.

Não permitiremos, evidentemente, que tal situação se mantenha, e para tal temos um sólido espírito de corpo que, pacientemente, ainda aguarda que o Governo reconsidere, apesar das possibilidades que já lhe foram dadas de o fazer.

Importa, pois, evitar que o Governo tente lançar a discórdia entre os três Ramos das F. A., e, para tal, esperamos continuar a receber provas da vossa inequívoca SOLIDARIEDADE.

Ao APOIO que tem sido dado pelas unidades do

Exército, há a juntar o que já algumas das maiores unidades da Armada deram, além do esmagador apoio da Força Aérea, pelo que aguardamos o apoio de todas as unidades que ainda não se manifestaram.

Evidentemente que esperamos que o assunto seja resolvido pelo Governo em termos que não só aclarem esta situação no imediato, como também em termos que situam os verdadeiros propósitos do Movimento.

(Prosseguindo a análise do levantamento de 16 de Março, o oficial do R. I. 5 que nos prestou um depoimento afirma, em relação a estes acontecimentos:

Surgiram entretanto as prisões de alguns dos nossos camaradas, o que em vez de nos separar (como o Governo fascista pretendia) mais nos uniu, pois que os problemas dos que estavam presos eram sentidos nos nossos corações. Passaram os nossos telefones a ser vigiados pela ex-PIDE/DGS, os nossos carros a ser seguidos, ao mesmo tempo que o Governo começava a pensar em aumentos de vencimentos para as Forças Armadas e funcionários públicos. Claro que com isso aumentava o custo de vida, portanto aumentava a inflação, e portanto mais difícil se tornava viver.

Analisando a vida nacional, quer política quer económica, verificámos que caminhávamos para o caos, para a mentira, para uma ditadura mais dura, para a destruição mental de um povo que só já pensava no futebol e na N. Sra. de Fátima e seus milagres.)

«O MOVIMENTO,
AS FORÇAS ARMADAS
E A NAÇÃO»

A situação é extremamente tensa. Ao mesmo tempo, começa a constar nos meios militares que o Governo, como forma de solucionar os problemas e desmantelar o «Movimento dos Capitães», vai tomar nova posição de força: destituir dos seus cargos os homens que, pela sua posição, e pelas atitudes já tomadas, melhor poderiam apoiar o «Movimento». Os generais Costa Gomes e António de Spínola iriam assim ser afastados dos cargos de chefe e vice-chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas. Paralelamente, os oficiais-generais fiéis ao Regime preparam para a tarde do dia 14 um acto de vassalagem a Marcelo, de apoio à sua política ultramarina e, naturalmente, de afirmação de que nada têm a ver com Costa Gomes e Spínola.

Perante isto, o «Movimento» tenta uma acção

imediate, de forma a começar na sombra, no dia 12, e deflagrar na manhã do dia 14, libertando os camaradas presos e derrubando o fascismo. Todavia, dificuldades de ordem técnica em várias Unidades e a prevenção rigorosa que ainda se mantinha nos quartéis de Lisboa fizeram com que o golpe fosse adiado.

Todavia, para além de iniciar nesta altura os primeiros contactos com os agrupamentos e partidos políticos democráticos, de forma a dar verdadeira amplitude à modificação profunda que pensa fazer em Portugal, o «Movimento dos Capitães» difunde um documento que passa a constituir a sua primeira posição nitidamente política, pois contém linhas gerais que haviam de servir de base ao programa do M. F. A. Ao mesmo tempo historia as razões e porquês que explicavam todo o profundo descontentamento dos militares. Intitulado «O Movimento, as Forças Armadas e a Nação», diz o documento:

Desde há meses a esta parte, como é do conhecimento geral, tem vindo a desenvolver-se no seio das F. A. um «movimento de oficiais», cujas origens foram há muito ultrapassadas e assume hoje características, intenções e finalidades que se entendeu oportuno clarificar e definir. O documento agora apresentado à atenção de todos os militares tem como objectivo essencial levá-los a reflectir criticamente sobre os aspectos fundamen-

tais dos problemas que as F. A. enfrentam — sendo para tanto indispensável uma reflexão global, isto é, não dissociando as F. A. da Nação e do momento crítico que o País atravessa — e, em seguida, consolidar a adesão dos que conscientemente chegaram à conclusão que uma prática coerente com a nossa análise se torna imperiosa, necessária e urgente.

Todos sabemos e sentimos como no consenso generalizado as F. A. têm sido consideradas o suporte de força de uma estrutura global complexa, político-económica, para cuja orientação — com passagem pela necessária definição do interesse nacional — o comum dos cidadãos não é chamado a uma participação directa. De facto, tem-se a consciência de que tal estrutura não se poderia manter inabalável através dos anos, por maior cuidado que tivesse havido na preparação das organizações policial e judicial, se os seus dirigentes não tivessem a garantia da obediência sem discussão, por parte das F. A., aos objectivos por eles definidos. Daí o ter-se generalizado o princípio de que compete exclusivamente ao poder político a definição dos grandes objectivos nacionais e às F. A. a missão de os executar sem pôr em causa a sua legitimidade. É o mito da «apoliticidade» das F. A., que transformou os militares, que deveriam ser os guardiões de uma Constituição legítima, em meros executores de uma política traçada do alto, a qual tem sido protegida não só com alterações

«oportunas» da Constituição, mas também por leis que efectivamente a restringem.

Se, antes de 1961, as F. A. não eram abertamente atingidas no seu prestígio, ou não o eram de forma muito violenta, é porque as crises internas do regime não tinham atingido ainda um grau demasiado agudo. A partir, porém, da queda da Índia, e sobretudo à medida que as guerras em África se iam prolongando, as F. A. descobriram não sem espanto por parte de muitos militares que pela primeira vez viam claro, o seu divórcio real da Nação. As F. A. são então humilhadas, desprestigiadas, apresentadas ao país como responsáveis máximos do desastre.

Estava inventado o «bode expiatório» e criadas as condições para que a Nação deixasse de confiar nas suas F. A.. E, daí em diante, o desprestígio das Instituições militares não deixa de aumentar. A guerra de Angola, que entretanto tinha começado, não põe inicialmente aos militares muitos problemas acerca da sua legitimidade. À medida, porém, que o tempo vai passando e a situação se vai degradando em todos os seus aspectos, (inclusive no militar, como consequência inevitável da inexistência de uma estratégia adequada à situação africana), à medida que outras frentes de luta armada surgem (Guiné e Moçambique), e o esforço exigido aos militares começa a ser humanamente incomportável, à medida que se torna cada vez mais patente a impossibilidade, por parte das F. A.,

de atingir os objectivos que lhe são impostos por um poder que não aceita sequer a evidência de não possuir os meios da sua política, aparece cada vez mais claramente em destaque o desenvolvimento de um processo que tinha tido o seu primeiro episódio visível com a queda da Índia; incapaz de se auto-reformar sob pena de morrer (politicamente, entenda-se), o regime aponta intransigentemente para a via unitária como solução do problema ultramarino; como se torna dia a dia mais evidente a inexigibilidade de tal via, as F. A. aparecem cada vez mais aos olhos da Nação, como o grande responsável, não só do impasse africano, como da crise geral que atinge o País, o que não é só crise política, como também económica, social e moral.

Alarga-se assim o fosso entre as F. A. e a Nação, aumenta o desprestígio dos militares (os recentes acontecimentos da Beira, em Moçambique, vêm uma vez mais confirmar esta realidade por todos sentida), desprestígio esse que nenhuma medida conjunturais poderão atenuar.

Não é com aumentos de vencimentos (e este documento demonstra que, apesar de tudo, a consciência dos militares não está à venda), nem com regalias sociais e privilégios de vária ordem, nem sequer com o previsto e anunciado reequipamento das F. A. para a condução da guerra em moldes tecnicamente eficazes (o que além do mais, é extremamente duvidoso que seja alcançado em tempo útil), não é com medidas apressadas, destinadas

a abafar as vozes discordantes e a atenuar o crescente descontentamento dentro das F. A., que o poder político conseguirá colmatar a brecha que se abriu funda e dolorosa, na consciência da maioria dos militares. Nem serão nunca essas medidas que restituirão o prestígio já demasiado abalado das F. A., porque o problema não se localiza ao nível da situação dum grupo socio-profissional: o prestígio das Instituições Militares só será alcançado quando as F. A. se identificarem com a Nação, quando entre as F. A. e o povo houver realmente unidade fundamental quanto aos objectivos a alcançar.

O problema maior do povo português, e que em larga medida condiciona todos os outros, é, neste momento, o da guerra em três territórios africanos: Angola, Moçambique e Guiné. A questão é gravíssima e está na base duma crise geral do regime, já incontrolável pelo poder. Se está generalizada, tanto no seio das F. A. como na sociedade civil, a ideia de que não é possível obter-se uma vitória pelas armas, tudo é feito para que na opinião pública nacional se enraíze a noção de que o poder político traçou já a estratégia adequada e que as F. A. não terão mais que segui-la para que a integridade dos territórios seja garantida. Consequentemente, se a situação se agrava ainda mais, facilmente se adivinha sobre quem recairão as responsabilidades, ao mesmo tempo que o poder

terá criado as condições propícias a um inocente lavar de mãos.

Os militares conscientes sabem, porém, que a solução dos problemas ultramarinos é política e não militar e entendem ser seu dever denunciar os erros de que são vítimas e transformarão as F. A. uma vez mais em bode expiatório duma estratégia impossível: uma solução política que salvasse a honra e dignidade nacionais, bem como todos os interesses legítimos dos portugueses instalados em África, mas que tenha em conta a realidade incontroversa e irreversível da funda aspiração dos povos africanos a governarem-se por si próprios — o que implica necessariamente fórmulas políticas, jurídicas e diplomáticas extremamente flexíveis e dinâmicas. Esta solução tem de ser encarada com realismo e coragem, pois pensamos que ela corresponde não só aos verdadeiros interesses do povo português como ao seu autêntico destino histórico e aos seus mais altos ideais de justiça e de paz. Sabem, no entanto, os mesmos militares conscientes, que tal solução jamais será consentida pelo poder, que a si próprio se arroga o direito de exclusivo em matéria de patriotismo, e se pretende apoiado pela Nação. Contestamos, pois, o exclusivo e o apoio proclamados.

E porque assim pensamos, entendemos necessário, como condição primeira de solução do problema africano, da crise das F. A. e da crise geral do País, que o Poder político detenha o máximo da

legitimidade, que as suas instituições sejam realmente representativas das aspirações e interesses do povo. Por outras palavras, sem democratização do país não é possível pensar em qualquer solução válida para os gravíssimos problemas que se abatem sobre nós.

Trata-se, portanto, antes de mais nada e acima de tudo, da obtenção a curto prazo duma solução para o problema das Instituições no quadro duma democracia política.

Neste contexto, consideramos indispensável e urgente que:

— SEJAM DEFINIDOS E CLARIFICADOS OS OBJECTIVOS NACIONAIS E ESTES ACEITES PELA NAÇÃO.

— SEJA A NAÇÃO CLARAMENTE ELUCIDADA SOBRE A PARCELA DESSES OBJECTIVOS CUJA PROSECUÇÃO CABE AS F. A..

— SEJA PROMOVIDA E GARANTIDA A PERMANÊNCIA DA COMPATIBILIDADE DESSA PARCELA COM A CAPACIDADE DE MEIOS.

— SEJA PROMOVIDA A REESTRUTURAÇÃO DAS F. A. VISANDO A QUALIFICAÇÃO DOS SEUS CHEFES BASEADA NO SEU VALOR MILITAR, O APROVEITAMENTO DOS MEIOS EM TERMOS DE EFICIÊNCIA E EFICÁCIA, O RESPEITO PELOS DIREITOS INDIVIDUAIS, E A JUSTIÇA.

— POSSAM AS F. A. SENTIR QUE É EFECTIVAMENTE PROPORCIONADA A SALVA-

GUARDA LEGÍTIMA DO SEU PRESTÍGIO, INCLUINDO A SUA NÃO IDENTIFICAÇÃO COM OUTRAS ACTIVIDADES QUE NÃO PERTENCEM AO SEU MÛNUS ESPECÍFICO.

Só nestas condições poderão as F. A. ter um mínimo de garantia de que são instrumento da vontade da Nação e que não se encontram ao serviço de qualquer grupo. Então, já não lhes será permitido duvidar, nem da legitimidade do poder, nem dos objectivos por este definidos e que tudo farão para cumprir.

Só nestas condições poderão as F. A. alcançar o prestígio que reivindicam, pois só então haverá garantias da necessária unidade entre o povo e as Instituições Militares: na verdade, o Exército só será o «povo em armas» quando entre o Exército e o Povo não existirem quaisquer barreiras, quando o Exército for realmente a incarnação duma vontade colectiva de defesa, duma afirmação insofismável, feita pelo próprio povo, da segurança e independência nacional.

Um documento desta índole, corajoso e desasombrado, claro e objectivo, não poderia deixar de ter efeitos profundos na vida política do País — embora a população em geral estivesse alheada dos acontecimentos pela falta da informação que os jornais se viam impedidos de dar — e particularmente nos militares, quer os da Metrópole quer os

que prestavam serviço nas colónias e acompanhavam de longe o evoluir da situação.

(No seu depoimento, o oficial do R. I. 5 sintetiza a situação que se vivia nesta altura:

O Governo fascista começou a temer o prestígio alcançado pelos generais Spínola e Costa Gomes. Pensou em destituí-los dos cargos que ocupavam. Os capitães e subalternos do R. I. 5 dirigiram-se ao seu comandante de então e, um a um, disseram o seguinte: Se algo sucedesse aos seus generais, os capitães e subalternos tomariam uma posição activa, uma vez que esses generais eram dos poucos que lutavam pelo prestígio das Forças Armadas e por um Portugal melhor.

Consta no R. I. 5 que Suas Ex.^{as} os generais Spínola e Costa Gomes vão ser destituídos das suas funções. No dia 12 de Março, tenta-se iniciar a acção. No entanto, inconvenientes de ordem técnica, surgidos de véspera — não só porque nem todas as Unidades estavam convenientemente preparadas como até porque a Escola Prática de Cavalaria, de Santarém, embora possuísse carros de combate, alguns encontravam-se avariados e os outros tinham as

suas munições em Santa Margarida — fizeram com que o programa fosse adiado até que essas dificuldades fossem superadas.

A «VASSALAGEM» DOS GENERAIS

No dia 14, decidido já (embora não anunciado) o afastamento dos generais Costa Gomes e António de Spínola dos lugares-chave que ocupavam, o Governo reforça aparentemente a sua atitude: surge a «vassalagem» dos generais que o Movimento não conseguira evitar.

Nessa tarde, no decorrer de uma cerimónia no Palácio de S. Bento, oficiais-generais de todos os ramos das Forças Armadas (aquilo a que depois se chamaria jocosamente a «Brigada do Reumático»...) afirmaram pessoalmente a Marcelo Caetano o seu apoio, e o das Forças Armadas que diziam representar, à política de defesa do Ultramar.

Além do ministro da Defesa, Silva Cunha, estiveram presentes os ministros da Marinha, contra-almirante Pereira Crespo, e do Exército, general Andrade e Silva; o secretário de Estado da Aeronáutica, general Tello Polleri; o subsecretário de Estado do Exército, coronel Viana de Lemos; os chefes do Estado-Maior do Exército, Marinha e Aeronáutica; comandantes das Regiões Militares;

o governador militar de Lisboa, general Edmundo Luz Cunha; os comandantes-gerais da P. S. P., G. N. R., Guarda Fiscal e Legião Portuguesa; director-geral da Direcção-Geral de Segurança, major Silva Pais; directores de Armas e Serviços; o director do Instituto de Altos Estudos Militares e presidente da Liga dos Combatentes, general Arnaldo Schulz; e ainda muitos comandantes de Unidades e outras altas patentes.

Como se verifica, primaram pela ausência o chefe e vice-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, generais Costa Gomes e António de Spínola: uma atitude claramente assumida de oposição a tal acto. Atitude tomada igualmente pelo secretário da Defesa Nacional, contra-almirante Tierno Bagulho, que se solidarizou com os dois generais. Constou depois que qualquer deles declarara só aceitar ir a S. Bento se tivesse recebido ordem e a respectiva guia de marcha...

Notadas igualmente as ausências dos generais Kaúlza de Arriaga e Silvino Silvério Marques. Se para a ausência deste não se encontrou explicação política, o mesmo não se poderá dizer do general da «linha dura». Na realidade, estando em total oposição às ideias dos generais liberais, Kaúlza de Arriaga não poderia, porém, participar num acto de vassalagem ao Governo que quisera derrubar por o considerar demasiado fraco no que respeita à defesa das colónias.

A falta de melhor, pode dizer-se, atentas as cir-

cunståncias, foi o general Paiva Brandão como mais antigo dos chefes de Estado-Maior dos Ramos das Forças Armadas e ainda em nome dos que compõem esta qualificada representação de oficiais-generais, quem se dirigiu a Marcelo Caetano, por dever de consciência a que todos muito particularmente, e neste momento, nos sentimos ligados.

E porquê nesta ocasião?, perguntava Paiva Brandão, para logo esclarecer, segundo o seu ponto de vista e dos que o acompanhavam:

As Forças Armadas não fazem política mas é seu imperioso dever, e também da nossa ética, cumprir a missão que nos for determinada pelo Governo legalmente constituído.

(...) Quando o interesse colectivo, mormente a protecção das populações que continuam ameaçadas, exige que se prossiga no esforço de defesa, em busca de uma Paz baseada na Justiça e no Progresso, acima de tudo queremos manter-nos unidos e solidários.

A consecução destes objectivos implicará redobrados esforços mas tudo valerá a pena quando está em causa a segurança das populações, o desenvolvimento dos territórios, o futuro da Nação.

E o chefe do Estado-Maior do Exército afirmaria ainda, a terminar:

Num momento em que o progresso da Nação e o bem-estar dos portugueses dependem da pro-

tecção que lhes é dada pelas forças militares, é também oportuno dizer a Vossa Excelência que estamos unidos, firmes e cumprimos o nosso dever sempre e onde quer que exija o interesse nacional.

Surgem naturais e apropriadas à circunstância as palavras proferidas pelo então Presidente do Conselho em resposta ao que ouvira tão atenta e seriamente, levando a rigor a farsa que se desenrolava:

Dou o maior valor às palavras que em vosso nome acabam de ser proferidas.

O Chefe do Governo escuta e aceita a vossa afirmação de lealdade e disciplina. A vossa afirmação de que as Forças Armadas não só não podem ter outra política que não seja a definida pelos poderes constituídos da República, como estão, e têm de estar, com essa política quando ela é a da defesa da integridade nacional.

Não deixou Marcelo Caetano de frisar — dirigindo-se não aos presentes mas à jovem oficialidade que eventualmente o leria — que, quanto a sacrifícios, «ainda no princípio do século as marchas se faziam a pé». O que poderia significar, por exemplo, que não teriam que se queixar os que nesse momento percorriam as picadas africanas montados nos «Unimogs»...

O chefe do Governo terminaria afirmando:

O País está seguro de que conta com as suas Forças Armadas. E em todos os escalões destas não poderão restar dúvidas acerca da atitude dos seus comandos.

Não deixará de ser curioso e oportuno registar aqui o que pensava a generalidade dos jovens oficiais — e não só os que integravam o «Movimento dos Capitães» — acerca dos homens que compunham a «Brigada do Reumático»(*). As declarações do major Otelo Saraiva de Carvalho (actualmente brigadeiro) a um jornalista francês, recentemente reproduzidas no jornal «A Capital», são efectivamente a expressão dessas opiniões, amiudadas vezes surgidas nas conversas de messe:

Quanto aos generais, como sabe, nas Forças Armadas portuguesas anteriores ao 25 de Abril, eram escolhidos e promovidos em

(*) Já em 1958, Humberto Delgado, ao dirigir-se a cinco generais a quem convidava a impedirem que Américo Tomás tomasse posse do cargo de Presidente da República, para que fraudulentamente fora eleito, classificava o generalato português como a «*aurea mediocritas* (a mediocridade dourada) que se arrasta desde a Escola do Exército como um peso-morto e que ao generalato chega por não morrer nem atingir o limite de idade»...

Conselho de Ministros, para que houvesse plena garantia, por parte do Governo, da obediência dos futuros generais às leis pelo Governo ditadas. E um general, «bem comportado», sabia de antemão que teria sempre à sua disposição, finda a sua carreira militar, um cargo de presidente de conselho de administração ou administrador por parte do Estado em qualquer empresa, lugares remunerados, evidentemente, com largas dezenas de contos. Com esta compra objecta de oficiais generais, garantia o Governo a sua segurança e continuidade, eliminando, na selecção, os que não oferecessem tal garantia. Como era possível acreditar que os generais, assim vendidos, pudessem tomar alguma atitude em defesa do prestígio das Forças Armadas e do bem do Povo? Além disso, é claro que os elementos mais lúcidos e inteligentes, com raras excepções, estiolavam e passavam à reserva no posto de coronel.

«É atribuída a Marcelo Caetano uma frase histórica proferida durante os últimos meses, quando o Movimento dos Capitães era já uma ameaça latente, que, a ser verdadeira, nos dá a real dimensão da diferença entre gerações:

«Cuidado com os capitães. O perigo vem

deles, pois não têm ainda idade suficiente para poderem ser comprados.»

O relato da cerimónia, da «vassalagem» de que o Governo queria tirar profundos efeitos políticos, nomeadamente ao nível da intimidação dos jovens oficiais, foi dado ao País através dos jornais do dia seguinte, ou seja, do dia 15.

Não é por acaso, evidentemente, que essas mesmas edições inserem, com o relevo apropriado e em local próximo, a notícia da exoneração dos generais Costa Gomes e Spínola dos cargos de chefe e vice-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e, ao mesmo tempo, a nomeação do general Joaquim da Luz Cunha (ministro do Exército de 1962 a 1968 e na altura comandante-chefe das Forças Armadas em Angola) para o primeiro daqueles cargos, apesar de o Governo saber que tinha tomado parte na chamada «Kaulzada». Isto é, anunciam-se as exonerações que se sabia irem provocar grande descontentamento nos jovens oficiais, ao mesmo tempo que se avisa que os velhos e experientes militares, que os «chefes», em suma, apoiam a decisão e lá estão como garantes da velha disciplina militar e prontos a salvaguardá-la em nome da ética e dos princípios...

Os efeitos, porém, não foram exactamente aqueles que o governo de Marcelo Caetano esperava.

(No relato que nos prestou, refere o oficial do Regimento das Caldas da Rainha:

Em 14 de Março, depois de uma longa série de situações de prevenção (em que os militares não podiam sair do quartel), o o juramento de fidelidade, ao antigo regime, de alguns oficiais-generais em pseudo-representação das Forças Armadas, fez com que a tensão existente dentro de algumas Unidades se tornasse insustentável.

A exoneração de Suas Ex.^{as} os generais Spínola e Costa Gomes, ocorrida na madrugada do dia 15 como resultado daquela farsa, imprimiu uma aceleração a todo o processo. Tínhamos de ir para a frente e cumprir a nossa palavra já empenhada.)

Na noite do dia 13, o Movimento efectuou uma reunião geral em Lisboa. O ambiente era de grande tensão e impaciência. É posta de novo a questão da passagem imediata à acção nomeadamente por elementos do R. I. 5. Mas a informação renovada de que algumas Unidades não estavam em condições que permitissem a sua saída em armas leva a novo adiamento das operações.

Mas não só: para além da dificuldade, de peso, apontada, uma outra surgiu nessa reunião, de certo modo inesperada. Efectivamente, os oficiais pára-quedistas — tropa que, dois dias depois, seria utilizada para proteger as instalações da Força Aérea em Monsanto, onde o Governo e o almirante Américo Tomás se vão refugiar —, embora já ade-

rentes ao Movimento, expressaram a sua decisão de não participar em qualquer levantamento enquanto não soubessem quem era o «chefe».

Mais: concretizando a sua posição, os pára-que-distas adiantam o nome do general António de Spínola para chefiar o Movimento. E propõem que nesse mesmo momento alguns oficiais se dirijam a casa do antigo governador da Guiné e o convidem para cabeça do Movimento.

A resposta dos elementos do Exército, dos homens que tinham dado corpo ao «Movimento dos Capitães», foi então clara e sem margem para dúvidas: não aceitavam a proposta porque não queriam «caudilhos» nesta fase. E a verdade é que eles nunca existiram no «Movimento».

(Do depoimento do oficial do R. I. 5:

Entretanto, o Movimento dos Capitães era fruto de uma democracia pura do Exército, pois decidia-se em conjunto, para um bem comum e sem ter havido um chefe. Chefes éramos nós todos. Estávamos unidos. Não se confiava na grande maioria dos oficiais-generais. Entretanto, dois generais apoiavam ou eram apoiados pelo Movimento.)

Em Santarém, no dia seguinte, decorreu uma reunião de oficiais da Escola Prática de Cavalaria,

ali aquartelada, do Regimento de Infantaria 5 e de outras Unidades, todos eles pertencentes ao «Movimento». A situação não era brilhante: mantinham-se dificuldades de ordem técnica que já tinham levado ao adiamento do início do plano de operações previsto para dois dias antes. Os oficiais da E. P. C. voltam a declarar que a Escola — Unidade muito importante devido ao potencial bélico que possuía, especialmente os tanques e blindados — não está preparada para participar em qualquer levantamento. Para além de não contarem com as munições dos carros de combate — guardadas nos paóis do Campo Militar de Santa Margarida —, muitas viaturas encontram-se inoperacionais, circunstância a que pensam não ser estranho o comando da Unidade...

Os oficiais do R. I. 5 contactam ainda nesse dia, em Lisboa, com elementos da Comissão Coordenadora, a quem dão conta da sua impaciência especialmente em relação aos capitães presos. (Compreender-se-á melhor esta insistência dos homens do R. I. 15 se se disser que, dos três oficiais presos na Trafaria, dois deles (Vasco Lourenço e Antero Ribeiro da Silva) eram antigos oficiais da Unidade das Caldas da Rainha, bem como Carlos Clemente que seguira para os Açores, cimentando-se entre todos fortes laços de amizade e camaradagem que neste momento eram forte determinante). Todavia, a resposta é uma vez mais a de que nada é possível fazer, de momento, e que é preciso adiar o golpe.

A «vassalagem» dos generais e a demissão de Spínola e Costa Gomes surge estampada nos jornais do dia 15. Em numerosas Unidades de todo o País, os oficiais dirigem-se aos comandantes para firmemente manifestarem a sua indignação perante as demissões dos chefes do Estado-Maior-General e negarem a representatividade dos generais da «Brigada do Reumático» quanto às posições das Forças Armadas face à política ultramarina.

LAMEGO: O RASTILHO

Dá-se então o acontecimento que precipita irreversivelmente os acontecimentos. Os oficiais do Centro de Instrução de Operações Especiais, aquartelado em Lamego, são levados a uma situação crítica perante o seu comandante e acabam por se declarar independentes do comando e da Região Militar do Porto, de que depende a Unidade. A decisão dos oficiais é comunicada para o Porto, e o comando da Região Militar envia para a cidade beirã um brigadeiro para assumir o comando do C. I. O. E.. Lá chegado, o oficial recebe a resposta que manterá inalterável a situação: «Estamos independentes da Região Militar».

Cerca do meio-dia, oficiais do «Movimento» pertencentes ao Regimento de Infantaria 14, aquartelado em Viseu, recebem um telefonema das camaradas de Lamego informando-os da «situação de

rebelião existente». Face a isto, os capitães reúnem pouco depois os outros oficiais e ainda os sargentos, decrevem-lhes a situação do C. I. O. E., apelam para a solidariedade entre camaradas e para a necessidade imperiosa de se modificar a situação nas Forças Armadas e no País. A aderência de oficiais e sargentos é completa quando os capitães anunciam a intenção de se sublevarem, pondo-se ao lado de Lamego. Ao ser-lhe comunicada a decisão da Unidade, o comandante sofre forte choque... e nada comunica aos altos comandos. (O que explica que os oficiais de Viseu não tivessem sido transferidos depois do 16 de Março, como sucedeu aos de Lamego.) Durante o resto do dia, o R. I. 14 mantém-se na expectativa, disposto a actuar, se necessário.

(Refere o oficial das Caldas da Rainha no decorrer do testemunho que nos prestou:

Paralelamente, durante todo esse dia, em algumas Unidades do Norte do País, também a indignação atingiu o auge, dando lugar a uma convicção de que tinha chegado a altura de mostrar ao Mundo e à Nação que Portugal não era um País de inválidos acabrunhados, mas sim um País de juventude coerente, simples e sincera, que há muito lutava por um ideal, que estava disposta a dar tudo por tudo para

o alcançar. Era a necessidade da liberdade, a necessidade de viver em paz.)

O envio do brigadeiro para Lamego é a única reacção importante que se conhece tomada pelo Governo, na tarde deste dia, através dos altos comandos militares, perante a situação criada nas Unidades através das manifestações dos oficiais.

A transferência dos capitães Vasco Lourenço e Antero Ribeiro da Silva do forte da Trafaria para Ponta Delgada e para o Funchal, respectivamente, operada neste dia ao fim da manhã, surge desligada dos acontecimentos que se desenrolam nas Unidades. Destituídos Costa Gomes e Spínola, concretizada a farsa dos generais, o Governo entendeu que passara o perigo e que os capitães passariam a partir daí a ter juizinho... Era a altura de lhes mostrar que as transferências de castigo seriam mesmo concretizadas: os dias de prisão sofridos já eram castigo suficiente.

(Curioso será referir que um dos capitães, antes de deixar a prisão da Trafaria, disse com ar sério para o comandante, o velho capitão Roque, conhecido por se gabar das suas boas relações com a Pide, que queria que o quarto onde estivera fosse distribuído ao ministro da Defesa, e os dos dois camaradas, ao ministro e ao subsecretário do Exército. E explicou: eles haveriam de ir para lá dentro de pouco tempo...)

Em Lisboa, os oficiais do «Movimento», parti-

cularmente os que compunham a Comissão Coordenadora, desconheciam totalmente o que se estava a passar nas Unidades do Norte. Todavia, não estavam parados. Em casa do major Monje, a fazer o ponto da situação e a preparar uma reunião para o dia seguinte, estavam os majores Otelo de Carvalho e Casanova Ferreira (depois do 25 de Abril, governador militar de Lisboa e comandante-adjunto do COPCON, o primeiro, e comandante da P. S. P. de Lisboa, o segundo) e ainda o capitão Ramos (secretário do ministro da Coordenação Interterritorial no segundo Governo Provisório).

Às 9 da noite, um telefonema colhe-os de surpresa: os oficiais de Lamego dão-lhes conta da situação de sublevação em que se encontram e manifestam-se dispostos a marchar sobre Lisboa, esperando a aderência de outras Unidades. Era preciso accionar imediatamente o «Movimento», contactar os camaradas e pôr as Unidades com que se contava prontas a intervir.

Depois de combinarem que se encontrariam todos às 7 horas da manhã no restaurante das bombas da Encarnação, à entrada de Lisboa, por onde deveriam chegar as tropas das Unidades sublevadas, os quatro oficiais separam-se, dirigindo-se às várias Unidades da zona de Lisboa, à excepção do cap. Ramos, que se dirige para as Caldas da Rainha.

Dois oficiais dirigem-se ao quartel de Cavalaria 7 para que o comandante, coronel Romeiras,

confirme o que pouco tempo antes afirmara: se houvesse necessidade, receberia no quartel os generais Spínola e Costa Gomes, dando-lhes protecção. A resposta, todavia, é surpreendente: o coronel nega ter prometido fosse o que fosse e recusa-se a dar guarida aos dois generais. Pouco tempo depois, os dois oficiais vão à residência do general Spínola, onde permanecem algum tempo dando conta do que se passa.

Por seu turno, o major Otelo Saraiva de Carvalho, depois de telefonar para a Escola Prática de Artilharia, em Vendas Novas (Unidade onde o «Movimento» estava fortemente implantado e importante pelo material de que dispunha), que depois esteve na iminência de sair para a rua, dirigiu-se de automóvel para Mafra. Surgem dificuldades: a Escola Prática de Infantaria tem muitas viaturas fora, em exercícios de campo. Todavia, fica combinado que se vão buscar as viaturas e que a coluna que entretanto se formaria entraria em contacto com um oficial do «Movimento» às 6 da manhã, debaixo do viaduto Duarte Pacheco. (O que não se verificaria: as tropas saídas da E. P. I. vieram apenas até Frielas, a alguns quilómetros da entrada de Lisboa, retrocedendo depois.)

O major Otelo regressa a Lisboa. Dirige-se para casa do major Monje, para tentar saber a evolução das coisas. Ao chegar, nem sequer para: acelera rapidamente enquanto vários Pides saem de um automóvel e penetram no prédio... Eram 5.30 da

da manhã, e o major Otelo dirige-se para o restaurante das bombas de gasolina da Encarnação, onde arrisca um telefonema para casa de Monje. É informado que a Pide já tinha saído, depois de revistar toda a casa, e que o major se dirigira para as Caldas da Rainha.

(É importante salientar-se que neste momento Otelo de Carvalho continuava à espera da chegada da coluna composta por tropas do Norte, incluindo Lamego, e desconhecia totalmente que a essa hora o R. I. 5 já saíra das Caldas e marchava sobre Lisboa...)

Ao mesmo tempo, o major Otelo nota a chegada às imediações do aeroporto de elementos da Polícia Militar e também da Pide (a que depois se juntariam a P. S. P., a G. N. R. e Cavalaria 7), o que o leva a meter-se de novo à estrada na tentativa (frustrada) de encontrar as tropas da Escola Prática de Infantaria e com elas poder vir a atacar pelas costas os adversários. Voltando à zona do aeroporto, já não consegue passar em direcção a Vila Franca de Xira: o trânsito fora cortado pelas forças governamentais. Era a impossibilidade total de manobrar.

Enquanto estes acontecimentos se desenrolavam, forças da G. N. R. mantinham o cerco às instalações da Academia Militar desde as duas horas da manhã, ao mesmo tempo que era preso o tenente-coronel Almeida Bruno, acusado de tentar sublevar os oficiais seus camaradas de Unidade.

Caldas da Rainha estava «sobre rodas» a caminho de Lisboa. Depois de um telefonema de Lisboa a avisar os oficiais do «Movimento» do que se passava no Norte, chegara ao R. I. 5 o capitão Ramos, trazendo indicações precisas sobre a missão que o Regimento deveria cumprir.

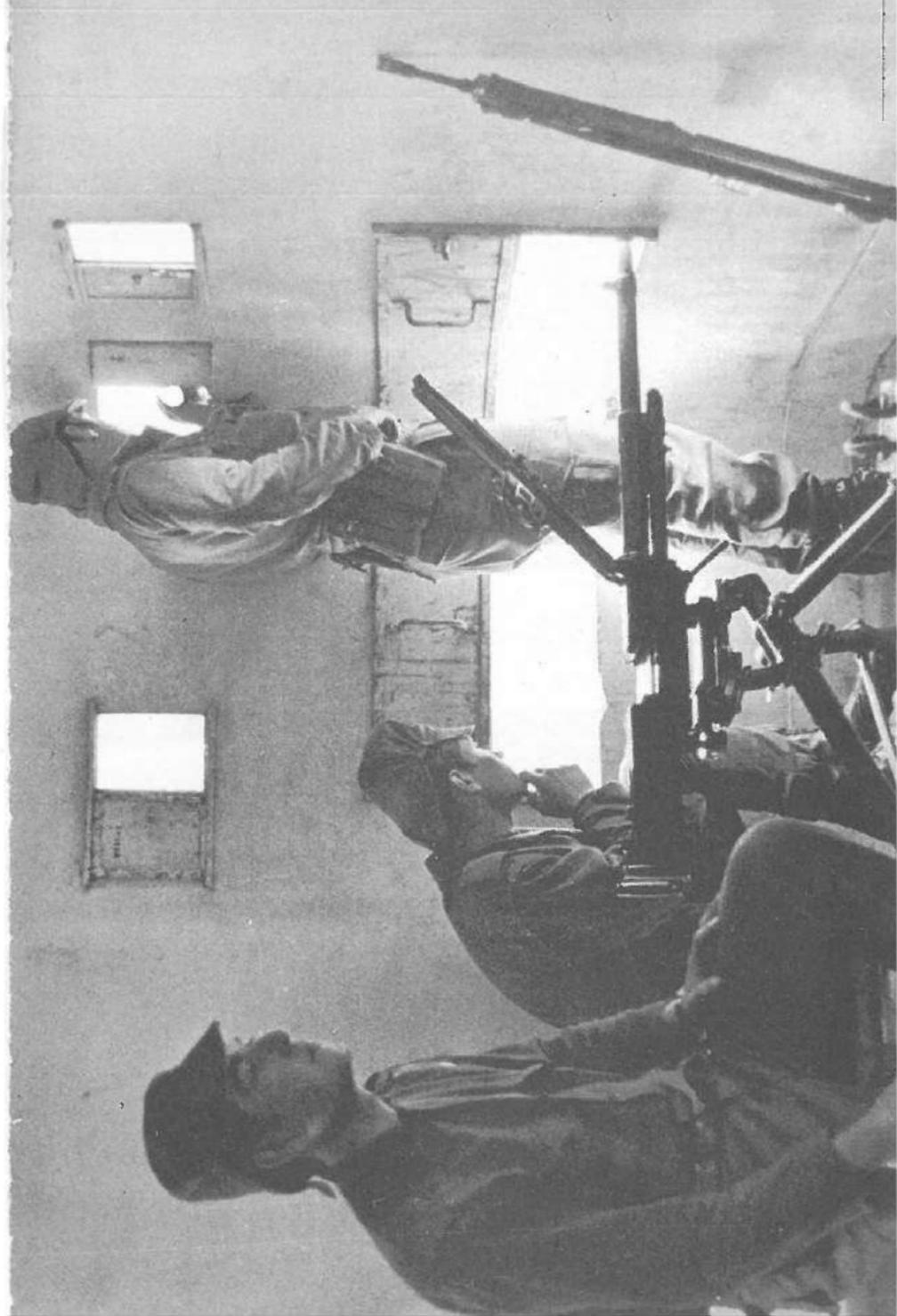
(É claro sobre estes pontos o oficial do R. I. 5 que nos relatou os acontecimentos do 16 de Março:

Oficiais do C. I. O. E. de Lamego telefonaram para Lisboa informando que «estavam sobre rodas». O quadro por eles apresentado, conjugado com o de outras Unidades, levou ao desencadear de todo o plano de acção já programado para 12 de Março.

Dada a ordem para as diversas Unidades, accionados os estafetas, chegou ao nosso quartel o capitão com a missão de conduzir até Lisboa uma Companhia organizada no R. I. 5.

Introduzido na Unidade, reuniu-se com alguns oficiais, fez-se o ponto da situação e ultimaram-se os preparativos quer para a neutralização do Comando, quer para a saída da coluna, quer para mandar recolher ao quartel todos os oficiais que se encontravam em casa com as famílias.

AO LADO: Os revoltosos das Caldas da Rainha tinham montado um forte dispositivo de defesa, que lhes permitia resistir, se necessário. A defesa da porta de armas é documentada por esta foto, tirada por um dos situados, igualmente autor das fotos inéditas aqui apresentadas sobre o 16 de Março.



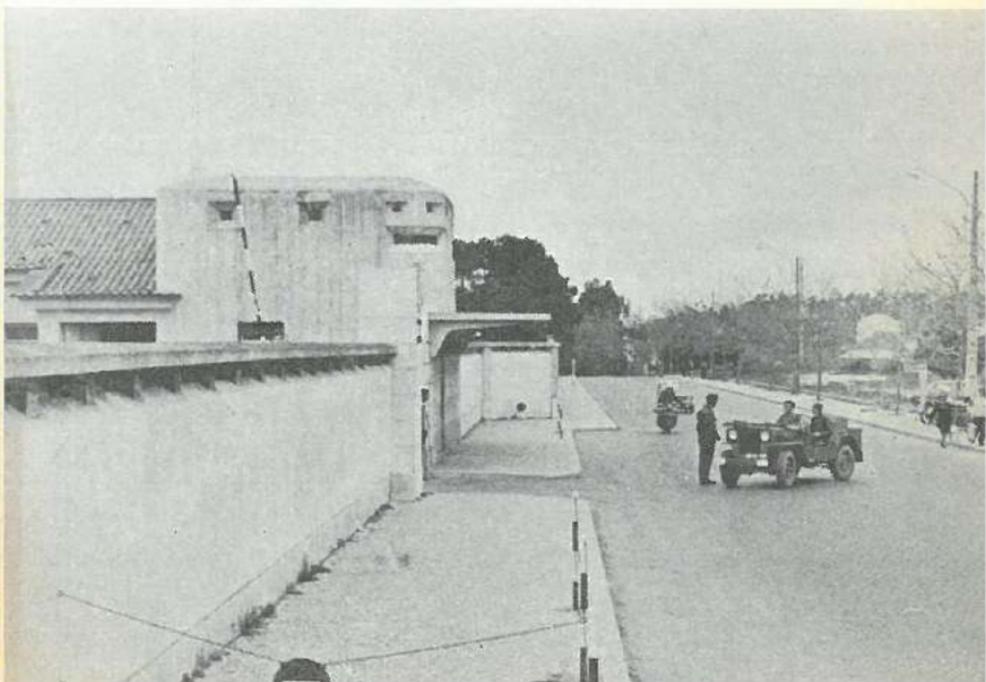


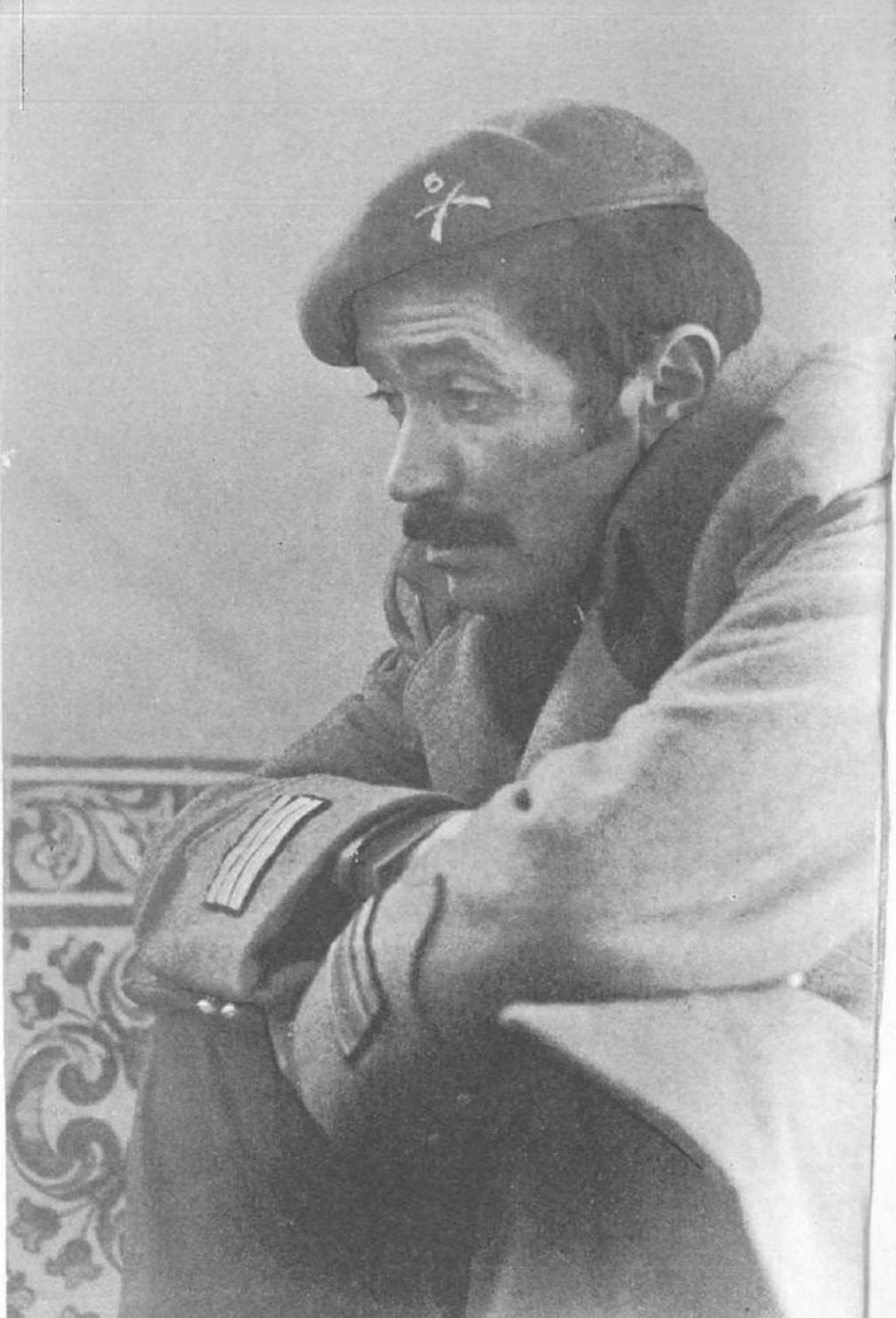
EM CIMA: Em frente da porta de armas do R. I. 5, o brigadeiro Serrano (à esquerda) exige a rendição, no prazo de dez minutos, aos majores Monje e Casanova, que com ele discutem da parte de dentro do barto (à direita).





EM BAIXO: O brigadeiro (à esquerda) aguarda a rendição dos militares revoltados, que só algumas horas depois lhe seria comunicada pelo major Casanova (à direita).





Entretanto, alguns oficiais dirigiram-se ao gabinete do comandante da Unidade, tendo convidado o Comando a colaborar sem resistência, esclarecendo tanto o comandante como o segundo comandante do que se estava a passar.)

O comandante, que nessa mesma tarde, com desfile na parada e apresentação de oficiais, assumira o comando da Unidade, em substituição do anterior que estava com baixa por doença, é convidado a aderir depois de lhe ter sido explicado o que se pretendia fazer. Recusa, não oferecendo qualquer resistência. Com ele são também neutralizados o segundo-comandante, três majores, um capitão e um tenente (que se suspeitava ser informador da Pide.)

(Continuando a descrição do que se passou na sua Unidade, acrescenta o oficial do R. I. 5:

Entretanto, formava o Regimento, distribuíam-se as missões, ao mesmo tempo que eram dados a conhecer aos oficiais milicianos, sargentos, praças e instruendos do C. S. M. os ideais que nos moviam, tendo tido como resposta uma adesão total que ultrapassou bastante o que se esperava.)

AO LADO: Regressados ao seu quartel, os revoltosos de Caldas da Rainha não sabem como aplicar o falhanço da operação, levada a efeito. Esta foto do capitão Novo é a própria imagem do cansaço e do desalento.

Precisando melhor: houve duas reuniões destes homens. Na primeira, pouco depois da 1 hora da manhã, os graduados escolheram livremente o capitão sob cujas ordens se dispunham a actuar. Na segunda, cerca das duas da manhã, o capitão Ramos falou para cerca de trinta graduados na sala de oficiais, explicando-lhes o sentido da operação. Ele comandaria uma coluna do R. I. 5 que seguiria para Lisboa, a fim de ocupar o aeroporto, ao mesmo tempo que outras Unidades teriam outras missões distribuídas. Com ele, seguiriam três capitães e cada um deles comandaria um troço da coluna, que sairia unida do quartel mas depois se fraccionaria em três grupos de intervenção. O primeiro grupo deslocar-se-ia da coluna para ocupar o viaduto a seguir à portagem. O segundo tomaria posições na Rotunda do Aeroporto, também conhecida por «Rotunda do Relógio». O terceiro avançaria para o Aeroporto, que deveria ser tomado numa operação rápida, sem tiros (a não ser em defesa), podendo-se utilizar duas ou três granadas de mão para desmoralizar os defensores.

Segundo declarações de um graduado presente a este «briefing», o cap. Ramos informou que se contava com a adesão da Força Aérea, desde que o general Spínola aceitasse comandar as operações, e que para isso estavam já em Lisboa dois majores para o convencerem a aderir. (Soube-se mais tarde que se referia aos majores Monje e Casanova, que contactaram Spínola naquela noite,

não conseguindo, segundo parece, a sua concórdia.) A Marinha manter-se-ia neutra e, tal como a Força Aérea, não interviria contra. Referiu-se depois a Marcelo Caetano e à sua política, dizendo que todos estavam fartos de «marceladas».

Ainda segundo a mesma fonte de informação, era enorme em todos os oficiais o entusiasmo de lutar para a queda do Governo. «A palavra insucesso parecia não existir para eles, tal o optimismo que mostravam».

(Prosegue o oficial das Caldas da Rainha:

Cerca da uma hora da manhã do dia 16, tinham entrado no quartel quase todos os oficiais que tinham sido chamados a suas casas, e imediatamente receberam a missão de defender a todo o custo o Regimento até à chegada da coluna que havia de seguir rumo a Lisboa e que já estava organizada.)

Vários contactos foram sendo feitos, entretanto, com outras Unidades, dando-lhes conta da disposição do R. I. 5 de sair em direcção a Lisboa. A Escola Prática de Cavalaria, que por estar aquartelada em Santarém poderia rapidamente juntar-se à coluna, afirma não poder sair por não estar preparada.

A MARCHA SOBRE LISBOA

Na convicção de que outras Unidades estariam, entretanto, já a movimentar-se, cerca de cem oficiais e sargentos, acompanhados por pouco mais de uma centena de entusiasmados soldados, rompem com quinze viaturas em direcção ao Aeroporto de Lisboa, cerca das quatro horas da manhã. Como não se conta com Santarém, é escolhido o percurso mais directo. (Mais tarde, dir-se-ia que a coluna passara pela cidade ribatejana para contactar a E. P. C., o que não é verdade.)

Foi uma viagem plena de ansiedade, mas também de entusiasmo. Todos sentiam a responsabilidade do momento que estavam a viver, mas conscientes da sua imperiosidade. No que se refere aos oficiais do «Movimento», o grande momento ansiosamente esperado tinha chegado.

Pouco depois do Carregado e antes de entrar na auto-estrada, a coluna cruza-se com viaturas da G. N. R. transportando pessoal. Todavia, não param, e a coluna prossegue em direcção a Lisboa. Passara o primeiro momento de perigo.

A cerca de três quilómetros da portagem, com Lisboa à vista, surgem à coluna, junto do automóvel em que se transportavam, os majores Monje e Casanova. As viaturas param, e os dois oficiais dão a conhecer más notícias: tropas, G. N. R. e P. S. P. estavam preparadas para defrontar os homens do R. I. 5 e não os deixar chegar, por qual-

quer preço, ao seu objectivo. As Unidades fiéis em Lisboa não tinham conseguido sair em armas, pelo que não restava qualquer alternativa senão regressarem às Caldas e aguardarem no quartel, fortificados, o desenrolar dos acontecimentos, nomeadamente dos que se tinham notícia, no Norte. (Soube-se mais tarde que algumas das tropas que aguardavam a coluna, aparentemente para a rechaçar, não o fariam. É o caso das forças do R. A. L. 1 e de Caçadores 5, nomeadamente, cujos oficiais pertenciam ao «Movimento» na quase totalidade. O cap. Bicho Beatriz, de Caçadores 5, levava ordens para prender o major Vinhas, que comandava a força, e colocá-la ao lado dos revoltosos do R. I. 5, se chegassem a encontrar-se com estes.)

Não será difícil calcular o que sentiram todos aqueles homens ao terem de voltar para trás sem terem conseguido concretizar o seu objectivo. Para os oficiais integrados no «Movimento», que há tanto tempo viviam a esperança de uma reviravolta que trouxesse ao País as liberdades democráticas e o fim de uma guerra sem sentido, a provação terá sido bem dolorosa. Ainda não era desta...

Monje e Casanova partem para as Caldas da Rainha, enquanto a coluna inicia também o regresso. Um incidente, porém, surgiria ainda, embora sem consequências de maior: pouco depois, surge estacionada na outra faixa de rodagem uma pequena força da G. N. R., parada. Os militares param. Por

precaução, os homens são mandados saltar das viaturas. Um dos soldados, precipitado, deixa que a arma se dispare: a pequena força da G. N. R. desapparece de imediato por detrás das moitas próximas — não era caso para menos... Tudo se esclarece, porém: o tenente que comandava a pequena força declara-se apenas armado de pingalim (!) quando os capitães lhe aconselham: «Não se meta nisto». (Curioso: no mesmo dia, à tarde, o comandante da E. P. C. recebe à porta (entreaberta) do quartel, três jornalistas, que o inquirem sobre o que se passa. Responde: «Não há nada, não se passa nada. Como vêem, até só estou armado com um pingalim de 7\$50...» E exhibia sorridente um pequeno bastão de arte africana.)

A coluna regressa às Caldas sem mais problemas, tendo apenas alguém aventado a hipótese (logo afastada) de se dirigirem para a Serra de Montejunto e aí se entrincheirarem, pois tinham alimentos para três dias. Uma viatura que, entretanto, avaria é abandonada na estrada. Monje e Casanova já estavam no quartel.

Cabe aqui referir um episódio relacionado directamente com a marcha dos homens do R. I. 5 sobre Lisboa que é altamente esclarecedor das posições tomadas por elementos do Governo quando postos perante determinadas situações. Ligado ao «Movimento dos Capitães» no início do seu aparecimento, o coronel Viana de Lemos é colocado, precisamente por esse motivo, no cargo de subsecre-

tário do Exército. Na realidade, conhecendo os seus elementos poderia mais facilmente resolver os problemas. A verdade é que colaborou da melhor forma... com o Governo. E, por intermédio do seu estímulo, logo que o «Movimento» passou dos problemas militares aos políticos a P. I. D. E./ /D. G. S. foi posta no encalço dos capitães.

Conhecido o levantamento da tropa das Caldas da Rainha, Viana de Lemos convence o ministro do Exército a utilizar contra a coluna do R. I. 5 nada mais nada menos que o heli-canhão de que dispõe a Força Aérea, arma terrivelmente eficaz e destruidora. A razia desejada por Viana de Lemos (e apoiada por Andrade e Silva) só não se consumou porque o general Polleri, secretário de Estado da Aeronáutica, se opôs terminantemente. Assim funcionavam os «duros» do nosso Exército...

(Reportando-se a esta fase dos acontecimentos, afirma o oficial do R. I. 5:

Antes das 8 horas do dia 16, chegaram ao R. I. 5 os dois majores, cuja chegada era prevista. Depois de identificados, foi-lhes facultada a entrada. Os mesmos referiram terem dado ordem de recolher a quartéis às diversas Unidades e terem esperado pela coluna das Caldas a cerca de três quilómetros de Lisboa, tendo-a mandado regressar.

Calmamente, disseram que o pessoal das Caldas tinha cumprido a sua missão e estava a regressar, mas que nesse dia o assunto não podia ser resolvido, pois correria muito sangue. Estava, pois, em causa fazer um golpe de Estado sem sangue.)

Pouco depois de ter entrado a coluna, cerca das 10,30, o quartel vê-se privado de electricidade, água e telefone, cortados no exterior. Pouco de zona sul, começa a ser cercado por forças enviadas, pois, o Regimento, situado à saída da cidade, na saída pelo Quartel-General da Região Militar de Tomar e pertencentes ao R. I. 7 (Leiria), R. I. 15 (Tomar), e E. P. C. (Santarém), além de pessoal da G. N. R., Polícia de Choque da P. S. P. (que tinha sido enviada para a Marinha Grande para reprimir uma greve do pessoal da indústria vidreira) toma posições, os longos «casse-tetes» na mão e os cães-polícias pela trela.

Quando o quartel começou a ser cercado, os soldados correram às arrecadações das companhias para levantarem as armas que já haviam entregado. Notava-se uma decidida vontade de se oporem à possível invasão. As sentinelas nos postos de vigia pediam constantemente aos seus comandantes ordem para atirar pois «os outros estão a progredir». Entretanto, um dos capitães reuniu os soldados na parada e tranquilizou-os dizendo que só os capi-

tães e tenentes eram responsáveis pelo que tinha acontecido e que às praças não sucederia nenhum mal.

A RENDIÇÃO

Já perto das 14 horas, o brigadeiro Serrano comparece à porta de armas, exigindo a rendição ao major Monje, comandante dos revoltosos. Do desprezo dos sitiados é bem sintomática a descrição feita por um furriel miliciano que estava dentro dos muros: «O brigadeiro, empoleirado num «jeep», começou a falar em altos brados para o major, mas como este ficasse impassível, encheu-se de cólera e com isto só conseguiu ridicularizar-se perante a malta que o estava a ouvir. É um indivíduo magro, de orelhas grandes, encolhido, enfim uma figura caricata. A sua voz de cana rachada, com que pretendia impor-se, mais o tornavam digno de chacota, porque era impossível fazer-se respeitar fosse por quem fosse.» Da troca de palavras entre os dois comandantes adversos os soldados retiveram este diálogo, que aqui fica como no-lo transmitiram:

- Abra o portão, em nome da autoridade!
- Autoridade talvez tenha, mas na nossa terra a autoridade está muito mal constituída!
- Tem um quarto de hora para abrir o portão, sob pena de haver sangue!

— Não é o senhor que me leva a abrir o portão. Só recebemos ordens do nosso general Spínola!

Não garantimos a plena autenticidade das palavras, mas foi o que os soldados gravaram na memória. Enquanto isto, na guarita em frente, a menos de cinco metros, o tenente que comandava uma secção de metralhadoras fazia esforços para conter os soldados que apontavam ao brigadeiro, dizendo: «Deixe disparar, meu tenente, este já está na mira!»

(Ao terminar o depoimento que nos prestou, o oficial do Regimento de Infantaria 5 sublinhou um dos efeitos importantes que foi possível tirar do 16 de Março: a repercussão ao nível nacional (apesar de tudo) e internacional:

Os dois maiores ordenaram que não se fizesse fogo contra as tropas que cercavam o R. I. 5, pois não se pretendia fazer sangue.

Interessava ganhar tempo para fazer sentir ao Mundo que era uma luta de vontades, uma luta de ideais, uma acção por um Portugal melhor, uma luta pela defesa da sociedade, uma luta pela liberdade do Povo Português.)

A rendição é decidida mais tarde, por resolução tomada pelos oficiais da Unidade e pelos majores

Monje e Casanova — que tinham recusado a hipótese de fugirem pelas traseiras do quartel, preferindo fardar-se na messe e enfrentar a situação — e o pessoal é desarmado.

O PRINCÍPIO DO FIM

Caldas da Rainha foi, naturalmente, o centro das atenções gerais do País, naquele sábado histórico. Com a cidade pejada de habitantes gozando calmamente o fim-de-semana, de curiosos e de jornalistas ávidos de saber o que na realidade se passava, os boatos circulavam de café em café, de grupo para grupo. Com a Estrada Nacional cortada desde o extremo sul da cidade até ao desvio para Óbidos (impedindo, portanto, o trânsito em toda a extensão da parte fronteira do aquartelamento), numerosos automóveis subiam para o alto do Avenal, tentando lobrigar de longe o que se passava no interior do Regimento. Esforços baldados, de resto: depois das 17 horas, apenas alguns «jeeps» e camiões foram vistos a entrar o portão principal. A rendição já se dera.

«REINA A ORDEM
EM TODO O PAÍS»

De muitos e variados pontos obtinham as Redacções dos jornais informações as mais diversas. De grande interesse eram as que se relacionavam com o general Spínola, cuja destituição fora anunciada no dia anterior. Claro que a maioria das informações primava pela total ausência de exactidão, por apoiadas em boatos apenas. Assinale-se, a título de exemplo, que numa lista cronológica de acontecimentos, elaborada na Redacção de um vespertino de Lisboa à medida que as horas iam passando, a presença de Spínola foi sucessivamente assinalada no Porto (onde estivera, na realidade, na véspera), numa Unidade do Norte, em Santarém (notícia de Espanha captada às 13 e 15), novamente no Porto, uma vez mais em Lisboa, em Lamego, em Santa Margarida, em Viseu...

Afinal, o primeiro Presidente da II República, nascida do 25 de Abril, passara a noite na sua casa discreta da Rua Rafael Andrade, perto do Campo de Santana — ainda que fortemente guardado por oficiais da sua confiança que, armados, ali se mantiveram de vigília. Enquanto no exterior os «pides» montavam igualmente o seu cerco de precaução... Claro que para vigiar os movimentos do general.

As notícias eram, pois, as mais desencontradas. Todavia, gostaríamos que deste facto não se tirasse

a conclusão precipitada de que tudo o que depois veio a lume nos jornais reflectiu esta anarquia de informações. Será correcto, sim, concluir-se que a Imprensa portuguesa, apesar das grandes dificuldades com que se debatia para informar com verdade e completamente, desenvolvia os maiores esforços para que isso sucedesse. Daí que, neste caso, os jornalistas tivessem na mão, a dada altura, um ramalhete de informações contraditórias que tinham ido procurar às mais diversas fontes. Claro que a conclusão final a que se chegou, já fundamentada, não foi completamente transmitida aos leitores: a Censura estava, uma vez mais, vigilante.

Eram 17 e 54 precisamente quando chegou às Redacções o comunicado oficial do Governo acerca dos acontecimentos, transmitido através da Secretaria de Estado da Informação e Turismo. O seu texto, curto, reflectia afinal a sobranceria com que o Governo de Marcelo Caetano encarara o levantamento militar:

«Na madrugada de sexta-feira para sábado, alguns oficiais em serviço no Regimento de Infantaria 5, aquartelado nas Caldas da Rainha, capitaneados por outros que nele se introduziram, insubordinaram-se, prendendo o comandante, o segundo comandante e três majores e fazendo em seguida sair uma Companhia autotransportada que tomou a direcção de Lisboa.

O Governo tinha já conhecimento de que se preparava um movimento de características e finalidades mal definidas, e fácil foi verificar que as tentativas realizadas por alguns elementos para sublevar outras Unidades não tinham tido êxito.

Para interceptar a marcha da coluna vinda das Caldas, foram imediatamente colocadas à entrada de Lisboa forças de Artilharia 1, de Cavalaria 7 e da GNR.

Ao chegar perto do local onde estas forças estavam dispostas e verificando que na cidade não tinham qualquer apoio, a coluna rebelde inverteu a marcha e regressou ao quartel das Caldas da Rainha, que foi imediatamente cercado por Unidades da Região Militar de Tomar.

Após terem recebido a intimação para se entregarem, os oficiais insubordinados renderam-se sem resistência, tendo imediatamente o quartel sido ocupado pelas forças fiéis, e restabelecendo-se logo o comando legítimo.

Reina a ordem em todo o País.»

O Governo encarava, pois, a insurreição quase como um «acidente», no caminhar paulatino da vida nacional. Com um pequeno comunicado, digamos que arrumava a questão. A verdade é que o susto inicial fora grande: o Governo e o almi-

rante Tomás tinham procurado refúgio imediato, às primeiras horas da madrugada, em Monsanto. E foi na sala de operações subterrânea das instalações da Força Aérea que passaram grande parte do dia aguardando os acontecimentos, fortemente guardados no exterior por tropas pára-quedistas vindas do Regimento de Tancos.

A prevenção rigorosa fora ordenada a todas as Unidades às 4 horas da manhã. A PSP de Lisboa foi posta de rigorosa prevenção; a GNR, para além de fazer parte do dispositivo de defesa de Lisboa e de participar no cerco ao RI 5, manteve cercada a Academia Militar, na Amadora, desde as 2 às 7 horas da manhã, onde acabou por ser preso o tenente-coronel Almeida Bruno (mais tarde, chefe da Casa Militar do Presidente Spínola). As fronteiras chegaram a estar fechadas. E, facto que não poderá deixar de referir-se, uma formação de tanques da *Division Acouraçada «Brunete»* saiu do quartel de «El Guloso», perto de Madrid — segundo asseguram jornalistas do país vizinho —, às 3 horas da manhã do dia 17, foi metida discretamente num comboio especial e estacionou depois «em manobras» a 25 quilómetros da fronteira de Badajoz, mantendo-se ali 22 horas. Os acontecimentos da véspera, em Portugal, poderão talvez explicar estas inesperadas «manobras» tão perto da raia: o Pacto Peninsular vigorava (aliança militar dos dois Governos fascistas).

Conhecido já o comunicado do Governo, resta-

belecido o trânsito na Estrada Nacional e retirada a maior parte das forças que montavam o cerco ao RI 5, consumou-se a prisão dos oficiais e graduados do Regimento que tinham tomado parte na insurreição—ou seja, praticamente todos. Eram 21 e 30 quando um autocarro do Exército saiu o portão, rumo a Lisboa. Guardados por um tenente-coronel (de arma em punho) e por outro oficial, 30 militares (capitães, tenentes e alferes) foram assim transportados para o Regimento de Artilharia Ligeira 1, à entrada de Lisboa, ficando inicialmente detidos na enfermaria da Unidade.

Às 3 horas da manhã, muitos sargentos, furriéis e cabos-milicianos, além de 35 aspirantes milicianos, foram conduzidos em camiões para o Campo Militar de Santa Margarida. Foi uma viagem penosa e longa: seis horas e meia. A coluna parava com frequência, para juntar as viaturas que a todo o momento se distanciavam umas das outras e quase se perdiam de vista. Instalados em casernas isoladas do Regimento de Cavalaria 4 e do CISM, os graduados e aspirantes começaram a ser interrogados na quinta-feira seguinte pelo tenente-coronel Andrade e Sousa, segundo um questionário relativo à participação de cada um na insurreição. Sem visitas, sem correspondência, graduados e aspirantes acabaram por deixar o Campo de Santa Margarida quinze dias depois de ali terem entrado sob grande vigilância. Transferidos para outras Unidades, vieram afinal a transmitir a mui-

tos camaradas o entusiasmo que tinham posto na operação das Caldas.

Um erro que os altos comandos militares vieram afinal a cometer com os oficiais do CIOE de Lamego: como resultado da atitude tomada no dia 15, muitos deles foram posteriormente transferidos de Unidade. E casos houve em que essa pena resultou em total benefício para o «Movimento»: colocados em Unidades onde o entusiasmo amainara ou em que não havia mesmo implantação do «Movimento», esses oficiais vieram a ter um papel importantíssimo, conseguindo a adesão de muitos camaradas e a participação activa das Unidades no 25 de Abril. Como alguém disse, o Governo, em vez de apagar o fogo, soprou as cinzas, espalhando-as por todo o lado...

O mesmo não aconteceu aos oficiais das Caldas da Rainha: levados para o RAL 1, poucas horas depois os majores Monje e Casanova, os capitães Ramos, Garcia, Varela e Freitas, e ainda o tenente Silva Carvalho foram transferidos para o Forte da Trafaria, juntando-se a Almeida Bruno. Dois dias depois, também os capitães Gil e Faria passam do RAL 1 para a Trafaria. Ao fim de cinco dias de permanência no RAL 1, sete alferes-milicianos, que se mantinham no Exército ao abrigo de uma circular que permitia o prolongamento do serviço obrigatório, são soltos e passados à disponibilidade, aparentemente sem problemas. Porém, alguns deles são pouco depois presos pela PIDE e alvo,

durante algum tempo, de apertados interrogatórios e torturas para que revelassem quem eram os cabecilhas da insurreição. Depois de baldados esforços, a PIDE acabou por soltá-los.

Entretanto, como seria de esperar, o «Movimento dos Capitães» reage fortemente aos acontecimentos e às prisões. Dois dias depois da insurreição, surge o violento documento de análise que reproduzimos:

«CAMARADAS:

O Movimento de Oficiais, em face dos recentes e graves acontecimentos que abalaram a Nação, as FA e, em particular, o Exército, não pode deixar de proceder a uma análise, ainda que breve, da situação, e extrair as lições que se impõem.

A história recente do Movimento foi marcada, inicialmente, por um episódio que é já do conhecimento de todos: a transferência súbita e injustificada de quatro camaradas (dois para os Açores, um para a Madeira, o último para Bragança). Instalavam-se em pleno os métodos de terrorismo administrativo já de há muito utilizados por pseudochefes militares completamente alheios aos reais problemas das FA e a quem apenas interessa defender privilégios,

identificando-se com o poder político e económico e abandonando os camaradas mais jovens, os quais parece desprezarem e por todas as formas procurar humilhar. Sabe-se como o Movimento recusou admitir semelhante arbitrariedade e com tal atitude de firmeza provocou reacções a nível de Poder que revelaram, de forma insofismável, a sua intolerância, a sua total incompreensão dos problemas, a sua completa incapacidade, insensatez e cegueira política e administrativa.

Isto mesmo foi abertamente sentido por todos, alguns dias mais tarde, quando assistiram, indignados, à manifestação feita pelos generais que se diziam representar as FA e que nada mais representavam senão a si próprios e à sua falta de coragem cívica e moral. Ao pretender hipotecar as FA, esses oficiais-generais revelavam a sua fraqueza, a sua falta de visão a todos os níveis, o desprezo em que tinham os sentimentos e as aspirações da esmagadora maioria dos militares. Participaram numa farsa que, iniciada com um discurso do Presidente do Conselho a uma Assembleia que carece de legitimidade, e continuada com uma moção aclamada mas não discutida, viria a culminar com a sua afron-tosa representação. Apenas os generais

Costa Gomes e Spínola e o contra-almirante Bagulho se recusaram a participar em semelhante espectáculo! Para eles vão, desde já, as nossas homenagens. A sua atitude é inteiramente apoiada pelo Movimento.

Não será ousado adiantar que aquela inqualificável manifestação foi a causa imediata dos acontecimentos mais recentes, que levaram alguns camaradas, generosos e abnegados, sem dúvida, mas excessivamente impacientes, a tentarem resolver a situação de modo imediato. Afirmamos, desde já, a nossa solidariedade activa para com os camaradas presos, que não nos cansaremos de defender, seja em que circunstâncias for. A sua causa é a nossa, embora possamos criticar a sua impaciência. Todavia, a acção que desencadearam não foi inútil! Ela serviu para despertar a consciência de alguns que porventura ainda hesitassem. Serviu para definir com clareza os campos em presença, donde se tiram lições preciosas para o futuro próximo. Serviu para revelar, de uma forma brutal, as contradições em que se debate o Exército e — como este é o «espelho da Nação» — a crise geral do País. Serviu, enfim, para evidenciar os métodos a que recorrem os nossos «chefes», a sua total ausência de escrúpulos e as alianças a que

recorrem para tentarem esmagar e paralisar aquilo que é já irreversível. Em particular, sob este último aspecto, compete-nos denunciar a intromissão da PIDE/DGS (a qual foi directamente accionada pelos ministro e subsecretário de Estado do Exército), prendendo camaradas e, pelo menos num caso, forçando a entrada a pontapé, cerca das cinco horas da manhã, na casa de um camarada, maltratando física, moral e psiquicamente a mulher e filhos deste e efectuando uma busca domiciliária sem mandato legal. Esta interferência da polícia política é intolerável, representa um repugnante atentado aos nossos já mais que violados direitos, e não podemos permitir que tais factos se repitam, sob pena de se generalizarem e de perdermos, por completo, a nossa mais que abalada dignidade e o frágil prestígio que nos resta. Mas não ficaram por aqui os nossos «chefes». Chamaram a GNR que enviaram contra os nossos camaradas do RI 5, confiando ainda àquela corporação a tarefa inadmissível e ultrajante de cercar a Academia Militar! Por sua vez, a Legião Portuguesa, revelando a existência dum aparelho militar e policial operante, colaborou com a DGS e a GNR, chegando a participar no seguimento das forças do RI 5 que regressavam

às Caldas da Rainha. Será, porventura, ocasião de esperar que o Governo e os «chefes» militares tenham finalmente encontrado na Legião Portuguesa, na GNR e na DGS os valorosos combatentes de que carecem para prosseguir em África a sua política ultramarina?!

Camaradas dos três ramos das Forças Armadas: o episódio da marcha do RI 5 sobre Lisboa, articulado aos acontecimentos que imediatamente o antecederam, permite-nos prosseguir o nosso Movimento com mais segurança e realismo.

Confiamos, desde já, no vosso espírito de camaradagem e na vossa solidariedade para com os militares presos (cerca de 200, entre oficiais do Q. P. e do Q. C., sargentos cabos-milicianos e praças), que deram uma primeira prova real, ao País e às FA, que não estamos dispostos a tolerar tal estado de coisas.

Apelamos, finalmente, para que se mantenham firmes em relação aos já anunciados objectivos do Movimento. É necessário mantermos a coesão e reforçarmos as nossas estruturas, conscientes de que, se soubermos ser coerentes e lúcidos, em breve alcançaremos o que nos propusemos.

A BEM DA NAÇÃO E DAS FORÇAS ARMADAS
A Comissão

A reacção aos acontecimentos é também positiva, nesta altura, nos sectores democráticos, já então a par do que se passava nas Forças Armadas. Numa circular datada de 27 de Março, o Movimento CDE de Lisboa afirma que *«o movimento a que assistimos no dia 16 de Março não tem essencialmente o significado de um acto isolado de um grupo mais corajoso de militares, mas encontra-se na continuidade de um movimento de descontentamento das Forças Armadas, que atinge hoje proporções muito largas, quanto ao papel que lhes é atribuído na guerra colonial e na sustentação do regime fascista»*. E acrescenta: *«As hesitações e falta de capacidade de resposta evidenciadas pelo Governo na crise que atravessamos estão bem visíveis na discreta e tímida reacção que constitui a nota oficiosa de 16 de Março como posição oficial perante o movimento militar.»*

Indo finalmente ao encontro daquilo que sabia germinar nos militares, a CDE de Lisboa esclarecia os democratas (e os próprios militares) nestes termos: *«A luta contra a política colonial do Governo e pelo estabelecimento de instituições democráticas não pode ser dissociada, pois, da luta mais geral pela resolução dos problemas fundamentais da nossa população. Por isso, os movimentos militares terão tanto maiores possibilidades de alcançar objectivos justos que se proponham quanto mais identificados com as preocupações*

e os sentimentos gerais do Povo português, quanto mais próximos estiverem das largas camadas que vivem oprimidas na actual organização da sociedade portuguesa, nomeadamente os trabalhadores, os estudantes e todos os que são esmagados sob o peso das grandes empresas e dos grandes grupos económicos.»

Para além de manter presos no RAL 1 e no Forte da Trafaria os oficiais das Caldas da Rainha, que resposta dera o Governo à insurreição, para além do comunicado? Que posição tomou o Governo perante o violento documento do «Movimento dos Capitães»? Pois... apenas com uma «conversa em família» de Marcelo Caetano. Que diria, em 28 de Março, mal sabendo que falava pela última vez ao País: (...) *No que todos os estrangeiros, desejosos de nos ver despojados do ultramar, jogam é no colapso da retaguarda em Portugal. Isso viu-se no entusiasmo com que os meios de informação de tantos países seguiram e avolumaram o episódio militar que a irreflexão e talvez a ingenuidade de alguns oficiais lamentavelmente produziu há poucos dias nas Caldas. Ficou o mundo melhor informado do que se passa em Portugal? Há por aí frequentes queixumes de que não temos por cá informação completa. Nada, porém, do que de verdadeiro se passa e que ao público interesse deixa de ser trazido ao conhe-*

cimento dele¹. (...) Há pouco, referi-me à irreflexão dos oficiais que se lançaram na aventura de há dias. Irreflexão, por não considerarem que em tempo de guerra subversiva toda a manifestação de indisciplina assume particular gravidade. Irreflexão, por não terem em conta que há manobreadores políticos, cá dentro e lá fora, prontos a explorar todos os episódios de que possam tirar partido, para cavar dissensões internas e minar os alicerces do Estado, e para fazer beneficiar interesses do estrangeiro.»

Enquanto Marcelo Caetano assim perorava, o «Movimento» continuava a organizar-se, agora na maior discreção e segredo. Tendo decidido não difundir mais quaisquer documentos, a Comissão Coordenadora continuou a trabalhar na preparação do Programa, agora já em contacto estreito com Costa Gomes e Spínola. Os oficiais nas Unidades prosseguiam o trabalho de «sapa» de mentalização dos camaradas e de preparação do próprio material bélico, ao mesmo tempo que publicamente, perante os comandos, se mostravam desa-

¹ Os autores, jornalistas profissionais, não podem deixar de reagir, ainda agora, a tão descarada afirmação de quem sabia perfeitamente a actividade da Censura/Exame Prévio, máquina infernal e vigilante que diariamente retalhava «o que de verdadeiro se passava» e queria ser dado ao público nas páginas dos jornais.

nimados e declarando que os problemas tinham que se resolver pela via legal...

Em 21 de Abril, com o plano operacional já totalmente estabelecido, um dos autores deste trabalho foi abordado por um oficial do «Movimento», com quem mantinha frequentes contactos, e encarregado de espalhar o boato nos meios jornalísticos de que os capitães iriam fazer uma manifestação pacífica no Terreiro do Paço, em uniforme n.º 1, para apresentarem ao ministro do Exército as suas reivindicações. Boato destinado, evidentemente, ao Governo e também à PIDE, que nesta altura andava preocupada com as manifestações do 1.º de Maio e acabara de prender cerca de 50 democratas que se encontravam reunidos na sede de uma cooperativa em organização («Forja»). Soube-se, todavia, que o ministro da Defesa perguntara à PIDE o que se passava em relação aos militares e esta respondera que «estavam calmos». Mas acrescentara também que «os capitães não estão esquecidos». Facto que não deixou de ser tomado em conta pelo «Movimento» e o levou a apressar os preparativos, especialmente depois de saber também que no dia 2 de Maio a PIDE iria prender 22 oficiais.

Depois... foi o 25 de Abril inesquecível.

NOTA — Apenas dois dias depois do levantamento das Caldas da Rainha, logo no dia 18 de Março apurámos em meios militares que o «plano operacional» do 16 de Março

envolveria vários golpes-de-mão praticados por oficiais com experiência da guerra de África, os quais deveriam neutralizar, de surpresa, o primeiro-ministro Marcelo Caetano, o presidente Américo Tomás e os ministros militares, enquanto algumas forças de Lisboa ocupariam pontos estratégicos para dissuadir a resistência governamental. A operação falhou, mas os nossos informadores, afectos a este plano, não se mostravam descoroçoados, antes nos garantiram que, *dentro de dois meses*, seria tentada nova operação com resultado sempre garantido (como de resto consideravam positivo o desfecho das Caldas, com a prisão de trinta oficiais). E explicaram-nos que, de acordo com o seu plano, tentariam todas as vezes que fossem necessárias, até conseguirem o fim da guerra, ou através do derrube do governo ou através da exaustão do corpo de oficiais. «*Se nós formos presos às centenas, como é que o governo vai continuar a guerra?*»

Algum tempo mais tarde, foi-nos garantido que os oficiais dispostos a uma segunda tentativa seriam mais de duzentos, todos oriundos de milicianos, muitos com comando de tropas.

A confirmar-se a verosimilhança desta versão, ela significaria que já o levantamento das Caldas fora aproveitado para o plano desesperado destes oficiais, o que, de algum modo, explicaria o papel determinante que vários ex-milicianos e vários oficiais do Q. P. simpatizantes do general Spínola tiveram nessa operação. Explicaria também uma informação (não confirmada) segundo a qual o RI 5 só se teria rendido depois de ter recebido ordem da «organização» (sic) que estaria em Lisboa.

Uma coisa, porém, é certa. Se os simpatizantes de Spínola estiveram na base do levantamento das Caldas, a acção processou-se com forças afectas ao «Movimento», cuja preparação operacional se encontrava em fase adiantada, as quais teriam actuado no desconhecimento dos cordelinhos escondidos.

Laborando sempre na base destas hipóteses, pode admitir-se que os ex-milicianos, apesar da sua adesão recente ao «Movimento», verificada em 5 de Março, continuavam a desenvolver um projecto paralelo, em ordem a anteciparem-se ao «Movimento». A concretizar-se o seu projecto isolado, eles colheriam os louros do derrube do fascismo e, conseqüentemente, reforçariam a sua posição dentro do Exército, frente aos seus camaradas do Q. P. oriundos da Academia (que há muito haviam abandonado as reivindicações classistas, lançados já num processo de politização adiantado).

Felizmente, o 25 de Abril surgiu com todo o peso da sua organização, antes que pudesse concretizar-se um golpe desesperado sem perspectivas políticas e com todos os riscos de uma guerra civil e/ou de criação de um regime de força.

CAPÍTULO III

RAÍZES LONGÍNQUAS
DO 25 DE ABRIL

A. O «MOVIMENTO MILITAR INDEPENDENTE»
DE 12 DE MARÇO DE 1959

B. ABRIL DE 1961: MILITARES CONTRA
A GUERRA COLONIAL

Muitos anos antes do 25 de Abril, várias foram as tentativas para derrubar o fascismo. As primeiras, entre as quais, em 1931-32, a Revolta da Madeira, representam a reacção da velha democracia vencida. Mas, após o fim da última Guerra Mundial, acreditava-se que a derrota do fascismo italiano e do nazismo alemão representava ao mesmo tempo a vitória das democracias, e contava-se que a ditadura não poderia sustentar-se isoladamente em Portugal, mas que seria arrastada na derrota de Hitler e de Mussolini. Os anos de 1944 e 1945 são marcados em Portugal por um surto do ideal democrático, que já vinha do período anterior animado pelo MUNAF (Movimento de Unidade Nacional Antifascista), do qual fizeram parte António Sérgio, Bento Caraça, José Magalhães Godinho, José Gregório (então funcionário do Secretariado do PC), Rui Luís Gomes, Piteira Santos, Alfredo Franco e outros conhecidos políticos da Oposição. O MUNAF visava a conquista do poder e uma ordem democrática, chegando a apresentar um programa de governo provisório, mas na sua plataforma alargada, onde cabiam todos os antifascistas, residia também a sua inefi-

cácia. Talvez por essa razão, no clima de esperança democrática que se viveu em Portugal após a guerra o MUNAF desfez-se para dar lugar ao Movimento de Unidade Democrática (MUD), também unitário mas realmente dominado pelo PC.

A implantação do MUD, sobretudo na Universidade, foi um fenómeno ainda hoje de espantar. A maioria dos políticos democratas do futuro passou pelas suas fileiras (desde aqueles que haviam de optar por uma linha revolucionária e até romperiam com o PC, como Piteira Santos e Manuel Sertório, a outros que continuaram numa actividade menos radical, como Isabel Aboim, Bento de Jesus Caraça, Manuel Tito de Morais, Luciano Serrão de Moura, Lobo Vilela, Mário Soares e Salgado Zenha, que tinham sido dirigentes da primeira hora. Estes dois últimos fundariam a seguir o MUD juvenil, com Octávio Pato, Júlio Pomar, Rui Grácio e José Borrego. A actividade democrática em 1945 foi realmente marcada pelo MUD, que fez recolher no País listas com mais de 200 mil assinaturas pedindo eleições livres em Portugal.

Em 1947, o MUD entra em crise, depois da prisão de todos os membros da Comissão Central, mas só vem a desaparecer em 1951, para dar alternativa ao Movimento Nacional Democrático (PC) e ao Directório Democrático-Social (com Azevedo Gomes, António Sérgio, Jaime Cartesão e Mário Soares).

Os próprios militares estavam cansados e enver-

gonhados com o regime fascista, mas não vislumbravam maneira de fazer evoluir o regime. Foi Arlindo Vicente que recordou há dias: num país de oposicionistas sem Oposição, o povo desarmado era fácil juguete nas mãos dos que detinham as armas e, portanto, só um golpe militar poderia destruir a ditadura. O Exército foi tentado a alguns passos desesperados: a Revolta da Mealhada, em Abril de 1947, conduzida pelo comandante Queiroga e uma dezena de oficiais milicianos de Cavalaria 6, do Porto, que se lançam sobre Lisboa mas são detidos naquela zona; o movimento do almirante Cabeçadas, com Carlos Selvagem e Henrique Galvão e, sobretudo mais tarde, o Movimento de 12 de Março de 59 e a conspiração de Botelho Moniz em Abril de 1961, os quais, pela sua ligação directa com alguns homens e ideias do 25 de Abril, descreveremos com algum pormenor.

Outros actos desesperados são também tentados pelos movimentos revolucionários conduzidos pelo PC: as tentativas de rapto de Salazar em 1948, 1952 e 1953. Ao nível popular, vivem-se as lutas dos trabalhadores, com as greves revolucionárias do Barreiro e os movimentos dos camponeses alentejanos.

Por outro lado, os problemas coloniais começam a aparecer a uma luz nova, a partir do aviso prévio sobre Angola, com que Henrique Galvão surpreendeu a Assembleia Nacional, em 14 de Abril de 1949.

A. O «MOVIMENTO MILITAR INDEPENDENTE» DE 12 DE MARÇO DE 1959

Durante o mandato de Craveiro Lopes (1951-1958), o regime vive o seu período de maior tranquilidade. Mas, no final do mandato de Craveiro, há sintomas de cansaço: a ditadura durava mais do que era suportável, e o marechal sentia-se «vendido», por estar às ordens de Salazar. Começa a desenhar-se um esboço de conspiração militar, em que estavam implicados, entre outros, o capitão Almeida Santos, o general Júlio Botelho Moniz, o major de Estado-Maior Nuno Vaz Pinto e o coronel Serpa Soares, comandante da Escola Prática de Cavalaria (Santarém), que mantêm contactos secretos com Craveiro. (Mais tarde, já depois das eleições, os conspiradores hão-de conseguir, através de Craveiro Lopes, empurrar para ministro da Defesa o general Botelho Moniz, em substituição de Santos Costa. O novo ministro, porém, viu-se à frente de um Exército cheio de quadros salazaristas e logo revelou a sua tática: para preparar o levantamento militar seria preciso, antes, substituir nos altos comandos os chefes salazaristas por homens da sua confiança. Mas o ministro da Defesa procedia sem grandes pressas (o que chegou a irritar os conjurados), tanto mais que o ambiente insurreccional despertado pela campanha de Delgado não vinha ao encontro das

ideias pouco democráticas daquele chefe militar clássico.)

Entretanto, Craveiro Lopes, mais «queimado» perante o ditador pelas suspeitas de conspiração, tinha sido preterido por Américo Tomás, que veio a ser o candidato do Governo para a Presidência da República nas eleições de 1958.

Na Primavera deste ano, regressa a Portugal o general Humberto Delgado, saído das fileiras do fascismo mas convertido às ideias democráticas no contacto que tivera durante os últimos anos com a democracia burguesa dos Estados Unidos e do Canadá. Conhecedor da fraqueza da Oposição clássica portuguesa e acreditando também que só o Exército tem força para sustentar o regime ou para o derrubar, António Sérgio teve a ideia de apontar Humberto Delgado como candidato único da Oposição, projecto que Henrique Galvão, tempos antes, apontara secretamente ao general. Forma-se uma comissão de candidatura que abarca personalidades dos mais variados cambiantes políticos, desde Sérgio e os socialistas até Rolão Preto e mesmo monárquicos integralistas como Luís de Almeida Braga, passando por Jaime Cortesão, Vieira de Almeida, Azevedo Gomes e Mário Soares. Adere toda a Oposição portuguesa, menos o Partido Comunista, que inicialmente propõe para seu candidato o velho democrata prof. Cunha Leal, para logo depois o substituir por Arlindo Vicente.

É nesta altura que alguns oficiais, dos que meses

antes tinham acreditado em Craveiro e Botelho Moniz, julgam ver em Humberto Delgado o chefe que os haveria de conduzir ao golpe de Estado. Todos eles eram intuitivamente democratas e um ou outro até frequentava as palestras do Centro Nacional de Cultura, onde nesse ano se discutia muito o sentido da democracia. Foi nessas palestras que um deles, o capitão Almeida Santos, conheceu alguns civis, e entre estes o advogado Francisco de Sousa Tavares, a quem transmitiu um recado surpreendente: que sabia ter o general o apoio da maioria da Oposição, mas que a sua principal base de apoio era um importante núcleo de oficiais que tinham planeado com Delgado um golpe de Estado para alguns dias antes da campanha eleitoral. Compreendendo, porém, ser necessário articular o projecto militar com a actividade política, os oficiais procuravam um civil que fizesse ligação permanente e discreta entre o gabinete político da candidatura e os militares que preparavam o golpe. Sousa Tavares é convidado para desempenhar esta missão e, nessa mesma noite, é conduzido por Almeida Santos a casa de Humberto Delgado.

HUMBERTO DELGADO: UM CLIMA INSURRECCIONAL

As qualidades pessoais de Delgado, a sua maneira de falar ao povo, o ideal de liberdade

que apregoava, a audácia da célebre declaração no café «Chave de Ouro», no início da campanha, de que demitiria Salazar logo que fosse eleito, criaram à volta do general um verdadeiro entusiasmo que se transformou em movimento nacional. O Porto foi talvez o primeiro sinal: em 14 de Maio, apenas no quarto dia da campanha, Delgado é recebido por uma multidão delirante de 200 mil manifestantes. Só que a máquina técnica da candidatura não estava preparada para responder à avalanche de trabalho e tudo se arriscava a emperrear por aí, se não fosse a circunstância que entretanto surgiu. Os comunistas pressentiram que Delgado tinha conseguido levar o povo atrás de si, que o seu candidato não teria votos para vencer e que por isso seria boa política formar com Delgado uma aliança táctica, reforçando a esquerda. E assim, em 30 de Maio, no famoso «Pacto de Cacilhas», Arlindo Vicente desiste e Delgado torna-se candidato único de toda a esquerda portuguesa, que pela primeira vez parece ter condições para vencer uma eleição contra os fascistas (se estes não contrariassem as regras do jogo, como viria a acontecer). Nesse momento, toda a máquina da candidatura de Arlindo Vicente, apoiada pelos núcleos do PC em todos os distritos do País, passou a funcionar para o candidato único. A segunda parte da campanha de Humberto Delgado teve então um dinamismo fulgurante. Delgado era aclamado pelo povo, onde quer que aparecesse,

a sua personalidade contagiava colaboradores próximos e as grandes massas populares.

Parece evidente que o sucesso popular e os próprios trabalhos da campanha fizeram que Delgado negligenciasse o golpe militar preparado anteriormente com os oficiais seus adeptos. O certo é que o golpe foi adiado para a semana anterior ao acto eleitoral. Os militares não viram com bons olhos a aproximação de Delgado com os comunistas e tinham aconselhado o general a não celebrar o «Pacto de Cacilhas» que, além de levantar melindres previsíveis no meio militar, se lhes apresentava como inútil: não haveria eleições, visto que, oito dias antes da ida às urnas, deveria dar-se o golpe. Delgado, porém, tinha mordido a isca da política e a perspectiva de fazer com toda a esquerda um regime progressista sobrelevava no seu espírito o interesse do «putch». Nem mesmo os seus mais próximos conselheiros políticos conseguiram moderar-lhe a euforia. E quando procuravam acautelá-lo contra as trapacices de que era capaz Salazar, o general respondia: *«Não há governo nenhum que me possa roubar esta eleição. Tenho o povo e a Europa»*. E foi pelo povo que ele optou, na convicção de que já não se impunha correr o risco da aventura militar.

O entusiasmo popular crescente, que no comício de Coimbra e nas manifestações do Porto e de Lisboa (no regresso do Norte) atingiria a apoteose, pareciam de facto dar-lhe razão, se o governo não

fosse capaz de falsificar todos os processos eleitorais, desde o recenseamento filtrado às dificuldades de impressão das listas e à burla da contagem dos votos. Mesmo que, em grande parte, as grandes massas que o aplaudiam nem sequer estivessem recenseadas, não há dúvida que Delgado já tinha ganho a adesão do povo e tinha tido o mérito de despoletar os anseios democráticos da Nação, quer entre o povo despolitizado quer nos inúmeros militantes que tinham passado pelas fileiras dos movimentos políticos clandestinos surgidos nos anos 40.

Analisando a maneira como o povo se bateu contra as forças da repressão, quer na Baixa pom-balina (quando o general regressava do Porto), quer na Praça José Fontana (no final do comércio do Liceu Camões), muitos militantes revolucionários concluíram que estava criado o clima insurreccional e as condições objectivas para uma revolta popular. (Esta análise terá sido determinante para os encorajar, alguns meses depois, a tentar o golpe de 12 de Março de 1959.)

A propósito da repressão policial na Praça José Fontana, vale a pena abrir aqui um parêntesis para recordar a acção do então major António de Spínola, ao tempo comandante da GNR de Lisboa. Conta-se que António de Spínola teria ficado indisposto com o massacre inútil que a PSP e a GNR fizeram nas ruas da Baixa, no dia em que Delgado voltou do Porto, e também com o desprestígio das «forças da ordem», levadas de vencida pelo povo

amotinado. Na Praça José Fontana estava a passar-se o mesmo. Spínola terá sido então contactado pelo ministro do Interior, que lhe pediu a sua intervenção pessoal para acabar com o motim. O major aceitou, com a condição de lhe ser dado o exclusivo comando das forças policiais na Praça. Spínola meteu-se num «jeep» com algumas praças da GNR, para ir observar o «campo de batalha». Deu a volta à praça, analisou a situação e deu ordem à Polícia para retirar, ficando-se a observar a multidão que dispersava poucos minutos depois. Regressou então ao quartel do Carmo, onde o ministro impaciente o aguardava. «Acabei com a desordem» — diz ele ao ministro, que ficou preocupadíssimo pensando numa razia. Mas o futuro estratega da contra-subversão explicou que a manifestação acabara por si mesma. De facto, havia mandado retirar a Polícia, depois de verificar que apenas a sua presença mantinha revoltada a multidão. Retirado o «inimigo», a manifestação deixava de ter objectivo.

É um episódio de importância menor, mas vale a pena ser contado enquanto revela características de uma personalidade que só mais tarde, no combate à guerrilha, descobriria o sentido da política e as motivações da força popular.

MILITARES REVOLTADOS CONTRA A BURLA SALAZARISTA

Em 8 de Junho efectuou-se o acto eleitoral, que o Governo viciou de todas as maneiras e feitios, roubando a Delgado uma vitória que não oferecia contestação. No mesmo dia da ida às urnas, a PIDE prende o prof. Vieira de Almeida, presidente da comissão nacional de candidatura de Delgado. O general apela para Craveiro Lopes (que estaria na Presidência até 8 de Agosto seguinte), para que este anule as eleições viciadas, demita o governo responsável pela burla eleitoral e mande fazer novas eleições. Craveiro não responde.

Sabe-se, entretanto, que acabam de ser transferidos de Unidade compulsivamente, como castigo, alguns oficiais que votaram no candidato da Oposição. Em 17 de Julho, nova missiva arriscada: desta vez, Delgado dirige-se a quatro generais — Júlio Botelho Moniz (chefe do Estado-Maior-General), Frederico Lopes da Silva (presidente do Supremo Tribunal Militar), Carlos da Costa Macedo (chefe do Estado-Maior da Força Aérea) e José Beleza Ferraz (chefe do Estado-Maior do Exército) — a quem pede que tenham vergonha da acusação pública feita às Forças Armadas de serem a «guarda pretoriana» do poder (expressão que António de Spínola usará também em 1974, para recusar tal degradação). Em consequência, pede-lhes que

intervenham junto do Governo para evitar a investidura de Tomás (marcada para 8 de Agosto), ameaçando demitirem-se dos cargos e, ao mesmo tempo, ordenando uma concentração ou alerta de tropas. Acreditando que os quatro generais compreendem os seus argumentos de que é preciso salvar a honra do Exército e da Nação (achinchados por Salazar), Humberto Delgado sugere-lhes uma reunião para prepararem um plano imediato.

Mas não parece que alguém se tenha interessado, apesar de mais tarde correrem rumores de que o Presidente da República conspirava com alguns generais e outros militares para... afastar um simples ministro! Tratava-se de Santos Costa. Pelo contrário, o cerco aperta-se à volta do homem que tivera o arrojo de impugnar o velho de Santa Comba. Assim é que o general é chamado a depor num processo disciplinar, mais da PIDE que do RDM, que lhe é levantado na Secretaria de Estado da Aeronáutica (às ordens do coronel Kaúlza de Arriaga). Confirmava-se a ameaça que em plena campanha Delgado recebera do ministro Santos Costa (*«mediocre oficial na Infantaria, com mostras de psicopata, que exerce há vinte e dois anos horrível acção deletéria moral nas Forças Armadas»* — assim o descreverá Delgado) de que o mandaria castigar depois das urnas (!).

Em 22 de Novembro, alguns dos companheiros próximos de Delgado (Jaime Cortesão, A. Sérgio, Azevedo Gomes e, pela segunda vez, Vieira de

Almeida) são presos pela PIDE. Delgado tenta sair do País, em viagem normal, mas por duas vezes é-lhe recusado o visto. Em 7 de Janeiro de 1959, é tornada pública, através de um «aviso importante ao povo português», a execrável sentença de degradação militar do general Humberto Delgado, em resultado do processo que lhe fora levantado na Aeronáutica. A exoneração do general era acompanhada por uma ameaça velada: poderia ser julgado em Tribunal Plenário e entregue à PIDE, uma vez reduzido à condição de civil — tal como acontecera a Galvão. Em 12 de Janeiro, Delgado é informado de que a PIDE o vai prender às 17 horas, no meio de uma manifestação «popular» que a mesma PIDE fingiria diante da sua casa. A manifestação realizou-se, mas Delgado saíra de casa às 15 horas para a embaixada do Brasil, onde pediu asilo político ao embaixador Alvaro Lins. Tão assustado ficou Salazar com o sucesso popular de Delgado que o ditador reconhece ter estado o País à beira de um «golpe de Estado constitucional». Por isso reforma o processo de eleição do Presidente da República, que não mais poderia ser feito por sufrágio universal.

Embora mal informado do que se passava, o País sentia-se achincalhado e o povo e os militares não podiam conter a revolta. Foi neste ambiente de quase desespero que se gerou a tentativa de revolução democrática armada de 12 de Março de 59. Depois das eleições, muitos militares e políticos

tinham compreendido o que Delgado dizia: o País vive como se fosse território ocupado militarmente, mas o Governo é paradoxalmente apoiado por um Exército que o detesta. No entanto, o Governo mantém-se porque o Exército é conduzido pelo generalato medíocre à condição de «guarda pretoriana» do Poder. (É curioso que o general Spínola, no discurso da sua tomada de posse como vice-chefe do Estado-Maior General (Janeiro de 1974), empregaria a mesma expressão, para a recusar.)

Entre os mais directos militantes da campanha eleitoral, a recordação dos movimentos de massas não podia ser esquecida. Durante o Verão, muitos dos conspiradores de Maio e Junho lastimavam que Delgado se tivesse deixado esquecer da revolta militar, preterindo-a pelo jogo eleitoral, mas a verdade é que nada aconteceu em Agosto e Setembro, a não ser a publicação da Carta do bispo do Porto a Salazar, que teve um sucesso bombástico, aproveitado pela Oposição para uma campanha anti-salazarista clandestina.

Soube-se mais tarde que, nessa altura, o coronel Serpa Soares fazia viagens furtivas de Santarém a Lisboa, para se encontrar com Almeida Santos. Mas só em Outubro é que este emerge da sombra, restabelecendo velhos contactos em vista do golpe militar, que ainda se acreditava possível e mais necessário do que nunca. Recomeçam as reuniões secretas, desta vez mais difíceis, porque a PIDE redobrou de vigilância depois das eleições. Para

reanimar os camaradas, Almeida Santos exagera a força e o número das Unidades que teria a seu lado (circunstância que há-de contribuir, alguns meses mais tarde, para o afastamento do capitão Varela Gomes). Adiantam-se datas para o golpe, mas estas são adiadas sucessivamente. No Natal de 1958, está previsto que a revolução vai começar no Porto, mas quando já estavam para sair de casa os revolucionários que dinamitariam duas pontes de importância estratégica, novamente foi dada ordem para adiar a operação.

Mas o movimento vai tomando força em Lisboa. Forma-se o directório militar, encabeçado pelo major Pastor Fernandes e do qual faziam parte os majores Robin de Carvalho, Molarinho do Carmo, Sá Viana de Alvarenga e Luís Cesariny Calafate, e os capitães Almeida Santos, Varela Gomes e Vasco Gonçalves, o cap.-tenente Vasco da Costa Santos e, como representante dos comandos civis, Manuel Serra. Embora não pertencendo ao directório, desempenhavam papel preponderante o major Nuno Vaz Pinto e os capitães Leopoldo Severo, Machado Faria e Xavier de Brito (da GNR do Carmo). Nunca se soube o número exacto dos oficiais conjurados, mas o contingente era constituído sobretudo por subalternos de Cavalaria 2, Infantaria 1 e Metralhadoras 1 e Lanceiros 2.

Em articulação com os militares, entrariam em actividade os «comandos» civis de Manuel Serra,

que integravam cerca de 300 homens divididos em perto de 50 grupos, comandados por oficiais de reserva da Armada e da Marinha Mercante e por alguns sargentos e aspirantes milicianos.

Alguns dirigentes políticos da Oposição já estavam a par do que se planeava, entendendo-se que a sua colaboração seria necessária para a mobilização das massas, as quais, durante a campanha de Delgado, haviam revelado um estado insurreccional. Sabe-se que António Sérgio era uma destas personalidades civis, além de vários dirigentes do PC.

Segundo a táctica dos oficiais de Estado-Maior, tinha ficado tacitamente estabelecido que o golpe assentaria numa acção de surpresa, único processo de evitar que entrasse de prevenção o «Dispositivo de Segurança n.º 1», constituído por Caçadores 5, Cavalaria 7 e Metralhadoras 1, que os revoltosos não poderiam enfrentar.

COMPROMISSO DE HONRA E PROGRAMA POLÍTICO

Foi em 11 de Fevereiro, já depois de Varela Gomes ter saído do movimento, que o directório teve a sua mais importante reunião, no escritório do advogado Sousa Tavares. Feito o balanço das forças garantidas e daquelas que, mesmo sem aderirem, não entrariam em acção contra os revol-

tosos, os dirigentes do «Movimento Militar Independente» firmam o seu compromisso de honra, juram obedecer às ordens da Junta Directiva e, ao mesmo tempo, estabelecem o programa político mínimo que a revolução se propõe realizar.

Numa folha de papel azul de vinte e cinco linhas (que depois ficou escondida durante anos num recesso do pequeno barco de recreio do major Calafate e agora se publica pela primeira vez), os conjurados assentaram nos termos do seu «juramento de sangue», que acabou por ser escrito pelo punho de Sousa Tavares. Passados quinze anos, e conhecendo-se agora o Programa do MFA, que teve melhor sorte no 25 de Abril, é com emoção que o podemos ler:

«Nós, abaixo assinados, no pleno uso da nossa liberdade e sem qualquer pressão ou ameaça recíproca, aceitamos constituir e tomar parte no Movimento Militar Independente, inteiramente solidários com a sua finalidade e protestando que mais nenhum fim nos move senão a realização dos próprios fins nacionais e morais do Movimento.

«Declaramos conhecer perfeita e suficientemente esses fins que julgamos justos e necessários e que consideramos ser o Movimento Militar Independente o processo possível e adequado para os alcançar.

«Por isso, de agora em diante obedeceremos integralmente às ordens que nos forem transmitidas pela Junta Militar que comanda o Movimento e

submeter-nos-emos à sua disciplina e autoridade.

«Juramos pela nossa honra cumprir a missão que nos for distribuída, lutando para isso até ao sacrifício da vida ou da liberdade e guardando segredo absoluto de tudo quanto ao Movimento se refere.

«Declaramos finalmente que consideramos este julgamento, dizemos juramento, válido até à vitória definitiva do Movimento Militar Independente ou até que seja desligado deste juramento pelos próprios perante quem livremente o prestamos.

Lisboa, 11 de Fevereiro de 1959.»

Logo depois, antes das assinaturas, viu-se ainda a tempo que era preciso esquematizar o programa político que o Movimento prosseguia. E então acrescentou-se o seguinte:

«Torna-se ainda necessário esclarecer neste documento as finalidades do Movimento Militar Independente, com as quais todos os signatários concordam, pelas quais lutarão e cuja realização defenderão a todo o custo:

«1.º Libertar o País do regime de força e ditadura pessoal a que se encontra sujeito, obrigando o Governo a abandonar o Poder, pela efectuação dum Movimento Militar.

«2.º Suspensão da Constituição Política de 1933, pela destituição do Chefe do Estado e dissolução da Assembleia Nacional. A Chefia do Estado e do Governo será exercida por uma Junta Militar

colectiva, que escolherá um Governo Provisório.

«3.º Garantir a entrada em vigor sem restrições nem sofismas de todas as liberdades fundamentais do homem português, tais como se encontram definidas no art.º 8.º da Constituição de 1933.

«4.º Extinguir imediatamente a policia politica, a jurisdicção especial de carácter político e o instituto das medidas de segurança.

«5.º Amnistiar os presos políticos e criar um regímen eficiente de "habeas corpus".

«6.º Promover a instituição, no mais curto espaço de tempo, dum regímen constitucional, uma vez tomadas as medidas necessárias à genuína manifestação da vontade do povo.

«7.º Assegurar a consequente entrega do Poder às autoridades legitimamente constituídas pela vontade nacional.

«NOTA: Esclarece-se que a expressão do n.º 6.º "no mais curto espaço de tempo" terá como limite máximo o prazo de dezoito meses a partir da data do Movimento Revolucionário. Seguem-se as assinaturas: António Ferreira Molarinho Carmo (major de Engenharia), Luís Cesariny Calafate (major de Cavalaria), Vasco da Costa Santos (cap.), Luís Sá Viana de Alvarenga (major de Infantaria), Augusto Gomes Pastor Fernandes (major de Artilharia), Pedro Martins dos Santos (cap.), Amílcar Augusto Ferreira Domingues (cap.), Francisco de Sousa Tavares (advogado), Manuel Serra, Fernando Amaro Monteiro (alf. mil.º).»

Inexplicavelmente, o *cap. Vasco Gonçalves*, que tomou parte na reunião e já nessa altura surpreendia os seus camaradas pelo «balanço» político das suas posições, recusou-se a assinar o pacto, alegando que estava ali em representação de um grupo e, portanto, não podia vincular-se individualmente. Os camaradas aceitaram o «escrúpulo», embora esta atitude não lhes agradasse.

UM PLANO OPERACIONAL TRAVADO À ÚLTIMA HORA

Dias depois, o golpe foi aprazado para a noite de 11 de Março. Entretanto, Robin de Carvalho tinha esquematizado o plano operacional, que ficou assim distribuído:

As 0 e 30 da manhã, *Vasco Gonçalves*, com o seu grupo, prenderia os sargentos do quartel do Trém-Auto, apossava-se das viaturas e daí sairia às 4 horas para atacar Caçadores 5. A esta mesma hora, o major Calafate deveria surgir das bandas da Avenida Duque d'Ávila com dois camiões militares que encostariam ao muro do Q. G. do Comando Militar de Lisboa (em São Sebastião) e os seus soldados, munidos de escadas, saltariam o muro e ocupariam o edifício, que passaria a ser o Posto de Comando operacional, donde o «general democrático» daria ordens a todas as unidades e faria depois uma proclamação ao País.

Lanceiros 2, instalada no actual quartel da Polícia Militar (Calçada da Ajuda), que constitua a principal força de combate, forneceria armas aos comandos de Manuel Serra e depois seguiria para a Calçada da Estrela, a fim de tomar o «bunker» de Salazar (onde se acreditava existirem meios de defesa consideráveis — cerca de 80 homens da GNR, da PSP e da PIDE — e um sistema de túneis com ligação para o exterior).

Infantaria 1 (também na Calçada da Ajuda) estava garantido pelos oficiais da unidade conjurados no Movimento, mas para lá seguiam como reforço o major Alvarenga (que comandaria o quartel), o capitão Domingues e outros oficiais alheios à Unidade.

A GNR do Carmo (comandada pelo cap. Xavier de Brito) e do Cabeço da Bola ocuparia a Emissora Nacional, anteriormente tomada por Lanceiros 2, e neutralizaria a PSP nas ruas de Lisboa.

Prevía-se que algumas Unidades, como Cavalaria 7, se mantivessem neutrais e não saíssem contra os revoltosos. A Escola Prática de Cavalaria, Tancos e outras Unidades do País deveriam aderir depois, mas não seria necessário que viessem para a rua. Contava-se que as forças operacionais em Lisboa fossem suficientes, apesar de os efectivos de combate serem reduzidos: a arma principal seria o efeito do golpe de surpresa. Os oficiais do Estado-Maior garantiam pleno êxito desde que não houvesse prevenção nos quartéis

e se conseguisse perfeita sincronização das operações.

Entretanto, tinham sido distribuídas missões muito concretas aos civis de Manuel Serra: uma vez armados e municiados por Lanceiros 2, competia-lhes praticar numerosos golpes-de-mão: prender em sua casa alguns chefes militares e todos os ministros, ocupar postos de Rádio, alguns quartéis da Legião e da Brigada Naval, e também as redacções do «Diário de Notícias», «O Século», «Diário Popular» e «Diário de Lisboa». (Alguns escritores e jornalistas — conhecem-se os nomes de Pedro Tamen, Urbano Tavares Rodrigues, Baptista Bastos e Veiga Pereira —, contactados sobre sobre a hora, deveriam depois comparecer nas redacções para preparar os jornais do dia 12.)

O principal grupo de comandos civis tinha o seu quartel-general nos claustros da Sé de Lisboa, facilitados com a colaboração de Vasconcelos Perestrelo, na altura assistente religioso dos Marinheiros Católicos. Outros grupos estavam escondidos em vários pontos da cidade. Após cumpridas as suas primeiras missões, deveriam convergir para o Mercado 31 de Janeiro (ao Saldanha).

Cerca de uma semana antes do dia 12, estava constituído um pequeno gabinete político que integrava diversas personalidades da Oposição, inclusive elementos do PC. Tudo parecia correr de feição, mas a última semana trouxe pesados reveses. Por volta do dia 7, os comunistas decidem

retirar-se da operação, apesar dos esforços desesperados de António Sérgio, o qual, segundo testemunhas oculares, teve nessa altura o primeiro ataque convulsivo, de que nunca mais recuperaria. António Sérgio dizia aos companheiros que a deserção dos comunistas punha em causa o êxito do Movimento e, portanto, segundo ele, a última hipótese de derrubar o fascismo pelas armas.

Nunca foram explicadas as razões da retirada do PC, mas admite-se que os comunistas não tivessem querido arriscar-se num movimento revolucionário que não controlavam.

Faz-se uma última reunião da Junta, numa casa da Avenida dos Estados Unidos alugada por Almeida Santos, e decide-se executar o golpe, mesmo sem a participação dos comunistas. Sousa Tavares é encarregado de vários contactos, em ordem à composição de um comité civil: entre outros, Francisco Lino Neto, Manuel Sertório, Jorge de Sena, Urbano Tavares Rodrigues, Vítor da Cunha Rego, Mário Soares e (sempre) António Sérgio. O célebre capitão Vilhena, velho lutador democrata de todas as revoluções, aparece também.

Nos últimos dias, houve necessidade de redistribuir algumas missões importantíssimas, porque — segundo golpe no entusiasmo dos conjurados — Vasco Gonçalves decidiu retirar-se com o seu grupo, a quem tinha sido incumbida a missão de assaltar Caçadores 5. Esta operação, considerada

das mais difíceis, foi então confiada a Sousa Tavares, tenente miliciano de Cavalaria na disponibilidade, que seria coadjuvado pelo aspirante Amaro Monteiro e pelo alferes miliciano Nikias Skapinakis (hoje pintor afamado). Enquanto Skapinakis, pelo lado de Campolide, faria uma operação de diversão, os trinta homens de Sousa Tavares, armados de metralhadoras, atacariam pelo lado do actual Palácio da Justiça, onde nesse tempo eram a parada de Metralhadoras 1 e o parque de viaturas do Trém-Auto.

Chega a noite do dia D. Nem um só dos conjurados faltou no ponto de encontro previamente indicado. O quartel-general dos revoltosos estava instalado no escritório da «Nucleon», pequena empresa pertencente a Pastor Fernandes, e deveria ser transferido para o QG do Comando Militar de Lisboa, quando este fosse tomado. Sousa Tavares já se encontra com os seus homens no Trém-Auto, juntamente com Molarinho e Calafate; Alvarenga tinha ido «visitar» o capitão Domingues, oficial de dia em Infantaria 1, e demora-se em conversa natural com o comandante na sala de oficiais; Almeida Santos já se encontra escondido em Lanceiros 2, preparando-se para arrancar; na «Nucleon», Robin de Carvalho assegura as comunicações, ao lado de Pastor Fernandes, que comanda as operações.

Passam 40 minutos da meia-noite. Como estava combinado, Fernando Oneto sai da Sé com um

camião alugado em direcção a Lanceiros 2, a fim de trazer armas para os civis. Porém, Almeida Santos telefona para o Comando, dizendo que o quartel entrara de prevenção, e que o comandante já estava na Unidade e mandara reforçar os postos de guarda. De quase todos os quartéis chegam iguais mensagens e pergunta-se o que se deverá fazer. Resposta: suspender e aguardar ordens, que serão dadas dentro de pouco tempo. Mas, na realidade, a prevenção e a inesperada chegada dos comandantes aos quartéis desarticulava os planos dos revoltosos. Como esperar que tudo se pudesse processar sem derramamento de sangue? Como enfrentar o «Dispositivo de Segurança n.º 1» estando as tropas prevenidas? Pastor Fernandes hesita e manda comparecer na «Nucleon» Sousa Tavares e os majores Molarinho e Calafate. Entretanto, chega do quartel do Carmo uma mensagem do capitão Xavier de Brito: Salazar e quase todos os ministros acabavam de vir refugiar-se naquele quartel dos revoltosos. Que fazer? — perguntava. Resposta: «*Não se precipite, agunte...*» Pastor Fernandes e Costa Santos dirigem-se à Sé para informar Manuel Serra. Este fica fora de si, porque naquele momento considera a operação irreversível, mas sai imediatamente num automóvel em correria louca pela cidade tentando interceptar Oneto (que vai alcançar já na Calçada da Ajuda preparando-se para bater à porta de Lanceiros 2 e pedir as armas. Oneto faz meia volta e regressa

à Sé). Serra comparece no QG dos revoltosos, onde se encontra com Pastor Fernandes, Molarinho, Calafate, Sousa Tavares e Robin de Carvalho. Por entre os protestos de Serra, os oficiais de Estado-Maior decidem adiar a operação. Serra já então adverte os camaradas de que o adiamento não seria possível, a operação estava definitivamente gorada, porque no outro dia deveriam certamente estar presos.

Mesmo assim, ainda se combinou uma reunião para o dia seguinte, a qual se realizou na Leitaria «Tá-Tá» (na Avenida Infante Santo), com a presença de alguns oficiais e de M. Serra, tendo-se concordado que valia a pena tentar de novo. Mas, na tarde do dia 12, Serra é preso quando andava pela cidade a mandar destroçar alguns comandos que se mantinham nos esconderijos. O grupo da Sé é preso (cerca de trinta civis). Nesta altura, o Governo ainda está convencido que apenas houve uma intentona de civis e não pensa na hipótese de um golpe militar. Só dias depois, quando o comandante de Infantaria 1 escreve desconfiadamente no seu relatório que ao regressar à Unidade estivera a conversar com o major Alvarenga e que este depois ficara a «fazer companhia» ao capitão Domingues, só então o Governo descobriu o fio da meada.

Quase todos os militares do Comité são presos e julgados em Santa Clara. Mas a PIDE não conseguiu descobrir Sousa Tavares nem os membros

do Comité Civil nem os civis contactados à última hora para tomarem posse das Redacções dos jornais (apenas Baptista Bastos é expulso de «O Século», por suspeita de fazer parte do grupo que tomaria este jornal). A maior parte dos conjurados nunca foi descoberta, porque o Movimento estava estruturado em células autónomas, cujo número e constituição só eram conhecidos pelos oficiais que as controlavam.

AS LIÇÕES DO 12 DE MARÇO

A distância de quinze anos, pode-se agora concluir que foi um golpe de sorte que salvou o fascismo em 1959. A PIDE nada tinha descoberto e o Governo, mesmo depois de abortado o golpe, continuava a não acreditar no perigo. Nesse caso, como terá sido dado o alarme?

Consta que foi José Manuel Salgado, chefe dos Serviços Secretos da Legião Portuguesa e homem com larga folha de serviços de espionagem, quem terá desconfiado, cerca das 22 horas, de que um grupo de civis iria nessa noite fazer qualquer coisa na cidade. Preveniu o ministro do Exército, coronel Almeida Fernandes, o qual, embora não acreditando na gravidade da situação, mandou comparecer os comandantes nas suas Unidades. Parece que foi o mesmo Almeida Fernandes quem acon-

selhou Salazar a refugiar-se com os ministros no Carmo, por simples medida de precaução.

Mas porque terá falhado tão ingloriamente um projecto longamente amadurecido? Responde-nos um dos revoltosos que a adesão inicial dos comunistas desencorajou certos militares.

Manuel Serra ainda hoje tem outra opinião. Segundo ele, os oficiais portugueses de 1959 não eram capazes de dar um tiro, sempre tinham feito uma guerra de papéis e de formaturas de saída. Queriam vir para a rua, contando apenas com o golpe de surpresa, e não estavam na disposição de combater, ao contrário dos homens do 25 de Abril, que estavam resolvidos a fazer fogo, se tal fosse necessário. Por esta razão, quando viram entrar os comandantes nas Unidades, e sobretudo os ministros no Carmo, em vez de os prenderem com toda a facilidade, hesitaram e foram telefonar para o QG da Revolução, a perguntar o que deviam fazer. Esta situação é pelo menos estranha. Qualquer guerrilheiro da Frelimo ou do Vietnam — observa M. Serra — saberia o que fazer, sem precisar de telefonar. Mas aos militares de 12 de Março — acrescenta — faltou a audácia no momento oportuno.

Recordamos que, ao sair da cadeia, em Janeiro de 1972, Serra fazia com alguns amigos o balanço de 1959 e adiantava que agora, depois do treino da guerra colonial, os nossos oficiais já não tremiam antes de dar um tiro...

Para Sousa Tavares, o problema põe-se em termos de incoerência revolucionária. Quer dizer, o 12 de Março só poderia ser uma revolução sem tiros, porque não era uma revolução, mas uma rebelião moral. O que motivara os revoltosos não era determinada concepção política da organização do Estado ou um modelo definido do exercício do Poder; era a vergonha de viver num País submetido ao arbítrio e à prepotência de um velho ditador, que não tinha outra razão para convencer os portugueses senão a PIDE, as forças policiais e a censura, com o apoio de um Exército que realmente detestava o regime, mas se encontrava controlado por chefes medíocres e corruptos. Era o sentido de responsabilidade moral individual que tinha levado milhares de pessoas a solidarizarem-se com a candidatura de Delgado e que, na mesma linha, levou muitas destas pessoas a tentar um golpe de força para moralizar a vida nacional, instituir uma democracia semelhante à dos outros países europeus, modificar as condições sociais de miséria do povo e permitir o saneamento de uma administração pública corrupta. Nem sequer se vislumbra, na campanha de Delgado e no programa do Movimento Militar Independente, a mais pequena tendência socialista, que só depois das eleições de 1969 passou a difundir-se largamente entre nós e inspirou já o programa do MFA. Ora, pessoas assim motivadas por princípios mais éticos que revolucionários não estavam preparadas para

actos violentos, e por isso a tática do golpe de Estado, prevista para o dia 12 de Março, só podia basear-se na desarticulação da resistência do Governo por um golpe de surpresa que não lhe desse tempo de reagir. Esta a razão de se ter adiado a operação quando, sobre a hora, se viu que só violentamente seria possível enfrentar as Unidades governamentais em estado de alerta.

Talvez se encontre aqui, em parte, a explicação da retirada do PC. Dentro de uma estratégia revolucionária, não bastaria derrubar Salazar, seria preciso subverter o regime e ter garantias de poder, a médio ou longo prazo, subverter o sistema — o que não seria de esperar de um movimento controlado por militares e liberais, que já se dariam por muito satisfeitos com o afastamento de Salazar e a moralização eleitoral. Se a revolução ganhasse, ficariam amenizadas as contradições do sistema e, portanto, adiadas as condições para um movimento insurreccional do povo. De resto, os comunistas, que tinham começado por recusar Delgado como candidato único (até ao meio da campanha eleitoral) e o vieram a rejeitar mais tarde nas tentativas de intervenção armada, certamente não iriam arriscar-se no movimento de 12 de Março para darem a presidência da Junta a um general não-comunista que tinha revelado capacidades de catalisar as grandes massas para um projecto democrático nos modelos ocidentais.

Certa ou não, a alegada característica moral e

apolítica do 12 de Março seria confirmada pela maneira como falharam todas as outras tentativas militares contra o salazarismo nos anos subsequentes, sobretudo pela maneira como abortou o golpe de Beja, na noite do 1.º do ano de 1962. Esta operação poderia vir a falhar por variados motivos, mas de facto suicidou-se na primeira hora, quando o capitão Varela Gomes e dois dos seus camaradas tiveram escrúpulo em atirar sobre o único resistente (Calapez) de um quartel que já tinham nas mãos. O que prova que, embora todas as revoluções sejam morais, a força moral não chega para derrubar os opressores.

Mas o que terá deixado de positivo a campanha de Delgado e o Movimento de 12 de Março dela decorrente? Para além da indignação geral contra o regime, bem patente sempre que o nome de Delgado era citado em público, ficou provado que só pela força das armas seria possível vencer o fascismo em Portugal. E os esforços desesperados feitos por Humberto Delgado no sentido de acordar seus antigos camaradas para a responsabilidade do Exército nos crimes do fascismo daria o seu resultado: eles começaram a ter vergonha de serem acusados de apoio ao ditador, eles começaram a compreender que, mesmo para nobilitar as Forças Armadas perante si mesmas e a Nação, seria preciso que elas derrubassem os responsáveis pela opressão do povo português. A carta que H. Del-

gado escreveu aos quatro generais teria alguma resposta em Abril de 1962. E é impossível fechar os olhos ao paralelismo entre a substância desta carta e o desafio ao regime fascista expresso na circular clandestina do MFA, «O Movimento, as Forças Armadas e a Nação» (Março de 1974), que deixa transparecer o espírito de Vasco Gonçalves, jovem capitão de 59 e mais tarde chefe da Comissão Política do MFA de 25 de Abril e primeiro-ministro do segundo Governo Provisório. Pelo seu empenhamento no Movimento do 25 de Abril, Vasco Gonçalves provou que não havia razão para duvidar da sua coragem quando se retirou da conspiração de 12 de Março. Durante quinze anos, o seu nome esteve na sombra, mas quando viu chegar a hora exacta, ele estava lá. E não foi tarde.

De todos os outros conspiradores de 12 de Março, também Sá Viana de Alvarenga teve a alegria de participar no 25 de Abril. Oficial da Inspeção-Geral de Educação Física, encontrava-se acidentalmente em Évora quando soou a hora da libertação. E logo correu a pôr-se ao lado dos revoltosos no quartel mais próximo. Um homem que não esqueceu o compromisso de honra de 11 de Fevereiro de 1959.

B. ABRIL DE 1961: MILITARES CONTRA A GUERRA COLONIAL

O espectro duma guerra colonial em quatro continentes, o mal-estar nacional evidente depois da campanha eleitoral de 1958, o descrédito do regime cavado pelas organizações democráticas, a ferida das Forças Armadas pela perseguição movida contra os vencidos de 12 de Março de 1959 e — admitimos nós — a forte interpelação de Humberto Delgado aos generais em 17 de 1958 acabaram por decidir os chefes militares a intervir em Abril de 1961. A tentativa de golpe de Estado encabeçada pelo general Botelho Moniz, ao tempo ministro da Defesa Nacional, nada tendo que possa compará-la a uma revolução democrática, reflecte desde já que as guerras coloniais não eram queridas por grande parte dos chefes militares, não tanto por se aperceberem de que o colonialismo passara de moda (só no ano de 1961 tornaram-se independentes 16 países africanos), mas por temerem um ataque frontal em quatro continentes, criando para o Exército português «uma missão de suicídio da qual não seremos capazes de sair». Estes são, aliás, os termos de uma carta enviada pelo general Botelho Moniz a Salazar, em Março desse ano, na qual aponta a situação «insustentável» e «angustiosa» das Forças Armadas, «uma vez que a acção política

do Governo parece incapaz de fazer face aos acontecimentos» (de África).

No panorama político do País denuncia o general a adulteração do Movimento do 28 de Maio por «valores políticos gastos e em muitos casos sem idoneidade moral», os quais «mais servem por conveniência, pondo de parte os que seriam capazes de melhor o servir por devoção». Faz notar o isolamento internacional do País, sem possibilidade de ser auxiliado pelos «mais antigos amigos». Considera que as Forças Armadas são a «última força que pode impedir que a Nação caia no caos e na irresponsabilidade» e que o seu aniquilamento só poderá ser evitado por um «choque psicológico de envergadura que poderá desanuviar o ambiente político nacional e o pesado clima internacional». O choque psicológico proposto por Botelho Moniz é bem claro na carta: substituição dos «valores políticos gastos» por elementos novos, incluindo muitos portugueses «experimentados» mesmo indiferentes ou inconformistas («por terem perdido a fé»); «reforçar a unidade nacional, alargando o âmbito da cooperação ao maior número dos que acima de tudo querem servir o País e tornando-se assim necessário encontrar um vasto campo de entendimento comum que nos não separe por razões mesquinhas». Não se trataria — precisa o general — de substituir um governo por outro igual, que isso «não tem hoje significado político», mas seria indispensável «uma mutação profunda

de pessoas, de métodos, de orgânica» e, acrescenta, o saneamento a partir da definição de responsabilidades.

Reforçada a unidade nacional, acreditava ele que seria possível melhorar as condições sociais de trabalho e designadamente elevar o baixo nível de vida das classes rural, operária e média, ao mesmo tempo que se restaurariam as liberdades essenciais, cuja ausência era internacionalmente criticada.

O que Botelho Moniz não dizia a Salazar era que o saneamento deveria justamente começar pelo ditador, e pelo velho Tomás, como viria a tornar-se claro pelo desenrolar dos acontecimentos. E isso só não aconteceu porque Botelho Moniz mais não pôde fazer do que uma conspiração doméstica (com reuniões secretas em sua própria casa), tentando apenas aliciar (e não o conseguiu) os altos chefes militares. Era uma tentativa de cúpula, sem nada que a possa comparar ao movimento de 12 de Março de 1959. A sua importância para a história do 25 de Abril reside no facto de ser marcada pelo eclodir da guerra colonial e sobretudo no confronto que estabelece entre algumas pessoas e ideias que viriam a ter importância determinante na história do M. F. A.: dum lado Costa Gomes, do outro Kaúlza de Arriaga. Ou melhor, dum lado, os que pensavam que só uma solução política apontando para a autodeterminação seria possível para o problema

colonial e que mais ou menos conscientemente viam já que era preciso evitar o suicídio das Forças Armadas na Índia e em África, propondo ao mesmo tempo uma reforma liberalizante da política interna; do outro lado, os que pugnavam pelo endurecimento do regime, pela «defesa intransigente do Ultramar» («já e em força», tinha dito Salazar) e portanto preferiam cerrar fileiras à volta do chefe carismático, mesmo ficando perante o mundo «orgulhosamente sós».

Já em meados de Agosto de 1960, numa reunião do Conselho Superior da Defesa Nacional, as ideias de Kaúlza de Arriaga (então secretário de Estado da Aeronáutica) sobre a «defesa da África Portuguesa» tinham sido combatidas pelo general Botelho Moniz (ministro da Defesa), pelo coronel Almeida Fernandes (ministro do Exército) e pelo coronel Costa Gomes (subsecretário de Estado do Exército). Salazar assiste à discussão, observa as desinteligências entre os chefes militares, mas não abre a boca. Poucos dias depois, Botelho Moniz envia uma carta a Kaúlza, repudiando as suas ideias e insistindo na orientação que sempre defendera. Apesar disto, seguem para Angola, no final do ano, as primeiras forças aéreas, por iniciativa de Kaúlza.

O conflito volta a explodir em Março de 1961. Henrique Galvão assalta o «Santa Maria» no princípio deste ano, projectando dirigir-se a Angola

onde gozava de grande popularidade e esperava provocar uma «chicotada» que despoletasse a rebelião contra o fascismo de Lisboa.

Ao mesmo tempo, dá-se na Baixa do Cassanje o esmagamento dos trabalhadores angolanos do algodão revoltados contra uma execrável exploração. Num relatório secreto sobre a conspiração de Botelho Moniz, elaborado por Kaúlza de Arriaga, diz este que nessa altura pedira a Salazar a alteração das injustas condições de trabalho, pois que entre os militares que operavam no Cassanje verificava-se *«tendência para generalizar o conceito de que defendiam não o País mas apenas os interesses de alguns capitalistas»*. Em Fevereiro dá-se o assalto à Polícia de Luanda, que se admite, sem provas concludentes, ter sido projectado em articulação com o caso do «Santa Maria». Segue-se violenta repressão sobre os negros. Em 15 de Março, começam os actos de terrorismo na província do Congo Português. Kaúlza critica a inoperância do ministério do Exército, que demora o envio de alguns pequenos contingentes de tropa.

No final do mês, os generais Beleza Ferraz (chefe do Estado-Maior-General das F. A.) Câmara Pina (chefe do Estado-Maior do Exército) e o almirante Lopes Alves (ministro do Ultramar) deslocam-se a Angola em missão de reconhecimento. Os dois generais regressam poucos dias depois e, numa reunião efectuada no Departamento

mento da Defesa Nacional, fazem o relato do que observaram. Kaúlza, que foi impedido de entrar na sala pelo próprio general Botelho Moniz, diz mais tarde que nessa reunião os dois generais deram uma versão errada dos acontecimentos em Angola, chegando a afirmar que a situação militar estaria resolvida, e que apenas seriam necessárias acções de limpeza e policiamento, ao contrário das informações alarmantes dadas a Kaúlza pelo brigadeiro Pinto Rezende (comandante da 2.ª Região Aérea de Angola), logo a seguir confirmadas por telegramas que o ministro do Ultramar envia de Luanda. Kaúlza, que ficara furioso por não poder entrar, soube que na reunião presidida por Botelho Moniz haviam participado, além dos dois generais referidos, o almirante Sousa Uva (chefe do Estado-Maior da Armada) e o general Albuquerque de Freitas (chefe do Estado-Maior da Força Aérea). O ministro da Defesa teria distribuído aos presentes a carta que enviara a Salazar sobre as F. A. e a situação política.

Entretanto, no Ministério da Defesa fala-se na possível exoneração do brigadeiro que dera as informações alarmistas, mas como entretanto chegam os telegramas do almirante Lopes Alves, Salazar resolve convocar uma reunião de chefes militares, sem a presença do Ministro da Defesa, que se encontrava no Algarve. Assistem Beleza Ferraz e Câmara Pina (os quais, segundo afirmaria Kaúlza, voltam a defender que em Angola a

situação é quase normal) e ainda Costa Gomes (em representação de Botelho Moniz) e Adriano Moreira, subsecretário de Estado da Administração Ultramarina (representando o ministro do Ultramar).

Algum tempo depois, o general Albuquerque de Freitas parte para os Estados Unidos, não em visita oficial como se dizia, mas, segundo Kaúlza de Arriaga viria a insinuar, com a missão de explorar o eventual apoio americano ao golpe de Estado, uma vez que Botelho Moniz já haveria contactado as autoridades americanas através do FBI e advogava a ideia de que o Governo, para captar as boas graças dos Estados Unidos, deveria fazer *«uma declaração prometendo a autodeterminação a longo prazo das Províncias Ultramarinas»*.

A partir daqui, Kaúlza vai representar o papel de «herói» do contra-golpe de Salazar, evitando a sua queda, adiando por mais de treze anos a declaração do direito de autodeterminação das colónias e mergulhando o país na criminoso guerra colonial. É ele próprio que no seu relatório se apresenta como cérebro do desmantelamento do golpe e fator da desgraça de Botelho Moniz (*).

* O referido relatório será mais tarde utilizado pelos kaulzianos numa tentativa para demonstrar ao Movimento dos Capitães a capacidade de Kaúlza e o comprometimento de Costa Gomes numa conspiração «antipatriótica».

Afirma que no dia 10 de Março é informado, pelo brigadeiro Santos Costa e por outros militares, de que o general Silva Domingues, governador militar de Lisboa, tinha convocado os comandantes das Unidades para uma reunião (evidentemente, por instruções de Botelho Moniz) e lhes tinha dito que estivessem preparados para o que desse e viesse, pois que Salazar seria destituído compulsivamente. Kaúlza telefona ao ministro do Exército e este responde nada saber, mas depois, por sua vez, toma a iniciativa de telefonar-lhe para dizer que já tinha falado com o governador militar: nada de especial, este apenas tinha pedido aos comandantes que estivessem unidos porque a situação do País era difícil... No entanto, Kaúlza recebe outras informações que vêm confirmar a acção subversiva do governador, quer falar outra vez ao ministro mas a mulher deste recusa-se a chamá-lo pois a noite já ia avançada e o senhor ministro estava cansado de uma viagem que fizera a Fátima...

No dia 11, Kaúlza força uma entrevista com o ministro do Exército denunciando «o carácter subversivo ou pelo menos para-subversivo» (são palavras suas) das reuniões do governador militar. De resto — acrescenta — não acreditava que o governador estivesse a agir por sua iniciativa, ao que Almeida Fernandes respondeu que realmente o sr. ministro da Defesa andava ora tão deprimido ora tão excitado que até poderia ser tentado a

um golpe de força contra Salazar... Que ele, ministro do Exército, não o acompanharia mas não tinha a certeza de ser obedecido pelas unidades do Exército. Depois de várias insistências de Kaúlza, o ministro admitiu que havia o perigo de uma guerra civil e afirma ter plena consciência das repercussões que uma escaramuça em Lisboa poderia ter em Angola. Nova insistência de Kaúlza. Então o ministro responde que iria pedir ao Presidente da República que se fizesse imediatamente a remodelação ministerial que Salazar trazia entre mãos. Kaúlza responde que a diligência deveria ser feita junto de Salazar.

Durante toda a tarde Kaúlza tenta saber se o ministro falara realmente ao Presidente da República, mas o ministro nunca se encontra.

Tudo leva a crer que o subsecretário da Aeronáutica tivesse então tomado a iniciativa de contactar Salazar. O que é certo é que, poucas horas depois, estava em casa de Kaúlza o prof. Costa Leite (Lumbralles). Fala-se dos acontecimentos que preocupavam Kaúlza e este terá insistido na urgência da remodelação ministerial. Lumbralles tratará com Salazar do assunto da remodelação, e no dia seguinte telefonará a Kaúlza para saber a sua opinião sobre os nomes dos substitutos.

Entretanto, na tarde do dia onze, Kaúlza não descansa um momento. Monta uma rede de operações verdadeiramente policial, que comanda

da sua própria casa, enquanto os seus homens trabalham cá fora. É informado de que o Exército durante essa tarde entrara de prevenção e de que o ajudante de campo de Costa Gomes se tinha dirigido à Academia Militar e tivera com alguns oficiais conversações sobre o golpe e a exoneração de Salazar. Ao fim da tarde, Kaúlza recebe, ainda em sua casa, o general Humberto Pais, chefe da Casa Militar do Presidente da República, faz com ele o ponto da situação e fica assente que a Força Aérea entrará de prevenção, ao menor sinal, uma vez que o Exército já tinha entrado.

Era a hora do jantar. Os dois ministros da Defesa e do Exército telefonam para Tomás, pedindo-lhe audiência para essa noite. O velho manhoso marca-a para o dia seguinte, pois — disse — desejava ver um jogo internacional de futebol militar que se realizava em Lisboa no começo da noite... Os ministros insistem que é urgente e então Tomás promete recebê-los cerca da meia-noite, depois de o jogo terminar. Mas Tomás ficou perplexo. Aconselha-se, entretanto, com Salazar, que estava ao corrente da situação através de Lumbralles. Cerca das 22 horas, o Presidente do Conselho chega a casa do Presidente da República. Poucos minutos depois, Kaúlza recebe um telefonema do chefe da Casa Militar do Presidente da República sugerindo que a Força Aérea entrasse de prevenção. Transmite a ordem ao general Mira Delgado (substituto do chefe do Estado-Maior da

Força Aérea, ainda nos Estados Unidos) e aos generais da Força Aérea, Francisco Chagas e Machado de Barros, que a executam. Forças pára-quedistas são imediatamente transportadas para Lisboa, o que vai irritar até ao rubro o ministro Botelho Moniz.

O relatório de Kaúlza não podia, obviamente, contar a conversa entre Salazar e Tomás, no encontro que tiveram, momentos antes de este receber os dois ministros. Mas é evidente que o Presidente do Conselho consegue o apoio de Tomás para a sua causa. Tão-pouco é conhecida a conversa entre Tomás e os ministros. Sabe-se que eles vinham urgir a saída de Salazar. Parece que Tomás não terá dado qualquer resposta, mas o contra-golpe já estava a ser preparado entre ele e Salazar. Nessa noite de onze para doze, apenas a Marinha não esteve de prevenção, porque o respectivo ministro, almirante Quintanilha de Mendonça está ausente no estrangeiro e só chegará, sobre a hora, no dia doze. As F. A. estão divididas: Marinha quieta, Aviação por Salazar (mas o chefe do Estado-Maior é favorável a Botelho), Exército em estado insurreccional. Há o perigo de uma guerra civil, como Kaúlza dizia. Nessa noite, Kaúlza não prega olho. Telefonemas, contactos, nervosismo. Entretanto, Salazar apoia-se em Lumbralles e Correia de Oliveira (secretário de Estado do Comércio) que vai utilizar como estafetas para os contactos em vista da remode-

lação ministerial. São eles que servem de ligação com os políticos e com os militares fiéis. Nestas diligências se passou a manhã do dia doze, mas não se conhecem documentos que as pormenorizem.

Cerca das 16 horas, Kaúlza é chamado ao gabinete do ministro da Defesa, que estava acompanhado pelo ministro do Exército, coronel Almeida Fernandes. Discussão azeda. Botelho Moniz quer saber quem deu ordem para a Força Aérea entrar de prevenção na véspera. Kaúlza assume a responsabilidade perante a ira do ministro da Defesa, que o acusa de ter exorbitado. Mais grave ainda, o deslocamento de paraquedistas para Lisboa. Por fim, o ministro manda sair Kaúlza do gabinete, visivelmente agastado, e à saída assiste-se a uma troca de palavras que o próprio Kaúlza classificou mais tarde de «desagradável».

Kaúlza não perde tempo. Corre para a Presidência da República, onde transmite a Tomás o que se havia passado no gabinete do chefe da conspiração. Ainda lá estaria, quando chega pelo telefone o pedido de Botelho Moniz para uma audiência imediata do Presidente da República. Tomás recusa a audiência. A partir daqui, tornava-se claro que Tomás tinha estado a ganhar tempo desde a meia-noite anterior e não queria receber Botelho Moniz porque não tinha a resposta que este desejava. Começa a formar-se a ideia de que não bastava afastar Salazar, que Tomás não

o faria pacificamente, e que portanto seria necessário um golpe de força para derrubar os dois. Botelho Moniz contava com Almeida Fernandes (ministro do Exército), Costa Gomes (subsecretário de Estado do Exército), general Albuquerque de Freitas (chefe do Estado-Maior da Força Aérea, em missão diplomática no estrangeiro), o Governador Militar de Lisboa (general Silva Domingues), vários comandantes de Unidades e — só no dia seguinte se saberá — o próprio marechal Craveiro Lopes. Todavia, parece que não era acompanhado por Câmara Pina (chefe do Estado-Maior do Exército) nem por Beleza Ferraz (chefe do Estado-Maior-General), apesar de a opinião destes ser contrária à dos duros de Kaúlza, quanto à situação colonial. Por seu lado, Salazar e Tomás contam com Kaúlza, Arnaldo Schultz (ministro do Interior), Quintanilha de Mendonça (ministro da Marinha, de momento no estrangeiro), o brigadeiro Santos Costa, além dos fiéis políticos do regime, especialmente Lumbralles, Correia de Oliveira e Adriano Moreira.

O equilíbrio das forças parecia favorável aos conspiradores, se é que estes estariam dispostos a derramar sangue numa guerra civil, interrogação que não encontrava resposta no momento. É então que Kaúlza contacta o coronel Arnaldo Schultz e fica a saber que apesar de o ministro ter sido assediado por Botelho Moniz, as forças de segurança se mantinham incondicionalmente fiéis ao

governo. Isso não era ainda suficiente para tranquilizar o espírito do subsecretário da Aeronáutica, e por isso consegue contactar diversas Unidades do Governo Militar de Lisboa, tendo chegado à conclusão de que muitas delas não estavam decididas a sair para a rua com Botelho Moniz. Mantém-se em permanente contacto com Adriano Moreira, e mais tarde podia declarar que este *«sempre o apoiou e se mantivera decididamente ao lado do prof. Oliveira Salazar»*. Sobrevêm outros apoios à última hora: Venâncio Deslandes, chegado de Madrid onde estava como embaixador, logo vai conversar com Kaúlza, mostrando-se igualmente por Salazar, ficando no ar a interrogação relativa à posição de Franco, ligado a Salazar por velhas amizades políticas, por dívidas de ajuda militar que já vinham da guerra civil espanhola e pelo Pacto Ibérico destinado a funcionar reciprocamente sobretudo quando se tratasse de defender o fascismo nas duas nações peninsulares.

Ao fim da tarde, nova reunião em casa de Kaúlza. Presentes outra vez Lumbralles e Correia de Oliveira. Conclusão dos três: é preciso demitir urgentemente o general Botelho Moniz. Lumbralles volta para junto de Salazar e, depois do jantar, telefona a Kaúlza pedindo-lhe a sua opinião sobre a designação do brigadeiro Mário Silva para substituir o coronel Almeida Fernandes (ministro do Exército), do tenente-coronel Jaime da Fonseca

para subsecretário de Estado do Exército (em lugar de Costa Gomes) e do general Gomes de Araújo para o lugar do general Beleza Ferraz no cargo de chefe do Estado-Maior-General das F. A.. Surpreendentemente, não se apontava nenhum nome para substituir o ministro da Defesa nem o chefe do Estado-Maior da Força Aérea, general Albuquerque de Freitas, o qual, poucos dias antes, ao partir para a América, simulara estar ao lado de Kaúlza na disputa com Botelho Moniz.

Só na noite deste dia 12 chega a Lisboa o almirante Quintanilha de Mendonça, que logo vai ter com Salazar e se apressa a chamar o chefe do Estado-Maior da Armada, almirante Sousa Uva, a quem ordena que a Marinha entre imediatamente de prevenção.

Já perto da meia noite, Kaúlza abre a boca de surpresa quando lhe telefonam dizendo que o chefe do Estado-Maior da Força Aérea, general Albuquerque de Freitas, chegaria a Lisboa no avião das 7 da manhã, quando estava previsto que se demorasse pelo menos mais uma semana na América. Não havia dúvidas, ele deveria também estar feito com os conspiradores, como veio a provar-se na manhã seguinte. Efectivamente, Kaúlza mandou ao aeroporto os generais Mira Delgado e Francisco Chagas, para receberem o general Albuquerque e o conduzirem logo à sua presença. Em vez disso, o chefe do Estado-Maior da Força Aérea trata mal os dois generais, não

dá importância ao recado que transmitem e dirige-se à casa de campo de Botelho Moniz, acompanhado por um ajudante do ministro da Defesa, que o esperava na Portela. Só perto das 10 horas se apresentaria ao seu subsecretário, desculpando-se que tinha sido chamado por Botelho Moniz e que estava convocado para uma reunião em casa deste ou na Defesa Nacional, às 17 horas, com o ministro e o subsecretário de Estado do Exército (Almeida Fernandes e Costa Gomes), os chefes do Estado-Maior dos outros ramos das F. A., isto é, Câmara Pina (pelo Exército), e Sousa Uva (pela Armada), além de outros chefes militares. Motivo apontado para a reunião: saber se estes chefes militares estavam unânimes quanto à demissão de Salazar, a qual, no caso afirmativo, deveria ser imposta a Américo Tomás, mesmo que fosse preciso demiti-lo também (na hipótese de o Presidente da República não concordar).

Aproxima-se a hora H. O subsecretário da Aeronáutica transfere o quartel-general do contra-golpe para o seu gabinete no Aeródromo-Base 1 (no Aeroporto da Portela, em Lisboa). É para aí que convoca, perto do meio-dia, o chefe da Casa Militar do Presidente da República e o dr. Sollari Allegro (da Emissora Nacional), a quem incumbe de transmitir a Tomás e a Salazar que deveriam demitir no começo da tarde os ministros da Defesa e do Exército, o subsecretário do Exército e o

chefe do Estado-Maior-General, pois, em caso contrário, tudo levava a crer que os dois seriam presos logo depois das 17 horas. Segundo Kaúlza, estava iminente uma guerra civil. Convoca também o general Gomes de Araújo, indigitado para novo chefe do Estado-Maior-General, sugerindo-lhe que, logo depois de ser nomeado, proibisse todos os chefes militares de participarem na reunião conspirativa com Botelho Moniz (que a essa hora já estaria demitido).

As diligências de K. convenceram Salazar, que mais uma vez tinha dado provas de não levar a sério aqueles que sonhavam destroná-lo.

E assim, poucos minutos depois das 15 horas, deste dia 13, a Emissora Nacional dava a notícia da substituição de Botelho Moniz, Almeida Fernandes, Costa Gomes e Beleza Ferraz, respectivamente pelo próprio Salazar (na pasta da Defesa), pelo brig. Mário Silva (ministro do Exército) pelo ten-coronel Jaime da Fonseca (subsecretário do Exército) e pelo gen. Gomes de Araújo (chefe do Estado-Maior-General).

Foi, pois, já na situação de demitidos que os conjurados se reuniram às 17 horas, mas esta reunião ficaria desfalcada da maioria dos chefes militares. Apenas compareceram alguns do Exército e o marechal Craveiro Lopes. O novo chefe do Estado-Maior-General e também o almirante Quintanilha de Mendonça tinham proibido os chefes do Exército e da Marinha de tomarem parte e,

pela Força Aérea apenas o chefe do Estado-Maior comparecera. (Kaúlza tomara a iniciativa de o autorizar manhosamente, embora informando-o de que os dirigentes da reunião já estavam destituídos).

É claro que o novo ministro da Defesa (Salazar) podia ter evitado a reunião mobilizando uma simples força policial contra os conjurados. Mas era demasiado prudente para o fazer. Preferiu evitar o aparato (o que lhe permitiria apresentar perante a Nação sujeita à Censura a ideia de que não havia problemas graves que minassem o seu incontestevel poder), ao mesmo tempo que passava por cima do perigo de uma possível reacção de força de tropas preparadas para a revolta.

Deste modo, nada pôde ser resolvido na reunião entre os poucos que compareceram, e a intentona desfez-se no ridículo. Consta que, à saída da Defesa Nacional, o próprio Botelho Moniz teve de procurar um táxi, pois o motorista do seu carro oficial se recusou a receber ordens de um ministro demitido...

Imediatamente depois, Albuquerque de Freitas passa pelo gabinete do novo ministro da Defesa, onde deixa o pedido de passagem à reserva, e logo a seguir informa Kaúlza do facto. Efectivamente, pouco depois das 18 horas, estava Salazar a telefonar a K, dizendo-lhe que tinha na mão o requerimento do gen. Albuquerque e que desejava saber a opinião do subsecretário da Aeronáutica sobre

o seu despacho. Às 19 horas, já K estava sentado no gabinete da Defesa com Salazar, e o requerimento foi deferido.

Pormenores anedóticos: com certa mágoa, contará mais tarde Kaúlza de Arriaga que Salazar não se lhe mostrou reconhecido nem sequer trocou com ele quaisquer palavras sobre os acontecimentos (isso — supomos nós — não seria possível para o orgulho do ditador, incapaz de admitir que precisava da ajuda dos seus peões para manter-se no poleiro). «*Relativamente aos acontecimentos que tiveram lugar — diz Kaúlza no relatório secreto, a que tivemos acesso e que serviu de base para este relato —, o Presidente apenas considerou que o subsecretário tinha aspecto de cansado. O subsecretário disse que tinha dormido pouco nas noites anteriores, ao que o Presidente respondeu: «é natural, os senhores andam para aí a conspirar!»*

E à sugestão de K, de que seria aconselhável fazer uma declaração ao País, o ditador respondeu sobranceiramente que isso não seria preciso «pois apenas se tinha processado uma substituição de rotina de alguns membros do Governo». Mas acabou por fazê-la. Assim termina desastrosamente a tentativa de golpe de Estado que Botelho Moniz pensava executar manobrando as cúpulas das Forças Armadas, que fora substituindo pacientemente desde que tomara conta do cargo nos últimos anos da presidência de Craveiro Lopes.

Foram essas veleidades conspiratórias de elite onde não havia lugar para o povo nem sequer para os oficiais abaixo dos comandantes de unidade, que o manietaram. Quando antes lhe teria sido possível apoiar as tentativas de alguns oficiais democratas durante a campanha eleitoral de 1958 e sobretudo os projectos dos amigos de Delgado, que fracassaram em 12 de Março de 1959. Mas um homem que nos começos de 1961 garantia que *«o regime não cairá nem a tiros nem a votos»* não seria certamente capaz de acreditar que outros processos mais democráticos conduzissem a melhores resultados.

CONSEQUÊNCIAS FUTURAS

E, objectivamente, o que ficou deste golpe falhado? A prova de que as Forças Armadas, sustentáculo do regime salazarista, estavam cansadas do «Estado Novo» e queriam evitar envolver-se na guerra colonial, o que não foi possível devido à vitória da linha dura de Salazar-Kaúlza. Resultou também uma certa solidariedade de Costa Gomes com alguns conspiradores que durante muito tempo acreditaram ser necessário enveredar por vias liberalizantes embora sem atingir a essência do Regime. Estas solidariedades terão emergido mais tarde, com o advento do marcelismo e terão contribuído para a ascensão de Costa Gomes jun-

tamente com alguns homens mais ou menos envolvidos, por diversas razões, nos acontecimentos do 13 de Abril: Costa Gomes é chamado para chefe do Estado-Maior-General e Silva Sebastião (que funcionara como elemento de ligação entre os militares conjurados) recebe a presidência da Câmara Municipal de Lisboa depois de ter sido governador de S. Tomé e Príncipe.

Outras ascensões de conjurados do 13 de Abril se verificam depois da morte de Salazar, o que levou mesmo alguns especialistas de bastidores a admitir que o próprio Marcelo Caetano tenha de algum modo sido contactado pelos conspiradores de 1961. Uma convergência de circunstâncias tornam verosímil a hipótese. Marcelo, nessa data, andava amuado com o velho ditador. E, por outro lado, a intentona de carácter reformista precisava, para concretizar-se, do prestígio de um político de carreira, conhecedor do sistema e desafecto do paternalismo de Salazar. O autor do Código Administrativo, ideólogo da Mocidade Portuguesa, ex-ministro das Colónias e da Presidência e reitor da Universidade Clássica (de que em 1962 pediria a demissão por discordar da repressão do Governo contra os estudantes, ainda que esta atitude logo fosse identificada pelo seu evidente oportunismo) reunia de facto as características mais adequadas para primeiro-ministro de um governo reformista. Quando já em 1973/74 se vier a falar do apoio

que Marcelo buscava em Costa Gomes para se defender dos ultras encabeçados por Kaúlza, está-se a confirmar um pressentimento que «si non è vero è bene trovato».

CAPÍTULO IV

AS FORÇAS DEMOCRÁTICAS E AS FORÇAS ARMADAS

A longa luta do Povo português contra o fascismo, conduzida sistematicamente pelas forças democráticas durante meio século, não foi capaz de vencer a ditadura sem as Forças Armadas, mas foi o ideal democrático que animou as Forças Armadas a derrubarem o fascismo, da forma como o fizeram. Sem nunca perder de vista que a revolta dos militares parte de condições objectivas criadas pela saturação da guerra colonial, importa observar que o mal-estar só atingiu a fase insurreccional quando estes compreenderam que a raiz da guerra era a mesma raiz do descalabro político da Nação, isto é, a corrupção de uma minoria instalada no poder e que abusava do aparelho de Estado para impor os seus interesses contra os direitos do povo português e simultaneamente dos povos das colónias, apresentando-se como portadora de um «mandato indeclinável» que nunca deixou discutir democraticamente. Assim se compreende que os militares tenham começado por repudiar a guerra colonial e só depois tenham repudiado o regime opressor da democracia, seguindo um caminho inverso ao das correntes democráticas que, por serem democráticas, desde sempre combateram o fascismo

e logo combateram a guerra colonial fascista, quando esta apareceu. *

As forças democráticas e as forças armadas acabaram por encontrar-se contra o regime, porque os democratas tinham sempre ligado a luta de libertação do povo português à luta dos povos das colónias e porque os militares compreenderam que só no quadro da democracia podiam restaurar a função que lhes compete como defensores da Nação.

Erróneo seria fecharmo-nos na linearidade desta análise «a posteriori», esquecendo os múltiplos factores que estiveram na origem do 25 de Abril. Particularmente, seria preciso conhecer como foi possível a rápida aprendizagem política dos militares que fizeram o Programa do MFA e por ele se bateram. Isso nos permitiria explicar como foi pos-

* Com mais exactidão se deverá dizer que a acção anti-colonial das correntes democráticas portuguesas apenas se evidenciou depois da eclosão do movimento africano de emancipação, no final dos anos 50 e começo da década de 60. Nesta data, ainda se fazia sentir a tradição liberal e republicana, de que foram expoentes mais conhecidos o general Norton de Matos e o capitão Henrique Galvão, criticando na actuação do governo salazarista a inabilidade da sua política colonial, mas sem deixarem entender a hipótese, sequer longínqua, de emancipação. Foi o general Humberto Delgado o primeiro vulto da Oposição a reconhecer a capacidade dos Negros para se autogovernarem. Em contrapartida, os movimentos estudantis da Universi-

sível pela primeira vez na história que um regime fascista fosse derrubado pelas suas Forças Armadas e que estas não tenham pretendido impor uma ditadura militar mas, ao contrário, um regime democrático. Ao longo deste livro, à medida que vemos surgir por detrás dos eventos as motivações que eles encerram, parece-nos que se vai clarificando uma explicação para essa surpreendente atitude dos militares portugueses, tanto mais surpreendente ao nível da imprensa estrangeira, quanto a realidade portuguesa e em particular o persistente trabalho da Oposição democrática eram ignorados, quando não subestimados, pelos comentadores internacionais dos grandes meios de informação.

Ora a Oposição democrática sempre existiu e, embora sujeita aos avanços e recuos da luta clan-

dade de Lisboa (1962, primeira grande manifestação académica na Europa) aparecem nitidamente marcados pela recusa da guerra colonial, como haveria de reconhecer-se na campanha da CDE em 1969, sem que, no entanto, este agrupamento político da Oposição tivesse desenvolvido suficientemente nessa data a campanha anticolonial. Todavia, seria injusto não reconhecer que as forças democráticas desde logo interpretaram a guerra colonial como uma guerra fascista e como tal a combateram nos seus panfletos, apesar de, antes de 1973, as jornadas mais corajosas contra a guerra terem sido desencadeadas pelas Associações de Estudantes e por grupos de católicos de Lisboa (ocupações da igreja de São Domingos e da capela do Rato, em 31 de Dezembro de 1968 e de 1972).

destina e das contradições internas de classe, a sua actividade corrofa as bases de apoio do regime, cada vez mais desacreditado junto da população porque se mostrava cada vez mais incapaz de responder ao repto das forças democráticas, sempre que estas apontavam a falência das soluções governamentais para os grandes e pequenos problemas da Nação. O fascismo como força política tinha chegado à decrepitude, razão de sobra para se entender que ele só pudesse manter-se com o reforço da repressão, como acontecia nos últimos tempos de Caetano. E a principal força repressiva era evidentemente o aparelho militar.

Mas num pequeno País com nove milhões de habitantes, nem sequer o Exército estava isento da penetração de ideias «subversivas». Mesmo que a imprensa estivesse amordaçada, inclusive durante os trinta dias da «campanha eleitoral» (de quatro em quatro anos), as ideias democráticas alastravam nos meios trabalhadores, intelectuais e até nas camadas burguesas. Era impossível que todos os militares estivessem absolutamente à margem de certas controvérsias políticas, que desconhecessem eternamente os escândalos da Administração e da repressão, o descontentamento generalizado do povo, sobretudo dos elementos mais competentes de cada profissão.

À medida que o tradicional militarismo deixava de entusiasmar os oficiais mais jovens, eles começaram a apreciar o convívio com os civis em Por-

tugal, ao mesmo tempo que nas colónias se habituavam a partilhar das conversas dos seus colegas milicianos, entre os quais não raro se encontravam muitos militantes dos movimentos políticos e estudantis. E este contacto terá fornecido muitos elementos de análise da crise nacional, os quais não poderiam senão desacreditar ainda mais a posição do Governo. Somos um pequeno país e é impossível que muitos oficiais não acabassem por encontrar naturalmente amigos politizados entre os seus contactos civis, mesmo entre os seus familiares. Assim é que dos milhares de aderentes das CDES, dos partidos políticos clandestinos, dos movimentos associativos, algumas conversas terão partido para se prolongarem entre os camaradas de messe. Sem esquecer a acção, que viria a ser determinante na definição política do «Movimento», de alguns oficiais altamente politizados, remanescência de uma tradição anterior ao fascismo, a qual reviveu sobretudo por ocasião da campanha de Humberto Delgado.

Não se diga que isto significava um movimento de politização, até porque os oficiais, mais que ninguém, tinham medo de se arriscarem à acusação de «ideias subversivas» (assim consideradas, como eram, todas as posições não-governamentais), e a maior parte deles, por deformação profissional, estavam intoxicados pelo mito da apoliticidade do Exército. Digamos, sim, que as casernas se tinham desbloqueado e que os militares passaram a sentir

os reflexos do ambiente das lutas democráticas. E ainda que estes ecos fossem fracos, outros rebentavam com força dentro de instalações militares, noutra comprimento de onda, mas com o mesmo sentido e o mesmo objectivo. Eram as bombas da ARA, das Brigadas e do LUAR, as quais se repetiam nos Quartéis-Generais de Lisboa, Porto e Bis-sau, nos parques de aviões e de viaturas e nas instalações da Nato, declaradamente contra a política colonialista do Governo, mais do que para castigar um Exército que a executava. As bombas que rebentavam nas instalações militares tinham realmente efeitos desmoralizantes e, ao longo do último ano, os capitães do «Movimento» declaravam que seria mais justo colocá-las na Assembleia Nacional, porque as F. A. não eram culpadas da política do Governo.

Embora surpreendente, porque ultrapassa todas as expectativas, explica-se portanto a coincidência fundamental entre o Programa do MFA e as propostas do último Congresso Democrático de Aveiro (Abril de 1973) do programa político da CDE na última campanha parlamentar (Outubro de 1973) e até, em muitos aspectos, do programa do Partido Socialista (difundido a partir de Maio de 1973).

O CONGRESSO DE AVEIRO

O Congresso da Oposição democrática, na fase de preparação da campanha eleitoral, não passou despercebido a muitos militares, até porque durante uma manifestação pública contra a guerra colonial foi ferido pela polícia de choque um oficial democrata (retirado do activo). Alguns jovens capitães revelaram curiosidade pelas posições assumidas no congresso, particularmente quanto à função do Exército e à questão colonial.

Além das teses apresentadas por escrito, vários oradores tomaram posição contra o apoio das Forças Armadas ao regime fascista. Significativa, neste aspecto, a discussão entre Armando Bacelar (futuro subsecretário de Estado da Justiça do Governo Provisório) e José Magalhães Godinho (futuro presidente da Comissão Redactora da Lei Eleitoral). O primeiro propôs-se moderar certas posições radicalmente antimilitaristas de intervenientes anteriores, que responsabilizavam indistintamente o Exército fascista pela continuação da guerra colonial, na qual os oficiais estariam interessados.

Reconheceu A. Bacelar que os altos quadros das F. A. eram realmente responsáveis por tudo o que se vinha passando neste país desde -1926, mas acrescentou: *«Houve sempre no mesmo Exército uma parte dos quadros que nunca se curvou ao fascismo dominante»*. E citou entre outros os no-

mes do cap. Marques (herói da guerra de Espanha), do gen. Sousa Dias (que fez a revolta do 7 de Fevereiro de 1931 no Porto e foi exilado para a Madeira, onde preparou com outros a «Revolta da Madeira» de 1932), de Varela Gomes, Palma Inácio e Humberto Delgado. O orador concluía dizendo que a máquina militar estava ao serviço do fascismo colonialista, mas que não seria legítimo acusar todos os quadros de serem fascistas e colonialistas. Acrescentava que as Forças Armadas já se estavam dando conta do ludibrio em que caíram e que se lhes deveria fazer um apelo no sentido de procurarem formas democráticas de intervenção.

Em contrapartida, Magalhães Godinho acentuava a pesada responsabilidade das Forças Armadas na instauração e consolidação do fascismo e denunciava a actividade dos altos oficiais na Censura à Imprensa, no comando das Polícias e da Legião Portuguesa e na orientação militarista da Mocidade Portuguesa, para além da sua presença como delegados do Governo nas mais rendosas empresas do monopolismo português, sem falar no facto de sempre ter sido ocupado por militares o lugar de Presidente da República durante o fascismo. Para este orador, era evidente que os portugueses continuavam subjugados por uma ditadura militar, embora que o totalitarismo tivesse evoluído para se pôr ao serviço do capitalismo nacional e multinacional. Só isentava desta acusação os soldados e os milicianos. E desvanecendo qualquer

hipótese de salvação do País por iniciativa das Forças Armadas, sintetizou: «*Não desejo ver movimentos militares na conquista do poder*», sustentando que às Forças Armadas apenas cabia a missão de serem «o sustentáculo do poder legitimado pelo povo».

Outros oradores intervieram nesta polémica do plenário da Secção Política, que — deve dizer-se — não suscitou razoável interesse por parte da assistência composta por mais de mil pessoas, sendo de recordar a posição de Horácio Guimarães em resposta a A. Bacelar: quando se acusa o Exército, ninguém põe em causa os nomes citados de certos oficiais que, na sua maioria já morreram e, se hoje vivessem, não fariam parte das Forças Armadas nem recuperariam o actual Exército português envolvido nas guerras coloniais.

A guerra colonial estaria presente na maior parte das teses do Congresso, que por proposta de Gaspar Teixeira exigia ao Governo um esclarecimento público sobre a possível utilização de 135 mil toneladas de Napalm em 1966 e de 110.348 em 1967 que a publicação «*The Overseas Companies of Portugal*» diz terem sido consumidas por Portugal nesses dois anos.

Citem-se apenas algumas conclusões das teses. Depois de apresentar as consequências da guerra para os povos das colónias, J. Peixoto da Silva dizia: «*Por outro lado, a guerra tem tornado ainda mais trágica a situação do povo português: mobi-*

lização da juventude para um dos mais longos e difíceis serviços militares de todo o mundo, que leva à emigração de milhares de jovens; mais de dez mil mortos e de vinte mil estropiados; grave deformação das mentalidades; agravamento dos impostos; quase metade do orçamento consagrado às «despesas de defesa e segurança»; agravamento substancial do custo de vida; perda dos mercados de muitos países que se opõem à política colonial; progressiva venda do País a empresas estrangeiras; reforço do poder político de certos grupos económicos e de uma casta política e militar que beneficiam profundamente com o prosseguimento da guerra. A política do Governo é, pois, uma política antipatriótica».

Para os democratas portugueses, não havia há muito qualquer dúvida, a independência das colónias seria a única saída possível para o problema das guerras coloniais, acrescentando-se que só um governo democrático seria capaz de fazer a descolonização. Segundo Vinício Alves da Costa, numa tese exclusivamente dedicada à guerra colonial, a independência das colónias através de negociações com os movimentos de libertação permitiria a retirada das Forças Armadas Portuguesas, «que saem assim prestigiadas e honradas dum conflito, onde, não obstante os erros e os crimes de alguns, a maioria dos seus membros se bateu com galhardia e honestidade, preservando os sentimentos de honra da Nação».

O congresso não desconheceu evidentemente as posições marcadamente socialistas de muitas teses e intervenções. Mas tratando-se de um congresso aberto indiscriminadamente a todas as tendências democráticas da Oposição antifascista, ele revelou antecipadamente a estratégia eleitoral da C. D. E., assente numa plataforma democrática que, de resto, viria a ser contestada ideologicamente por vários grupos mais radicais. Como plataforma democrática mínima, o congresso terá tido a vantagem de apontar mais claramente alguns objectivos que se consideravam prioritários para o saneamento da vida política nacional, isto é, para o início da indispensável democratização do País. Esta implicaria, como fortemente se insistiu, a «legitimação do poder» (expressão que viria a ser muito repetida pelos oficiais do «Movimento»). E neste sentido, vale a pena citar a tese de José Magalhães Godinho, como exemplo sintomático e até pela semelhança de pontos de vista com o programa do M. F. A. (sem que tenhamos a intenção de apontar uma influência directa, tanto mais que as ideias-chaves há muito apareciam na longa luta da Oposição):

«O regime só poderá legitimar-se e o governo deixar de ser usurpador, quando, restabelecidas as liberdades fundamentais e feito um recenseamento eleitoral completo e honesto e através de uma lei eleitoral dando garantias de base a todos os candidatos, através da existência prévia de

um período não inferior a seis meses, em que todas as correntes de opiniões se possam livremente organizar e actuar para existirem permanentemente, com total garantia de fiscalização do acto eleitoral, igualdade de direitos e acessos à propaganda, total amnistia dos delitos ditos políticos e sociais, revogação de toda a legislação de excepção, sejam marcadas eleições para uma Assembleia Nacional, em que estejam representadas todas as correntes de opinião, à qual serão dados poderes constituintes para discutir e votar livremente uma nova constituição, consagradora de um Estado de direito.»

O que o congresso não podia esperar era que um ano depois estes objectivos estivessem garantidos no programa do M. F. A. Nem por isso deixa de ter interesse lembrar o repto lançado pelo mesmo congressista ao governo de Marcelo Caetano, «fazendo solenemente a advertência de que *lhe caberá inteira responsabilidade, se não quiser por meios pacíficos, legais e com séria lealdade, restabelecer imediatamente os direitos, liberdades e garantias individuais, e procurar a legitimação do poder, por meio de eleições livres e honestas, forçando o Povo português ao recurso extremo mas então legítimo e justificado da revolta, para por si mesmo reconquistar os direitos à sua própria autodeterminação, que lhe têm sido sistematicamente negados».*

Outros objectivos, mais tarde concretizados no

programa do MFA, eram também apontados no congresso e mais tarde na campanha da Oposição Democrática: combate contra os monopólios, relações diplomáticas com todos os países (excepto a África do Sul e a Rodésia — pormenor que os militares não considerarão), extinção da Pide/DGS, dos tribunais plenários, da Censura, da Legião Portuguesa, da Mocidade Portuguesa, livre organização sindical, direito à greve, etc.

A CAMPANHA ELEITORAL DA OPOSIÇÃO

Seis meses mais tarde, em Outubro, processa-se a campanha eleitoral, durante a qual a Oposição Democrática procura mentalizar e alcançar estes objectivos. Ponto importante: apesar de o Governo proibir que na campanha seja abordado o urgentíssimo problema colonial, a maior parte dos comícios atingem o clímax de entusiasmo e acabam por ser interrompidos pela polícia quando se reclama o imediato fim da guerra e a independência das colónias. É aqui que se alarga para muitos oficiais a curiosidade de saber o que pensa a Oposição acerca da guerra e da responsabilidade das Forças Armadas, pois que para muitos era já ponto asente que a guerra tinha de acabar.

Conhecem-se alguns incidentes da campanha, em que certos oficiais se viram envolvidos. Em

Vendas Novas, diversos militares assistem a uma sessão política da CDE e fazem coro com os gritos da assembleia contra a guerra colonial, demorando-se no fim da sessão em conversa com elementos democráticos, cena que se repete em Montemor-o-Novo. Julga-se que por este motivo, o quartel recebeu a visita do comandante da Região Militar, o que provocou algum receio de procedimento disciplinar (não concretizado). Em Lisboa, na sessão realizada no Salão Nacional de Belas-Artes comparecem alguns capitães, que são empurrados violentamente pela polícia de choque, mesmo depois de se terem identificado, motivo pelo qual se dirigiram ao comandante da força, o conhecido capitão Maltês, a quem ameaçaram com energia. Entretanto, em Mafra, perante a expectativa dos milicianos nos dias que antecederam o comício democrático, o comandante da Unidade proibiu a comparência de militares. Por coincidência foi justamente nesta sessão, a meio da campanha, que se notou uma mudança por parte da CDE na maneira de abordar o problema colonial sem atacar as Forças Armadas, o que só pode explicar-se por esclarecimentos entretanto fornecidos a dirigentes democráticos acerca do estado de espírito de muitos oficiais do Exército. Por outro lado, a confiança que já então certos oficiais revelavam na seriedade da Oposição levou dirigentes do «Movimento» a procurarem saber, junto de elementos afectos à CDE, se tinha algum fundamento a balela

divulgada sobre o prestígio de que Kaúlza beneficiaria nos meios esquerdistas (!).

No entanto, era surpreendente constatar o desconhecimento e mesmo o desinteresse que os políticos da CDE mais em evidência manifestavam acerca do «Movimento», apesar de algumas informações que lhes chegavam. E nos documentos clandestinos da CDE apenas algumas leves referências aos militares, para demonstrar que o regime fascista já não podia contar com o apoio incondicional das Forças Armadas.

Só em Novembro de 1973 a CDE parece começar a tomar consciência de que algo de sério estará a passar-se no seio do Exército. Assim é que num documento de balanço da farsa eleitoral de Outubro anterior, subscrito por onze comissões distritais, se aponta entre as contradições do regime, a situação das Forças Armadas:

Nas próprias Forças Armadas se verificam perturbações. Os oficiais do quadro interrogam-se sobre a solução de uma guerra para que não vêm saída. O descontentamento dos soldados e milicianos junta-se à saturação dos oficiais de carreira. A noção de que a guerra só pode ser solucionada politicamente enraíza-se a todos os níveis. Por outro lado, elementos mais sérios interrogam-se sobre o afastamento entre o povo e o Exército gerado pelo papel policial atribuído a este pelo fascismo. Problemas de situação profissional, como

foi a reacção dos capitães do quadro ao decreto que pretendeu resolver a carência de oficiais pela admissão de milicianos, rapidamente se proliferam em moldes de crítica ao regime e de discordância da política colonial.

Mas será preciso esperar pela rebelião das Caldas da Rainha para se poder ler a primeira análise realmente bem feita do movimento que se agitava clandestinamente nos quartéis.

O «MOVIMENTO» E OS PARTIDOS POLÍTICOS

Ao nível dos partidos políticos clandestinos, merece referir-se o relatório de Mário Soares no congresso do Partido Socialista, realizado na Alemanha (Maio de 1973), no qual se analisa a crise do regime, apresentando-se como exemplo «*as tendências, aliás divergentes, no seio das Forças Armadas, para agirem por conta própria, isto é, independentemente da direcção política do pessoal do regime*», e onde se admite a possibilidade de um golpe militar contra o fascismo. Mais importante, todavia, é o próprio programa do Partido Socialista que seria aprovado no mesmo congresso e que apresenta, como um dos princípios fundamentais, a luta anticolonialista, o direito à autodeterminação e à independência das colónias e a abertura imediata de

negociações com os movimentos de libertação, ao mesmo tempo que revela a predisposição de participar num «governo democrático de Salvação Nacional que as circunstâncias venham a impor, a curto ou a médio prazo, para evitar (ou em consequência de) uma catástrofe nacional, que o agravamento e o adiamento constante dos problemas tornam muito provável». E isto porque, embora declarando como objectivo principal a construção de uma sociedade sem classes, se entende que antes da construção do socialismo o povo português precisa de conquistar inadiavelmente algumas metas, aliás irreversíveis: destruir o fascismo e instituir uma democracia pluralista; liquidar o aparelho corporativo; elevar o nível de vida das classes trabalhadoras, designadamente através de um plano acelerado de trabalho, habitação, educação e segurança social; acabar com as guerras coloniais e estabelecer relações diplomáticas com todos os países.

Seria interessante, mas não cabe nos limites deste livro, analisar os pontos de contacto entre os objectivos preliminares do programa do PS e o que viria a ser apontado no programa do MFA. Torna-se porém sugestivo apontar o capítulo dedicado à reorganização das Forças Armadas, que consta ter sido redigido por um oficial do Exército que viria a ter influência determinante na politização do núcleo central do «Movimento dos Capitães». Depois de se condenar a acção das Forças Arma-

das na implantação e conservação do fascismo, afirma-se: «No entanto, o Partido Socialista não considera as Forças Armadas na sua totalidade como uma organização fascista monolítica e continua atento às aspirações democráticas manifestadas por certos oficiais e aos interesses de classe da grande massa dos soldados e marinheiros [...] As Forças Armadas serão colocadas ao serviço do Povo e com ele tornar-se-ão garantes do normal exercício das instituições democráticas». Aponta-se depois a «nova estratégia de defesa» assente no princípio da unidade entre o Povo e as suas Forças Armadas, procurando-se «o abandono dos princípios aristocráticos, das bases elitistas e das particularidades e privilégios de tipo corporativo na estrutura das Forças Armadas, assim como a resoluta democratização de toda a organização militar». Propõe-se a extinção dos corpos de «Estado Maior» que se consideram «verdadeiras castas gozando de exorbitantes privilégios no interior das actuais Forças Armadas»; uma estruturação democrática sem prejuízo da verdadeira disciplina, base indispensável da sua eficácia; um sistema de promoções baseado unicamente nas capacidades, competência e provas dadas; o estabelecimento progressivo do princípio da eleição para funções determinadas de comando ou chefia, na qual participem todos os militares em serviço activo directamente interessados; o exercício dos direitos civis; organização do serviço civil obrigatório, em para-

lelo com o serviço militar; a regulamentação dos objectores de consciência.

De notar que grande parte destas propostas aparecem como reivindicações nos documentos do «Movimento dos Capitães», como exigência decorrente do necessário prestígio da função militar.

Para encerrar estas breves notas, lembre-se que o apoio dos partidos democráticos ao Movimento de 25 de Abril e ao seu programa se tornava fácil, não só porque o derrube do fascismo era querido por todos como primeira e necessária etapa de democratização do País, mas também porque o programa do MFA de facto apontava para os objectivos a curto e médio prazo das correntes democráticas e socialistas. Deverá mesmo dizer-se que nunca a Oposição Democrática tivera o arrojo de architectar um programa de acção imediata que fosse tão longe. A unidade entre as forças democráticas e as Forças Armadas estava pois garantida à partida — e os militares tiveram o cuidado de fazer a tempo as sondagens nesse sentido, com representantes de partidos políticos, acreditando-se que essas sondagens tivessem contribuído directamente para o aperfeiçoamento do programa. Esses contactos datam dos primeiros dias de Março, bastantes dias antes dos acontecimentos das Caldas da Rainha, tempo que não foi suficiente para os partidos políticos se poderem preparar mas pelo menos terá fornecido aos seus dirigentes

no exílio a possibilidade de não serem colhidos de surpresa.

Não foi difícil aos militares estabelecer estes contactos. Nos últimos tempos, os movimentos políticos estavam mais atentos e revelavam compreender melhor o estado de espírito dos oficiais. Disso é sintoma a circular da CDE atrás citada e bem assim a circular (também clandestina) do PS divulgada em Fevereiro em que se reconhecia que *«a progressiva tomada de consciência dos oficiais subalternos, capitães e mesmo alguns superiores, da impossibilidade de se prolongar o impasse colonial fere o regime num dos seus pontos mais sensíveis»*. A seguir, reconhece-se com simpatia que *«as Forças Armadas se recusam a assumir o papel de bode expiatório de uma situação cuja responsabilidade enjeitam»* e declara-se que o partido está solidário *«com todos os que lutam pela liquidação do fascismo e do colonialismo»*.

Depois da rebelião das Caldas da Rainha, a simpatia dos partidos políticos pelo «Movimento» parece evidente. A CDE adverte os seus militantes de que o 16 de Março não deve interpretar-se como um facto isolado, mas como uma etapa irreversível, com tendência para se intensificar. E acrescenta: *«Os movimentos militares terão tanto maiores possibilidades de alcançar objectivos justos que se proponham quanto mais identificados com as preocupações e sentimentos gerais do Povo português, quanto mais próximos estiverem das*

largas camadas que vivem oprimidas na actual organização da sociedade portuguesa». Por seu lado, o PS sublinhava que o 16 de Março era apenas um simples episódio de um contexto mais vasto, revelando a saturação psicológica no seio do Exército, «fenómeno de decisiva importância para accionar os mecanismos de desagregação do poder». Acentua-se, logo a seguir, que o fim da guerra colonial é a única forma de as Forças Armadas evitarem o que tanto temem, isto é, serem acusadas como responsáveis «de uma situação para que foram arrastadas por uma política anti-patriótica ao serviço do grande capital».

Em todas estas tomadas de posição, o «Movimento dos Capitães» era já visto com alguma simpatia em virtude de contribuir para a desagregação do fascismo. Assim se explica que os mais directos responsáveis do «Movimento dos Capitães», então já chamado MFA, se tenham disposto a contactar os movimentos políticos, apresentando-lhes um programa que pela sua consonância com os imediatos desejos da Oposição Democrática só poderia ser bem aceite. E essa aceitação era para os militares fundamental, pois nessa altura, conhecendo as suas limitações, estavam dispostos a entregar aos civis todos os postos políticos do Governo Provisório.

Seria portanto com o aval das forças progressistas que o MFA sairia para as ruas, sabendo e declarando que interpretava os anseios mais legítimos

timos do povo português, como imediatamente se confirmaria nas manifestações populares que rodearam as tropas e, exuberantemente, na apoteose do 1.º de Maio. Só não contavam os militares com a impaciência de certos grupos aguerridos cuja generosidade revolucionária não admite contemporações e criticará apaixonadamente todas as atitudes «prudentes» que possam refrear a efectiva tomada do poder pelo povo. Os militares, convertidos de um Exército fascista e colonialista, terão dificuldade em vencer a desconfiança justificada de alguns grupos: estes não poderão acreditar na rápida conversão da instituição militar, que durante tantos anos constituiu o principal esteio do fascismo e a principal força de repressão da justa luta do Povo português e dos Povos das colónias.

Mas as críticas da extrema-esquerda não obscurecerão a vitória do 25 de Abril. Primeiro porque elas vão atingir as contradições reais desta fase da sociedade portuguesa e, neste sentido, desempenharão um papel dialéctico imprescindível para que a «revolução democrática» não se acomode aos primeiros louros da vitória, morrendo à nascença. E depois, porque é de todo o interesse do povo português que os militares não sejam endeusados, acima do povo que sofreu e sofre, mas compreendam que só ao lado do povo e lutando com ele poderão nobilitar-se, provando, então

sim, terem descoberto de facto os valores que erradamente combateram em Portugal e nas colónias.

O COMBATE OPERÁRIO CONTRA O FASCISMO

Paralelamente às lutas democráticas e, em muitos casos, articulado na mesma acção corrosiva do regime fascista, ganhou força, durante o consulado de Marcelo, o combate organizado da classe operária. O facto tem de ser assinalado, por representar, ao nível das massas, o principal sintoma da inconsistência político-social do corporativismo caetanista e também da incapacidade do Governo para conter a revolta popular. Quando surgir o 25 de Abril, as massas trabalhadoras festejarão o enterro do fascismo e estarão depois na primeira linha de assalto dos baluartes reaccionários.

Seguindo a linha tradicional dos oportunismos da direita, Marcelo Caetano, ao iniciar a experiência impossível de criar em Portugal um fascismo liberal, tenta captar a simpatia das massas trabalhadoras, liberalizando os sindicatos em 1969. Politicamente, tratava-se de um empréstimo rentável a curto prazo, mas de pesados juros a longo prazo. As novas direcções não precisariam do visto governamental e, por outro lado, as convenções colectivas poderiam ser resolvidas através da arbi-

tragem com um tribunal composto por juizes livremente escolhidos pelas partes interessadas. Julgava o ditador que tal medida lhe daria um crédito razoável na Organização Internacional do Trabalho e, quem sabe, talvez os sindicatos portugueses pudessem vir a filiar-se numa grande central sindical internacional. O regime poderia assim, por estes corredores, fazer papel de democrata. Silva Pinto chegou a tentar essas cartadas junto da Confederação Internacional dos Sindicatos Livres e da Confederação Mundial do Trabalho. Mas nada conseguiu.

Internamente, a «abertura» sindical colocou nas mãos dos trabalhadores uma arma importantíssima. Os sindicatos, com toda a sua estrutura e meios técnicos, transformaram-se em meios de consciencialização de grandes massas, o que era muito mais difícil e demorado fazer através do trabalho clandestino. Foram assim uma arma que o regime quis inicialmente jogar a seu favor e se tornou num importante factor da sua morte.

Claro que a acção sindical desenvolvida a partir de 1968 não foi o início do combate operário na vigência da ditadura, mas foi com certeza o período que permitiu alargar esse combate, justamente porque colocou na mão dos militantes novos instrumentos de mobilização de massas.

Esta nova fase do combate operário, aliada, como sempre esteve, à luta das forças democráticas, veio engrossar extraordinariamente a onda

de descontentamento e foi realmente o primeiro degrau na formação política dos trabalhadores durante a vigência do fascismo.

Quando compreendeu a enorme força que se desprendia da brecha que tivera a loucura de abrir, o ditador tentou colmatá-la através de legislação repressiva, chegando a dar possibilidades às empresas de destituírem direcções sindicais (como aconteceria, se o estatuto do delegado sindical tivesse sido aplicado). Mas já era tarde. Os trabalhadores tinham aproveitado bem a fenda aberta na muralha do fascismo, transformando-a em enorme rombo.

Nos últimos meses de vigência do regime deposto, a luta tinha já, ao nível de grandes massas, ultrapassado muito a arena legalista. Greves em cadeia foram desencadeadas e, pela primeira vez, desde há muitos anos, as forças repressoras limitavam-se a ir para a porta das fábricas observar, não deixando, uma ou outra vez, de entrar em desespero e cometer crimes, atirando sobre os trabalhadores, como aconteceu na TAP. Mas era evidente que se tratava dos últimos actos loucos de um governo moribundo.

CAPÍTULO V

RAÍZES PRÓXIMAS
DO 25 DE ABRIL

A. O «SPINOLISMO» E A GÊNESE DO MOVIMENTO

B. 229 DIAS PARA DERRUBAR O FASCISMO

A. O «SPINOLISMO» E A GÉNESE DO MOVIMENTO

O papel do general Spínola no processo do 25 de Abril não foi aquele que lhe atribuiu a Imprensa estrangeira nem o que parece deduzir-se dos comentários de alguns oficiais do «Movimento». Com isto não se quer dizer que tivesse sido maior ou menor. Foi simplesmente diferente.

Spínola não foi o chefe do Movimento nem uma figura decorativa encontrada à última hora. Pelo contrário, a atenção mínima ao desenrolar dos acontecimentos na Guiné e em Portugal leva-nos a concluir que a força militar do 25 de Abril resulta da conjugação de dois afluentes, distintos na sua natureza mas ambos relacionados com a Guiné. Um deles seria estimulado por Spínola; outro nasceu tolerado por ele, evoluiu por si mesmo, totalmente independente, e finalmente foi encontrá-lo no caminho, quando os acontecimentos começaram a precipitar-se.

A Guiné no final de 1967 é uma guerra perdida. O PAIGC tinha conquistado a maior parte do território e cativava o povo, à excepção da etnia fula tradicionalmente fiel aos colonizadores portugueses e dos habitantes da ilha de Bissau. Quando,

numa tentativa de mistificar a situação aos olhos do País, Américo Tomás se desloca no final do ano à Guiné, numa «viagem presidencial», os jornais fascistas disseram que ele havia percorrido o território em apoteose, mas a verdade é que apenas visitou Bissau e algumas cidades do interior alcançadas por avião. A própria capital já tinha sido atacada furtivamente, e por isso o «corajoso» Tomás preferiu instalar-se no pacote «Funchal» fundado ao largo de Bissau. Na noite de Natal não pregou olho, porque o PAIGC resolveu «animar a festa» com o clarão dos foguetões que atacavam Tite, do outro lado do rio. Passados quatro ou cinco anos, o coronel comandante de Tite contava a história às gargalhadas.

Em Maio de 1968, Salazar chamou o brigadeiro Spínola para lhe propor o comando-chefe da Guiné. Spínola terá feito alguma resistência e perguntou ao chefe do Governo se ele tinha conhecimento dos efectivos em confronto. Quinze mil soldados contra apenas três mil terroristas do PAIGC — respondeu displicentemente o estratega de Santa Comba, acrescentando que bastaria imprimir energia aos combates para liquidar a guerrilha.

Spínola explicou-lhe então que seriam precisos doze soldados regulares por cada guerrilheiro em combate, donde se concluiu que as forças portuguesas eram muito inferiores às do PAIGC. Mas como Salazar tivesse dificuldade em compreender esta linguagem, o brigadeiro contou-lhe a história

das pulgas no monte de palha, que mais tarde referia na Guiné, mais ou menos por estas palavras: Imagine, senhor presidente, que V. Excelência se deita num monte de palha. Quando já começa a dormir, vem uma pulga e pica-o num pé, o senhor acorda, acende a luz e procura a pulga, que entretanto se escapa. «Chatiado», procura adormecer outra vez, mas a pulga acorda-o novamente picando-o nas costas. Repete-se a cena vinte vezes durante a noite. A pulga cumpriu a missão dela, que era impedi-lo de dormir, e o senhor não pôde cumprir a sua, que era procurá-la na palha. Imagine que isto acontece durante uma semana; o senhor cai para o lado, de cansaço...

E para que Salazar não viesse com a resposta de que se poderia comprar um insecticida, Spínola adiantou que pouca importância teria o «napalm» nos matos verdes da Guiné, pois estes não ardem como as florestas de Angola ou de Moçambique. Perante a insistência de Salazar, aceitou seguir para a Guiné, apenas interinamente e pelo período de seis meses, findo o qual viria a Lisboa fazer um relatório da situação, para depois decidir se aceitava ou não uma comissão de serviço (dois anos).

1968: A «PRIMAVERA POLÍTICA»
NA GUINÉ

Em Novembro de 68, volta a Lisboa, como tinha sido combinado, mas Caetano já estava no lugar de Salazar. Perante o Conselho Superior de Defesa Nacional, o brigadeiro analisa a situação guineense, aponta o estado de derrocada e acusa os chefes militares de não terem posto o problema com verdade, preferindo que a guerra fosse perdida pela tropa e o Governo não tivesse responsabilidades. Considerava — adiantou — que a guerra estava militarmente perdida, restando apenas o recurso de tentar um equilíbrio de forças que permitisse a negociação honrosa e evitasse a rendição humilhante como acontecera na Índia. Um esquema que pelo menos consentia a hipótese de recuperação do povo para uma futura estruturação administrativa em ligação com a Metrópole. Nesse sentido, propunha ele uma completa alteração de toda a estratégia anti-subversiva, voltada para o desenvolvimento social das populações, de maneira a torná-las menos permeáveis à propaganda do PAIGC e este visse dificultado o recrutamento de novos combatentes e mesmo o apoio necessário para a continuação da guerra.

Consta que Spínola terá mesmo acusado os chefes militares de traírem o Exército, em vésperas de ser massacrado, e a Nação que era mantida à margem da situação real. O resultado desta longa

exposição foi que Marcelo aceitou as propostas de Spínola, ao passo que os outros generais nada puderam responder, retirando-se magoados com as acusações proferidas.

Data desta reunião a cisão nítida entre Spínola e a maior parte dos altos comandos das Forças Armadas, os quais passam a tê-lo por vaidoso, ambicioso e fanfarrão, ao passo que o novo comandante da Guiné não se coíbe de manifestar o desprezo que sentia pela incompetência ridícula que neles verificava.

Spínola parte então para uma primeira comissão na Guiné, investido de plenos poderes militares e civis e com a promessa de apoio de Marcelo para uma política de africanização, de abertura liberal e de desenvolvimento, que, de resto, nas suas linhas gerais, coincidia com a política reformista da «Primavera política» de Marcelo no plano interno. (Adiante-se uma observação: Marcelo acabaria por trair as promessas à Nação, sem que os seus colaboradores tenham podido reagir. Quem não consentiu mudanças foi Spínola, o qual ao longo de cinco anos exigiu sempre do governo central o cumprimento da plataforma acordada em 1968. A tal ponto que julgamos não exagerar dizendo que Spínola era mais marcelista que Marcelo, pois que este se desmentira a si mesmo).

À saída para Bissau, o novo comandante-chefe podia afirmar que partia «integrado no pensamento do Presidente do Conselho». (Mais tarde, quando

definia posições melindrosas para a maioria governamental, tinha sempre o cuidado de dizer que se limitava a interpretar na Guiné a política definida pelo Presidente do Conselho, mesmo que toda a gente visse bem que ele estava exagerando nesta cobertura alegada).

Começa na Guiné uma nova fase da guerra colonial marcada por uma estratégia social e política que há-de concretizar-se na africanização de quadros administrativos e militares, na escolha livre dos chefes nativos (incluindo a reposição de alguns que tinham sido afastado por suspeita de simpatizarem com o PAIGC), na representação das populações nos «Congressos do Povo». Mas tudo isto começa pelos contactos permanentes com as gentes do mato e sobretudo pela administração imparcial da Justiça (coisa que os africanos não se lembravam de alguma vez ter acontecido), criando-se entre os guinéus o verdadeiro mito de que o «homem grande de Bissau» nunca mentia.

Os resultados desta estratégia não se fizeram esperar. Uma população ainda não politizada aderiria a quem de imediato lhe dava melhores possibilidades de vida, embora ajudasse ao mesmo tempo os guerrilheiros. Spínola podia dizer que estava desarmando o PAIGC, tirando-lhe a sua principal arma de combate, isto é, os motivos de descontentamento. A propaganda bem feita conseguiu mesmo atrair muitas populações anteriormente foragidas no mato ou nos campos de refu-

giados da guerrilha, no Senegal ou na República da Guiné-Conakry. Alguns dirigentes levados pelo cansaço ou por dissensões internas apresentam-se ou, quando são capturados, voltam-se mesmo para o lado de Spínola. É o caso, entre outros, do arquitecto Rafael Barbosa, ex-presidente do PAIGC. Mas o grande sonho do governador — confidenciou ele — era ter como secretário-geral do governo o próprio Amílcar Cabral, que ele admirava pela sua capacidade política e realismo de actuação. Amílcar, porém, sabia de que lado estava a História e não se deixava iludir. Ele terá declarado um dia que o general Spínola era o pior antagonista que lhe poderia ter saído na rifa, pois sabia fazer uma guerra com «sorrisos e sangue». E Spínola confessava: «Infelizmente ainda tenho que dar tiros, mas a guerra não se ganha aos tiros».

Entretanto, quando os sorrisos não bastavam, lá estavam os quarenta mil soldados e os caças-bombardeiros FIAT e as bombas de «napalm», embora não tão eficazes como em Angola. Para quê? Para vencer a guerra? Spínola não se iludia: para ganhar tempo, a fim de poder restabelecer o equilíbrio militar.

Em 22 de Novembro de 1970 dá-se a invasão de Conakry, em circunstâncias que ainda não foram esclarecidas. Para muitos sectores anticolonialistas, a responsabilidade terá sido inteiramente do comando-chefe da Guiné. Outros inserem-na na dinâmica da guerra e interpretam-na como a «Baía

dos Porcos» de Spínola, aproximando-a do erro político de Kennedy em Cuba. Inexplicável, neste ponto, o silêncio de Sékou Touré, a partir da ascensão de António de Spínola ao poder. E sintomática a versão dada na «História da Guiné e Ilhas de Cabo Verde», ensinada nas escolas do PAIGC:

«O desespero que se apossou dos colonialistas portugueses, em consequência do avanço da luta na Guiné, culminou com a perpetração do traiçoeiro ataque de agressão ao povo da República da Guiné, em 22 de Novembro de 1970, levado a cabo com a ajuda das potências da O. T. A. N. e, em particular da Alemanha Federal e da França e que se traduziu num rotundo fracasso. Com tal agressão, os imperialistas visaram a liquidação do regime progressista do Presidente Sékou Touré, cuja eliminação física estava prevista, e ao mesmo tempo assestar um golpe sério ao PAIGC, assassinando o seu secretário-geral Amílcar Cabral e alguns outros dirigentes»

1972: NEGOCIAR A AUTODETERMINAÇÃO

Em 1971-72, o equilíbrio militar tinha sido alcançado, mas o governo central não estava minimamente interessado em negociar, ao passo que o general Spínola se deixava entusiasmar demasiado

com o efeito da sua política de aproximação, falando da satisfação que sentia de estar a criar um país novo. *Se fizesse na Guiné um plebiscito, eu ganhava-o de certeza; não há nenhum líder africano que tenha feito tanto pelo seu povo, como eu* — ouvimo-lo declarar em 1972. E acrescentou para nossa estupefacção: *«Só desejava ter uma cadeira na O. U. A. para defender os interesses dos guinéus».*

Era o tempo em que ele falava de *autodeterminação* e de *africanização*, que contrapunha à *independência*, explicando que esta não interessava aos povos africanos desde que eles não tivessem conquistado uma autonomia (através da cultura, do desenvolvimento económico-social e do amadurecimento político) que lhes permitisse evitar o neocolonialismo. E quando lhe perguntávamos, em 1972, o que faria se os guinéus, uma vez autode-terminados, lhe agradecessem o trabalho e lhe pedissem que se fosse embora por quererem governar-se sozinhos, o general respondeu-nos: *Se eles escolherem, só posso pensar uma coisa: escolheram — faço as malas e vou para Lisboa.* E acrescentou: *Mas espero que isso não aconteça.* Um oficial que assistia à conversa comentou depois: *Têm agora uma situação que nunca tinham conhecido e eles sabem que o governador cumpre sempre o que promete. Não há régulo nem feiticeiro na Guiné que inspire o mesmo respeito e tenha tanto prestígio.*

Talvez isto fosse mesmo assim, mas a verdade é que toda a obra política assentava numa base paternalista e na personalidade do governador. Quanto ao desenvolvimento económico e social, que era uma facta, ele tinha uma base precária: era o trabalho gratuito dos soldados portugueses nas escolas, nas estradas, nas plantações e o investimento de subsídios económicos retirados ao desenvolvimento da metrópole. E quando lhe perguntávamos como seria isto se a guerra acabasse, respondeu-nos que o trabalho dos oficiais e soldados era necessário nesta fase de arranque e que se deveria pensar na mobilização civil para continuar a promoção na paz.

Datam deste ano de 1972 os primeiros contactos com Senghor e, segundo tudo confirma, com o próprio Amílcar Cabral. É que o secretário-geral não tinha pressa, como Spínola declarou um dia: *Amílcar Cabral é um homem inteligente e muito hábil e, como está convencido de que há-de vencer, logicamente espera tirar vantagem do tempo para formar os seus quadros e para que as populações, com o nosso trabalho, se vão promovendo cada vez mais. Tudo o que nós fizemos pelo povo, é ganho assegurado para a Guiné do futuro. E nós temos possibilidades técnicas de fazer mais estradas e escolas num só ano, do que o PAIGC em muitos.*

DESCRÉDITO POLÍTICO
DE LISBOA

Ainda hoje não é possível encontrar explicação completa para este entusiasmo de António de Spínola na Guiné. Estaria ele a trabalhar com desinteresse pelo futuro de uma Guiné independente? (Neste caso, como explicar os combates, que não eram meramente defensivos?) Conduzia uma estratégia neocolonialista global, dentro da qual a Guiné não interessava directamente senão como defesa avançada de Angola? Ou persistia numa tese pessoal — e justamente no terreno mais difícil — para que o êxito alcançado o catapultasse a lugares de maior responsabilidade, donde pudesse orientar tentativas semelhantes e mais alargadas em Angola e Moçambique?

O que se veio a passar depois da sua saída da Guiné parece esclarecer que, primeiro, encontrou uma tática para aguentar a guerrilha; depois analisou os resultados e entusiasmou-se com o processo político empírico que se ia desenrolando como uma bola de neve, ambicionando vê-lo consumado; finalmente, observando a obstinação do governo central, a deterioração de Moçambique e o perigo iminente de o equilíbrio se romper na Guiné, concluiu que só de Lisboa se poderia lançar uma política de autodeterminação continuada. Por isso, em 1972 declarava: *Esta guerra não pode ganhar-se na Guiné, mas perde-se em Lisboa.*

E acrescentou que em vários contactos com dirigentes do PAIGC (talvez também com Senghor) estes lhe haviam dito que acreditavam na sua palavra mas que sabiam ser pouco o seu poder de decisão, tanto mais que um dia terminava a comissão de serviço e seria substituído por outro general que talvez só soubesse mandar dar tiros.

Passou a ser nítido que quando Spínola falava em Bissau era para ser ouvido em Lisboa. Estava atento ao que se passava por cá e não perdia oportunidade de emitir os seus pontos de vista artificialmente vinculados ao terreno guinéu. E nem sequer disfarçava. A um jornalista que o queria entrevistar, explicou: *Só lhe vou falar da Guiné para que o Marcelo não me acuse de meter-me em política; mas se quer que eu fale de assuntos da Metrópole, tem que fazer-me as perguntas sempre ligadas à Guiné, de maneira a que os seus leitores percebam que onde eu digo Bissau deve ler-se Lisboa, e o resto é igual.* Assim é que, sobre os mais variados assuntos, as posições de Spínola contradiziam cada vez mais o pensamento oficial, que deste modo encontrava dentro do próprio sistema uma espécie de «enfant gaté» para o contradizer. Numa linguagem habilidosa, abundante em hiatos de raciocínio que o leitor atento podia preencher, apresentava pontos de vista que seriam cortados pela Censura na prosa de qualquer jornalista e ficava-se a saborear o efeito por detrás do seu monóculo.

Ao mesmo tempo, ganhava prestígio crescente nos contactos com os oficiais, pelas suas qualidades de comando (em contraste com a falta de nível de quase todos os oficiais-generais que eles conheciam), pela depuração que fez nos quadros da Guiné saneando os incompetentes, porque sabia ouvir e fazer justiça, porque era um homem prático e despachado, porque a ninguém admitia prepotências (com uma excepçãozinha, dizem, em favor de si próprio...) porque tinha sempre tempo para estar presente onde o perigo era maior (o que entusiasmava os soldados, apesar de complicar a vida aos oficiais pelo acréscimo de preocupações que a sua segurança implicava). E, sobretudo, porque não perdia nenhuma oportunidade de rir-se dos disparates de Lisboa, fosse diante de quem fosse, estimulando assim entre o oficialato descontente a expressão de críticas surdas que passaram a ouvir-se em voz alta, por todas as casernas do mato. Os «venerandos» chefes políticos do País e mesmo altos chefes militares do Regime eram objecto de apreciações humorísticas que os destruíam e mais arreigavam no espírito dos oficiais a revolta de estarem às ordens de um bando de imbecis que não sabiam o que mandavam fazer, que os obrigavam a lutar sem meios, que nos discursos misturavam a Pátria com baboseiras colonialistas, que ao fim de mais de uma dezena de anos de guerra se mostravam incapazes de encontrar qualquer saída senão a guerra até ao fim do

do mundo ou até ao fim da vida de cada combatente.

Em 1972, grande número de oficiais da Guiné, sentiram como um vexame para o País a «reeleição» do velho Tomás para a presidência da República, tanto mais que constava ter o general Spínola escrito, meses antes, uma carta a personalidades militares e civis pedindo que usassem da sua influência para evitar-se o desprestígio. No dia da «eleição» «gozou-se à grande» nos quartéis do mato. E Spínola não se deixava ficar atrás:

— *Estou muito surpreendido consigo, senhor jornalista: você afinal não é patriota* — diz ele com fingida seriedade.

— *Mas porquê, senhor general?*

— *Porque não o vejo alegre, não o vejo assim aos saltos como era de esperar num dia como este, em que temos um novo presidente da República (e tirou o monóculo para dar uma gargalhada).*

TOMADA DE CONSCIÊNCIA DOS OFICIAIS DA GUINÉ

Foi neste ambiente que em 1972 vários grupos de oficiais, inicialmente muito circunscritos, se acharam desinibidos para começarem a reunir-se, a fim de analisarem as razões daquela guerra, tanto pelo lado de Portugal como do lado do PAIGC. Perguntavam-se a si próprios onde estava a justifica-

ção para tantos sacrifícios que padeciam e andavam a causar aos negros, já que não vislumbravam nenhum interesse na posse daquele território nem lhes parecia que para a promoção do povo fossem eles os técnicos mais indicados. Ao desgaste de sucessivas comissões numa guerra que eles já não acreditavam ter o mínimo interesse para a Pátria, juntava-se o contraste, para eles escandaloso, da vida despreocupada que sabiam viver-se na Metrópole. Ainda por cima, sentiam-se revoltados ao saberem que os acusavam de estarem interessados na continuação da guerra em virtude dos bons ordenados do Ultramar e que na verdade só eram chorudos na imaginação de muita gente, pois que eram realmente inferiores — diziam — aos proventos dum merceeiro do mato.

Sabe-se hoje que esta tomada de consciência foi muito influenciada, no sentido da luta por um regime democrático, pelo contributo dos oficiais milicianos, cada vez em maior número num Exército que esgotara os seus quadros profissionais. Ponto importantíssimo neste processo de mentalização: o contacto com a ideologia revolucionária do PAIGC, que muitos estudavam por dever de ofício (como Saraiva de Carvalho, nas repartições de Acção Psicológica) e outros por simples curiosidade intelectual.

O comandante-chefe estava ao corrente do que se passava, mas fingia nada saber. Nem consta que

alguma vez tivesse adiantado a menor advertência neste sentido.

Esta era uma linha de força que estava surgindo na Guiné com mais clareza, embora o cansaço da guerra fosse geral nas Forças Armadas. Mais tarde, ao longo de 1972/73, alguns oficiais mais politizados em serviço na Guiné já pensavam que a única saída possível seria a insurreição armada contra o governo fascista, único responsável de uma guerra sem sentido, na qual se queimavam vidas e haveres que na Metrópole faziam falta para vencer a miséria.

E durante este tempo todo, o que fazia a Pide nas Unidades da Guiné? É possível que a Pide tivesse algumas desconfianças. Só que o general Spínola lhe havia retirado toda a autonomia. Ali, a sua actividade era já então a de uma polícia de informação ao serviço do Exército. Os agentes entravam nos bares dos quartéis do mato para tomar o seu «whisky» com os oficiais, mas de facto tinham acabado por reduzir-se a um papel subsidiário, quando não subserviente. Eram vistos com certa desconfiança e nunca como companheiros, mas não eram hostilizados. Não faziam ondas no meio militar nem tinham qualquer intervenção activa no combate à guerrilha, a não ser na recolha de informações.

ENDURECIMENTO COLONIALISTA
DO GOVERNO

Mas a verdade é que a guerra se eternizava na Guiné. Tinham falhado as tentativas de Senghor para levar o governo de Lisboa a negociar com o PAIGC. Só no começo de 1972 foi possível reatar os contactos com o presidente senegalês, desta vez por iniciativa de Spínola, como refere Senghor numa entrevista publicada na revista «Jeune Afrique», de 15 de Junho de 1974:

O general Spínola contactou-me por diversas vezes, dizendo que se queria encontrar comigo, sem que eu me compromettesse fosse com o que fosse. Tendo falhado com os civis (do Governo português) e tendo lido no «Nouvel Observateur» que o general Spínola era um espírito aberto, disse para mim próprio: experimentemos. E vi-o em território senegalês. Tivemos uma conversa de perto de duas horas. Falámos de tudo, da situação militar na Guiné-Bissau, da negritude, das perspectivas do futuro. E o gen. Spínola disse-me que em sua opinião a teoria da negritude era realista e legítima; reconheceu que os métodos coloniais portugueses estavam ultrapassados; admitiu o princípio de negociações entre o governo português e o representante do PAIGC e disse-me que iria a Portugal para defender esta posição. Sei que ele defendeu esta posição e que foi batido pela di-

reita. Caetano, que estava de acordo com ele, assustou-se e cedeu à direita.»

Durante o ano de 1972, segundo o parecer do general, a situação militar estava equilibrada e eram possíveis as negociações. *Os dirigentes africanos dizem-me — confidenciou-nos Spínola no Verão desse ano — que estão dispostos a falar comigo, mas que não vale a pena negociar com um comandante-chefe de boas intenções que não manda em Lisboa. E eles têm razão, é em Lisboa que isto tem de resolver-se. Como é que se pode compreender que no mesmo dia (estava-se na última semana de Julho de 72) os jornais publiquem um discurso em que eu aponto soluções políticas e, ao mesmo tempo, um discurso do sr. general Kaúlza, de Moçambique, dizendo o contrário?* E continuou lamentando que o governo não fosse capaz de definir uma política ultramarina, que esta ao fim e ao cabo estivesse entregue à incompetência do ministro do Ultramar, Silva Cunha, e que andássemos a cair no ridículo perante o mundo inteiro, defendendo valores utópicos em que nem sequer acreditávamos.

Entretanto era preciso aguentar a guerra, enquanto nos intervalos se parlamentava com os chefes do outro lado. O desgaste psicológico dos oficiais só podia disfarçar-se na presença do co-

mandante-chefe, mas muitos começavam a perguntar-se inquietos como seria aquilo quando Spínola terminasse a comissão no princípio de 73.

ENDURECIMENTO BÉLICO DO P. A. I. G. C.

Em Janeiro desse ano, dá-se o assassinato de Amílcar Cabral, em circunstâncias ainda não esclarecidas. Sabe-se que, após a desorientação do PAIGC provocada pela morte do líder, a guerrilha arrancou em Março com agressividade nunca vista, apoiada em armas modernas entre as quais os mísseis terra-ar do tipo SAM, que anularam a única vantagem das forças portuguesas, a aviação. A escalada do PAIGC intensificava-se dia após dia. Pressentia-se um desastre, o que obrigou Spínola a manter-se na Guiné para além do tempo da comissão. Nessa altura foi preciso reunir todas as energias disponíveis para conter a escalada, o que de algum modo seria conseguido temporariamente em Junho-Julho de 1973. Estava-se quase no começo da época das chuvas, que impossibilita as actividades bélicas.

Foi um esforço desesperado e uma luta contra o tempo. Além dos mísseis e armas ligeiras e do material de transmissões muito mais eficiente que o dos portugueses, o PAIGC estava em vias de

conseguir uma frota de aviões MIG russos, prometidos há quase um ano *.

Entretanto, constava em meios militares de Lisboa que o PAIGC iniciara as obras das pistas de aterragem próximo de Medina do Boé, as quais partiam de território da Guiné-Conakry e se prolongavam através do território da Guiné-Bissau. Ao mesmo tempo, sabe-se que um grupo de graduados da Força Africana, à qual há muito cabia a maior parte das operações ofensivas, tinha-se apresentado ao general, declarando não estarem dispostos a combater contra os seus irmãos de raça.

Ao referir, no seu regresso a Lisboa (Agosto de 1973), algumas destas alarmantes notícias, Sifnola afirmava particularmente que a época das chuvas era a última oportunidade do Governo para

* Por sorte, Amílcar Cabral conseguira levar a melhor, sobre a opinião de Aristides Pereira, e tinha conseguido que, em vez de pilotos mercenários, os soviéticos aceitassem preparar pilotos guineenses. Amílcar Cabral argumentava que só desta maneira se poderia dizer ao mundo que o PAIGC tinha uma força aérea, ao passo que nada garantia que pilotos mercenários pudessem ser controlados pelo Partido. Ao cabo de alguns meses, seguiram para um campo de treino na União Soviética mais de duas dezenas de mancebos seleccionados entre os guerrilheiros do PAIGC, mas a dificuldade de aquisição de reflexos necessários para a pilotagem de aviões supersónicos foi adiando, mais do que inicialmente se esperava, o fim do curso e a vinda dos aviões.

negociar, e se esta não fosse aproveitada corria-se o risco de um desaire militar na Guiné, mais grave que o da Índia. Entretanto, o governo de Marcelo Caetano fazia orelhas moucas, revelando a maior irresponsabilidade.

PRIMEIRAS REACÇÕES DOS CAPITÃES

Mas o grupo de oficiais em serviço na Guiné estava atento a tudo o que lhe rebentava em cima e não queria ser o «bode expiatório» da irresponsabilidade governamental. A inquietação política latente há mais de um ano esperava apenas uma oportunidade para explodir.

Em Maio de 73 partirá, de um grupo chegado da Guiné, a reacção dos militares da Metrópole contra o Congresso dos Combatentes (que se realizaria no Porto, de 1 a 3 de Junho). Mais de 400 oficiais subscreveram um documento opondo-se àquela reunião colonialista. A partir de Julho, nas reuniões alargadas para debater a forma de luta contra o decreto 353/73, o pequeno núcleo mais politizado terá ocasião de contactar com os camaradas de todo o País, a pretexto de reivindicações profissionais que interessavam à generalidade. Assim se manifestaria publicamente, pela primeira vez, o mal-estar latente das Forças Armadas.

Tal como acontecia em Portugal, os capitães da

Guiné discutiam a maneira de lutar contra o decreto, mas na realidade o que nas suas reuniões vinha ao de cima era o fundo da questão colonial. É certo que contestavam o teor dum decreto que reduzia a Academia militar a um «centro de formação profissional acelerada para capatazes de guerra», mas — mais importante do que isso — já denunciavam a injustiça duma situação em que arriscavam constantemente a vida, não tanto para defender a Pátria mas «para que sigam em frente os projectos de Cabora-Bassa ou a exploração das minas da Diamang». Daí a sua revolta inicial, tal como vem expressa na refutação do decreto elaborada pelos capitães da Guiné:

A verdade, conforme aparece à sua consciência e à sua inteligência é a seguinte: O País está a sacrificar os seus militares mas não os seus advogados, os seus banqueiros, os seus engenheiros, os seus industriais, etc. Porquê e com base em que sistema de moral este sacrificio exclusivo de um grupo profissional de cidadãos?

A teimosia do Governo, não dando suficiente atenção aos militares, revoltava agora contra ele não apenas os grupos de oficiais iniciados politicamente pelo trabalho de «sapa» dos anos anteriores, mas praticamente todos os capitães e muitos majores do Q. P. (Quadro Permanente). Com uma diferença assinalável: ao passo que em Portugal as

reuniões secretas de oficiais começaram realmente por causa do decreto (se bem que alguma reflexão anticolonial já antes fosse patente num pequeno número) na Guiné já tinha havido um começo de trabalho político que depois, aproveitando as reuniões alargadas contra o decreto, extravazou rapidamente para o grosso número de todos os descontentes. Isto explica como as circulares da Guiné, para além das reivindicações classistas, apontavam logo para o problema da guerra e para uma certa democratização do Exército: lamentava-se que os mais directamente interessados não tivessem sido consultados antes da publicação da lei; exigia-se «acabar com as castas, eliminando o corpo do Estado-Maior»; acabar com a interferência do Governo na escolha dos oficiais-generais, cuja selecção deverá passar ao foro militar e deve atender exclusivamente às qualidades militares e ao «curriculum vitae»; reivindicava-se a criação de uma «Ordem dos Oficiais», com atribuições semelhantes às Ordens dos Médicos e dos Advogados; urgia a revisão da situação dos sargentos e dos vencimentos e previdência social das praças e suas famílias.

Esta era a principal linha de força influenciada pelas condições especiais da Guiné e que logo se repercutia em Portugal, onde desde o começo de 1973 e particularmente desde o Congresso da Oposição

Democrática e da campanha democrática nas eleições de Outubro, se notava entre alguns oficiais uma curiosidade política inesperada. Noutro capítulo se verá como se fortaleceu esta politização progressiva que veio a exprimir-se na firme tomada de posição democrática do «Movimento» quer nos últimos documentos clandestinos quer sobretudo no programa político do M. F. A.

POLITIZAÇÃO DO GENERAL SPÍNOLA

Acabamos de descrever o processo de uma linha de forças democráticas no MFA surgida na Guiné e que veio a influenciar rapidamente o «Movimento» nascido nas Unidades de Metrópole. Mas, deixámos apontado, a Guiné foi berço de outra linha de força que viria a ter importância fundamental no 25 de Abril. Referimo-nos à politização de Spínola, ao prestígio nacional e internacional que a Guiné lhe deu e muito concretamente ao inconformismo dos oficiais spinolistas, cujo peso reforçaria substancialmente a capacidade militar do «Movimento».

A primeira comissão de Spínola na Guiné (de 1968 a 1970), não obstante o começo de uma política de captação das populações, caracterizou-se por combates violentos na recuperação do terri-

tório e pelo saneamento drástico e imediato dos coronéis e tenentes-coronéis incompetentes, que ele substituiu liminarmente por elementos «duros» da sua confiança conhecidos na campanha de Angola (1961-64). A contenção do PAIGC tinha sido quase um milagre nas circunstâncias apontadas. Spínola é promovido a general e recebe as mais elevadas condecorações. Os oficiais do seu «staff» operacional e os próprios sargentos do Quadro encarregam-se de propagandear entre as Unidades da Metrópole o nome do seu chefe.

Sabe-se agora que, ao regressar à Guiné em 1970 para a sua segunda comissão, ele terá pensado que o fim desta coincidia justamente com o fim do mandato de Tomás e portanto com nova escolha do presidente da República pelo colégio eleitoral do Regime. Tendo Marcelo pelo seu lado, natural seria alimentar algumas esperanças. Para além desta conjectura hoje possível, uma coisa é certa: em 1970, pouco depois do seu regresso à Guiné, começa em Lisboa uma campanha discreta e bem conduzida nos meios de informação. A RTP, a Censura e a própria Pide são infiltradas. A Agência Geral do Ultramar publica os numerosos discursos do governador da Guiné, em folhetos e em compilações anuais. Conseguem-se facilidades para viagens de jornalistas estrangeiros à Guiné e, através destes, Spínola vai sendo conhecido na Europa.

No começo de 1972 há os contactos com Senhor e com dirigentes do PAIGC e a constatação

de que é preciso estar em Lisboa para apressar o fim da guerra sem desastre militar. Surge uma hipótese: a sucessão de Tomás. Mas o Regime é incapaz de evolução e Spínola tinha-se «queimado» junto dos ultras pela política de aproximação praticada na Guiné e em virtude de se ter deixado influenciar pelas propostas de Senghor que transmitira a Marcelo. Além de que o seu nome era odiado por velhos oficiais-generais poderosos que ele sempre desprezara e por coronéis despeitados com a expulsão da Guiné. O velho Tomás era mais uma vez o «venerando chefe» que interessava ao Regime, ligado como estava às grandes jogadas dos ultras (Casal-Ribeiro, Tenreiro e companhia).

Perdida esta oportunidade, Spínola refugia-se na Guiné. O Conselho de Ministros prolonga-lhe o mandato, em 19 de Abril de 1972. Dedicar-se intensamente à organização da vida civil das populações, apoia-se cada vez mais na «Força Africana», chefiada pelos majores Almeida Bruno e Carlos Fabião, e que é incumbida da maior parte das operações de intervenção directa. Materializa-se o programa «Por uma Guiné melhor», através das campanhas de alfabetização, da experiência das cooperativas agrícolas e sobretudo da participação das populações, que o governador pretendia democrática, nos «Congressos do Povo» («a minha verdadeira assembleia nacional, os meus autênticos deputados», como então dizia). A necessidade de «desarmar o PAIGC» (sic) dos seus objectivos po-

lticos levava-o a estudar os processos de actuação de guerrilha, tendo chegado à conclusão de que *«não há outra maneira de resolver os problemas nem de governar os povos senão a democracia»*. Espírito essencialmente pragmático, não se agarra a ideias preconcebidas mas sabia reflectir e conversar sobre as vantagens e inconvenientes das realizações políticas do PAIGC e das experiências do Senegal e da Guiné-Conakry, que citava muitas vezes. Aqueles que acompanhavam a sua evolução ficavam surpreendidos com a capacidade de aprendizagem política enraizada no campo da luta e do trabalho mais do que nas análises teóricas dos doutrinadores. *«Talvez seja racionalmente democrata, uma vez que baseei a essência das minhas convicções no conceito lapidar de que a soberania reside em a Nação, esta consubstanciada na massa do seu povo. É evidente que não considero ser possível qualquer forma de expressão (das massas populares) abaixo de certo nível de cultura; todavia, na era das comunicações em que vivemos, poucos são já os grupos etno-culturais que se encontram aquém desse padrão. Nós mesmos na Guiné, através das afirmações dos seus múltiplos grupos humanos, não pomos em dúvida a sua capacidade de expressão.»* (Entrevista publicada no «Diário de Lisboa» em 9/9/1973).

A citação é longa, mas documenta esta realidade: o cabo-de-guerra tinha descoberto a política

no contacto com a guerrilha. A Guiné foi a sua escola, à sombra do PAIGC.

Que admira, pois, se ele se deixava cativar pela ideia de vir aplicar na Metrópole alguns processos primários de democracia que na Guiné conduziam a tão evidentes resultados?

Subjacente ao esforço de guerra, que era preciso aguentar, e ao entusiasmo dedicado à promoção de Guiné, não abandonava o projecto de ascender em Lisboa a postos de decisão onde lhe fosse dado executar a política de «Portugalidade renovada», que nessa altura se exprimia nestes termos: *«Portugal só continuará a ser Portugal por determinação das suas gentes e é nessa autodeterminação livre e sincera ditada por um clima de autêntica expressão dos diversos grupos do Todo Nacional e por um acto volitivo consciente, que teremos de encontrar o cimento da verdadeira unidade»*. E logo a seguir: *«Vislumbram-se já na Guiné os horizontes desse futuro»*. Esta síntese extraída do prefácio do livro «No Caminho do Futuro» (editado no final de 1972) condensa já a proposta federalista desenvolvida em Fevereiro de 1974 no livro determinante «Portugal e o Futuro».

ESTRATÉGIA LEGALISTA

Por altura da reposição de Tomás (Julho de 1972), circulava nos bastidores de Bissau, e logo

depois em Lisboa, que Spínola regressaria no começo de 73 para substituir Américo Tomás, o qual deveria resignar da presidência da República. De resto, Spínola não aceitara terceira comissão de serviço, concordando permanecer na Guiné apenas por mais um ano, até Abril de 1973. O tempo necessário para preparar o afastamento de Tomás. A alteração deveria portanto processar-se pelas vias constitucionais, muito de acordo com o carácter legalista de António Spínola, que não era homem para revoluções nem tinha organização que a levasse a cabo. Ainda desta vez, o projecto falharia: os ultras mantinham-se atentos às manobras de Marcelo (e sabe-se como Américo Tomás nos últimos tempos foi capaz de tomar decisões contra Marcelo, levado por aqueles). Mas surgiram outros motivos para adiar o projecto: com a morte de Amílcar Cabral perdia-se o interlocutor mais válido para a evolução do problema guineense e, logo depois, assistia-se à escalada bélica da guerrilha, obrigando Spínola a aguentar na Guiné o tempo necessário para não sair vencido. Outra circunstância difícil: Spínola contava com o apoio de um sector importante da alta finança liderado por António Champalimaud, que nessa altura ainda não tinha sido absolvido no gigantesco processo de que era réu e jurava a pés juntos vingar-se de Marcelo, culpando-o de conivência com as irregularidades do aparelho judicial. Mas, se o general ascendesse à Presidência da República, o seu primei-

ro-ministro deveria ser precisamente Marcelo, que considerava um político competente e que, sabe-se agora, tinha jogado e continuaria por algum tempo a jogar nele e em Costa Gomes para a tentativa reformista de salvar o Regime. E nem o apoio de Azeredo Perdigão (velha amizade que em 1970 levava a Fundação Gulbenkian a custear os primeiros aldeamentos na Guiné) nem a aproximação recente de Jorge de Mello (que se desloca a Bissau, já em 1973, para oferecer às cooperativas locais 15 mil hectares de terras da CUF) nem os contactos com Manuel Vinhas (que inaugura em 1973 a primeira fábrica da Companhia Industrial de Cervejas e Refrigerantes da Guiné) podem substituir a aliança implícita com Champalimaud. Era preciso aguardar que este regressasse e depois talvez as coisas se compusessem. Quando o pleito judicial começou a inclinar-se a favor de António Champalimaud, alguns spinolistas em Lisboa não disfarçavam o seu contentamento. A partir de então, contava-se que o regresso de Spínola a Lisboa coincidissem mais ou menos com o desse magnata da finança, o que de facto veio a acontecer.

Enquanto Spínola fazia directamente a sua diplomacia e combinava as suas jogadas políticas, a máquina de propaganda trabalhava bem, apoiada de longe pelo Gabinete de Imprensa de Bissau, que difundia para Lisboa as palavras do governador, de maneira a poderem ser publicadas sobre

a hora, pouco depois de pronunciadas. Em França publica-se, na mesma colecção que reúne as obras de De Gaulle, uma antologia dos seus discursos, seleccionados pelo jornalista Dominique De Roux. Prepara-se também uma edição em língua inglesa. Canalizam-se para Bissau os jornalistas chegados a Lisboa, atraídos pela experiência inédita de Spínola numa Guiné em guerra e que se dizia estar dominada pelo PAIGC. Aparecem reportagens e notícias da Guiné e referências ao comandante-chefe em quase todas as grandes revistas e jornais europeus e americanos. Nos últimos dois anos, Spínola torna-se o político português mais conhecido no estrangeiro, com entrevistas publicadas nas agências noticiosas *Reuter*, *France Presse* e *Dimitag*, na cadeia americana *CBS News* e nos seguintes jornais e revistas: *Daily Telegraph*, *Morning Post*, *Financial Times* (ingleses), *New York Times*, *News Week* (americanos), *O Estado de São Paulo*, *Combat* (francês), *Radiotelevisão Francesa*, *Berliner Tageblatt*, *Neue Osnabruckner Zeitung*, *Welt am Sonntag* e *Woche* (estes quatro alemães) e *Morgenbladet* (norueguês), além de outras entrevistas a jornalistas estrangeiros e portugueses.

O número de oficiais spinolistas, durante cinco anos de comando na Guiné, foi alastrando por muitas Unidades do Continente e, a partir dos últimos dois anos, a instrução dos cursos de oficiais e de sargentos milicianos, e mesmo dos Altos

Estudos Militares, revelava muitos pontos de vista nitidamente spinolistas. Sabe-se que muitos destes oficiais contactavam frequentemente com o seu antigo comandante-chefe, quer em Lisboa nas suas repetidas visitas, quer sobretudo nas misteriosamente prolongadas curas de águas no Bussaco, anuais, que duravam pelo menos um mês mas no Verão de 1973 atingiram dois meses.

Acentue-se um ponto importante: muitos destes oficiais ocupavam lugares de major e tenente-coronel, mas nos quadros superiores encontravam-se também alguns coronéis que tinham servido sob o seu comando e outros que tinham mantido uma velha amizade, não falando já do general Costa Gomes (chefe do Estado-Maior-General) e do ministro da Marinha, Manuel Pereira Crespo (que mais tarde o trairia).

Desde 6 de Agosto de 1973 a Janeiro de 1974, Spínola encontra-se em Lisboa «desempregado», apesar de à chegada ter declarado que vinha apenas para mais uma «cura de águas». A verdade é que não mais regressaria à Guiné. Chegou a supor-se que o Governo o convidaria para fazer parte dos deputados à Assembleia Nacional, a eleger em Outubro. Posta esta questão ao general por um jornalista português, ele respondeu: «*Nem eles se atrevem nem eu aceitar!*» Simultaneamente, admitiu-se que iria ser nomeado inspector-superior da Defesa Nacional, cargo que lhe permitiria estudar a reestruturação das Forças Arma-

das para dar resposta às queixas dos oficiais neste sentido. Muitos spinolistas viam com bons olhos esta hipótese, pensando aproveitar-se dela para o fortalecimento dos contactos com o seu chefe durante as visitas que ele, em razão do cargo, teria de fazer às Unidades.

O subsecretário do Exército chegou a sondar o general em férias sobre a sua disposição de assumir o cargo de director da Academia Militar, que na altura se encontrava numa baixa de prestígio e de frequência (apenas com 72 alunos e 423 vagas não preenchidas!), mas Spínola respondeu que não lhe interessava comandar uma escola sem alunos e que tinha sido despojada, pelo decreto de 13 de Julho, do nível de estudos que a prestigiara. Em contraproposta, adiantou que preferia ir comandar a Escola Central de Sargentos (a «Academia de Águeda»), mas parece que esta oferta não foi tomada a sério...

Outra hipótese de colocação era o comando-chefe de Moçambique, que Kaúlza de Arriaga deixara em 2 de Agosto. Resposta de Spínola: *O quê? Querem que eu vá para Moçambique perder uma guerra que o Kaúlza já ganhou?* (Referia esta resposta aos amigos, ironizando com as «vitórias» alardeadas por Kaúlza, o qual meses antes tivera o arrojo de afirmar que as pretensões da Frelimo seriam afogadas nas lagoas de Cabora-Bassa, que lhe impediriam o avanço!). Por fim,

constava que o Governo o queria nomear embaixador em Madrid, o que não aconteceu,

Decididamente, este homem era difícil de colocar. Entretanto, dedicava-se à preparação do livro «Portugal e o Futuro», afirmando ser este o último serviço que prestaria ao País. Mas os homens da informação e os políticos nacionais e estrangeiros estavam atentos e curiosos sobre o futuro do general.

Por essa altura, nos «mentideros» de Lisboa falava-se de um golpe de Estado conduzido por Spínola, embora as pessoas mais informadas advertissem que este, depois de ter deixado o comando da Guiné e enquanto lhe não fosse confiada outra missão de chefia, não representava realmente grande perigo para o Governo. Toda a gente afirmava que ele tinha muita audiência nos quadros das Forças Armadas e que, à sua palavra, se poriam sobre rodas muitas Unidades «spínolistas», especialmente as de Cavalaria, arma de que ele era o oficial mais prestigiado.

Os que assim pensavam não sabiam certamente que os muitos spinolistas das F. A. estavam sim ao lado do general mas não dispunham de qualquer organização montada. Ignoravam também que Spínola não era homem para revoluções e que o espantinho de Humberto Delgado mais o inibia de tomar atitudes nesse sentido. Ignoravam sobretudo o seu espírito legalista, que amordaçava muitas das suas revoltas e seria o ponto

fraco pelo qual Marcelo se insinuava, a fim de o cativar para o seu reformismo e, quiçá, para um golpe palaciano que afastasse o reaccionário presidente Tomás e a sua camarilha.

Nestas circunstâncias, Spínola caminhava para uma encruzilhada: ou tentava a sua sorte aliando-se a Caetano ou deixava-se empurrar por um movimento contra o governo, que ele não enca-beçaria mas poderia reforçar no momento oportuno. Esse movimento, porém, não poderia partir dos spinolistas, os quais nunca tomariam a iniciativa de se organizar senão à sua ordem. Só poderia ser, pois, o «Movimento dos Capitães», o qual, desde que compromettesse o general, seria automaticamente reforçado com a solidariedade de todos os spinolistas dispersos. Acontecia que, desde o começo, o Movimento já tinha uma ligação indirecta com Spínola, através de alguns adeptos seus nele integrados. Mas os capitães estariam interessados neste lance? E se estivessem, como poderiam comprometê-lo até ao fundo sem lhe entregar o comando?

No seu íntimo, Spínola talvez se inclinasse por uma solução política, via Marcelo, a qual além do mais pouparia sacrifícios grandes. Mas, na eventualidade de esta solução vir a falhar, convinha, à cautela, ter assegurada a via militar, através do «Movimento». Em vez de escolher, ele teve a habilidade de jogar nas duas ao mesmo tempo, sem queimar nenhuma hipótese de uma

retirada estratégica. Jogando com Marcelo num primeiro tempo, conquista para si e consolida para Costa Gomes os dois primeiros lugares da hierarquia militar; mas, com a publicação do livro e as declarações que viria a preferir na tomada de posse, abre caminho ou para avançar ou para retirar ao encontro dos capitães.

«AS F. A. NÃO SÃO
A GUARDA PRETORIANA
DO PODER»

Assim é que Spínola, em 15 de Janeiro, recebe o lugar de vice-chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas. Mas o acto da tomada de posse é logo assinalado por uma «bronca monumental», a que é impossível não atribuir alcance estratégico.

Como é habitual nestas circunstâncias, o general mandara distribuir de véspera pelos jornais o discurso oficial, em que marcava sem margens para dúvidas que não estava disposto a ser um «pau mandado». As Forças Armadas — dizia — não são a «guarda pretoriana do Poder»; a disciplina, sendo o «nervo-motor da eficiência da máquina militar» não implica «obediência cega» (aos ditames do Poder, entenda-se), mas presuppõe a identificação de chefes e subordinados

com os valores morais da Nação, «*consubstanciada esta na massa anónima do seu povo*». Precisando melhor a função das F. A. dizia, depois, que se encontrava «*vedada toda a interpretação que não respeite a sublime missão das F. A., como lúdima afirmação do povo em armas e garante da sua soberania*».

A poucas horas da tomada de posse, o governo tem conhecimento do teor do discurso. Não se sabe o que então se passou a alto nível, sabe-se apenas que o discurso foi retirado das tipografias dos jornais e substituído por outra versão em que as «heresias» mais flagrantes eram suprimidas. Entre as passagens que escaparam à censura do Governo, uma das mais sintomáticas, pelo desafio velado que encerra, é a seguinte: «*A ética militar a todos impõe o dever de não permitir que a Pátria seja confundida com idealizações equívocas e de a defender onde quer que a sua essência (entenda-se, os valores morais da Nação) seja posta em perigo*».

Mesmo truncado, o discurso foi lido com surpresa pelo público. Mas quem tinha ficado bem informado tinham sido os jornalistas e os membros do Governo. E souberam-no sobretudo os capitães do «Movimento» que tinham trabalhado num comprimento de onda distinto do spinoлиста e que, pouco antes, no dia 1 de Dezembro, haviam votado numa reunião em Óbidos a sentença de morte do Regime — aprovando também os nomes

de Costa Gomes, em primeiro lugar, e de Spínola como «chefes» possíveis a contactar.

Porém, os que mais exultaram com a nomeação de António de Spínola foram os seus centuriões, que julgaram estar a aproximar-se o momento de o verem sanear as Forças Armadas do País, à semelhança do que tinha feito na Guiné. Fiéis seguidores, eles estarão sempre a seu lado e irão com ele para onde os levar. O chefe prestigiado ocupava finalmente um posto de decisão, à escala nacional, e a corrente spinolista poderia constituir uma força de intervenção para o que desse e viesse.

A partir deste momento, os dois afluentes do 25 de Abril, que enunciámos, vão convergir numa acção conjunta. Mas, para a história do M. F. A. importa observar como se concretizou a aproximação das duas linhas autónomas. Acompanharemos por isso o evoluir do «Movimento dos Capitães» desde o seu começo, descrevendo as atitudes de Spínola nos momentos decisivos.

APROXIMAÇÃO COM OS CAPITÃES

Ao iniciarem no Verão de 1973 a guerra de papéis contra o decreto de 13 de Julho, os capi-

tães ficaram descoroçoados com o imobilismo de Spínola, que lhes não dava abertamente o apoio esperado. Opinava o general que, embora tivessem razão, eles estavam a ultrapassar os limites da disciplina militar, na medida em que se tinham agrupado como força de pressão da base e até pretendiam formar uma «Ordem de Oficiais» e fomentar uma «Associação de Sargentos». Errado — pensava ele — porque, em vez de se acreditar na capacidade de recuperação da estrutura militar, pretendia-se introduzir um processo de «reivindicação sindical» que desarticulava a instituição. Não deixava de aceitar, todavia, que a via hierárquica estava comprometida pela incompetência dos chefes militares e do Governo.

— *Então como é que o senhor general resolveria o problema?* — perguntou-lhe então um jornalista.

— *Eu, neste momento, não tenho nada com isso. Mas, se estivesse na minha mão, o problema estava resolvido sem comprometer a instituição e a ética militar: colocava as estrelas de general nos ombros que as merecessem, e então esses novos chefes competentes tomariam as soluções adequadas!*

Passava-se esta conversa nos fins de Dezembro de 1973, quando o já conhecido «Movimento dos Capitães» dava muito que falar. Spínola pusera-se à margem, no conflito inicial entre os oficiais do Quadro Permanente oriundos dos cursos de milicianos e os profissionais saídos da Academia

Militar. Ele era um oficial de carreira e as suas simpatias iam para os antigos cadetes, embora só manifestasse os seus pontos de vista a Marcelo e ao subsecretário do Exército, coibindo-se de estimular as reivindicações dos capitães, que já nessa altura evoluíam para uma fase insurreccional.

Por seu lado, os oficiais do Q. P. oriundos de milicianos, entre os quais se contavam amigos dedicados ao antigo comandante-chefe, não encontrando também a solidariedade esperada, voltaram-se para o general Francisco Costa Gomes, que encontravam mais sensível e que habilmente vinha aconselhando os capitães do «Movimento». Spínola divertia-se, ao falarem-lhe do prestígio crescente do seu amigo Costa Gomes junto dos dois grupos, e comentava: «*Mas quem está com o Chico está comigo...*»

Entretanto, os capitães do «Movimento», tinham desconfiado, nos últimos meses do ano, de que, através de alguns camaradas adeptos de Spínola também participantes nas suas reuniões, talvez o general pretendesse instrumentalizar essa força irreversível, em favor do seu projecto pessoal de conquista do poder. E isso preocupava-os, pois se recusavam a tomar como chefe alguém que, independentemente do seu valor incontestável, conheciam como um pulso forte e que, uma vez no poder, poderia eventualmente criar dificuldades ao ideal democrático que já então sentiam. Quem estas linhas escreve foi testemunha da

reacção do general quando lhe transmitiram a relutância dos jovens capitães: «Fico muito satisfeito de saber que é por essa razão que esses moços não me querem, por pensarem que eu seja um ditador. Isso prova que eles estão a amadurecer politicamente e que portanto só desejam a democracia. Mas estão enganados a meu respeito. Deixe-os ler o meu livro («Portugal e o Futuro», nessa altura em fase de provas tipográficas) e verá que eles vão gostar...» *

Quando o livro saiu em Fevereiro, foi aceite entusiasticamente pela grande massa dos capitães, que nele viam confirmadas, preto no branco e com a chancela do vice-chefe, a maior parte das críticas que faziam à política ultramarina do governo, bem como a sua recusa de aceitarem que as Forças Armadas se tornassem o «bode expiatório» dos erros políticos do regime. Mesmo que grande parte deles discutisse a validade da tese federalista («Essa é a opinião do general Spínola, mas nós queremos é saber a opinião da Nação» — diziam alguns, demonstrando uma nítida politização democrática), a verdade é que o livro vinha demonstrar que a solução da guerra era

* No entanto, após o 25 de Abril, viria ao de cima o carácter pessoalista do general, tentando sobrepor-se ao processo colectivo do «Movimento». Daí as tensões repetidas entre a Presidência da República e os principais responsáveis do «Movimento», que ele pretendeu extinguir.

política e não militar, e, nas suas linhas gerais, reforçava a fundamentação do «Movimento». Spínola foi por muitos aceite como ideólogo e aliado.

— *O pá, já leste a «Bíblia»?* — perguntavam uns aos outros.

SPÍNOLA E O «MOVIMENTO» CONTRA KAÚLZA

Verdadeiramente, o comprometimento de Spínola com o «Movimento» começou pouco antes do Natal de 1973, quando surgiu o perigo do golpe de Estado direitista, architectado por Kaúlza de Arriaga. Este chefe-de-fila dos ultras, que já em 1961 desmantelara a conjura liderada por Botelho Moniz e Costa Gomes contra a política colonialista de Salazar, estava agora a conspirar contra o governo de Marcelo, que acusava de fraqueza e de traição relativamente ao problema colonial e também de ter deixado amolecer, no plano interno, o «ideal» do 28 de Maio. «Retorno à bandeira» (isto é, ao nacionalismo da Revolução de 1926) e «defesa intransigente do Ultramar» — eram as suas palavras de ordem.

Não fossem estas as ideias de Kaúlza e talvez tivesse tido a adesão destes moços generosos, que antes do mais pensavam em dar um pontapé num governo podre. Apreciavam as qualidades de trabalho e a competência de Kaúlza, que se fazia passar

em certos ambientes (nunca soubemos porquê) como o «McNamara português» (!). Ridículo. Mas de facto sobressaía, ao lado de Spínola e de Costa Gomes, no marasmo do alto oficialato nacional.

Dando-se conta das tentações reformistas de Marcelo, embora sem contar em quem este se apoiava, Kaúlza parece ter regressado de Moçambique (em 2 de Agosto) já com a sua ideia «fisgada». Durante o Verão, tenta contactos com diversas personalidades civis (entre os quais alguns tecnocratas desavindos com o regime). Já durante a campanha eleitoral de Outubro, alguém faz constar entre os capitães que ele seria um político muito considerado, até pela CDE. Nessa altura, os capitães do «Movimento» correram à procura de pessoas de confiança ligadas ao movimento democrático, para desmentirem junto dos camaradas aquela atoarda perigosa.

De Outubro a Dezembro, os capitães não voltaram a ter notícias de Kaúlza. Mas, nos princípios de Dezembro, o general deve ter sido informado da proposta desesperada do tenente-coronel Atáfide Banazol, que numa reunião do «Movimento» em Óbidos (1 de Dezembro) se oferecia para fazer marchar sobre Lisboa o seu batalhão estacionado em Évora aguardando embarque para a Guiné. O «Movimento» não aceitara a proposta de Banazol, por considerá-la prematura. Só que ela coincidia no tempo com o projecto de Kaúlza e nada melhor — pensou este — do que juntar as forças. Contava,

não se sabe se com razão, que os pára-quedistas estivessem do seu lado, mas como alguns capitães de Tancos já eram do «Movimento», seria preciso garantir a solidariedade ou, pelo menos, a não oposição de todo o grupo.

Em nome de Kaúlza, o tenente-coronel Frade Júnior contacta alguns oficiais do «Movimento» que, depois da reunião de Óbidos, e admitindo o golpe, tinham sido encarregados de proceder ao levantamento operacional, em todo o País, das possíveis forças a mobilizar para o pronunciamento. O tenente-coronel expõe-lhes o projecto de Kaúlza, convidando o «Movimento» a aderir. Embora decididos a recusar, os oficiais contactados prometem consultar os camaradas e aprazam novo encontro que veio a verificar-se em Setúbal, poucos dias depois. Neste segundo encontro com os emissários de Kaúlza, os homens do «Movimento» fingem aderir, para extrair mais informações. Ficam então com a confirmação de que Spínola e Costa Gomes deveriam ser eliminados, logo no começo do golpe, porque, não tendo aderido, eram muito perigosos. E um dos homens de confiança de Kaúlza agitava um documento secreto, esclarecendo que tinha na mão matéria suficiente para incriminar Costa Gomes e ao mesmo tempo provar a categoria de Kaúlza. Com o pretexto de que era importante o documento para acabarem de vencer alguns capitães recalcitrantes, os dois oficiais do «Movimento» conseguiram que o mesmo

lhes fosse entregue. Era nem mais nem menos que o relatório secreto elaborado pelo próprio Kaúlza (quando subsecretário da Aeronáutica) sobre a conspiração de 13 de Abril de 1961 contra Salazar e a guerra colonial. Outra informação importantíssima dada pelos kaulzianos: os outros chefes da conspiração seriam os generais Trony (da Força Aérea), Joaquim da Luz Cunha (governador de Angola e irmão do general Edmundo da Luz Cunha, governador militar de Lisboa) e Silvino Silvério Marques (irmão do brigadeiro Jaime Silvério Marques). Mais tarde, aparece misturado com os conspiradores o nome de Adriano Moreira, velha amizade do contra-golpe de 1961 e agora presidente da Standard Eléctrica (I. T. T.) Entretanto e, mesmo antes de ter havido tempo de reunir a Coordenadora, o capitão Vasco Lourenço, após ter combinado com alguns camaradas, dirigiu-se aos generais Costa Gomes e Spínola, para os advertir do risco de serem eliminados, pois se mantinha a perspectiva do golpe.

Os dois generais, que já antes haviam recusado colaborar com Kaúlza, confirmaram a sua atitude perante os capitães.

— O senhor general Kaúlza — comentava Spínola mais tarde — *é um homem inteligente e até estou de acordo com ele quando analisa o estado do País, e conclui que está tudo errado. Mas quando se pensa na maneira de reconstruir o País, então começam as nossas divergências. Porque ele*

e eu concordamos que isto está mal, mas eu, pela minha parte, acrescento: isto está mal por causa de todos os Kaulzas de Arriaga que andam por aí. Já se vê, assim não podemos estar do mesmo lado...

O general Spínola tinha sido prevenido pelo ministro da Defesa (Silva Cunha) de que deveria acautelar a sua defesa pessoal, pois a sua vida correria perigo. Esta mesma informação teria sido transmitida aos oficiais a que atrás nos referimos, os quais ficaram convencidos de que Spínola e Costa Gomes seriam eliminados fisicamente, no caso de a conspiração de Kaulza vir a concretizar-se.

Impunha-se dismantelar imediatamente a conjura ultradireitista e esta decisão foi imediatamente posta em prática. O contra-golpe vai ser urdido pelo cap. Vasco Lourenço e pelo major Carlos Fabião, homem de toda a confiança de Spínola e elemento do «Movimento». Nessa altura, Fabião era chefe de curso no estágio para oficial superior que decorria no Instituto de Altos Estudos Militares e era frequentado por uma centena de majores, alguns do «Movimento» e pertencentes a várias Unidades.

Aproveitando-se da faculdade de ser chefe do curso, Fabião pede ao professor licença para transmitir um aviso no começo da aula. Falou como quem sente a responsabilidade de um acto

histórico, dizendo aos camaradas que lhes competia a responsabilidade de dismantelar a conjura que se urdia contra o interesse do País. Denunciou os nomes dos quatro chefes da conspiração e adiantou que Spínola e Costa Gomes seriam mortos. A aula foi interrompida, mais de cem homens espalham-se pelas Unidades de Lisboa e arredores prevenindo os oficiais conhecidos. Para as Unidades de longe, a direcção da Coordenadora dá instruções pelo telefone, informando da intentona tramada e mandando reforçar a vigilância. Pedese ainda que todos os camaradas comuniquem à Coordenadora em Lisboa quaisquer movimentos do «quarteto» e estejam prontos para pôr as Unidades de prevenção, ao primeiro sinal. Entretanto, Spínola barrica-se em casa, durante alguns dias, protegido por oficiais armados.

Foi assim, com uma actuação rápida e decidida, que o golpe de Kaúlza foi dismantelado ao nível de Exército. Subsistia uma dúvida terrível: E os «páras?» Mas os contactos logo estabelecidos com capitães pára-quedaistas do «Movimento» resultaram numa resposta positiva dada no dia seguinte: os «páras» estavam com o «Movimento» e não arrancariam com Kaúlza.

Rescaldo: Kaúlza explica ao Governo que nada disto era verdade e que tudo partia de uma confusão. Adriano Moreira apressa-se a contactar com Spínola e vai deixar um cartão a Tomás, garantin-

do que não tinha sido ouvido nem achado e que o seu nome só pode ter sido referido pelo facto de se ter encontrado ocasionalmente com o general Kaúlza, num jantar em casa de um amigo comum, durante o qual nem sequer falaram de política... Silvino Silvério Marques ganha com a história, pois os capitães mais tarde admitirão ter sido abusivamente apontado o seu nome e seguirá para governador de Angola, depois do 25 de Abril (reabilitado mas com pouca sorte...). Fabião é transferido de Lisboa para Braga, sem comando de tropas. Banazol, que afinal nem sequer teria sido contactado, é mandado de avião para a Guiné, nas vésperas do Natal, por ter falado demais em Óbidos e porque o seu desafio foi relacionado infundadamente com a intentona de Kaúlza. Vasco Lourenço cai sob suspeita, passa a ser vigiado, e tanto ele como outro camarada, o cap. Dinis Santos Almeida, na noite da partida de Banazol, recebem ordem do QG para irem dormir a Cavalaria 7 e a Caçadores 5, em Lisboa.

Consequências mais importantes de todo o «affaire» Kaúlza: os capitães tomam consciência de que só para evitar o golpe direita já teria valido a pena fundar o «Movimento». Tiram-se todas as dúvidas acerca de Kaúlza e da natureza antitotalitária do «Movimento». Conclui-se, ainda, que é preciso estruturar rapidamente a força do grupo, em ordem às acções a desencadear. Dá-se o rompimento definitivo e insanável entre Kaúlza e Spí-

nola, que dias depois comentava: «Kaúlza é um homem inteligente, mas é pena ser tão ambicioso. A sua ambição é ser presidente da República, mas mesmo assim fica com um grande desgosto: que Portugal não seja uma monarquia, para poder ser rei...».

No que respeita à evolução do «Movimento», a intentona de Kaúlza tem ainda um efeito histórico: a sorte de Spínola ficou ligada à actuação decidida dos capitães e, em contrapartida, a recusa destes em participarem na intentona é influenciada pela recusa anterior deste e de Costa Gomes. Foi mesmo nesta ocasião que o «Movimento» se encontrou com Spínola, pela primeira vez. A partir daqui, os contactos tornam-se francos e os oficiais spinolistas não terão qualquer dificuldade em solidarizar-se com o «Movimento».

As duas linhas de força marcadas pela experiência na Guiné chegaram ao ponto de confluência. Mas a prova de que o «Movimento» não é de Spínola e tem completa autonomia demonstra-se pelo facto de o «Movimento» ter evoluído ao lado do spinolismo e não se ter deixado ficar parado quando o general ascende à vice-chefia do Estado-Maior, em 15 de Janeiro.

SPÍNOLA APOIA OS CAPITÃES
CONTRA OS RACISTAS
DE MOÇAMBIQUE

No mesmo dia em que o general Spínola toma posse, ele e o seu chefe, Costa Gomes, decidem fazer o balanço da situação militar nas colónias. Seguem para Angola e Guiné algumas das mais altas patentes militares. Para Moçambique parte imediatamente o próprio chefe do Estado-Maior, para se inteirar da situação explosiva criada pelos colonos brancos. Na cidade da Beira estes faziam manifestações contra a tropa, acusando o Exército de inoperância na luta contra os guerrilheiros e chegam a alvejar a tiro a messe dos oficiais do Macúti, em contraste com as posições dos missionários (Padres Brancos, Combonianos e outros) e do próprio bispo de Nampula que no 1.º de Janeiro condenara violentamente os massacres e a finalidade desta guerra contra o direito de independência dos povos.

(Observação marginal: enquanto todo o povo português era impedido de conhecer os reais motivos da partida dos missionários e das palavras do bispo, muitos oficiais de Moçambique tinham obrigação de conhecer e estudar os documentos por eles publicados, a fim de acautelarem a «acção psicológica». E é impossível que não se deixassem influenciar um pouco).

Segundo a chefia do Estado-Maior-General, a fi-

nalidade das deslocações dos três generais às frentes de combate seria a elaboração de um relatório que provasse ao Governo a impossibilidade de solução militar, como Spínola vinha dizendo desde 1972. Não pensavam deste modo os ultras da direita. Por esses dias, um deputado, no Parlamento fascista, pedia o aumento dos efectivos e a duplicação do material bélico na Guiné, porque — afirmava — *«é impossível suportar uma guerra com armas desiguais, principalmente se cabe a sorte ao inimigo de possuir as melhores»*.

E apesar de os oficiais do «Movimento» dizerem que, em comparação com o equipamento dos guerrilheiros, o Exército português já não passava de um «bando armado» (sic), a guerra prosseguia sem descanso e as duas mil operações referenciadas num comunicado oficial do comando-chefe de Moçambique (só no período de 15 a 25 de Janeiro!) desmentiam a acusação de moleza que na Beira era lançada contra os militares. Apesar de tudo isto, a população branca queria mais, queria a razia pura e simples dos negros, que a tropa não queria nem podia fazer. Esta a razão das manifestações racistas e a injustiça praticada contra os militares, os quais combatiam há mais de uma dezena de anos defendendo os interesses dos pequenos e grandes colonialistas, a pretexto de estarem a «defender a Pátria» (razão em que de facto já não acreditavam).

Foi por isso com mágoa e indignação que em

todas as unidades do País os oficiais do «Movimento» difundiram clandestinamente, a partir de 23 de Janeiro, a seguinte circular, com que a Comissão Coordenadora furava a barreira do silêncio imposta pela censura fascista:

«Caro Camarada:

Motivo imperioso, como a seguir verás, nos obriga a abandonar o silêncio, a que deliberadamente nos havíamos votado com a tua concordância.

Recebemos dos nossos camaradas de Moçambique os comunicados que transcrevemos: (Dia 21 JAN. 74).

— **Virtude actos terrorismo fazenda Vila Pery população civil esta cidade, Vila Manica e Beira realizou manifestações. Na cidade Beira manifestação realizou-se em 17JAN74, começou junto edifício Governo Distrito, terminou Messe Oficiais. População civil evidenciou falta confiança F. A., apedrejou edifício Messe, partindo muitos vidros, disparou alguns tiros pistola sobre o mesmo. Começam concretizar-se nossos receios criação bode expiatório. Solicitamos medidas urgentes conduzam impedir F. A. continuem sendo enxovalhadas.**

— **Manifestações Beira já referidas, e repetidas dia seguinte com pedradas, insultos ao Exército incluíram General Comt. Chefe, que foi alvo directo insultos. Cidade Vila Pery situação agrava-se**

ameaçando recontros entre população civil europeia e Exército. Cap. Cmds GARCIA LOPES ferido consequência pedrada. Elaborado texto documento para apresentar General Costa Gomes altura sua vinda Nampula e circular a ser subscrita todo o pessoal exigindo medidas imediatas. Sugerimos medidas referindo manifestações e declinando responsabilidades situação subversiva, exigindo PRETO NO BRANCO. Prestígio F. A. muito afectado, enxovalho ameaça irreversibilidade.

Correspondendo aos anseios dos camaradas de Moçambique, que são os nossos, vamos contactar o mais elevado escalão militar.

Dada a gravidade da situação, impõe-se que cada um, em consciência e dentro das mais estritas regras da Disciplina Militar, se empenhe junto dos seus Comandantes ou Chefes directos, no sentido de se obter, no mais curto prazo, o necessário desagravo de uma Instituição que há doze anos vem cumprindo, silenciosa e lealmente, o seu DEVER e que por tal sente não ser merecedora dos reflexos de uma deficiente informação. A BEM DA NAÇÃO E DAS FORÇAS ARMADAS. A COMISSÃO».

O «mais elevado escalão militar» referido na circular era o general Spínola, que de facto já havia sido contactado por Otelo Saraiva de Carvalho e Vasco Lourenço e concordara com a divulgação

da circular. Não consta que tenha havido uma manifestação de desagravo, mas o reboliço provocado pelo documento era a maior prova de solidariedade e de «espírito de corpo», tanto mais que ela exprimia o que todos sentiam: não queriam ser o «bode expiatório» dos erros do Governo. Todos os dramas e todo o cansaço da guerra colonial vieram ao de cima, transformados em revolta contra um regime que persistia num beco sem saída.

Apesar da discreção necessária, a circular é conhecida em meios políticos, e, nas Universidades, aparece transcrita em jornais de parede. Por outro lado, de todas as Unidades o Governo recebe ecos do descontentamento provocado. Era preciso actuar. No Estado-Maior recebe-se ordem de levantar auto disciplinar contra alguns oficiais detectados a distribuir o papel. O próprio ministro do Exército fala pessoalmente a Spínola dizendo-lhe que vai mandar prender os responsáveis pela divulgação. O vice-chefe opõe-se, e informa do facto alguns oficiais da Comissão, recomendando-lhes que tenham cuidado.

Mais uma vez o Governo revelava a sua fraqueza, assustando-se com uma simples circular informativa e avolumando inabilmente o seu efeito imediato. E Spínola ganhava mais um ponto junto dos oficiais do «Movimento», por ter apoiado a divulgação dos telegramas e evitado a prisão de elementos importantes da sua Comissão Coordenadora.

OS CAPITÃES E O LIVRO
DO GENERAL SPÍNOLA

Precisamente um mês depois da circular da Beira, sai a lume o livro de Spínola, em 23 de Fevereiro. Um «best-seller» que surpreendeu o País e o estrangeiro, mas não terá surpreendido tanto os capitães nem os observadores atentos às atitudes do general. Entusiasmo entre os quadros das F. A. Inquietação entre os ultras do regime que mordiam os beiços. Expectativa nos meios políticos e diplomáticos. Seria possível que o Governo ficasse calado? E se o Governo não reagir, quem poderá sustentar a marcha do general?

Não se conhece praticamente nenhum órgão da grande imprensa estrangeira que não tenha publicado resumos do livro. O *Nouvel Observateur* dava-lhe uma página na importante secção «On en parlera demain» (amanhã será notícia), explorando a contradição aparente de ser o mais prestigiado soldado português a defender a tese de que a guerra não tinha solução militar, mas política. «Un mauvais soldat» (um mau soldado) — intitulava com ironia.

Mesmo que a solução federalista proposta pelo general não tivesse o acolhimento das correntes progressistas do País nem dos Movimentos de Libertação — nem sequer das F. A., por trazer consigo o perigo neocolonialista — a verdade é que o problema tinha sido desbloqueado. De resto, Spí-

nola apresentava a proposta à discussão da Nação, apenas como opinião pessoal fundamentada, que logo agradou aos sectores mais evoluídos do capital radicado em África. Também não parecia evidente que a sua concepção de democracia — claramente antifascista — ultrapassasse o conceito liberal da representatividade do poder legitimado pelo povo, causando apreensões certas passagens que não salvaguardavam a participação das bases na actuação do poder legitimado nem o direito de expressão e de controvérsia das minorias. Mas, para a grande massa dos leitores, estes aspectos importantíssimos passavam despercebidos, e o que contava era que o general demolia, de alto a baixo, todo o edifício colonial do Governo e pretendia abrir o debate público dum problema tabu.

Do que ninguém tinha dúvida era que se estava perante um livro histórico, cuja força residia no seu espantoso pragmatismo, mais que no valor ideológico realmente frágil.

Não tem fundamento a suposição generalizada de que o livro tenha constituído o suporte ideológico do MFA. A única coisa que é certa é que muitas das ideias e irreverências do livro já vinham de longe, dos últimos anos da Guiné, e nessa altura poderão ter despertado o interesse político daqueles que em Bissau as ouviam de viva voz. Esta é a nossa convicção, como tentámos demonstrar neste capítulo. Mas não é menos certo que o «Mo-

vimento» evoluiu autónomo e foi capaz de produzir um programa muito mais progressivo que as teses spinolistas. Em relação aos oficiais mais tímidos politicamente, aí sim, o livro poderá tê-los ajudado a vencer o complexo da apoliticidade das F. A. e portanto a acompanharem os camaradas já empenhados numa acção que iria desembocar no Programa do MFA (elaborado em princípios de Março, em linhas gerais apenas, mas já esboçado em Dezembro). Especialmente pela responsabilidade e prestígio do seu autor: ele era um general, era vice-chefe do Estado-Maior e chamava-se Spínola. E relativamente a todo o processo do «Movimento», o livro solidificava posições antigovernamentais e confirmava a análise da impossibilidade de cometer aos militares a responsabilidade insustentável de uma guerra sem fim.

Diz Spínola: *«Em qualquer guerra deste tipo, a vitória exclusivamente militar é inviável. As Forças Armadas apenas compete criar e conservar pelo período necessário — naturalmente não muito longo — as condições de segurança que permitirão soluções político-sociais, únicas susceptíveis de pôr termo ao conflito. As forças da ordem podem sempre perder uma guerra subversiva, mas jamais a ganharão, pela simples razão de que não é no seu campo que se centra a construção da vitória. Pretender ganhar uma guerra subversiva através de uma solução militar é aceitar de antemão a derrota, a menos que se possuam ilimitadas capaci-*

dades para prolongar indefinidamente a guerra, fazendo dela uma instituição. Será esse o nosso caso? É evidente que não!»

Aqui estavam, expressas quase pelas mesmas palavras, as razões de fundo que tinham levado os militares, muito antes da «guerra dos decretos», a pôr a questão da sua disponibilidade indefinida, ao serviço da política de guerra do Governo. Mas enquanto Spínola ainda parecia acreditar desesperadamente que o Governo reconsideraria antes da catástrofe e reencontraria ao menos a via neocolonialista, os capitães já então estavam firmemente convencidos de que o regime jamais poderia curar-se da cegueira estrutural. Como disse Otelo Saraiva de Carvalho:

«Estavam perfeitamente criadas as condições para que essa modificação, que era urgente e necessária, fosse realizada pela minha geração, traumatizada, desde os primeiros passos dados como jovens oficiais, no início da década de 60, por uma guerra que cedo se nos revelou sem sentido e para a qual ansiávamos uma solução de carácter político que os nossos governantes não quiseram encontrar, anquilosados uns por falsas ideias de patriotismo, outros desesperadamente agarrados a uma cega defesa de interesses materiais de toda a ordem» («A Capital», 16/8/74).

No aspecto da crítica à política oficial do Governo relativamente à guerra nas colónias era evi-

dente a sintonia entre Spínola e a maior parte dos oficiais do «Movimento». Este facto é determinante, como há-de confirmar mais tarde o capitão Maia, de Santarém: «... Quando nos surge o livro do general Spínola, com todo o prestígio que tem junto de todos os meios de opinião, tivemos a certeza de que, com esse homem na mão, a nossa revolução não caía na rua» (Entrevista à revista brasileira «Fatos e Fotos»).

Pois sim, mas realmente foi a ignominiosa vassalagem dos generais a Marcelo, a que se recusaram Spínola e Costa Gomes, bem como a destituição imediata dos dois, que apressaram a decisão de derrubar o Regime, tomada pelo «Movimento» após a prisão de três dos seus elementos.

Os capitães aperceberam-se logo de que um Governo capaz de eliminar dois chefes tão fortes e tão prestigiados não se ensaiaria muito para decapitar totalmente o seu grupo. Bastaria prender uma ou duas dezenas dos que já estavam mais identificados e tudo ficaria comprometido, sabe-se lá por quanto tempo.

Mas como tinha sido capaz o Governo de cometer tão grande temeridade, sabendo de antemão que os jovens oficiais se revoltariam?

Ninguém tinha dúvida de que o general Spínola submetera o livro a Marcelo, antes da sua publicação. O próprio ministro da Defesa, Silva Cunha, o autorizara, certamente depois de consultar Marcelo, reportando-se ao «parecer» do chefe do Estado-

-Maior, general Costa Gomes, superior hierárquico de Spínola. O «parecer» é do seguinte teor:

Assunto: PORTUGAL E O FUTURO.

1 — O livro com o título em epígrafe escrito pelo sr. Gen. António de Spínola apresenta, de uma forma muito elevada, a solução que julga melhor para resolver o maior problema com que a Nação se debate — a guerra no Ultramar.

2 — O Gen. Spínola defende com muita lógica uma solução equilibrada que podemos situar mais ou menos a meio de duas soluções extremas que têm sido largamente debatidas: a independência pura, simples e imediata de todos os territórios ultramarinos, patrocinada pelos comunistas e socialistas, e a de integração num todo homogéneo de todas aquelas parcelas, preconizada pelos extremistas da direita.

Não necessitamos desenvolver grande argumentação para concluirmos que essas soluções devem ser postas de lado, a primeira por ser lesiva dos interesses nacionais e a segunda por ser inexecutável.

3 — Julgo que o livro está em condições de ser publicado, acrescentando mesmo que o Gen. Spínola acaba de prestar desta forma, ao país, serviços que devem ser considerados tão brilhantes como os que com tanta galhardia e integridade moral provou possuir nos campos de batalha.

Resta saber se Marcelo concordou com o livro ou se o teve de aceitar como preço da aliança com Spínola. O que é certo é que o projecto reformista, depois do livro «sacrílego» de Spínola, tinha que ser contrariado pelos ultras, com Tomás à frente, que exigiam a exoneração dos dois generais.

SPÍNOLA DEDITO
GANHA PONTOS
JUNTO DOS CAPITÃES

Perante a reacção, o presidente do Conselho só tinha duas hipóteses: ou cedia à extrema-direita, disfarçando a sua cumplicidade e voltando-se para os ultras, ou demitia-se, sendo arrastado na desgraça dos prevaricadores. De facto, por esses dias chegou a constar que Marcelo tinha estado no quartel de Monsanto sob custódia militar. Depois também constou que estaria demissionário. O que é certo é que Marcelo Caetano endureceu as suas posições e não foi sem convicção que apareceu na Assembleia Nacional, em cinco de Março, pedindo pela primeira vez na história do Regime o voto de confiança dos parlamentares na política de defesa intransigente do «Ultramár». Desmontava, como erros crassos, as teses spinolistas, sem se referir expressamente ao livro de Spínola, ao qual contrapunha com desajeitada inveja o seu volumezeco «Razões da Presença de Portugal no

Ultramar». «Como eu gostaria que muitos portugueses lessem essas páginas!»—desabafa sem muita confiança.

O sucesso espantoso de «Portugal e o Futuro» apenas lhe merece esta explicação depreciativa: «Com palavras, habilidades e ilusões podem fazer-se passar num instante, aos olhos deslumbrados de um público atónito, fantasias mirabolantes. Mas que se esvaem como fumo, depois de uns dias breves de brilho fugaz. Fica apenas disso tudo desilusão e amargor. Quando não revolta». À urgência de um debate nacional sobre as colónias proposto por Spínola, responde hipocritamente que a política do Governo tinha sido mais que discutida e plebiscitada nas eleições de 1969 (!) e que agora «esse debate seria a brecha facultada ao inimigo». Acerca do plebiscito sugerido para determinar a vontade dos africanos, contrapõe que isso seria «uma paródia de democracia directa». Ao falar-se de negociações com os Movimentos de Libertação, responde: «Negociações com os terroristas para quê? Para, num diálogo sereno e amistoso, apurarmos o que pensam e o que querem? Nunca o esconderam e nós bem o sabemos...».

Voltaria a referir-se ao livro na sua última «conversa em família», em 28 de Março, para acusar Spínola de ter reforçado com a sua publicação a propaganda estrangeira contra Portugal.

Como sempre fez durante 48 anos, o governo fascista não concedia aos visados a possibilidade

de se defender dos seus ataques. A partir do discurso de Marcelo, o nome de Spínola é banido da imprensa e da televisão, mesmo quando esta transmite as «brilhantes» análises política de Barradas de Oliveira, que o atacava sem o nomear. Na Assembleia «Nacional», que no dia seguinte ao discurso aprovou sem discutir a moção de apoio à «política ultramarina do Governo», inúmeros oradores falaram depois repetindo «a voz do dono», e apenas Mota Amaral teve a coragem de defender António de Spínola, por entre os gritos histéricos de Casal-Ribeiro e dos outros deputados do fascismo.

Representativas mas insignificantes vozes governamentais se ouviram lá fora. O ministro das Corporações, Silva Pinto, insinuava em Madrid a imaturidade política do autor de «Portugal e o Futuro» e a falta de consistência das suas teses. Ma o mais ridículo de todos foi Rui Patrício, ministro dos Negócios Estrangeiros, que entrevistado no Brasil depois de toda a gente conhecer o livro e quando a sua edição já representava um dos maiores acontecimentos políticos do País, fazia apreciações levianas e declarava ingenuamente que não tivera tempo de o ler!

Durante este tempo, o que faziam os capitães, eles, que há algum tempo pressentiam a tempestade a acumular-se sobre as cabeças dos dois generais?

O «Movimento» não tinha parado, e, precisa-

mente no mesmo dia do discurso de Marcelo, que marcava a vitória episódica dos ultras, reúnem-se em Cascais 204 oficiais do QP representando cerca de 400 do Exército e 200 da Força Aérea, além de numerosos da Marinha. Aprovam as linhas gerais do programa do MFA, que recupera tudo o que de bom tinha o livro de Spínola, avançando muito mais. Confirmam Costa Gomes e Spínola para futuros chefes do «Movimento» com prévio conhecimento do discurso de Caetano pronunciado durante a tarde. Era o grande desafio.

Em 11 de Março, os poucos portugueses que tiveram acesso à circular do «Movimento» intitulada «O Movimento, as F. A. e a Nação», — o seu programa-base — deixaram de ter dúvidas de que os oficiais iriam usar do único argumento que lhes restava para a restauração da «democracia política», no seio da qual os soldados encontrariam o seu lugar como braço armado do povo para derrubar um Poder não legitimado e que os usava para reprimir os direitos de outros povos.

Dias depois, o «Movimento dos Capitães» — que passara em Cascais a MFA — já discute a data do golpe, decidido após a prisão dos capitães que tinham sido transferidos para os Açores mas que o «Movimento» «raptara». Decidiu-se que se impunha actuar imediatamente antecipando-se à «vasalagem» dos generais corrompidos que no dia 14 iriam «lamber os pés» a Marcelo (declarando-se

representantes das F. A.!) e à prevista destituição de Costa Gomes e Spínola.

Mas não foi possível evitar que os caquéticos chefes militares (a «brigada do reumático», como ficaram sendo conhecidos nos quartéis) se dirigissem ao Palácio de São Bento para a vergonhosa cerimónia. No mesmo dia e no dia seguinte, oficiais de numerosas Unidades protestam junto dos comandantes contra o abuso dos generais colonialistas e fascistas (todos, menos Spínola, Costa Gomes e o contra-almirante Tierno Bagulho) adiantando que não aceitariam que estes fossem ofendidos.

Julgando-se com força depois da manifestação da «brigada do reumático», o Governo consoma no dia 15 a demissão daqueles três oficiais-generais: o lugar de Spínola é suprimido, o fascista Edmundo Luz Cunha, kaulziano decidido, ocupa o lugar de Costa Gomes.

Foi o rastilho. Na mesma tarde, o quartel de Lamego revolta-se. À noite, os capitães do Regimento de Infantaria 5, de Caldas da Rainha, tomam o comando do quartel e de madrugada avançam sobre Lisboa. Era a aurora do 25 de Abril.

REPERCUSSÕES
NOS MEIOS POLÍTICOS

O governo fascista podia manobrar a opinião pública portuguesa, abusando do monopólio da informação, mas, de facto, as pessoas minimamente informadas não tinham dúvidas sobre a crise insustentável do regime. Logo no dia 15, no mesmo dia em que a demissão de Spínola é anunciada em Lisboa, as redacções dos jornais recebiam um «telex» da agência Reuter, procedente de Paris, com comentários de Mário Soares, secretário-geral do Partido Socialista, que evidentemente foi cortado pela Censura:

PARIS, 15 (Reuter) — Ao demitir os seus dois principais chefes militares, o Governo português mostrou claramente a sua incapacidade para resolver os problemas políticos do País—declarou aqui ontem à noite, o dirigente oposicionista português, Dr. Mário Soares.

Numa entrevista concedida à Reuter, o dirigente socialista exilado afirmou: «A decisão tomada pelo governo de Marcelo Caetano é grave. Ela mostra a sua incapacidade para liberalizar e para resolver os problemas políticos fundamentais de Portugal, nomeadamente o das guerras coloniais.

O vice-chefe do Estado-Maior, General Spínola, e o seu superior, General Costa Gomes, pretendiam encontrar uma solução política para a guerra

colonial, que consideravam perdida do ponto de vista militar.

Tem existido um conflito aberto entre os liberais do Exército e o Governo, mas este ganhou o primeiro «round».

O Dr. Mário Soares acrescentou: «O Governo não podia correr o risco de uma rebelião nas fileiras militares, sabendo que conta com um apoio muito limitado entre a população. Por isso teve de se precaver».

Ao perguntarem-lhe o que aconteceria em Portugal se partidários do General Spínola tomassem conta do Poder, o Dr. Soares respondeu: «Não pode haver nada pior do que o actual regime, por isso tal mudança só poderia ser para melhor. Pelo menos haveria uma liberalização democrática em Portugal. «Há 48 anos que vivemos sob uma ditadura. Durante todo este tempo o País tem tido um Regime fascista».

Interrogado sobre o que pensa do General Luz Cunha, novo chefe do Estado-Maior nomeado para substituir o general Costa Gomes, o dirigente oposicionista declarou: «O general Luz Cunha, antigo ministro do Exército no governo de Salazar, é conhecido como um ultra e defensor ardente da política de Marcelo Caetano».

O Dr. Soares acrescentou ainda que a demissão do General Spínola demonstra que o Governo está confuso. «O cargo de vice-chefe do Estado-Maior

foi criado apenas há um mês e agora a demissão do General Spínola prova que o Regime não sabe o que fazer».

Não menos interessante é a apreciação de Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido Comunista Português entrevistado pela revista cubana «Bohemia» quando se encontrava em Havana por ocasião do congresso dos dirigentes dos PCP, em Março passado. A revista começa por dizer que «independente do facto de Caetano ter conseguido aparentemente superar o incidente purgando o Exército dos elementos afins à tese do ex-governador da Guiné-Bissau, o certo é que o episódio reflecte a profunda crise interna do sistema». Dá depois a palavra a Cunhal, que diz:

«O caso Spínola mostra bem as divergências existentes nas esferas governamentais e representa um acontecimento muito importante... Traduz sem dúvida uma opinião comum a muitos militares responsáveis. Digamos que cristaliza um ambiente de descontentamento contra a guerra colonial e de reserva em relação à política actual de Marcelo Caetano».

E Cunhal caracteriza desta maneira o general: *«Sem dúvida é um homem audaz. Tem qualidades, tem ambições, grandes ambições. Uma figura pública que aspira representar um papel impor-*

tante na política portuguesa. Acaricia a ideia de apresentar a sua candidatura à presidência, face à de Américo Tomás. Quando digo candidatura, não me refiro só às vias normais. Não é de excluir que os militares intentem outros caminhos, que busquem, que experimentem outras fórmulas, de acordo com a sua própria formação profissional. Formação e deformação!»

Por outro lado, a CDE de Lisboa, numa circular já dos fins de Março, chamava a atenção dos seus aderentes para o facto de a demissão de Spínola e Costa Gomes mostrar «a maior fractura até hoje existente dentro do regime e a instabilidade deste e, por outro lado, a incapacidade do governo em conciliar-se minimamente com as tendências dentro do regime que apresentem perigo para a rígida linha que tem traçado».

Ligando o caso dos generais à operação das Caldas da Rainha, a CDE considerava que se estava perante «um processo que embora sofrendo naturais oscilações, é, no essencial, irreversível e terá mesmo tendência para se intensificar».

Estas reacções políticas da Oposição Democrática decorrem também, dos contactos iniciados nas primeiras semanas de Março entre o «Movimento» e os partidos políticos na clandestinidade.

Quanto aos militares, a destituição de

Spínola e de Costa Gomes estreita a conjugação das duas linhas de força anticolonialistas no seio do M. F. A. A única coisa agora necessária era a articulação eficaz das forças num plano operacional. Condição não plenamente assegurada em 16 de Março mas consolidada no 25 de Abril.

B. 229 DIAS PARA DERRUBAR O FASCISMO

Batido pelo sol alentejano, o largo fronteiro ao Templo de Diana, em Évora, apresentava naquele domingo de Setembro um movimento inusitado, ao começo da tarde. Enquanto um homem novo se mantinha junto de um automóvel com o «capot» levantado, aparentando qualquer avaria, muitos outros indivíduos se aproximavam dele a espaços e, após breve troca de palavras e a recepção de um papel, afastavam-se nos seus automóveis. O movimento estranho prolongou-se durante algum tempo, a dado passo interrompido pelo aparecimento de dois homens que iam tomando nota da matrícula dos carros que surgiam. Houve então uma troca de palavras entre o condutor do carro avariado e os dois recém-chegados. Foi-lhes passado também um papel para a mão. E, a breve trecho, o largo ficou deserto.

Sensivelmente à mesma hora, junto ao campo de aviação de Évora, numerosos indivíduos, também todos rondando os trinta anos, iam chegando, recebiam um papel, e desapareciam estrada fora.

Postado à soleira da casa, um alentejano curioso não deixaria de estranhar tanto trânsito de automóveis vindo de Alcáçovas e em direcção a Viana, naquela tarde de 9 de Setembro. E mais estranharia se pudesse verificar que, a dada altura, os

carros metiam todos por um caminho secundário, em direcção a um «monte».

Eram 136 os homens que, mais tarde, se encontravam num palheiro, a discutir acaloradamente, a esmo instalados por entre alfaias agrícolas, fardos de palha e utensílios os mais diversos. Aqueles que pareciam dirigir a insólita reunião estavam instalados em cima de um carro agrícola. Cá fora, alguns aparentavam vigiar a estrada, enquanto outro montara um posto de observação no alto de uma ceifeira mecânica.

No final da reunião, depois de muito argumentarem, aqueles homens votaram um documento, assinaram-no e deixaram o «monte», com a convicção de que valera a pena e era a altura de lutarem pelos seus direitos.

Aqueles 136 homens, capitães, tenentes e alferes do Exército e da Força Aérea, tinham feito nascer o «Movimento dos Capitães». Para o 25 de Abril faltavam 229 dias — os dias necessários para derubar o fascismo.

Há muito que os jovens oficiais vinham sentindo dentro de si um descontentamento profundo, um mal-estar que de dia para dia aumentava, que de comissão para comissão se avolumava. Com o corpo castigado pelas agruras da guerra nas colónias, com a vida familiar sofrendo os acasos das mobilizações sucessivas, os homens que um dia tinham franqueado as portas da Academia Militar

e vestido a farda de cadetes vinham começando a não entender muito bem por que lhes eram impostos tantos sacrifícios, por que razão eram obrigados a combater sem discutir, por que eram mal pagos e ainda por cima acusados injustamente de quererem a guerra por dinheiro.

Com chefes que recusavam o diálogo, que faziam do RDM (o ultrapassadíssimo Regulamento de Disciplina Militar) a razão da obediência cega, que da humilhação constante dos subordinados faziam gala, os jovens oficiais procuravam agarrar-se, ao menos, ao «prestígio» da profissão. Para os muitos anos de estudo no liceu, para os quatro anos de Academia, nada mais lhes restava como justificação senão a necessidade de sacrifícios «em defesa da Pátria ameaçada» — como lhes repetiam os velhos generais — e a manutenção do «prestígio da instituição militar».

Eram estes os militares que, em 13 de Julho de 1973, foram surpreendidos pela publicação do decreto-lei n.º 353/73, que, procurando fundamentalmente aliciar os oficiais antigos milicianos para os quadros do Exército profissional, lhes dava condições de excepção — através de cursos de preparação intensiva — e ao mesmo tempo lhes atribuía uma antiguidade que os fazia passar à frente da quase totalidade dos capitães e maiores com todo o curso da Academia Militar.

A reacção dos oficiais do Quadro Permanente (QP) foi de espanto e indignação, não deixando

de ser uma atitude classista de quem vê os seus privilégios ameaçados. A primeira reacção em forma por parte de oficiais oriundos de cadetes tiveram-na os maiores que na altura frequentavam, no Instituto de Altos Estudos Militares, o estágio para oficial superior. Num documento dirigido ao director do Serviço de Pessoal do Exército, afirmavam os oficiais, a dado passo: *«Face aos anos de serviço que já temos e aos sacrifícios muito grandes a que temos sido submetidos, não podemos compreender por que motivo oficiais menos habilitados, com serviços prestados que, na generalidade, não poderão ser considerados superiores aos por nós prestados e com muito menor permanência no Quadro, são agora objecto de extraordinário benefício, totalmente conseguido à custa de um extraordinário prejuízo, especialmente moral, nosso.»*¹

Nas Unidades, a onda de descontentamento alastra rapidamente, criando ao mesmo tempo cisões entre os oficiais do QP oriundos de cadetes e os oriundos de milicianos, que por seu turno se sentiam alvo de atitudes discriminatórias por parte dos camaradas. Surgem documentos isolados dirigidos ao ministro do Exército, pedindo a revogação do decreto. Pouco depois, diversos oficiais, já a trabalhar em conjunto, elaboram o texto de

¹ Ver Apêndice, documento n.º 2.

uma exposição-tipo, que logo é subscrita e apresentada por centenas de oficiais. Nela se referia, após uma longa análise da situação criada, a pretensão de se ver revista a fórmula adoptada no decreto-lei, *«de modo a que do mesmo não surja diminuição do prestígio que a função de Oficial do QP requer e exige, nem que seja conseguido contornar o actual problema de carência de Officiais do QP com manifesto prejuízo moral e material destes.»*²

O «CONGRESSO DOS COMBATENTES»

Cabe aqui explicar, recuando um pouco no tempo, a forma como os jovens oficiais começaram a aproximar-se e a debater em comum os seus problemas. A realização no Porto, de 1 a 3 de Junho, do «Congresso dos Combatentes do Ultramar», originou larga celeuma, não só ao nível da sua organização como das características reacţionárias que lhe imprimiram. Por decisão do ministro da Defesa e do Exército, general Sá Viana Rebelo, os oficiais do Quadro foram proibidos de nele participar — visto estarem na disposição de o contestar violentamente. Dessa forma, dois ofi-

² Ver Apêndice, documento n.º 3.

ciais, o tenente-coronel Firmino Miguel e o major Ramalho Eanes, decidiram promover o envio de um telegrama de protesto. A eles se juntou imediatamente, na tarefa de promover a recolha de assinaturas, o capitão Vasco Lourenço. Cerca de 400 oficiais subscrevem o telegrama, a que depois aderem também oficiais em comissão na Guiné. Nele se refere que os signatários *«não aceitam outros valores nem defendem outros interesses que não sejam os da Nação»*, e que também *«não reconhecem aos organizadores do Congresso, e portanto ao próprio Congresso, a necessária representatividade»*.³

Esta posição dos oficiais do QP, congregando tantos deles, faz nascer a necessidade então sentida de algo que os unisse. No decorrer dos encontros que começam a ter, várias ideias surgem, nomeadamente a integração na Liga dos Combatentes e a criação nela de um organismo representativo da oficialidade, ou também a criação de uma Associação de Oficiais. É, pois, neste clima que surge o já célebre decreto-lei n.º 353/73 — o que possibilita que, num período relativamente curto, os oficiais reajam colectivamente, acordando na referida exposição-tipo.

Os oficiais oriundos da Academia Militar (antes Escola do Exército) expressaram, portanto, de

³ Ver Apêndice, documento n.º 1.

forma concreta a sua discordância quanto às disposições do diploma, invocando razões de carácter classista, como dissemos, o que não poderia deixar de provocar reacções no sector beneficiado, ou seja, os oficiais do QP oriundos de milicianos e os próprios milicianos. Surgem, da parte destes, dois documentos intitulados «Estagnação ou Progresso» e «Dos Espúrios aos Puros»⁴, em que se condenam as discordâncias verificadas quanto ao decreto e se pede nomeadamente, no último, que os chefes militares tomem uma atitude de firmeza *«para com aqueles que leviana, injustificada, discriminatória e anti-regulamentarmente estão a minar o moral, a cavar fossos, a cortar amarras, a criar castas, no seio de uma família que tem sido unida e que, só por o ser, tem permitido que a BARCA NACIONAL corte rectilineamente os desmistificados ventos da História»*. (A estes documentos haveria o «Movimento dos Capitães» de replicar de forma frontal, mais tarde, acusando-os de estarem elaborados em *«linguagem grosseira e sofisticada, destituída de qualquer senso ou ética militar»* . . .)

Reagindo aos protestos dos oficiais, o ministro do Exército acaba por reconhecer o erro praticado: num discurso proferido em 14 de Agosto, na Escola Prática de Infantaria, o general Sá Viana Rebelo

⁴ Ver Apêndice, documentos n.ºs 4 e 5.

tenta justificar a razão de ser do diploma que fizera publicar, mas não deixa de acrescentar que tinha procedido à sua rectificação. Efectivamente, no dia 20 do mesmo mês, é publicado o decreto-lei n.º 409/73, que, no entender da jovem oficialidade, satisfaz apenas o problema da ultrapassagem dos oficiais superiores, mantendo a situação de injustiça relativamente aos capitães e subalternos e «*não aflorando o problema fundamental do prestígio da Instituição*».

A publicação do diploma rectificativo tem dois efeitos imediatos: um, positivo, é a integração de mais oficiais na acção de envio de exposições pedindo a revogação dos decretos; o outro, negativo, é o abandono da acção por parte de oficiais que consideraram resolvido o seu problema, ou seja, o da ultrapassagem nas escalas.

Apesar da atitude destes últimos, claramente individualista e classista, a acção de todos os outros não abrandou. Pelo contrário, ganhou nova dimensão: em 28 de Agosto, 51 oficiais em serviço na Guiné dirigem aos Presidentes da República e do Conselho e aos ministros da Defesa Nacional e Exército e da Educação Nacional, e também ao secretário de Estado do Exército, uma exposição em que referem, concretamente, para além de outros aspectos, sentirem-se «*feridos no seu prestígio, na sua dignidade, no seu brio profissional e eclectismo cultural, ao tomarem conhecimento*

*que o curso da Academia Militar, que frequentaram durante quatro anos, pode ser substituído por um curso intensivo de dois semestres».*⁶

O «PRESTÍGIO»

Pela frequência com que nos surge, nos documentos a que fazemos referência, a questão do «prestígio», uma observação importante há que ser feita. Este aspecto era o mais inatacável, se acaso os altos comandos quisessem reagir às reivindicações da oficialidade, pois que correspondia a um ponto de honra desde sempre indissociado das Forças Armadas. Por outro lado, e por isso mesmo, era também uma das vias mais fáceis para atrair os timoratos, os hesitantes, os despolitizados, a uma movimentação que se queria o mais alargada possível. Daí que, quando o «Movimento dos Capitães» já avançara para questões bem mais importantes, melhor dizendo, para as realmente importantes, o «prestígio da Instituição militar» continuasse a ser reclamado e a servir de capa aos objectivos que se pretendiam e triunfalmente se alcançaram em 25 de Abril. Queremos com isto dizer que, desde o início, muitos oficiais estavam possuídos já do espírito democrático que agora

⁶ Ver Apêndice, documento n.º 6.

se lhes reconhece, sem qualquer espécie de dúvida. Só que o caminho era longo e espinhoso, muitas as dificuldades, e não interessava «espantar a caça». Foi, pois, a coberto do «prestígio» reclamado que a maior parte dos jovens oficiais percorreu o caminho da aprendizagem política. Como que sem darem por isso, como que «sem dor»...

Abordado este aspecto — que, repetimos, é extremamente importante para a verdadeira compreensão dos documentos que viram a luz do dia (ainda que mais ou menos clandestinamente) e dimanados da jovem oficialidade do Exército —, há que referir agora a capacidade de organização de que os oficiais começavam a dar mostras, não só no alargamento dos contactos entre todos, como no próprio equacionar dos problemas que tinham entre mãos. Embora elaborada por um muito reduzido número de elementos dinamizadores (e esses, na altura, sabiam já bem o que queriam), uma circular distribuída nos primeiros dias de Setembro por numerosas Unidades equaciona as questões, analisa as reacções dos chefes e traça a linha de acção futura, quer quanto aos objectivos quer quanto à actuação de cada um nas Unidades. Neste aspecto, apelava-se para que os oficiais contactassem com o maior número de camaradas, que os consciencializassem e que, ao mesmo tempo, pensassem maduramente na posição que se deveria tomar, *«caso não seja feita justiça total e preten-*

*dam ignorar um assunto do qual estamos muito mais conscientes, integrados e mentalizados do que o que ficou expresso na letra do ou dos legisladores dos anacrónicos decretos-lei sancionados».*⁶

A «REUNIÃO DE ÉVORA»

Estavam criadas as condições para que o «Movimento dos Capitães» surgisse como expressão concreta e organizada de um processo que tomava foros de prova de força entre os oficiais mais jovens (e mais sacrificados) do Exército e o próprio Governo. Um grupo constituído pelos capitães Dinis de Almeida, Vasco Lourenço, Simões, Camilo e Bicho Beatriz organiza para o dia 9 uma reunião geral de oficiais, a realizar num «monte» perto de Évora, pertencente a um familiar de um deles. Todavia, só nos locais de encontro (o Templo de Diana e o campo de aviação de Évora) seria dado a conhecer o local exacto.

A convocação dos oficiais chegou ao conhecimento de um major de apelido Gaspar, da guarnição do RAL 3, aquartelado na capital alentejana, que logo tratou de denunciar a reunião ao 2.º comandante da Região Militar de Évora, brigadeiro Carrinho. Por seu turno, este, certamente

⁶ Ver Apêndice, documento n.º 7.

assustado com o ar aparentemente conspiratório da reunião, comunicou com o seu comandante, o general Moreira da Câmara, que logo decidiu interromper as férias e acorrer a Évora.

A caminho do seu Quartel-General, o general passou por Vendas Novas e deparou, à entrada da vila, com uma estranha e improvisada tabuleta: indicando «Évora», esta apontava para uma estrada que na realidade dava para uma localidade próxima. Imaginando tratar-se talvez de um sinal posto ali pelos capitães para indicar o local da reunião, o general, logo que chegou ao QG, enviou o seu 2.º comandante a Vendas Novas para tentar descobrir o que se passava. Ao cabo de largos esforços, o brigadeiro Carrinho concluiu que a tabuleta se destinava a desviar da estrada nacional, que passa pelo meio da vila, os grandes camiões, pois que os arcos postados no centro de Vendas Novas, comemorativos das festas da vila, não permitiam a sua passagem...

Não desarmou o comandante da Região Militar, o qual mantinha montada uma rede de «pides» (civis e militares) paga pelos fundos privativos do Quartel-General. Depois de no próprio domingo ter telefonado para a Escola Prática de Artilharia, aquartelada em Vendas Novas, para saber se alguém tinha conhecimento da reunião, e ter recebido uma resposta negativa (e muitos oficiais da Unidade a ela estiveram presentes...), o general decidiu aparecer no largo do Templo de Diana,

acompanhado por Carrinho — não sem antes ter ordenado ao major Gaspar que tivesse uma Companhia pronta a intervir.

Mau grado estarem à paisana e armados de óculos escuros, os dois homens foram facilmente reconhecidos no decorrer da tarefa, em que se empenhavam, de anotar as matrículas dos carros dos oficiais que iam chegando. Ao dar por eles, o capitão Vasco Lourenço, que junto do seu carro (de «capot» levantado, como sinal de reconhecimento) distribuía o «croquis» do local da reunião aos camaradas, decidiu abordar o general. Dando-lhe um exemplar do «croquis», convidou descaradamente o general a estar presente à reunião, em que iriam discutir «problemas profissionais». Moreira da Câmara recusou, mas não deixou de pedir que no final lhe comunicassem os resultados.

Foram 136 os oficiais presentes. Na mesa, improvisada no barracão, os organizadores da reunião — que no final saíam constituídos na primeira comissão do «Movimento», juntamente com os capitães Rodrigo de Castro e Carlos Clemente. A dirigir os trabalhos, o capitão Albuquerque Gonçalves. Como seria de esperar, foram abordados todos os problemas que os vinham a preocupar desde há dois meses e rejeitados uma vez mais os decretos.

Foi uma reunião agitada, marcada por largos debates e pela discussão das propostas as mais variadas quanto à actuação futura: desde o esta-

belecimento de uma greve de braços caídos (!), apresentada por oficiais da EPI em nome de 47 camaradas, até à realização de uma manifestação de protesto no Terreiro do Paço, em frente do Ministério do Exército (e o cap. Dinis de Almeida seria o único a comparecer ali depois galhardamente, em uniforme n.º 1, levando por diante a ideia, para posterior gáudio dos camaradas...).

Finalmente, foi encontrada a plataforma comum, a solução que a todos serviu. E, uma vez mais, a recuperação do «prestígio» deitado por terra pelos «chefes» foi a arma a brandir. A solução aceite por todos — quer os que pugnavam por uma «linha dura», quer os que advogavam a adopção de uma política legalista, de «paninhos quentes», como jocosamente era chamada — foi a entrega de um abaixo-assinado a Marcelo Caetano. Feita a colecta (cada um dos oficiais contribuiu com 50 escudos para as despesas a fazer) e aprovado o documento, os 136 jovens oficiais deixaram a herdade, convictos da sua razão e de que só em conjunto poderiam fazer vingar os seus objectivos.

No abaixo-assinado — que no dia seguinte seria entregue a Marcelo Caetano e a Américo Tomás — declaravam os oficiais, após expressarem uma vez mais os seus argumentos, que aguardavam «*com esperança*» uma rápida intervenção para que fossem derogados os decretos-lei, «*a fim de conscientemente ser estudada, pelos órgãos competentes, uma solução de justiça para os que ingres-*

saram ou venham a ingressar no QP depois de terem prestado serviço como oficiais do QC (Quadro de Complemento), sem todavia comprometer nem os interesses dos oficiais do QP nem o prestígio do Exército que devotadamente servem e estão determinados a não deixarem alienar.»⁷

Assim surgiu, de forma simples mas determinada, o «Movimento dos Capitães». Simples, como só jovens mas endurecidos oficiais poderiam fazer; determinada, como só homens caldeados na guerra e humilhados na paz seriam capazes de assumir.

Desde este domingo de Setembro até 25 de Abril, muitas lutas, muitos dias de desânimo. Mas desde o momento em que estes jovens desinibidos «mandaram às urtigas» as grilhetas do RDM, o «Movimento» tornava-se irreversível.

O «MOVIMENTO» ALARGA-SE

Posteriormente à entrega do abaixo-assinado a Marcelo Caetano, muitas e muitas assinaturas de oficiais, que não tinham estado na reunião que depois ficou conhecida como a «reunião de Évora», foram recolhidas por todas as Unidades.

Ainda em Setembro, no dia 26, foi entregue ao Presidente do Conselho uma exposição contra os

⁷ Ver Apêndice, documento n.º 8.

decretos, assinada por 97 oficiais a cumprir mais uma comissão em Angola.

Alarmado pela actividade e até dinamismo de acção de que os «capitães» estavam a dar provas na sua luta contra os decretos, o Estado-Maior do Exército decide o envio de uma comissão, constituída por um tenente-coronel e por um major, à Academia Militar, à Escola Prática de Infantaria e ao Centro de Instrução de Operações Especiais, a fim de auscultar a opinião dos oficiais sobre os decretos, e também para saber quais as soluções apresentadas pelos que estavam em desacordo, ou seja, os capitães e subalternos. A comissão elabora posteriormente um relatório confidencial, sobre o qual o «Movimento» se pronunciará mais tarde em termos elogiosos, por o considerar «extremamente honesto e realista». Quanto ao seu efeito nas altas esferas... silêncio absoluto.

Entretanto, poucos dias após a reunião de Évora, o governador militar de Lisboa difundira pelas suas Unidades uma ameaçadora nota confidencial. Procurando justificar os decretos, acenava com o RDM contra aqueles que ousassem integrar-se na acção conjunta de oposição aos diplomas decretados pelo Governo. Ao mesmo tempo, no dia 14, o ministro do Exército difunde pelas Unidades uma circular confidencial, com conhecimento obrigatório e individual para capitães e subalternos, em que justifica uma vez mais os decretos-lei postos em causa. A reacção dos jovens oficiais

é altamente desfavorável ao seu conteúdo: uma vez mais as suas razões eram ignoradas.

A comissão nacional do «Movimento», perante o quadro que se lhe apresentava, resolve tentar a via dos «paninhos quentes». Decide-se pedir audiência ao Presidente da República, e o tenente-coronel Almeida Bruno encarrega-se da missão. Todavia, não a concretiza, vindo finalmente a saber mais tarde a comissão que Américo Tomás a não receberia — para não a reconhecer, deduziu-se. Quanto muito, receberia dois ou três oficiais... e depois nem isso fez. Os «capitães» acabaram por desistir da diligência. No dizer simples e cru de um oficial, «mandámos o gajo à merda!»...

Uma tentativa também feita para que fossem recebidos por Marcelo Caetano gorou-se do mesmo modo. Aparentemente, os jovens oficiais só poderiam contar com eles próprios.

O APOIO DE COSTA GOMES

Todavia, a questão começava a ter reflexos ao mais alto nível. Em 26 de Setembro, o Conselho Superior do Exército reúne-se e discute o problema. Mostrando-se intransigente quanto ao teor dos decretos-lei, o ministro Sá Viana Rebelo acaba por fazer mesmo chantagem sobre os generais, pondo-lhes o absurdo dilema: «Estão com o

Governo ou com os capitães?» Não contaria talvez Sá Viana Rebelo com a reacção frontal do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, general Costa Gomes, que bem informado, através de contactos com os «capitães», das suas razões, afirmou claramente que os diplomas deviam ser revistos. Todavia, o ministro manteve o seu ponto de vista.

Desse modo, Costa Gomes avista-se imediatamente com Marcelo Caetano, a quem expõe sem rodeios o problema. Todavia, o Presidente do Conselho afirma a impossibilidade de revogação dos decretos, «por motivos óbvios»... Uma vez mais, a política de gabinete sobrepunha-se ao bom-senso. Mas, como político, Caetano não deixou de expressar a sua «boa-vontade», traduzida na promessa de tomar uma atitude dentro do prazo de três semanas — o que lhe permitiu solicitar ao general Costa Gomes que pedisse aos capitães o cessar da «agitação».

Poucos dias depois, nova reunião do Conselho Superior do Exército se efectua. Na ausência, todavia, de Sá Viana Rebelo, «oportunamente» enviado em visita às colónias. Alguns oficiais-generais, surpreendentemente, manifestam-se desta feita contrários ao teor dos decretos. E acabam por justificar a sua atitude anterior, «dada a maneira como a questão fora apresentada pelo ministro da Defesa» (!). Assim era a «isenção» e a «verticalidade» da maioria dos generais portugueses...

A verdade é que, apesar disto, os dois diplomas nunca chegaram a ser revogados.

Entretanto, Costa Gomes era o conselheiro dos dois grupos de oficiais em disputa por via dos decretos e procurava, com suprema habilidade, fazer a ponte entre uns e outros, o que lhe permitiria simultaneamente captar a confiança geral das Forças Armadas.

Em 6 de Outubro, o «Movimento» efectua uma reunião, em Lisboa, que se reveste da máxima importância. Efectivamente, contando com a presença de delegados da quase totalidade das Unidades e estabelecimentos militares da Metrópole, nela participam também representantes da Marinha e da Força Aérea (como observadores) e da oficialidade em serviço em Angola, Guiné e Moçambique, vindos especialmente para o efeito. Era a prova provada não só da efectiva representatividade do «Movimento dos Capitães», como também da justeza da sua luta. Para além disso, significava toda uma capacidade organizativa por parte dos mais responsáveis — a capacidade de que dariam prova exuberante em 25 de Abril.

Nessa reunião, os oficiais decidem levar mais longe a prova de força com o Governo. É resolvido que se apresente o pedido de demissão colectiva do Exército, caso não fossem revogados os decretos-lei e não fossem satisfeitas outras condições. (Claro que, nesta altura, já os «capitães» punham em causa muita coisa, para além dos decretos,

designadamente a guerra nas colónias, a incapacidade dos chefes, o progressivo aumento do custo de vida. A politização começara efectivamente.) O pedido seria acompanhado de requerimentos de demissão individuais, entregues à custódia de uma comissão, que os guardaria em local secreto e à sua responsabilidade.⁸ Caso a intransigência do ministro se mantivesse, seriam então apresentados superiormente. Esta decisão, tomada em plenário, teve depois a adesão de oficiais de todas as patentes e de todas as Armas e Serviços.

ELIMINAR AS CASTAS

Por surgirem nesta altura, cabe aqui fazer referência a dois documentos elaborados por sargentos e que punham em causa as condições consideradas difíceis em que vivia a classe. Assinado pela «comissão de sargentos do QP», num deles se referia que não se tinha em vista uma *«manifestação colectiva de indisciplina, mas sim o despertar de todos nós de uma longa letargia para as realidades que as vicissitudes da época actual nos obrigam a enfrentar»*. E mais adiante: *«... a nossa situação é melindrosa e torna-se urgente que, sem actos de indisciplina mas com lealdade*

⁸ Ver Apêndice, documento n.º 9.

e firmeza, tomemos posições face aos actuais condicionalismos».

O outro documento, elaborado por sargentos da Força Aérea, começava por invocar as liberdades de expressão do pensamento e de reunião e associação, insertas na Constituição de 1933 (então em vigor), para, depois de acentuar o abandono a que estava votada a classe, sugerir a realização de um congresso de sargentos. E aconselhava-se: «*Pensem a sério e com calma no assunto, com bom-senso e muito sossego. Nada de ânimos exaltados. Educação e prudência é o que se exige*». Seguiu-se depois uma longa enumeração de problemas, pedindo-se no final que os sargentos se manifestassem depois através das suas opiniões.⁹

Nada se sabe quanto a uma possível continuação destes movimentos dos sargentos, classe tradicionalmente mal paga e muitas vezes injustamente desprezada. Mas sabe-se, sim, que estes documentos chegaram às mãos dos oficiais mais entusiastas do «Movimento», que deles trataram de extrair os aspectos mais válidos, focando-os numa circular elaborada no final de Outubro.

Apesar de esta ter chegado a ser policopiada, não chegou a ser difundida por a comissão a ter considerado demasiado avançada para a altura em que se estava. Começando logo por referir (uma vez mais) que «o prestígio do Exército está muito

⁹ Ver Apêndice, documento n.º 10.

por baixo», a circular afirmava, mais adiante, ter chegado a hora de «*terminar com este estado de coisas, pôr termo a esta situação*». A sua leitura atenta¹⁰ demonstra que nesse momento se teve consciência de que o «Movimento» estava a lutar em termos de classe, de casta: descobriu-se que o Exército não era só o oficialato. E, se estes tinham razões de queixa, os outros seus elementos constituintes — sargentos, cabos-milicianos, praças — estariam talvez em pior situação, especialmente financeira. Surgia com toda a clareza a necessidade de unidade a todos os níveis. E, se a circular não foi difundida pelas razões apontadas, o seu espírito não terá deixado de pesar, daí por diante, no espírito dos «capitães», muitos dos quais declaradamente apoiavam, nas Unidades, as razões dos sargentos.

Dado o avolumar do descontentamento dos oficiais, o ministro do Exército nomeia, em 12 de Outubro, uma comissão encarregada de estudar, caso por caso, a situação criada aos oficiais pela aplicação dos decretos. Todavia, considerando esta medida do ministro apenas um «sinapismo», o «Movimento» prossegue por todo o País e também nas colónias a recolha dos requerimentos individuais de demissão.

¹⁰ Ver Apêndice, documento n.º 11.

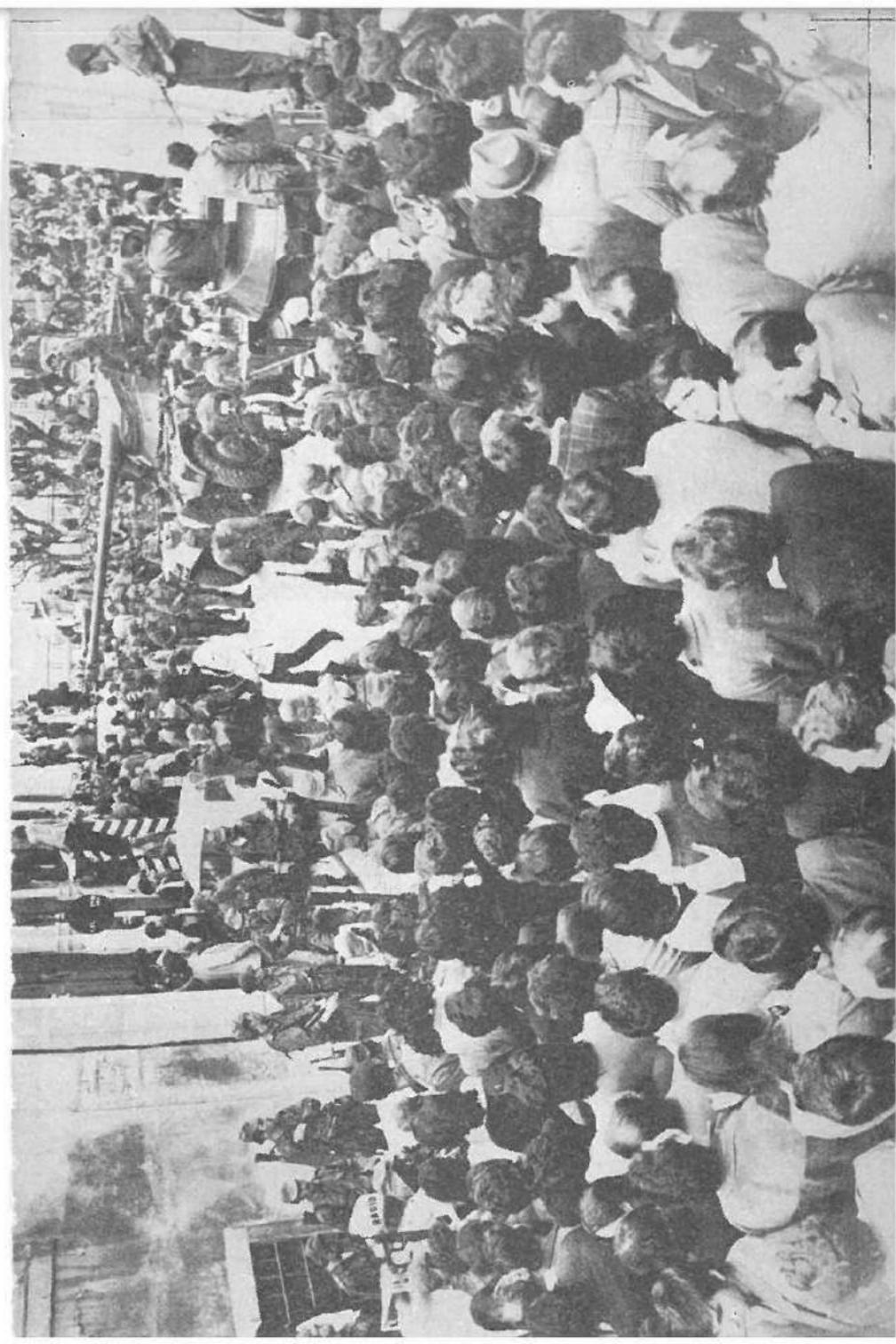
«VERGAR PELOS JOELHOS»

Paralelamente às posições que iam tomando colectivamente, os «capitães» deixavam entrever, de dia para dia, o seu profundo descontentamento. O ambiente era já tenso, em muitas Unidades, entre o Comando e a jovem oficialidade. Em Outubro, verifica-se um caso que disto é sintoma eloquente: anunciada a visita do secretário de Estado do Exército à Escola Prática de Artilharia, em Vendas Novas, pelo respectivo comandante, coronel Machado, os oficiais decidem inicialmente não receber o brigadeiro Alberty Correia, prestando-lhe apenas as honras militares da praxe, à chegada. Apesar das insistências do comandante, os oficiais mantiveram a atitude de manifestar o seu profundo desgosto. Ameaças do coronel Machado: seria uma manifestação de insubordinação colectiva, dando direito a uma pena de dois a cinco anos de prisão ao oficial mais antigo. O comandante prometeu que daria conta ao secretário de Estado do desgosto dos oficiais; no dia seguinte, no discurso de boas-vindas, afirmou solenemente ao brigadeiro Alberty que os oficiais da EPA estavam com ele!

Depois do almoço na messe, a que muitos oficiais se escusaram, os oficiais acabaram por comparecer perante o membro do Governo. Um capitão tomou a palavra, em nome de todos, e criticou duramente os decretos em causa. Em resposta, o secretário

de Estado afirmou textualmente que, a continuar assim, daí a cinco anos o Exército «vergava pelos joelhos». Logo, havia que aceitar os reforços constituídos pelos milicianos, pois que até aliviavam as escalas de mobilização... A voz de um oficial elevou-se então para perguntar, alto e bom som: «E depois dos cinco anos?» Despedindo-se, pretextando que, enfim, tinha ainda muito que fazer, ainda ia para Beja, o brigadeiro Alberty Correia saiu porta fora... Assim respondia o Governo às questões.

Em 23 de Outubro, o «Movimento dos Capitães» difunde uma circular em que historia exaustivamente todo o processo até aí desenrolado. Justificando-se perante a ausência de notícias verificada, a comissão coordenadora — é o primeiro documento em que a denominação aparece — recomenda, porém, aos camaradas que a informação é necessária, «... para que te possas sentir amparado, fortalecido e vacinado contra esse flagelo terrível e omnipresente que é o boato». Paralelamente a esta circular informativa, a comissão coordenadora difunde um documento de oficiais da Guiné que se reveste de grande importância pela análise que faz da situação dos oficiais do Quadro Permanente, ao refutar o conteúdo de uma circular da Repartição de Oficiais do Ministério do Exército. Importância redobrada, quando no final se afirma clara e desassombadamente que, a não serem revogados os então já célebres decre-





EM CIMA: A escape aos pédeos: um agente detectado nela população é revistado por elementos das Forças Armadas.

EM BAIXO: Forças militares ocupam a Rua António Maria Cardoso, onde estava instalada a FIDE. Ali já tinham caído os populares assassinados pelos agentes daquela corporação.

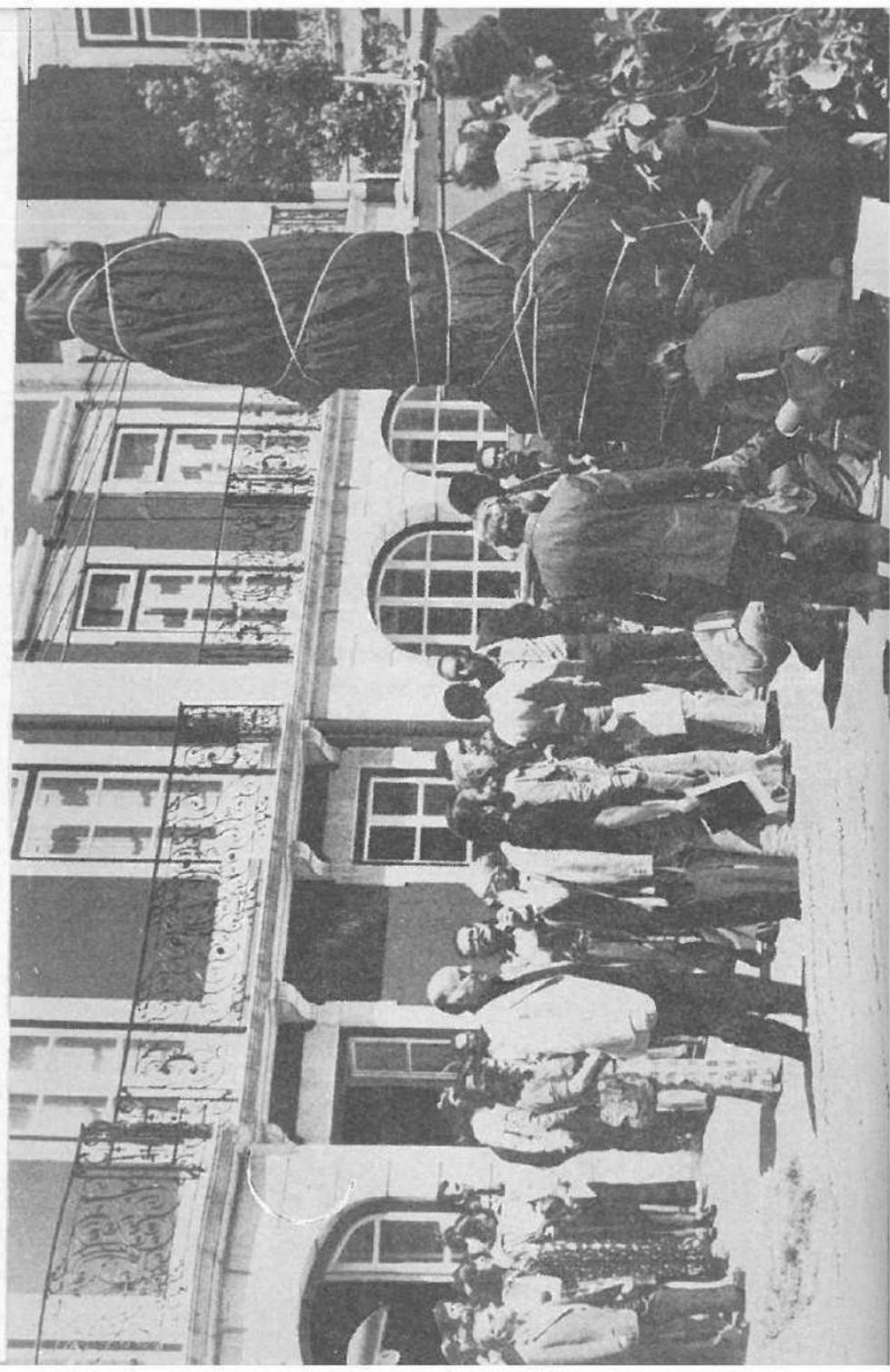




EM CIMA: O 1.º de Maio foi a grande festa do Povo, finalmente libertado. E também a prova da sua maturidade.

EM BAIXO: Os trabalhadores socialistas espanhóis trouxeram ao 1.º de Maio livre a sua saudação fraternal. Portugueses empunham os seus cartazes: simples medida de precaução contra possíveis represálias do regime franquista.





tos-lei n.ºs 353 e 409/73, «*muito provavelmente o Exército arrisca-se, para ganhar o número de oficiais que estes decretos recrutarem, a não poder contar incondicionalmente com os oficiais do QP actualmente no activo.*»¹¹

A discussão destes problemas, nesta altura, toma aspectos agudizantes, visto decorrer a campanha para a eleição dos deputados. Há todo um clima especial propício não só ao despertar das consciências de muitos oficiais para o principal problema do País, a guerra, como também ao desabrochar de inúmeras interrogações perante a situação caótica de Portugal, retratada dramaticamente pela Oposição democrática (e a isto nos referimos detalhadamente no capítulo IV).

É também nesta altura, quando o Movimento representava já uma grave fractura interna das forças de apoio ao regime, que o coronel Vasco Gonçalves adere, com todo o peso da sua preparação política, que já vinha de longe. A acção dos capitães Vasco Lourenço e Pinto Soares se ficou a dever esta importante adesão.

¹¹ Ver Apêndice, documento n.º 12.

MOVIMENTO APOLÍTICO (!)

Uma vez mais a comissão coordenadora do «Movimento dos Capitães» se dirige ao camaradas, em 1 de Novembro, através de nova circular. Ainda os decretos, o «prestígio»... Uma tática que se manteve inalterável, do princípio ao fim. E, facto particularmente importante, a inclusão, com o maior ar de inocência, da seguinte e mais que expressiva passagem: *«Como o nosso movimento está isento de qualquer cunho político — e qualquer insinuação/boato posta a circular sobre possível manobra da oposição para exploração da ingenuidade (!) dos capitães é de rejeitar com gargalhada —, não contamos, evidentemente, com a intromissão das forças policiais (estamos a pensar sobretudo na DGS) no assunto.»*¹²

Na verdade, quem não poderá deixar de desatar à gargalhada seremos nós, ao pensarmos que efectivamente esta capa de inocência funcionou realmente durante muito tempo — enquanto o avanço em relação à abordagem dos grandes problemas nacionais era feito de dia para dia, de semana para semana, de reunião para reunião! Enquanto o barão lhe assentava lentamente no pescoço, o Governo continuava, displicente, a considerar os «capitães» como um bando de jovens insipientes, a quem, se fosse preciso, se assentariam umas boas

¹² Ver Apêndice, documento n.º 13.

palmas no traseiro, para arrumar a questão. Tal era a cegueira do regime.

Poucos dias depois, nova reunião do «Movimento» em Aveiras de Cima, a que compareceram também oficiais pára-queda. Surge forte divisão entre os elementos da comissão coordenadora formada na reunião de Outubro, em Lisboa, e constituída pelos capitães Rodrigo de Castro, Vasco Lourenço, Mário Frazão, Dinis de Almeida (secretário) e pelos majores Mariz Fernandes, Campos Andrada, Hugo dos Santos e Sanches Osório. A ela tinham sido mais tarde agregados o capitão Correia Bernardo e o major Otelo Saraiva de Carvalho, recém-chegado da Guiné. A origem da dissidência tem a ver com a forma de actuação: a maioria não estava de acordo com a feição extremamente legalista que Mariz Fernandes queria imprimir às acções do «Movimento», pedindo nomeadamente votos de confiança no ministro e subsecretário de Estado do Exército, já então o general Andrade e Silva e o coronel Viana de Lemos (este, comandante de Mariz Fernandes nos Serviços Cartográficos até ser nomeado para o cargo), depois da saída de Sá Viana Rebelo e Alberty Correia.

SOLUÇÃO: O GOLPE

Em 24 do mesmo e agitado mês de Novembro, efectua-se nova reunião, desta feita numa depen-

dência da Colónia Balnear de «O Século», em S. Pedro do Estoril¹³. A nota de sensação que surge é dada pelo comandante de um Batalhão que, em Évora, aguardava embarque para a Guiné, o tenente-coronel Ataíde Banazol. Inesperadamente, este oficial rejeita violenta e completamente a «guerra dos papéis» que constituía a luta contra os decretos e exprime abertamente a sua opinião: as coisas só se resolveriam com um golpe de Estado, e era preciso agir imediatamente!¹⁴

O efeito foi semelhante ao de uma bomba, pelo menos para a maioria dos «capitães». Aquilo vinha com todo o peso dos galões, adquiria outro sentido

¹³ Pormenor elucidativo dos riscos que se corriam: no dia seguinte, o Governo, informado da «reunião clandestina» pela PIDE, exigia explicações à administração do jornal «O Século», a qual nada sabia, de facto, do que se passara na sua colónia de férias.

¹⁴ A urgência de Ataíde Banazol explicava-se pelo facto de o seu Batalhão seguir para África antes do final do ano. Na realidade, o seu plano consistia em ocupar Évora com o Batalhão, criar aí uma Junta Militar e, ao mesmo tempo, procurar a sublevação das Unidades de todo o País. Mais tarde, já na Guiné, o tenente-coronel Banazol leva a sua impaciência ao ponto de contactar camaradas do Movimento, no sentido de tomar conta de Bissau e fazer negociações directas com o PAIGC. Foi contido a tempo pelos oficiais mais conscientes, que lhe fizeram ver o carácter aventureiro e suicida de tal operação.

— embora a hipótese já tivesse sido abordada anteriormente; só que por «capitães», por camaradas a quem se tratava por tu. Além disso, a solução violenta era defendida com entusiasmo por Banazol, pelo que acabou por ser aceite como uma hipótese (a A) a propor no plenário que se realizaria em 1 de Dezembro, em Óbidos. Outras duas hipóteses eram a legalista (C) e ainda a intermédia (B), esta última seguindo a via legalista mas não pondo de parte uma solução drástica a longo prazo e como último recurso.

Com os cuidados habituais, efectuou-se então a reunião em Óbidos, que decorreu no salão de um clube recreativo, alugado sob um pretexto inocente: comerem-se umas castanhas... Estavam presentes 80 delegados de todas as Unidades da Metrópole, representando no total algumas centenas de oficiais. O tenente-coronel Banazol apresenta o seu projecto de golpe de Estado e também o programa político necessário. O delegado dos pára-quedistas declarou representar 129 camaradas, facto que veio a pesar profundamente no resultado da votação. Efectivamente, votando na hipótese legalista (C), o peso da sua representação fez com que a vitória recaísse nesta hipótese. Porém, na prática, a hipótese realmente aceite pelos presentes tinha sido a do golpe de Estado, que implicava também a indicação de possíveis chefes a contactar. O general Costa Gomes foi

o que recolheu maior número de votos, a larga distância do segundo mais votado, o general Spínola.

Nesta reunião é também escolhida a comissão coordenadora definitiva do «Movimento dos Capitães», resolvendo assim o problema surgido entre os oficiais mais decididos e o grupo de Mariz Fernandes. Fica então constituída por três elementos de cada uma das Armas e Serviços do Exército (excepto o Serviço de Material, que tem apenas um), num total de dezanove elementos. Vasco Gonçalves, Melo Antunes, Vasco Lourenço e Vítor Alves são alguns desses oficiais.

Uma semana depois, a comissão coordenadora reúne-se na Costa de Caparica. O tenente-coronel Banazol é convidado a comparecer, para apresentar mais calmamente o seu plano — que acaba por ter o destino dos planos idealistas mas mal assentes na terra: o bolso do casaco donde saíra... (Aliás, e por via de tudo isto e da oferta pública que fizera do seu Batalhão, pondo-o ao dispor para a execução de um golpe, Ataíde Banazol acaba por ser enviado à pressa, sem tropas, para a Guiné, por ordem do ministro, que de quase tudo o que se passara em Óbidos tivera conhecimento — e decidira, ridiculamente, a transferência para os Açores do cabo-miliciano do RI 5 que alugara a sala para a reunião...)

Nesta reunião é escolhida a direcção da comissão

coordenadora: Vasco Lourenço, Otelo Saraiva de Carvalho e Vítor Alves. São também formadas as seguintes comissões: Estudo da Situação, Ligação Interna (Metrópole e Ultramar), Estudos Psicológicos e Secretariado, e ainda uma outra destinada a estabelecer contacto estreito com a Marinha e a Força Aérea. Para além disto, começa a trabalhar-se no programa de acção do «Movimento». Pode dizer-se que o 25 de Abril «nasceu» nesta reunião, com a criação das estruturas essenciais que assegurariam o êxito da operação.

Poucos dias depois, começava discretamente o levantamento dos efectivos com que o «Movimento» poderia contar nas várias Unidades.

Começa, a partir deste momento, uma sucessão de acontecimentos que, pela sua importância, são tratados mais especificamente noutros capítulos deste trabalho. Assim, surge a tentativa de golpe de Estado do ultra-direitista general Kaúlza de Arriaga, antes do Natal — que dá origem, nomeadamente, ao primeiro contacto entre a comissão coordenadora do «Movimento» e os generais Costa Gomes (segundo Presidente da II República) e António de Spínola (primeiro Presidente da II República). Spínola, que em Agosto de 1973 deixara as funções de governador e comandante-chefe da Guiné, é nomeado vice-chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, cargo especialmente criado para si e que assume em 15 de

Janeiro. No mesmo dia, o general Costa Gomes parte para Moçambique, para inteirar-se das graves confrontações entre a população branca da cidade da Beira e o Exército. No dia 23, são divulgados pelo «Movimento» dois telegramas de oficiais de Moçambique denunciando o que se passara no decorrer dos incidentes e pedindo medidas urgentes para que as Forças Armadas não «continuem sendo enxovalhadas», enjeitando a possibilidade de virem a ser «bode expiatório» e declinando responsabilidades na «situação subversiva criada». Em 23 de Fevereiro, o general Spínola, que já antes evitara a prisão dos responsáveis pela divulgação dos telegramas referidos, publica o seu livro «Portugal e o Futuro», que tão grandes repercussões viria a ter no País e no próprio «Movimento dos Capitães» e nas Forças Armadas em geral. Em 5 de Março, reunião do «Movimento», em Cascais, onde são aprovadas as bases gerais programáticas¹⁵ do «Movimento dos Capitães», que a partir dessa altura passou a ser o «Movimento das Forças Armadas». Poucos dias depois, iniciaram-se contactos com os partidos políticos clandestinos, no sentido da definição mais completa do programa político do MFA e assegurar a adesão da oposição democrática. Em 8,

¹⁵ Documento «O Movimento, as Forças Armadas e a Nação», a que se faz completa referência no Capítulo II.

ordem de transferência para quatro oficiais do «Movimento», dos quais dois acabam por dar entrada na prisão do Forte da Trafaria. Em 14, «vassalagem» dos generais a Marcelo Caetano e posterior demissão dos generais Costa Gomes e Spínola dos cargos de chefe e vice-chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas. Em 15, acontecimentos do CIOE de Lamego e, no dia seguinte, levantamento do RI 5 de Caldas da Rainha, neutralizado pelo Governo. Posterior reacção do «Movimento» denunciando a situação portuguesa.

Seguiu-se todo um período de silêncio por parte do «Movimento». Silêncio enganador, todavia. Todo um trabalho subterrâneo, clandestino, ia decorrendo, aumentando de ritmo até, à medida que os dias iam passando. Efectivamente, a comissão coordenadora reúne-se em 24 de Março e decide refazer o plano de operações de 12 de Março — dele encarregando o major Otelo Saraiva de Carvalho. O golpe é marcado para a semana de 20 a 27 do mês seguinte. Em princípios de Abril, o que viria a ser o Programa do MFA — redigido pelo major Melo Antunes e completado por uma comissão constituída pelo então coronel Vasco Gonçalves, pelo tenente-coronel Costa Brás e pelos majores Vitor Alves e Charais — é mostrado, separadamente e pela primeira vez, aos generais Costa Gomes e Spínola, que a partir daí vão sugerindo alterações.

Quando «Grândola, Vila Morena» confirmou que a hora tinha chegado, completavam-se 229 dias sobre a primeira reunião do «Movimento dos Capitães», no «monte» vizinho de Évora. O baração que se foi enrolando ao redor do regime decrépito apertou-se, finalmente. O fascismo morreu em sossego. Sem dor, sem sangue. E com muitas flores. Vermelhas.

S
e
s
o
n
i

CAPÍTULO VI

ORIGEM E POSIÇÃO DE CLASSE DOS CAPITÃES

Um facto que desde o princípio caracterizou o 25 de Abril foi a espontânea adesão do Povo português aos soldados na rua. Desde os primeiros comunicados da madrugada do dia 25, intercalados com as canções de liberdade de cantores proscritos durante tantos anos, até à proclamação do programa político do MFA, a revolta dos militares trazia uma mensagem inequívoca que se identificava com os anseios da multidão. O Povo português foi ao encontro das tropas, mas a verdade é que estas haviam tomado a iniciativa de sair ao encontro do Povo. E o Povo tomou a revolução como sua, estimulou a acção dos militares, e estes — diga-se com toda a verdade — perceberam que só desta maneira a revolta tinha sentido, ainda que eles próprios sentissem que estavam a ser ultrapassados pelos acontecimentos.

Da boca de um capitão altamente responsável pelo «Movimento» ouvimos, poucos dias depois: *«Apenas tínhamos pensado derrubar o fascismo, mas, quando fizemos explodir a tampa da panela de pressão, nessa altura vimos que tínhamos dado início à guerra dos escravos!»*

Outro oficial, quando lhe perguntámos como se explicava que, passados dois ou três dias, ainda não tivessem sido assaltadas as sedes de algumas

organizações fascistas, respondeu-nos prontamente: «*Nós, os militares, fizemos o que só nós podíamos fazer; agora terá de ser o Povo a fazer o resto!*»

Mas a maioria do Povo português estava à margem da preparação do golpe e não faltaram, logo na primeira hora, aqueles que desconfiavam das intenções dos militares, pois a revolução tinha surgido donde menos se esperava, sem radicação aparente nos grupos activistas clandestinos nem nos partidos que trabalhavam na sombra. O que se explica obviamente: subjugada durante tantos anos por um regime absurdo, que encontrava nas Forças Armadas o seu esteio eficaz e imprescindível, a Nação não estava preparada para acreditar nessa coisa contraditória de a liberdade lhe vir justamente do lado dos militares. Subsistia nos meios mais politizados um antimilitarismo profundo — e não sem razão. De resto, nunca se tinha ouvido dizer que um regime fascista fosse derrubado pelas suas forças armadas.

Na análise demasiado fácil de alguns grupos extremistas, o «Movimento» começou a ser apresentado como uma manobra da burguesia, no sentido da sua adaptação às circunstâncias novas da integração europeia e do neocolonialismo africano, não se acreditando na democracia dos militares: estes apenas teriam operado uma transferência de poderes de uma fracção da burguesia

mais decrépita para outra fracção mais dinâmica e actualizada.

O problema que aqui se põe é então o de saber se os próprios militares fazem parte dessa nova burguesia ou se, pelo menos, terão deixado instrumentalizar-se por maquinações burguesas tendentes a derrubar o regime fascista.

Aquilo que se conhece da evolução dos acontecimentos não permite afirmar nem que os militares quiseram constituir-se em novo poder nem que eles se deixaram manobrar por forças ocultas para o golpe antifascista.

O 25 de Abril foi obra sua, na intenção de criar condições para a democracia, entregando o poder aos partidos democráticos, como insistentemente disseram e mantiveram, apesar de se verem forçados a ocupar importantes pastas governamentais no segundo Governo Provisório. Identificar os jovens oficiais do «Movimento» com uma burguesia ou uma aristocracia, em 1974, é esquecer as realidades. Mesmo que se saiba que o «Movimento» partiu de uma reivindicação de prestígio profissional, a ninguém escapa que o novo oficialato português estava muito distante da antiga «élite» burguesa. Por razões que vêm de longe e têm a ver com a evolução da cultura europeia no após-guerra e com as condições específicas de Portugal que tornaram mais fundo o desprestígio militar pelo comprometimento dos oficiais com o fascismo e o colonialismo.

O fenómeno da decadência da instituição militar não é peculiar do nosso País, mas, pelo contrário, encontra-se patente em todas as sociedades culturalmente evoluídas, particularmente depois da II Guerra Mundial. Em França, por exemplo, no princípio dos anos sessenta e quando a guerra da Argélia pusera à prova o Exército francês, um livro do padre Lelong, intitulado «*La Liturgie de l'Art Militaire*», viu-se atribuído o grande prémio do humor negro... O progresso das ideias humanistas das mais variadas origens fez-se na Europa sobre os destroços da guerra e não permitiu que se apagasse da memória colectiva as monstruosidades dos comandantes desumanizados das tropas nazis e das tropas aliadas. Depois da guerra mundial, todo o Mundo estava sensibilizado para se arrepiar com os desmandos das tropas coloniais contra os movimentos de libertação na Coreia, na Indonésia, na Indochina, na Argélia, e em outros territórios africanos, desmandos agora conhecidos do grande público, com mais acesso aos meios de informação, e que serviam de tema a inúmeras reportagens de guerra, filmes, romances e peças teatrais. Para as novas correntes pacifistas e emancipalistas, a profissão militar não passava de uma tecnocracia da guerra, tanto mais abominável quanto é um facto que nos últimos trinta anos os Exércitos ocidentais só foram chamados a guerras de opressão.

Um novo humanismo progressista ganha raízes

na velha cultura europeia, os valores científicos e técnicos são cada vez mais assimilados pela cultura dominante e atraem muito mais as novas gerações que a velha instituição militar, cada vez mais desprestigiada pelo seu primarismo cultural, pela sua ética ultrapassada e pelos seus modelos reaccionários.

As condições objectivas de Portugal tornaram possível uma influência mais caracterizada do antimilitarismo humanista. A nossa juventude estava sujeita, como nenhuma outra, a uma guerra colonial opressora. Por outro lado, a transformação cultural é mais flagrante em Portugal, porque num período de poucos anos foi possível alargar relativamente a rede escolar a mais vastos sectores da população. E as Forças Armadas, identificadas (como estavam) com a estrutura do nacional-salazarismo, atraem sobre si mesmas todo o labéu do Regime. As camadas mais cultas do País (aristocracia e burguesia) são justamente as primeiras para quem o Exército já não constitui uma carreira de promoção social. Os seus filhos já não vão frequentar a Academia Militar, são enviados para a Universidade, onde constituem a maior percentagem da massa estudantil. O próprio Colégio Militar vai perdendo, embora numa cadência mais retardada, a atracção que exercia nos filhos das grandes famílias.

Pode hoje observar-se curiosamente que as altas patentes das Forças Armadas são nomes sonoros

das famílias ditas nobres e mais ricas do País, todos ou quase todos antigos alunos do Colégio Militar, ao passo que nos outros escalões vai diminuindo progressivamente o número de antigos alunos daquele colégio aristocrata e também o número de apelidos sonoros. Em contrapartida, observa-se que os actuais capitães e majores, na sua grande maioria, não frequentaram o colégio da velha aristocracia, mas sim os liceus vulgares, que lhes deram acesso ao curso da Academia Militar. Eles não pertencem às grandes famílias de Lisboa e Porto, mas às classes médias e mesmo populares das aldeias, vilas e pequenas cidades da província. Quase nenhuns encontram militares na sua ascendência (a não ser modestos sargentos que sempre tinham sonhado em ver um filho como oficial), ao contrário dos coronéis e generais, que pertencem a famílias com tradição militar.

Como foi isto possível?

As grandes famílias e os antigos oficiais já não enviavam os filhos à Academia Militar, porque bem sabiam que a carreira das armas não servia como promoção social — enviam-nos para a Universidade ou encarreiram-nos para as profissões onde possam ascender aos postos de direcção e administração dos bancos e outras empresas. Os pequenos e médios agricultores, os modestos empregados das pequenas cidades, já podem facultar aos seus filhos os cursos secundários nos liceus e escolas de província, mas não têm recursos para

suportar as despesas de propinas, alojamento, transporte e habitação nas três únicas cidades universitárias do País (Lisboa, Porto e Coimbra). Assim é que os enviam para a Academia Militar, pela mesma razão que continuam a matricular as filhas nas Escolas do Magistério e de Enfermagem, e que anteriormente levavam os filhos para o Seminário, três instituições de ensino barato e que facultavam o regime de internato (condição de segurança importante para os pais rurais, ainda preocupados com os perigos que os filhos corriam nas grandes cidades). Quanto às famílias do povo das grandes cidades, que tivessem mais ambições na educação dos filhos, a proximidade das Universidades fazia diminuir as despesas e permitia-lhes a frequência de um curso superior, sem precisarem de recorrer às facilidades da Academia. Por esta razão, não há quase oficiais novos oriundos de Lisboa ou Porto (e poucos de Coimbra); vêm quase todos das famílias camponesas, modestos agricultores medianamente promovidos, para os quais as despesas da Academia eram acessíveis e para cuja mentalidade o prestígio do oficialato se mantinha como aspiração retardada, porque desde sempre reservada aos filhos dos grandes senhores.

Seria errado falar de uma proletarização da Academia Militar e dos escalões do oficialato. Os novos oficiais não são proletários, nem pela

sua origem nem pela sua nova posição de classe. Deve mesmo dizer-se que eles se encontraram promovidos e orgulhosos, envergando a farda da Academia, onde foram sujeitos, durante quatro anos, a uma mentalização elitista e militarista. Só que a sua origem de classe não era a mesma dos seus chefes mais antigos. E nunca deixaram de conviver com o Povo e os problemas das suas aldeias, com o mal-estar dos pequenos agricultores que o Governo desprezava (em favor dos grandes agrários), com os antigos companheiros da escola de aldeia ou do liceu, com os seus familiares, que eram do Povo. E, para casarem, não fizeram «pé de alferes» às meninas das classes altas, voltaram à aldeia ao encontro das companheiras da escola primária ou das aulas de catequese, que entretanto já tinham tirado os seus cursos modestos de professoras primárias e enfermeiras.

A lavagem ao cérebro na Academia, que os situara numa posição de classe alienante em relação à sua origem social, não resistiria, porém, mais tempo que o brilho dos galões de alferes, pelo menos entre os melhores. Cedo se deram conta que um abismo os separava da aristocracia das altas patentes, para quem nada representavam de facto. E, comparando-se com os civis, cedo também se deram conta de se haverem enganado ao acreditarem na promoção social da Academia. Para alguns mais iludidos subsistia o mito do patriotismo, de que os tinham feito guardiões, e

que ainda justificava alguns idealismos. Mas os mitos caíram nas colónias, quando eles pesaram os riscos e sacrifícios padecidos e os que faziam passar aos seus soldados e aos guerrilheiros nativos. Quem lucrava com aquela guerra, para onde os tinham empurrado em nome da «Pátria»? Que interesses serviam realmente? Seria mesmo a Pátria que estava em jogo? Os seus vencimentos poderiam acaso comparar-se com os ganhos dos fazendeiros, não falando já das grandes companhias, que eles protegiam com a vida? E quanto ganhavam mensalmente os brancos de Luanda e da Beira e os generais e ministros que os obrigavam a ir para a guerra? Mais: como poderia o Governo provar que a Pátria se defendia em África, à custa dos povos que apenas se revoltavam contra a exploração colonial?

À medida que os anos vão passando sem trazerem solução, à medida que a guerra se complica e cada vez mais é claro que não tem sentido, os jovens oficiais sentem que são publicamente apontados como suporte da política governamental (de cuja legitimidade começam a duvidar) e envergonham-se de ouvir o Povo acusá-los de quererem a guerra para ganhar melhor. Instala-se primeiro a dúvida e logo depois a possibilidade de reflectir sobre a sua verdadeira missão na sociedade — o que não se fará sem o desabar de uma superestrutura cultural, expressa em termos de ética profissional e de RDM.

A Academia tinha-lhes impingido a alienação da obediência cega e do medo da política. Mas a guerra tinha-lhes ensinado que estavam realmente a executar uma política alheia aos interesses do Povo e que eram utilizados como executores cegos e infantilmente inconscientes de ordens que não serviam o Povo e, sim, os interesses de uma minoria endinheirada. Muito mais que todas as outras razões, mais que as humilhações diárias que lhes vinham da maneira como o Governo os tratava, a verdadeira causa do absurdo da situação dos militares era a guerra sem sentido — e essa logo veio ao de cima, quando nas reuniões de trabalho, pela madrugada dentro, começaram a pôr em comum os problemas realmente sentidos e viram que eles eram afinal as angústias de todo um Povo. Os responsáveis pela continuação da guerra eram os mesmos que abusavam do nome do Povo para mandarem avançar os militares contra a guerrilha e simultaneamente os utilizavam para reprimir na terra de Portugal as justas aspirações de liberdade. Impunha-se, portanto, utilizar os meios adequados para derubar o regime e impor a vontade do Povo no poder, reservando-se depois as Forças Armadas a missão de defender a ordem democrática, a única que devem defender sem negarem a razão de ser do Exército.

Sabe-se que o início desta análise política se deve à esclarecida preparação cívica de um número

reduzido de oficiais integrados no «Movimento dos Capitães», entre os quais alguns com postos superiores. O mais importante, contudo, foi a sintonia rapidamente estabelecida entre este grupo e muitas centenas de capitães e outros oficiais (para o que muito contribuiu a grande percentagem de milicianos politizados). O «Movimento» já havia criado um verdadeiro «espírito de corpo» à volta dos mesmos problemas e passava por um processo acelerado de criação de uma consciência colectiva. Mas isto não bastou. Se eles foram capazes de identificar-se facilmente com essa análise política, que os colocava ao serviço do Povo, o facto deve-se sobretudo à sua origem de classe: eles estavam perto do Povo e faziam parte do mesmo Povo espezinhado, que também tinha de obedecer cegamente e de manter-se à margem de qualquer intervenção política, subjugado por uma minoria possidente e ao sabor dos seus interesses.

O programa do «Movimento» era de facto um programa que punha as Forças Armadas ao serviço do Povo, concretizando os seus anseios mais sentidos. E foi em nome do Povo, identificados com ele, que os militares saíram para a rua na manhã de 25 de Abril. Por isso o Povo logo saiu também ao seu encontro e prosseguiu nas ruas a revolução apenas encetada. Esta a vitória do 25 de Abril.

Mas a luta continua pela completa libertação das camadas exploradas, pela consolidação das liberdades, pela descolonização séria e urgente,

pela independência da Nação relativamente ao imperialismo económico dos monopólios internacionais. Obra que já não pode ser feita sob a orientação dos militares, mas que, como eles próprios declaram, incumbe ao Povo português, com o apoio das suas Forças Armadas, postas ao serviço da comunidade. E é neste ponto que agora se coloca todo o problema nacional.

As Forças Armadas serão capazes de manter a unidade com o Povo, como seu braço armado? Ou vão cair no logro de compartilhar a mesa da burguesia, situando-se no seu esquema de dominação como reforço integrante? E será o Povo português capaz de vencer as inúmeras dificuldades de construção da democracia, sujeito às pressões da reacção interna e internacional?

Pelo lado do Exército, a resposta pode materializar-se em três hipóteses teóricas disjuntivas. A primeira parte das possibilidades de recuperação da burguesia, pela aliança certamente desejada com os militares do 25 de Abril, entre os quais se encontram muitas altas patentes que aderiram à última hora ao «Movimento dos Capitães» e representam no seio do MFA os interesses da classe dominante. Não é este o caso da maioria dos actuais capitães, como atrás se disse. Mas, mesmo da parte destes, uma vez dignificados aos seus próprios olhos e perante o público, subsiste a tentação de se transformarem numa nova «élite» facilmente inclinável a soluções de força, que serão

tanto mais perigosas para a democracia, à medida que os jovens capitães do 25 de Abril forem promovidos a coronéis e oficiais-generais. Sabe-se que nos primeiros tempos eles recusaram promoções, mas não poderão continuar por muito tempo nesta atitude, até pela necessidade de preencher os lugares decisivos na estrutura militar.

A segunda hipótese consideraria o futuro das nossas Forças Armadas como forças de segurança de uma social-democracia, segundo o modelo dos Exércitos do Norte da Europa, da Inglaterra ou da Suíça. Esta hipótese, possível sem dúvida, encontra no entanto a mesma objecção de princípio que se apresenta à própria linha social-democrata em Portugal: a História está a provar que a social-democracia só encontra condições nos países de capitalismo evoluído, onde as contradições do sistema se amenizaram; mas ainda não conseguiu implantar-se nos países subdesenvolvidos, como Portugal, onde o modo de produção capitalista tem de lançar mão, para manter-se, de forte aparelho de exploração das massas trabalhadoras, só possível através de forte repressão. As Forças Armadas seriam então chamadas a intervir contra o Povo, contradizendo-se a si mesmas e aos princípios da social-democracia.

A terceira hipótese apresenta-se numa perspectiva revolucionária. Os jovens oficiais do 25 de Abril estreitariam a união com o Povo, caminhando com ele na consolidação das conquistas alcançadas

e apoiando-o, como seu braço armado, nas novas etapas de conquista do poder, apenas tornado possível. Porque num Povo em luta pela sua emancipação, o Exército só não oprime o Povo se combater com ele contra os seus inimigos externos ou internos, isto é, quando luta contra a agressão estrangeira ou quando se coloca ao serviço do Povo na luta revolucionária pela conquista do poder. Posta de parte, evidentemente, a hipótese aberrante de um nação agressora que utiliza o seu exército para atacar outros povos.

O destino do País transfere-se, portanto, novamente para o campo das lutas democráticas e depende da possibilidade de incremento da acção de massas, única via de acção autenticamente revolucionária. Dependerá, portanto, da capacidade dos movimentos políticos o dinamismo da revolução, que as Forças Armadas só poderão apoiar desde que elas próprias estejam englobadas no processo, mediante uma crescente politização ligada aos movimentos políticos. Ou as Forças Armadas se tornam forças populares ou matarão a revolução que em 25 de Abril tornaram possível. Não há outras alternativas, porque não é possível esperar a sua neutralidade na revolução social.

ÀES

vas
pos-
nci-
om-
nos
são
do
do
ese
seu
va-
s e
ção
nte
aci-
da
rão
das
ção
ças
rão
vel.
vel

APÊNDICE DE DOCUMENTOS

DOCUMENTO N.º 1

TELEGRAMA ENVIADO AO CONGRESSO DOS COMBATENTES

Cerca de quatro centenas de militares dos quadros permanentes e combatentes do Ultramar com várias comissões de serviço, certos que interpretam o sentir de outras centenas de camaradas que, por motivo de circunstâncias múltiplas, ignoram verdadeiramente o Congresso, desejam informar V. Ex.^{as} e esclarecer a Nação do seguinte:

1. Não aceitam outros valores nem defendem outros interesses que não sejam os da Nação.
2. Não reconhecem aos organizadores do «1.º Congresso dos Combatentes do Ultramar», e portanto ao próprio Congresso, a necessária representatividade.
3. Não participando nos trabalhos do Congresso, não admitem que pela sua não-participação sejam definidas posições ou atitudes que possam ser imputadas à generalidade dos combatentes.
4. Por todas as razões formuladas se consideram e declaram totalmente alheios às conclusões do Congresso, independentemente do seu conteúdo ou da sua expressão.

Subscvem o presente telegrama, em representação simbólica das quatro centenas de militares referidos, dois militares que publicamente e por diversas vezes a Nação Portuguesa consagrou:

CAPITÃO-TENENTE ALBERTO REBORDÃO DE BRITO

(Oficial da Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito; Medalha de Prata de Valor Militar com palma; Cruz de Guerra de 1.ª classe).

- 1.º SARGENTO GRADUADO EM ALFERES MARCELINO DA MATA (Cavaleiro da Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito; Cruz de Guerra de 1.ª classe; Cruz de Guerra de 1.ª classe; Cruz de Guerra de 2.ª classe).

Solicita-se que ao presente telegrama seja dada publicidade igual à utilizada para as conclusões do Congresso.

DOCUMENTO N.º 2

PONTOS APRESENTADOS AO DIRECTOR DO SERVIÇO DE PESSOAL POR MAJORES DO ESTÁGIO PARA OFICIAL SUPERIOR

— Segundo se conclui da interpretação do art.º 6.º do presente decreto, os oficiais do QP oriundos do QC e cuja situação hierárquica era regulada pelos decretos revogados no mesmo art.º 6.º, passam agora a contar a sua antiguidade com base na sua promoção ao posto de Tenente do QC.

— Em virtude de tal alteração, passarão muitos destes oficiais à frente, no que diz respeito a antiguidade, de um elevadíssimo número de oficiais do QP, cuja vida militar teve início com a sua incorporação na Escola do Exército, e também doutros que, tendo sido igualmente oficiais milicianos, não foram contemplados pelo referido decreto, e que, tendo ingressado primeiro no Quadro, eram até agora mais antigos do que os oficiais beneficiados pelo presente decreto.

— Face à constatação dos factos acima mencionados, não podemos deixar de referir:

que a colocação à nossa frente de oficiais que ingressaram no Quadro muito depois de nós, sem que tenha por base qualquer motivo fundamentado no mérito, o que de resto só poderia ser concretizado através de promoções por distinção, atendendo ainda ao posto elevado que hoje já possuímos, afecta decisivamente a nossa dignidade, reduz a nada qualquer possibilidade de mantermos o nosso brio de oficiais e, ainda, face ao facto de estes oficiais beneficiados terem durante muitos anos sido mais modernos que nós e, por vezes, nossos subordinados, desarticula a própria hierarquia e põe em cheque a disciplina militar.

— Face aos anos de serviço que já temos e aos sacrifícios muito grandes a que temos sido submetidos, não podemos compreender por que motivo oficiais menos habilitados, com serviços prestados que, na generalidade, não poderão ser considerados superiores aos por nós prestados e com muito menor tempo de permanência no Quadro, são agora objecto de extraordinário benefício totalmente conseguido à custa de um extraordinário prejuízo, especialmente moral, nosso.

— Sentimos também que nunca conseguiremos aceitar a autoridade destes oficiais, servir sob as suas ordens, pois tal constituirá sempre para nós um motivo de humilhação. A nossa própria formação militar, o nosso conceito de disciplina, a consciência da importância da hierarquia dentro da estrutura militar, o respeito por nós próprios, a consciência exacta de tudo quanto temos sacrificado ao Exército, impedem-nos em definitivo de aceitarmos tal sujeição.

FACTOS CONCRETOS

Com base em elementos referentes somente aos oficiais oriundos do QC que ingressaram na Academia Militar em 1964/65, em virtude de não ter sido possível a obtenção, em tempo, de dados relativos aos cursos abrangidos pelos restantes decretos referidos no art.º 6.º do Decreto 353/73.

A apresentação destes casos concretos mais chocantes pretende simplesmente fazer realçar toda a dimensão dos efeitos provocados pelo presente decreto.

— São cerca de 55 os oficiais oriundos do QC que frequentaram o curso de 64/65, actualmente ao serviço.

Entre estes oficiais e o curso já promovido ao posto de major mais moderno, distam actualmente 8 a 9 cursos, conforme as Armas.

A aplicação do presente decreto vai traduzir-se pela promoção a major de todos estes oficiais, com excepção de 1, talvez mesmo 2, que serão promovidos a tenente-coronel.

Os mesmos beneficiados ultrapassarão pelo menos 2 a 3 cursos, conforme as Armas, já promovidos na totalidade ao posto de major.

— Pondo agora em comparação, por exemplo, com os oficiais das Armas que entraram para a EE no ano de 1952, sem que tivessem reprovado nenhum ano nem tivessem sido preteridos nas promoções, pelo que a sua antiguidade de tenentes é referida a 1.12.58, constata-se que, se tivessem ingressado em 1952 no COM em vez da EE, a sua antiguidade de tenente seria de 1.12.56, e assim verifica-se que:

— Oficiais que, tendo entrado na EE ao mesmo tempo e que não concluíram por falta de aproveitamento o 1.º ano, após o que saíram e foram para o COM, ganham agora

até 2 anos de antiguidade, em relação aos seus camaradas de entrada na EE;

— Oficiais que, tendo entrado na EE no mesmo ano, não tiveram aproveitamento no 1.º ano, pelo que o repetiram, após o que tiveram de sair por não terem conseguido aproveitamento na repetição, pelo que foram frequentar o COM, passam a ser agora 1 ano igualmente mais antigos do que os seus camaradas de entrada na EE.

— Considerando ainda o exemplo do caso dos oficiais que entraram para a EE em 1952, verifica-se que, por efeito do presente decreto, são estes oficiais ultrapassados na antiguidade pelo menos por 25 oficiais incorporados no Exército, como milicianos, no período compreendido entre o mesmo ano (1952) e o ano de 1954, inclusive.

— Um oficial que ingressou nas fileiras em 1942 e foi alferes-miliciano em 1944, foi admitido à EE em 1948, sendo-lhe imposto que fosse possuidor das cadeiras universitárias necessárias na altura. Frequentou na EE os anos 1948/49 e 49/50.

Como oficial miliciano teria sido promovido a tenente em Dezembro de 1948 (pela legislação em vigor na altura). Não o foi por nesse ano já ter ingressado na EE.

Conta a sua antiguidade de alferes do QP desde 1 de Novembro de 1952. É agora ultrapassado por pelo menos 4 oficiais beneficiados pelo presente decreto e que entraram para a A. M. 16 anos depois.

DOCUMENTO N.º 3

EXPOSIÇÃO-TIPO A ENVIAR
AO MINISTRO DO EXÉRCITO,
TENDO EM VISTA A REVISÃO DO
DECRETO-LEI 353/73, DE 13 DE JULHO(Região Militar)
(Unidade)

Senhor Ministro do Exército:

F....., posto (n.º mec.), em serviço no(a), vem mui respeitosamente expor a Vossa Excelência o seguinte:

PRIMEIRO: O artigo 2.º do D. L. 353/73, de 13JUL73, adopta nova fórmula para frequência da Academia Militar por oficiais milicianos.

O novo tratamento que o assunto revela é perfeitamente contraditório com o exposto no D. L. 42 151, de 31MAR59, que cria a Academia Militar e do qual se transcrevem os seguintes trechos:

— «As dificuldades crescentes da vida internacional, a vastidão e complexidade dos problemas inerentes ao desenvolvimento e perfeita integração de todas as parcelas de Portugal e o extraordinário tecnicismo das modernas armas e dos métodos de guerra, impõem, por isso, que seja ministrada aos futuros oficiais sólida educação moral, intelectual e física, orientada sempre de harmonia com as condições histórico-geográficas do País.»

— «A necessidade de uma sólida educação intelectual básica filia-se na complexidade e eclectismo, sempre crescentes, das funções que, ao longo da sua carreira, os futuros oficiais virão a exercer...»

— «Embora esse grau de cultura e sua especialização sofram uma natural evolução com a ascensão na escala hierárquica e sejam sucessivamente enriquecidos, através de variadas experiências e das funções exercidas e dos cursos frequentados, na maioria dos casos, o seu expoente

dependerá da preparação-base recebida que, como tal, deve ser de nível elevado, pois só assim se adquirirão os hábitos de reflexão de gosto pelo saber e pela agudeza de espírito que lhes é inerente.»

O preâmbulo do D. L. em referência, como se verifica, faz largos encómios ao aspecto de salvaguardar a preparação intelectual dos oficiais do Exército e da Força Aérea, o que significa simultaneamente a inerente defesa do prestígio da função.

O D. L. 353/73, ao preconizar um curso de dois semestres intensivos a oficiais milicianos, permite antever dois aspectos irreconciliáveis:

- ou o eclectismo intelectual deixou de ser sustentáculo indispensável ao oficial do QP do Exército e da Força Aérea;
- ou as circunstâncias actuais obrigam a que tal princípio não seja observado por razões de natureza que se desconhece e em relação às quais é omissa o D. L. 353/73.

Não se crê no primeiro dos aspectos apontados; contudo, toma-se como certeza que dois semestres, ainda que em regime intensivo, não são tempo bastante para formar um oficial do QP, ainda que os alunos sejam oficiais-milicianos, extremamente dotados. Tal afirmação considera-se «saber de experiência feito» e não é gratuito nem especulativo se, ao aspecto intelectual que se teve em consideração, adicionarmos um aspecto, não menos importante, que é o da completa FORMAÇÃO MILITAR, neste caso bem mais difícil, pois há que diluir hábitos, atitudes e complexos que são inerentes aos oficiais-milicianos, na sua generalidade.

Crê-se, desta forma, que este pressuposto tem fundo de verdade, e daí inferir-se que então se incorre tão-somente no alimentar do processo de diluição da dignidade e prestígio dos oficiais do QP, aspectos que em bem gravosa situação se encontram.

Igualmente não se crê no segundo dos aspectos focados, pois que se faz «dogma» de não haver situações que justifiquem sacrificar o amor à verdade pela preocupação do útil.

A falta de oficiais do QP terá que ser encarada, tão-somente, analisando a realidade dos factos e não a iludindo com soluções de circunstância, que, por o serem, do antecedente a tantas alterações têm sido sujeitas, sem que os resultados sejam frutuozos ou mesmo de saldo positivo.

Não será a facilidade de acesso à Academia Militar que obrigará a um aumento da sua frequência por «jovens válidos», mas sim e apenas a dignificação de oficial do QP, dando-lhe justo e merecido lugar na sociedade em que vive. Este desiderato apenas se poderá ver conseguido e alcançado a partir do momento em que a estabilidade material esteja garantida, pois que o oficial, apesar de «encontrar no silêncio a sua nobre razão de servir», não é com tal atitude idealista que resolverá os problemas decorrentes de um nível inflacionário dos maiores da Europa. «A lei dura da realidade abala-o, num ápice, no seu sonho idealista». De acrescentar que, na opinião do expoente, este aspecto apenas se resolverá no dia em que o oficial do QP deixar de ser abrangido pela denominação de «funcionário público», o que até é só para efeitos de vencimento-base, que não para outro tipo de subsídios (vidé ajudas de custo, previdência, horas extraordinárias, etc.).

O QP necessita, não de oficiais, mas de chefes, e estes não se obterão com base num regime contemplativo em que seja dada menor atenção ao recrutamento para a Academia Militar e os cursos sejam do tipo «formação profissional acelerada», os quais, se resultam em determinados tipos de profissão, jamais poderão vingar no caso vigente, por razões inerentes à própria função — CONDUIZIR HOMENS.

Consciente da escalada que se vem observando na crítica ao Exército, cuja origem remonta à segunda metade do século XIX (recorde-se um passo das «Farpas» de Ramalho

que chama expressamente ao Exército «a mais perniciosa, a mais funesta, a mais terminantemente condenável das velhas instituições sobreviventes das sociedades actuais»), tem-se que é fundamental não diminuir o valor dos cursos professados na Academia Militar e, portanto, o seu prestígio e dignidade, sem o que não será possível a efectivação do que o Decreto-Lei 42 151, de 31MAR59, afirmava:

«Desta forma, e ainda mais que no passado, o estabelecimento de ensino onde se ministra a preparação-base do oficial deve gozar de todas as prerrogativas de uma autêntica Academia Militar, enfileirando no aspecto cultural com os mais distintos estabelecimentos de ensino superior do País.»

Recorde-se ainda que no Estatuto do Oficial das Forças Armadas, no seu anexo II, se diz: «Não é conveniente acelerar demasiadamente os cursos da Academia Militar nem reduzir as exigências do seu recrutamento», o que é bem tradutor do que ora se vem tratando.

Com base no que se expõe, crê-se que é forçoso reflectir no aspecto prático das disposições do artigo 2.º do D. L. 353/73, por forma a revogá-las e torná-las concordantes com a realidade e com o que pensam os que desde os seus dezassete anos de idade fizeram das armas a sua profissão e que professam um ideal que constitui a razão mais válida para não vergar ao peso da dificuldade que hoje encerra ser oficial do QP do Exército e da Força Aérea, ideal que o expoente vai vendo ser objecto de tratamento diferenciado e inconstante, com todo o prejuízo moral que lhe é inerente. Há que acarinhar os que, cada vez em menor número, vão sabendo manter-se firmes e aos quais se deve a manutenção do Ultramar. Que o seu esforço seja reconhecido, não com palavras apenas.

SEGUNDO: Transcrevem-se os artigos 3.º, 6.º e 7.º do D. L. 353/73, de 13JUL73:

Artigo 3.º: «Os oficiais a que se refere o artigo 1.º (refere oficiais do Q. E. O.), findo o curso, ingressam no QP da

respectiva Arma, mantendo ou obtendo a antiguidade de tenente referida a 1 de Dezembro do ano em que foram ou seriam promovidos a este posto, como oficiais de complemento.»

Artigo 6.º: «O disposto no artigo 3.º tem aplicação aos oficiais que terminaram ou venham a terminar com aproveitamento os cursos da Academia Militar, ao abrigo das disposições do D. L. 42 151 de 31MAR59, do D. L. 44 184 de 10FEV62, do D. L. 45 302 de 11OUT63 e do D. L. 48 254 de 21FEV68, sendo revogadas as determinações em contrário constantes dos citados diplomas.»

Artigo 7.º: «Os oficiais abrangidos pelas disposições dos artigos 3.º e 6.º são considerados supranumerários permanentes aos respectivos quadros quando promovidos a oficial superior e até ao posto de coronel, inclusive.»

Do teor dos artigos transcritos, o expoente toma para si que está sendo objecto de tratamento prejudicial sob o ponto de vista moral, pois que considera afectadas, decisivamente, a sua dignidade, o seu brio, a hierarquia e a disciplina militares. Com efeito, e para abonar as opiniões a seguir expostas, o recorrente socorre-se de um aspecto que é comum dos D. L. que anteriormente se referiram ao problema crucial da antiguidade relativa de oficiais-milicianos-alunos e cadetes da Academia Militar. Assim, e por ordem cronológica, temos:

a) Artigo 9.º do D. L. 44 184, de 10FEV62:

«Findo o curso da Academia Militar, os capitães milicianos ingressam no QP como alferes, graduados em capitães, independentemente de vacatura, tendo aplicação a doutrina do parágrafo 2.º do artigo 11.º do D. L. 36 304, de 24MAI47. Constituirão cursos que se situarão na escala da respectiva Arma, à esquerda dos cursos de cadetes da Academia Militar promovidos para o tirocínio no mesmo ano e contarão a antiguidade da mesma data.

«§ único — A ordem de antiguidade no posto é definida

de acordo com o princípio estabelecido no n.º 1.º do § 1.º do artigo 49.º do D. L. atrás referido.»

b) Artigo 8.º do D. L. 45 302, de 11OUT63:

«Os alunos que em cada ano civil terminem os cursos a que se refere o presente D. L. são integrados, para efeitos de ingresso no QP, nos cursos de cadetes terminados no mesmo ano e ordenados segundo as respectivas classificações, mantendo a graduação do posto em que se encontram, até à promoção do seu curso a igual posto.»

c) Artigo 9.º do D. L. 48 254, de 21FEV68:

«Findo o curso da Academia Militar, os capitães milicianos ingressam no QP como alferes graduados em capitães, independentemente de vacatura, tendo aplicação a doutrina do § 2.º do artigo 11.º do D. L. 36 304, de 24MAI47. Constituirão cursos que se situarão na escala da respectiva Arma, à esquerda dos cursos de cadetes da Academia Militar promovidos para o tirocínio do mesmo ano e contarão a antiguidade da mesma data.

«§ único — A ordem de antiguidade no posto é definida de acordo com o princípio estabelecido no n.º 1.º, § 1.º do artigo 49.º do D. L. atrás referido.»

Tal como acima se referiu, a leitura dos artigos enunciados deixa bem clara a intenção do legislador de salvar, não só o prestígio da função do oficial do QP, mas também a antiguidade relativa dos oficiais milicianos e cadetes-alunos que frequentassem cursos comuns, durante o mesmo tempo e perante os mesmos mestres, atendendo a que a *preparação-base* era a *determinante principal* do expoente dos graus de cultura e especialização, como aliás está perfeitamente explicitado no n.º 3 do D. L. 42 151, de 12FEV59, que cria a Academia Militar.

De realçar a circunstância de tal preparação-base ter sido referida, em termos encarecidos, no D. L. 42 151, de 12FEV59, e ter sido sempre observada em D. L. posteriores

que tratassem da frequência da Academia Militar por oficiais milicianos. Desta forma, todos «partem da mesma meta», em direcção a um «objectivo comum», sendo a antiguidade atribuída de acordo com a capacidade demonstrada ao nível de curso da Academia Militar.

A função do oficial do QP era dignificada, pois que se pressupunha que para comandar era necessário, além do resto, um grande hábito de vida intelectual.

Revelam tais decretos o ar da verdade, substituindo-o à preocupação do útil.

O artigo 6.º do D. L. 353/73, que o expoente considera lesivo do seu substracto moral, revoga todos os anteriores que se referiam à mesma matéria, permitindo assim que oficiais milicianos que frequentaram com aproveitamento cursos na Academia Militar vejam alterada a sua antiguidade em relação aos cadetes-alunos do mesmo curso. A breve trecho ascenderão mais cedo no tempo na escala hierárquica, sem que, contudo, se possa reconhecer que tal é devido a maior grau de competência, o que é factor-base do significado da palavra PROMOÇÃO.

A menos que actualmente se tenha por objectivo «chegar depressa» (e aí teremos a instituição, a exemplo de outras, invadida por uma avalanche de incompetentes que a levarão, se não à ruína, pelo menos para uma mediocridade inglória, em que vegetam tantas coisas que poderiam ser proveitosas e fecundas), crê-se que a conjuntura actual não sofreu modificação de tal modo que a mesma situação seja encarada pelo legislador, em 1973, de forma diferente daquela que o informou durante o período 1962-1973.

A presente situação vai originar situações delicadas de ética militar, pois que, forçosamente, os oficiais que ora se vêem ultrapassados sob o ponto de vista de antiguidade, não conseguirão aceitar a autoridade ou servir sob as ordens de oficiais que eram mais modernos e, «a priori», menos competentes.

Aliás, outra atitude não estaria de acordo com os parâmetros dinamizadores do aparelho militar:

- formação militar;
- conceito de disciplina;
- importância de hierarquia na estrutura militar;
- consciência do dever e do sacrifício que tem representado a sua exacta observância.

O expoente pretende assim que seja revista a fórmula adoptada no D. L. 353/73, de 13JUL73, de modo a que do mesmo não surja diminuição do prestígio que a função de oficial do QP requer e exige, nem que seja conseguido contornar o actual problema de carência de oficiais do QP, com manifesto prejuízo moral e material destes.

Porque ao expoente anima um sã espírito de análise, a seguir se indicam, na generalidade, situações que surgirão a coberto do presente D. L.:

— Analisada a situação de 127 oficiais milicianos (número de que foi possível obter dados), no respeitante à antiguidade que agora lhes será conferida como tenentes do QP, verifica-se que avançam de imediato:

Três anos	2
Quatro anos	14
Cinco anos	7
Seis anos	11
Sete anos	4
Oito anos	5
Nove anos	14
Dez anos	9
Onze anos	14
Doze anos	19
Treze anos	5
Catorze anos	6
Quinze anos	2
Dezasseis anos	4
Dezassete anos	1

— Ainda considerando o mesmo grupo analisado no número anterior, verifica-se que serão, no conjunto das Armas de Infantaria, Artilharia e Cavalaria:

1 (um) oficial (capitão do QP) promovido a tenente-coronel;

69 (sessenta e nove) promovidos a major.

— Um oficial que tenha entrado para a Academia Militar e não tenha perdido nenhum ano ao longo de toda a sua carreira militar, ficará agora dois ou três anos mais moderno que outro oficial que, tendo a mesma idade que ele, tenha ingressado primeiro no COM e só posteriormente na Academia Militar.

Verifica-se o exposto com a totalidade dos oficiais agora beneficiados com o decreto em causa.

— Oficiais que, tendo entrado na EE e tenham sido eliminados por falta de aproveitamento no 1.º ano e ingres-saram de seguida no COM, ganham agora, no mínimo, dois anos de antiguidade em relação aos seus camaradas de entrada na EE que tenham tido integral aproveitamento e não tenham sido preteridos nas promoções.

Verifica-se esta situação com vários oficiais agora beneficiados pelo decreto em causa.

— Oficiais que, tendo entrado na EE e foram eliminados por falta de aproveitamento após a repetição do 1.º ano, de seguida o COM, e passam a ser agora um ano mais antigos que os seus camaradas de entrada na EE que tenham tido integral aproveitamento e não tenham sido preteridos nas promoções.

Verifica-se esta situação com alguns dos oficiais agora beneficiados pelo decreto em causa.

Face a tudo o que exposto fica, o expoente apela para o alto critério de justiça de Vossa Excelência.

Quartel em, de de 1973.
 ass.)

DOCUMENTO N.º 4

ESTAGNAÇÃO OU PROGRESSO?
DECRETO-LEI 353/73

Os tempos hodiernos, com tudo o que de inovação trouxe a técnica e as ideologias igualitárias, não se compadecem com tradicionalismos, sob perigo de estagnação.

Longe vão os tempos em que o governo das nações, a gestão das estruturas económicas ou os cargos de chefia político-militar eram, por direito divino ou consuetudinário, exclusivo de famílias.

Na sequência da Revolução Francesa, tem-se assistido a um descongestionamento das forças produtivas, mormente do capital intelectual, base e fonte de aproveitamento dos factores condicionantes do progresso.

Quer nos países de acento tónico predominantemente marxista, quer nos países socialistas, neocapitalistas ou em transição para o neocapitalismo, quer nos países em vias de desenvolvimento, procura-se colocar nos degraus convenientes da pirâmide da sociedade, os mais hábeis, os mais capazes, os que ofereçam, pelo menos «a priori», garantias de progresso e evolução.

Conservadorismos, reacções de minorias ou de massas menos esclarecidas, houve e sempre as haverá na eterna marcha da Humanidade lutando por contrastes para a grande síntese final da perfeição. E a estes aspectos o nosso País não constitui excepção. Ultrapassámos, no entanto, já a fase do arranque económico de que fala Rostowe, a que não foge o campo das ideias.

Para as minorias de interesses, para os lobbystas dos corredores dos ministérios, talvez a luz do que se passa por esse mundo não chegue até eles. Para os que põem acima do individual e estagnador os interesses do País que não é apenas o jardim à beira-mar plantado para seu regalo, para estes, dizemos, o alto interesse do País está acima

de tudo e tudo farão para o libertar do estágio tradicionalista que o tem mantido com os indicadores de desenvolvimento mais baixos da Europa.

Os oficiais milicianos que, após se terem batido no Ultramar; que, após terem provado o amargo da guerra, mas o amargo da execução; esses oficiais milicianos, dos quais grande número com um, dois ou três, quatro ou mais anos de frequência universitária, tiraram o curso da Academia Militar e ingressaram no Q. P., vêem-se agora, com o Decreto-Lei 353/73, colocados na escala hierárquica militar que as suas qualificações exigem, que o processo evolutivo do País determina.

Julgo que algumas reacções havidas não ponham em dúvida as suas qualificações militares, porquanto as suas mais altas condecorações e louvores explodiriam de amargura; tão-pouco que ponham em dúvida os seus conhecimentos teóricos, porquanto seria a negação total das Universidades, da Academia Militar, dos Cursos de Oficiais Milicianos, dos Cursos de Sargentos Milicianos e dos próprios chefes e teatros de operações onde beberam os conhecimentos.

Que essas reacções sejam apenas de falta de esclarecimento...

Este País, onde o serviço militar é geral, pessoal e obrigatório; este País em guerra desde 1961 e que se tem batido com base nos milicianos (oficiais, sargentos e praças) que constituem os nossos técnicos, os nossos engenheiros, médicos, advogados, economistas, arquitectos, etc.; este País de milicianos que constituem a própria infra-estrutura do Estado; este País de milicianos, dos quais alguns, por razões várias, resolveram ingressar no Q. P. e seguir a carreira das armas:

NÃO PODERÁ PERMITIR A ESTAGNAÇÃO, A OLIGARQUIA DE UMA MINORIA DE INTERESSES DE ULTRA-DIREITAS.

PORTUGAL, PROGRESSO

DOCUMENTO N.º 5

DOS ESPÚRIOS AOS PUROS
(em pé de página as explicações semânticas)

ASSUNTO: Vacinar por via panfletária (por enquanto) contra males que, por via panfletária e outros reptilianos processos, nos chegou ao conhecimento estarem a sofrer os «PUROS» desde a publicação do mui esclarecido e justo Dec.-Lei n.º 353/73, de 13 de Julho de 1973.

PARA CONHECIMENTO: A generosa juventude portuguesa que ora serve nas fileiras das Forças Armadas sob o crisma honroso de milicianos.

PARA CUMPRIMENTO QUE HUMILDEMENTE SOLICITAMOS:

1 — AO GOVERNO — para que faça cumprir o que entendeu ser de interesse nacional e da mais elementar justiça em relação ao grupo dos «ESPÚRIOS» e ao QUADRO ESPECIAL DE OFICIAIS.

2 — AOS CHEFES MILITARES — que tomem uma atitude de firmeza para com aqueles que leviana, injustificada, discriminatória e anti-regulamentarmente estão a minar o moral, a cavar fossos, a cortar amarras, a criar castas no seio de uma família que tem sido unida e que, só por o ser, tem permitido que a BARCA NACIONAL corte rectilineamente os desmistificados ventos da história, vença as intempéries que sazonalmente surgem por depressões de origem política, económica, rática, religiosa, em vários locais do Globo.

.....

Para comodidade de exposição, decidimos apodar os dois grupos em causa, já que se gerou um processo de discriminação, como segue:

ESPÚRIOS — Os oficiais do Quadro Permanente, ex-oficiais milicianos que, ao abrigo dos vários diplomas englobados no art.º 6.º do Dec.-Lei n.º 353/73, frequentaram os cursos da Academia Militar e sentem dificuldades em ser compreendidos pelos restantes oficiais do Q. P.

PUROS — Os oficiais do Q. P. oriundos de cadetes que se rotulam a si de competentes e autênticos.

.....

Outros, autênticos gigantes em recursos humanos e económicos, por quebra de unidade, por falta de discernimento e de vontade, soçobraram.

Irão permitir os nossos chefes que o mesmo suceda aqui, a nós que somos poucos e pobres? Que perca vigor o braço do pequeno David e se rasgue a FUNDA DA UNIDADE, só porque meia dúzia de loucos põem a sua vaidade à frente do interesse nacional?

Contrapor ao interesse nacional os interesses individuais (que no caso vertente nem chegam a existir...), não será pura traição, seus «PUROS» campeões da imbecilidade, da vaidade e do egoísmo?

Por que se tolfem os responsáveis pela aplicação do Dec.-Lei n.º 353/73, de 13 de Julho de 1973, ante investidas de motivação tão mesquinha e lamurientas reclamações conduzidas por canais não iluminados pelo Regulamento de Disciplina Militar?

A VÓS compete pôr o dedo no botão certo, para que o elevador suba suavemente, empurrado pela lealdade, pela compreensão e amizade de «ESPÚRIOS» e «PUROS», e se atinjam as finalidades que o decreto pretende. Aos vossos tímpanos brada a voz do bom-senso que não toqueis no botão errado que leve o elevador ao esmagamento de «ESPÚRIOS» e «PUROS» no patamar da injustiça, porque daí, por arrastamento, cairemos em desgraça nacional.

PARA MEDITAÇÃO AOS PUROS.
A TODOS OS MILICIANOS COMO INFORMAÇÃO
PARA UMA TOMADA DE POSIÇÃO.

Antes de mergulharmos no cerne do problema levantado pela contestação ao Dec.-Lei 353/73, queremos esclarecer por que, estando nós do lado da legalidade, recorremos a este deselegante processo para fazermos ouvir a voz da nossa razão.

Sabemos que, desde a publicação do referido decreto, alguns oficiais do Q. P. (e é uma tristeza verificar que são quase todos aqueles que nunca deram provas de valor, pois os outros, sabendo o que valem, não se inquietaram e, conscientes dos verdadeiros problemas da nossa instituição, não caíram na fraqueza de se anteporem ao interesse nacional), têm exposto superiormente o seu desagrado pelo conteúdo do decreto-lei e têm tentado influenciar a opinião dos superiores. Não lhes bastando as vias da legalidade — requerimentos e exposições — passaram aos processos mesquinhos e anti-regulamentares (reuniões nas respectivas Unidades, panfletos, greves de braços caídos, e CHEGRAM A IMPRENSA).

Caindo nos abismos da perplexidade, chegámos à conclusão de que a Lei vai ser «engavetada», porque, de todo aquele trabalho de sapa, outros «PUROS», fazendo lógica sobre premissas erradas, deixaram-se convencer e comover.

Para nossa maior perplexidade, ainda foi esta a mola real de indignação para o presente panfleto: surge, em frontispício, nos jornais «EXPRESSO» e «DIÁRIO DE LISBOA», notícia sobre o assunto. Não nos surpreenderá que outros jornais orquestram sob a mesma imbecil e maquiavélica orientação, e se algum de nós, «ESPÚRIO», fosse tão néscio que lhes respondesse, teríamos aí desencadeado o problema nacional mais grave depois de 1961.

Esperamos que gente sensata pise rapidamente o rastilho, porque se o mundo sonhar que se está a gerar grave

cição nas Forças Armadas, nada de proveitoso colherá com certeza a comunidade nacional. Que gáudio se aposaria das ONU, OUA, do Terceiro Mundo, das várias sindicais, dos revolucionários marxistas, do Conselho Ecuménico das Igrejas e de todos os muitos inimigos que ladram à nossa volta!

Quem cala consente, e nós não deixaremos que nos façam injustiça, mas também não queremos pôr o País numa encruzilhada perigosa, criando polémica onde ela não pode existir. O nosso panfleto nasceu aqui, e eis por que nasceu panfleto.

E porquê repudiar a via panfletária, se foi por ela que os «PUROS» nos chamaram incompetentes?

Além do mais, se estamos do lado da legalidade, estando em vigor o decreto-lei, enquanto não se atentar oficialmente contra os nossos direitos, revogando aquele decreto ou não o aplicando, não há motivos para recorrermos às vias oficiais a reclamar justiça que não foi violada.

Creio que, plenamente justificados, poderemos escalpelizar então o problema.

O Governo da Nação promulgou o Decreto-Lei n.º 353/73, de 13 de Julho de 1973, com o intuito de suprir uma carência de oficiais do Q. P. do Exército e fazer justiça aos camaradas que mais se distinguiram no Ultramar, em missão de soberania.

Gerou-se então a tal onda de contestação pelos processos e com o resultado já referido.

Para não pegarmos em papéis «SUJOS», vejamos então, através do jornal «EXPRESSO» de sábado, 11 de Agosto de 1973, como argumentam os «PUROS», e façamos a transcrição do último período do artigo:

«Entendem, no entanto, alguns oficiais de carreira, que, com a entrada em vigor do decreto-lei, poderão surgir problemas de antiguidade e de competência profissional.»

1.º — Como surgem problemas de antiguidade, se os ofi-

ciais do Q. E. O. e os incluídos no art.º 6.º, são supranumerários permanentes até ao posto de coronel?

2.º — Serão certamente afectados na presunção (os que a têm em dose elevada) pelo facto de verem camaradas que têm hoje a mesma patente ou inferior, surgirem mais graduados amanhã. Se não é de condenar, poderá invocar-se isso como razoável perante o maior rendimento que o Exército obtém, tendo nas diversas patentes indivíduos com a idade para elas adequada?

Estará certo, ainda sob o ângulo do máximo aproveitamento do pessoal, que os oficiais que foram milicianos e frequentaram a Academia Militar com idades entre os 25 e 35 anos, estejam à espera «montes» de anos que os oficiais do Q. P., que foram CADETES e acabaram o curso aos 20 anos, atinjam a promoção a oficiais superiores para só então serem promovidos também? Certamente que estes já não se desempenharão bem como capitães, porque a função exige condições físicas excepcionais e também já não renderão o máximo como comandantes de Batalhão.

3.º — Porque querem ignorar o passado miliciano de cada um dos «ESPÚRIOS» e tudo referenciar à Academia Militar? Muitos, talvez, porque quando os «ESPÚRIOS» se sacrificaram no campo da luta pela causa nacional, ainda andavam pelos primeiros anos do liceu e sentem-se pequeninos ao pé deles. Os outros, ainda não os compreendemos bem! Julgamos que os nossos inimigos marxistas têm plena razão ao afirmarem que se atinge a perfeição pela práxis. Não são da mesma opinião os que passaram à Academia directamente do liceu, embora tenham lido em Camões que os capitães da Índia «tinham um saber de experiências feito».

4.º — Fala-se no «EXPRESSO» em eventuais problemas de competência profissional, e nos panfletos diz-se que os «ESPÚRIOS» são incompetentes. Aqui, voltamos a ficar perplexos. É que os «ESPÚRIOS», que definimos no prin-

ciais do Q. E. O. e os incluídos no art.º 6.º, são supranumerários permanentes até ao posto de coronel?

2.º — Serão certamente afectados na presunção (os que a têm em dose elevada) pelo facto de verem camaradas que têm hoje a mesma patente ou inferior, surgirem mais graduados amanhã. Se não é de condenar, poderá invocar-se isso como razoável perante o maior rendimento que o Exército obtém, tendo nas diversas patentes indivíduos com a idade para elas adequada?

Estará certo, ainda sob o ângulo do máximo aproveitamento do pessoal, que os oficiais que foram milicianos e frequentaram a Academia Militar com idades entre os 25 e 35 anos, estejam à espera «montes» de anos que os oficiais do Q. P., que foram CADETES e acabaram o curso aos 20 anos, atinjam a promoção a oficiais superiores para só então serem promovidos também? Certamente que estes já não se desempenharão bem como capitães, porque a função exige condições físicas excepcionais e também já não renderão o máximo como comandantes de Batalhão.

3.º — Porque querem ignorar o passado miliciano de cada um dos «ESPÚRIOS» e tudo referenciar à Academia Militar? Muitos, talvez, porque quando os «ESPÚRIOS» se sacrificaram no campo da luta pela causa nacional, ainda andavam pelos primeiros anos do liceu e sentem-se pequeninos ao pé deles. Os outros, ainda não os compreendemos bem! Julgamos que os nossos inimigos marxistas têm plena razão ao afirmarem que se atinge a perfeição pela práxis. Não são da mesma opinião os que passaram à Academia directamente do liceu, embora tenham lido em Camões que os capitães da Índia «tinham um saber de experiências feito».

4.º — Fala-se no «EXPRESSO» em eventuais problemas de competência profissional, e nos panfletos diz-se que os «ESPÚRIOS» são incompetentes. Aqui, voltamos a ficar perplexos. É que os «ESPÚRIOS», que definimos no prin-

cópia deste escrito como sendo todos os oficiais milicianos entrados na Academia Militar ao abrigo dos vários diplomas mencionados no art.º 6.º, em qualquer deles se requerendo excepcionais qualidades militares e provas dadas, frequentaram os mesmos cursos da Academia Militar e a maioria tinha formação universitária antes de lá entrar.

Estas afirmações são altamente afrontosas e aqui lançamos um repto. Exigimos que se faça um pequeno trabalho de estatística, em que sejam colhidos, na totalidade dos «ESPÚRIOS» e na totalidade dos CONTESTATÁRIOS que fizeram exposições, o seguinte:

- 1 — N.º de condecorações em cada um dos grupos;
- 2 — N.º de louvores atribuídos por acções em campanha;
- 3 — N.º de feridos em campanha.

Ainda falando em competência, conhecemos os mentores da onda de contestação, apoiada, oh infelicidade máxima!..., numa exposição-modelo, o que dá bem conta da autenticidade e do grau de representatividade de tal contestação.

SE NÃO VERIFICARMOS, NOS PRÓXIMOS DIAS APÓS A DIVULGAÇÃO DESTE PANFLETO, UM RETORNO À LEALDADE E AMIZADE ENTRE TODOS, DENUNCIAREMOS ESSA MINORIA QUE, ESSES SIM, SERÃO VÍTIMA DA SUA INCOMPETÊNCIA, NÃO SÓ AO EXÉRCITO COMO À NAÇÃO.

DOCUMENTO N.º 6

EXPOSIÇÃO DE CAPITÃES DA GUINÉ

Bissau, 28 de Agosto de 1973

A S. Ex.ª o Sr. Presidente da República
A S. Ex.ª o Sr. Presidente do Conselho

A S. Ex.^a o Sr. Ministro da Defesa Nacional e Exército

A S. Ex.^a o Sr. Ministro da Educação Nacional

A S. Ex.^a o Sr. Secretário de Estado do Exército

Excelência:

1. — CAPITÃES do Quadro Permanente, em serviço na Província da Guiné, tendo tomado conhecimento, por intermédio dos órgãos de informação pública, do teor do Dec.-Lei 353/73 e da sua posterior alteração, vêm dar conhecimento a V. Ex.^a da sua profunda mágoa e estranheza por verificarem que a nova redacção dos artigos 3.º e 6.º do mesmo decreto-lei em quase nada atenua as reconhecidas deficiências de que enfermava na sua primeira forma.

2. — a) Estes oficiais, que julgam interpretar o sentir de todos os seus camaradas, ex-cadetes da então Escola do Exército e da actual Academia Militar, sentem-se feridos no seu prestígio, na sua dignidade, no seu brio profissional e eclectismo intelectual ao tomarem conhecimento que o curso da Academia Militar, que frequentaram durante quatro anos, pode ser substituído por um curso intensivo de dois semestres.

b) Face às solicitações crescentes da vida internacional, à técnica moderna de que se revestem certos aspectos da actual vida militar e à batalha da educação que todo o País trava, entendem que se deveria intensificar, aumentar e endurecer o curso da Academia Militar, tornando-o só acessível aos mais aptos e interessados, para formar elites em ordem a garantir o cumprimento das missões que são cometidas às Forças Armadas.

c) Sentem, pois, que, em face do agora decretado, os portugueses mais válidos nunca poderão ser atraídos por uma carreira que, mal remunerada e exigindo grandes sacrifícios, é desprestigiada nos seus aspectos de validade intelectual por não terem os cursos agora previstos qualquer

comparação com os professados nas Escolas Superiores, pondo em perigo a perenidade da Instituição Militar.

d) Sentem que, sendo a sua principal missão conduzir homens, e quando, actualmente, se joga com as suas vidas, uma preparação ainda mais intensa da que era ministrada é a única solução aceitável para um país que deseja contar sempre com umas Forças Armadas capazes, prestigiadas, e cujo procedimento seja pautado pelos valores autênticos que dignificam o Homem.

e) Estes oficiais não podem, pois, deixar de manifestar a sua estranheza perante esta flagrante inversão de valores.

3. — a) Sentem-se estes oficiais seriamente afectados pelo facto de terem sido, unilateralmente, revogadas determinações constantes de vários decretos em vigor desde 1959 e que regularam a situação durante toda a sua vida militar e às quais se consideravam vinculados.

b) E porque nunca se negaram ou esquivaram a todos os sacrifícios, riscos e carências a que foram sujeitos, porque mais do que ninguém em Portugal têm, desde a primeira hora do conflito em que a Nação está empenhada, contribuído para a sua perenidade, entendem que a sua dádiva total não foi assim compreendida e acarinhada, continuando a manifestar a sua estranheza perante esta nova inversão de valores.

4. — Quanto às revogações dos artigos 3.º e 6.º:

a) Consideram que as alterações ora introduzidas apenas rectificaram situações que afectavam oficiais superiores, não tendo sido levada em linha de conta a posição dos capitães do Q. P., que têm sido e são quem tem suportado em maior grau de dureza as campanhas de África e a instrução das tropas na Metrópole.

b) Não se compreende que, numa escala hierárquica da qual fazem parte, se verifiquem alterações, não por mérito ou maior grau de competência que todos aceitam e respei-

tam, mas sim motivadas por uma questão de idade, como se significasse menos aptidão o ter nascido mais tarde.

c) Verificam, pois, não ser aproveitada a sua juventude, temperada e caldeada nas duras missões já impostas em terras do Ultramar e em Unidades de combate, nos acessos aos postos imediatos, provocando um envelhecimento constante do Quadro Permanente.

5. — Porque os anima o mais são espírito construtivo, porque consideram dever ser o exercício da carreira militar e os seus elementos prestigiados dentro do conceito da Nação, porque pretendem servir uma instituição útil e válida, actuante e onde cada elemento se possa sentir consciente, responsável e respeitado, apresentam a V. Ex.^a estas considerações sobre o D. L. 353/73 e as alterações posteriores, desconhecendo se não estarão em causa superiores interesses do Estado, não revelados, e que conduzam os militares, é neste caso os capitães do QP, a mais um sacrifício.

Ass.) O original está assinado por 51 capitães das diversas Armas.

DOCUMENTO N.º 7

CIRCULAR DO MOVIMENTO

Camarada:

O assunto da presente missiva diz respeito ao Decreto-Lei 353/73, posteriormente remendado, mas mal, pelo Decreto-Lei 409/73.

1. — a) Após a saída do 353/73, entraram na Rep. Oficiais várias exposições focando no seu conjunto os inconvenientes das medidas adoptadas e que facilmente ressal-

tavam a quem estivesse consciente dos problemas do Exército e da Nação, ou sejam:

1. A injustiça e imoralidade das facilidades concedidas;
2. O *desprestígio* da função do oficial do QP e do próprio Exército pela criação de um curso intensivo reduzido.

b) As alterações introduzidas e constantes do 409/73 levam-nos a concluir que os nossos chefes, pelo menos a nível ministerial, apenas entenderam as reacções como sendo um problema de antiguidades, e mesmo estas só em relação a maiores.

c) O que terá levado os chefes a proceder desta maneira é para nós, e por enquanto, desconhecido e obscuro. Várias questões se poderão pôr:

1. Falta de informações?

— No entanto, ao que nos foi garantido, os órgãos técnicos do ME (1.ª Rep./EME e Rep. Of./DSP) não foram consultados nem lhes foi mandado estudar o problema.

2. Pressa em resolver a primeira contestação surgida a nível superior e apresentada por uma delegação de maiores das Armas nomeados após uma reunião prévia?

— No entanto, o assunto foi apresentado como sendo um problema que afectava não só a dignidade dos oficiais, como também o PRESTÍGIO DO EXÉRCITO.

3. Intenção de criar cisões dentro do Exército, com vista a atingir um determinado fim político?

— Hipótese que, infelizmente, se tem de considerar, porquanto os estudos e a letra legisladora têm sido apenas efectuados a nível ministerial.

4. Protecção a determinado ou determinados elementos que manobraram no «escuro» e por via ministerial?

— Esta hipótese apenas se considera por ter constado (boato?... Verdade?...) que uma via utilizada foi através do Ministro do Ultramar, mas sem que até ao momento reuníssemos elementos que possibilitem a confirmação.

2. — Conclui-se do atrás referido que o problema não será de certeza resolvido com mais exposições, mesmo que estas terminem pelo pedido de demissão que, como é óbvio, apenas merecerá o lacónico despacho: «ARQUIVE-SE, por não ser oportuno».

3. — Assim, torna-se imperioso levar o assunto para o Supremo Tribunal Administrativo, o que motiva desde logo uma «união total», pois só assim se conseguirá obter justiça e prestígio para o EXÉRCITO, pelo que o camarada fica desde já alertado para a seguinte sequência de trabalhos, a qual ficou decidida numa reunião que englobou todos os postos das Armas e Serviços:

a) Pedido a S. Ex.^a o Chefe do EME da realização de uma reunião, a fim de ser debatido o problema do desprestígio para o Exército, caso o decreto-lei entre em execução.

— Caso a mesma não seja autorizada, o que nos obrigará a concluir que os problemas do Exército não contam na consciência dos chefes, teremos de efectuá-las por núcleos espalhados pelo País e, posteriormente, uma final integrada pelos representantes nomeados por cada núcleo.

b) Levar o assunto para o Supremo Tribunal Administrativo, face ao estar confirmado que o referido decreto-lei é anticonstitucional, ainda que não na totalidade (criação de curso intensivo).

— Para isso, haverá que escolher advogados, sendo o número pensado o de três, a fim de que a causa seja devidamente defendida. Tais advogados poderão ou

não custar dinheiro, pelo que a contribuição monetária dos que clamam justiça e pretendem o prestígio do Exército se torna necessária.

c) Após a abertura da Assembleia Nacional, ser levantado o problema, através de uma delegação de deputados.

d) Possibilidade de serem pedidas audiências a S. Ex.^a o Presidente da República, o Presidente do Conselho, Ministro do Exército, Chefe do EME das Forças Armadas, a fim de que o problema levantado ao Exército não possa ser dado como ignorado, e não nos possam acusar de actividades ilegais.

4. — Para terminar, e face ao relatado, pretendemos do camarada o seguinte:

a) Que contacte os oficiais do QP que puder, nomeadamente os da Unidade ou Estabelecimento Militar em que presta serviço, bem como os mais íntimos que estejam noutros locais, com a finalidade de saber se já está dentro do problema e se deseja ou não lutar pelo prestígio do Exército, e conseqüentemente entrar na união de esforços e nas reuniões que se venham a marcar para tal efeito.

b) Que consciencialize os camaradas que por acaso desconheçam ainda o assunto (o que será difícil) ou que pelo ritmo de conversa demonstrem apatia ou cepticismo pela resolução de um problema que afecta decisivamente a personalidade, a dignidade, o brio dos que abraçaram a carreira das armas, o que não poderá ser tolerado.

c) Que pense maduramente na posição que acha que deve tomar, caso não seja feita justiça total e pretendam ignorar um assunto do qual estamos muito mais conscientes, integrados e mentalizados do que o que ficou expresso na letra do ou dos legisladores dos anacrónicos decretos-lei sancionados.

5. — Em breve entraremos em contacto para mais pormenores, e a saber novidades.

A BEM DO EXÉRCITO E DA NAÇÃO

NOTA: — Esta circular será apenas distribuída a dois oficiais de cada Unidade, a fim de evitar exageradas despesas do correio.

ATENÇÃO AO CONSTANTE EM 4., a), b).

DOCUMENTO N.º 8

EXPOSIÇÃO DOS «CAPITÃES»

Senhor Presidente do Conselho de Ministros

Excelência:

Os abaixo-assinados, em reunião que para o efeito realizaram, e na certeza de representarem um muito mais elevado número de oficiais do Quadro Permanente que no Ultramar Português honram o Exército a que pertencem, cumprindo com acendrado patriotismo um mandato da Nação Portuguesa, vêm expor a V. Ex.ª o seguinte:

1 — A publicação do Dec.-Lei n.º 353/73, de 13JUL73, foi recebida com espanto e desgosto pela quase totalidade dos oficiais do Exército, por representar uma disposição legal cuja finalidade se não enxerga facilmente, em face dos múltiplos inconvenientes que resultariam da sua aplicação.

Esses inconvenientes, que fundamentalmente afectam o prestígio do Exército e o moral e sentido de justiça dos oficiais do Q. P., foram enumerados exaustivamente através de um elevadíssimo número de exposições feitas a Sua Excelência o Ministro do Exército e levaram, aparentemente, à emenda do Dec.-Lei n.º 353/73 pelo Dec.-Lei n.º 409/73, de 20AGO73.

2 — Tal emenda foi anunciada por Sua Excelência o Ministro do Exército no discurso proferido em 14AGO73 na Escola Prática de Infantaria, do qual se respigam as afirmações mais salientes:

«Quando é preciso fazer justiça, não tenho qualquer reboço em rever os assuntos. E, assim, foi já aprovado em Conselho de Ministros o diploma que introduz alterações ao primeiro decreto, por forma a que se consiga uma solução mais equilibrada para a actual situação do Quadro Permanente.»

«Nele se criam condições para o reforço desse desfalcado quadro»...

«Não há ultrapassagens inconvenientes dos actuais oficiais do mesmo Quadro, uns pelos outros, por simples alteração de antiguidade»...

3 — Ora a publicação do Dec.-Lei n.º 409/73 permite constatar:

a) Que as exposições superiormente dirigidas (ao que se saiba, nenhuma obteve resposta até à data!) foram ignoradas nos mais válidos dos seus argumentos, pois nem o prestígio do Exército foi salvaguardado, nem os casos de mais flagrante injustiça foram resolvidos a contento. Não foi, assim, feita justiça!

b) Que se manteve na íntegra a ideia da criação dum curso intensivo, o qual virá, infalivelmente, a substituir o actual curso normal das Armas, dadas as evidentes vantagens que são concedidas aos que vierem a ingressar na Academia Militar ao abrigo da presente legislação, em detrimento daqueles que cedo decidiram optar por assumir todas as responsabilidades de uma decisão tomada de acordo com a sua vocação.

c) Que a actual situação do Q. P. (situação deveras lamentável, já que a ele deve a Nação o maior contributo e o mais esforçado sacrifício para defesa e manutenção

da sua soberania) deveria merecer um estudo profundo, objectivo e honesto das verdadeiras causas do mal-estar, desmoralização e falta de aliciente para os que nele desejariam ingressar.

Não é com «remendos», como os representados pelos decretos em causa, que se pode resolver o problema do recrutamento de novos oficiais nem o do refrescamento dos actualmente existentes. Pelo contrário, medidas desta natureza, conducentes à revolta de espírito e à desmoralização, constituem profundo golpe num equilíbrio já de si instável e carecido de outros estímulos que não os que têm sido adoptados até à data.

d) Que continuam a existir ultrapassagens mais do que inconvenientes, imorais!, por simples alteração de antiguidade de oficiais do mesmo Quadro, sem que quaisquer factores de mérito tenham influído nessa modificação.

e) Que a «pseudo-solução» expressa pelo Dec.-Lei 409/73 teve como única preocupação resolver o problema das ultrapassagens inconvenientes em relação aos oficiais superiores, esquecendo, porém, as centenas de capitães e subalternos, para quem se mantêm todos os inconvenientes assinalados no diploma anterior.

4— Todos os factos atrás apontados não podem deixar de sugerir no espírito dos abaixo assinados, e de todos quantos por eles são representados, a improficuidade dos seus esforços para fazerem ouvir, junto de Sua Excelência o Ministro do Exército, a voz dos seus argumentos, e verem assim administrada a justiça que lhes é devida.

Assim, com a lealdade que constitui apanágio do oficial do Q. P., informam V. Ex.^a de que recorrerão para já, e se tal for necessário, às instâncias superiores, para a defesa dos seus legítimos direitos, mas não podem deixar de lamentar terem de tomar tal decisão, dada a situação particularmente grave que a Nação atravessa e dado o momento político presente, o que não deixará de ser aproveitado

por mal-intencionado, para porem em dúvida as intenções e o significado de tal attitude.

Aguardam, por conseguinte, com esperança, uma rápida intervenção de V. Ex.^a, para que sejam imediatamente derogados os decretos-lei atrás apontados, a fim de conscientemente ser estudada, pelos órgãos competentes, uma solução de justiça para os que ingressaram ou venham a ingressar no Q. P. depois de terem prestado serviço como oficiais do Q. C., sem todavia comprometer nem os interesses dos oficiais do Q. P., nem o prestígio do Exército que devotadamente servem e estão determinados a não deixarem alienar.

A Sua Excelência o Presidente da República, como Comandante-Chefe das Forças Armadas Portuguesas, foi enviado um exemplar da presente exposição.

A BEM DA NAÇÃO E DO EXERCITO

DOCUMENTO N.º 9

REGIÕES MILITARES DA METRÓPOLE

DECLARAÇÃO

01. — Os signatários abaixo indicados, na firme disposição de garantir o prestígio de uma classe que tem dado provas insofismáveis de valor e abnegação patriótica no cumprimento da sua missão, nomeadamente na última década, e considerando como imperativo pessoal de HONRA os sacrificios resultantes da consecução daquele objectivo, efectuaram individualmente um documento solicitando a sua demissão de OFICIAL DO EXERCITO, cujo texto se transcreve e que depositaram sob custódia de entidade idónea, e a quem, uma vez verificadas as condições abaixo

expressas, conferem o direito de, em sua representação, os entregar à Autoridade Militar:

«..... (nome), (posto), (n.º mec.), prestando serviço em (Unidade), considerando insustentável a situação de desprestígio para o Exército criada com a entrada em vigor dos Decretos-Lei n.ºs 353/73 e 409/73, solicita a sua demissão de OFICIAL DO EXÉRCITO.»

02. — Os oficiais cuja assinatura é aposta no final deste documento conferem à entidade constituída, fiel depositária dos seus pedidos de demissão, o direito de os apresentar à Autoridade Militar quando o número total de oficiais que o subscrevem for suficientemente significativo, a não ser que entretanto se tenham verificado, no todo, as seguintes condições:

a) Derrogação oficial dos Decretos-Lei n.ºs 353/73 e 409/73, ou introdução de alterações TOTALMENTE satisfatórias nos Decretos-Lei em causa.

b) Garantia formal e absoluta de que, a curto prazo, as suas situações sejam revistas, eliminando-se as verdadeiras causas do seu mal-estar, que são também a base da não-escolha da CARREIRA DAS ARMAS e do seu descrédito perante a Nação.

03. — Declara-se ainda que trinta dias após a data de entrega dos pedidos de demissão — a qual será aposta por igual quando se verificarem as condições expressas em 02. — se considerarão automática e completamente desligados do serviço, a menos que se verifique a satisfação de todas as condições atrás mencionadas, bem como a devolução dos pedidos individuais de demissão.

04. — Este documento será assinado por todos os oficiais que efectuaram o pedido individual de demissão.

A BEM DA NAÇÃO E DO EXÉRCITO

DOCUMENTO N.º 10

CIRCULAR DOS SARGENTOS DA FORÇA AÉREA

Camaradas:

Dizem os n.ºs 4 e 14 da Constituição Portuguesa:

N.º 4 — A LIBERDADE DE EXPRESSÃO DO PENSAMENTO SOB QUALQUER FORMA.

N.º 14 — A LIBERDADE DE REUNIÃO E ASSOCIAÇÃO.

Ora, de hoje em dia, todas as colectividades se reúnem para tratar de assuntos relativos às suas necessidades e às suas aspirações, procurando os melhores meios para o seu bom funcionamento.

Fazem-se congressos, reúnem-se sindicatos, procuram-se bases sólidas e justas, a fim de se organizarem devidamente, para evitar falhas nas estruturas e se poder cumprir tudo de acordo com o direito moral. A CLASSE DE SARGENTOS É A FORÇA MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS. Que se tem feito na Força Aérea para incentivar esta classe que dá e continua a dar todo o seu melhor, principalmente os sargentos do Quadro Permanente?

Pouco mais do que nada, meus amigos! Não temos ninguém que nos represente... Exigem-nos tudo. E nós fomos, somos e continuaremos a ser — os mais velhos — verdadeiras tábuas de salvação. Os louros... alguém os colherá (sempre vamos comendo alguma coisa por tabela!).

Que tal, camaradas, se nos reuníssemos em congresso para debater os nossos problemas?

Desde já podemos contar com ALTO APOIO.

Pensem a sério e com calma no assunto, com bom senso e muito sossego. Nada de ânimos exaltados. Educação e prudência é o que se exige. Em cada Unidade nomeiem-se os mais capazes e façam circular as ideias mais constru-

tivas. Depois de mais ideias vossas, pediremos autorização a quem de direito para o fim em vista.

Estamos a ser grandemente prejudicados. Devido a termos pouco mais de um mês para o fim em vista, eis alguns pontos que nos propomos debater e que, por falta de tempo, não vão cronologicamente enumerados:

— Um representante na Assembleia Nacional (ou a criação de um Sindicato).

— Saber da realização do exame de aptidão cultural, se só nos exigem e nenhum tempo e meios nos dão para um pouco de preparação? (Sabemos que é necessário fazer-se um pouco de selecção, mas essa faz-se a tempo, não é esperar vinte e mais anos, e com meios mais ortodoxos que os actuais, porque infelizmente a escolha nem sempre recai nos mais capazes. E o exemplo está na prova dada dos muitos que lá vão. Na Força Aérea, as qualidades profissionais já muito pouco valor têm. Temos que esquecer um pouco as nossas obrigações profissionais e dedicarmo-nos mais às letras. Em três horas temos que demonstrar o que por aqui andamos a fazer há vinte anos.)

— Saber a razão por que depois de vinte e mais anos de serviço, muitos dos quais como chefes, nos sacrificam com dois anos de curso para ascender ao oficialato, com programas de fraca utilidade para a nossa vida profissional militar.

— Porquê cursos intensivos para oficiais milicianos, a fim de ingressarem no Quadro Permanente, e não as mesmas facilidades para os sargentos? Será que com três anos de serviço têm mais conhecimentos profissionais e práticos do que nós com vinte e mais?

— Porquê um oficial miliciano com meia dúzia de meses de tropa há-de ser professor dos sargentos, num curso de formação de oficiais, se não tem a mínima ideia da valia

dos sargentos, se nunca viveu os seus problemas, enfim, se não conhece a sua capacidade técnica, etc.?

— Porquê alguns militares de algumas especialidades são graduados em postos superiores e não o são de todas as especialidades?

— Porquê a falta de ajuda a um sargento com professores honestos, capazes e isentos (tanta injustiça se continua a fazer...)?

— Porquê tanta falta de ombridade na apreciação dum sargento?

— Porquê um oficial e um sargento, não considerados pessoal navegante, voam no mesmo avião, a fim de cumprirem a mesma missão de serviço, e o oficial recebe uma gratificação de voo e o sargento não? Por que não contam as horas de voo então para a reforma?

— Porquê ainda a falta de um estatuto para o sargento?

— Porquê aos oficiais pode ser concedida licença disciplinar, com prejuízo para o serviço, e aos sargentos não?

— Porquê tanta discriminação do Decreto 49 107/69 entre oficiais e sargentos? (Neste ponto, principalmente, temos em nosso poder importante «material» a apresentar.)

— Sabe-se que, na 3RA, os oficiais em consulta externa têm ajudas de custo, e os sargentos não. Porquê? (Claro, quando deslocados das suas Unidades com guia de marcha.)

— Sabe-se também que os sargentos que estão em Moçambique, fora da zona de subvenção em campanha, ganham apenas mais 550\$00 que na Metrópole. Será uma gratificação para climas tropicais? (Juntem a alimentação na Metrópole e outros subsídios, e vejam). E que há zonas onde os funcionários civis recebem subsídio de isolamento e os militares não. Porquê? Quando é que o § único do art.º 40.º do CJM deixa de chamar aos sargentos praças de pré? Somos sargentos ou praças? Ainda sobre o exame de aptidão cultural, diz o Ex.^{mo} Sr. CEMFA, no despacho

que o regula, que das decisões do júri não há recurso. Veja-se a Constituição Portuguesa, que estabelece: É direito de garantia a reclamação perante qualquer autoridade em defesa dos seus direitos. Porquê então aquela determinação? É para facilitar?... A quem?

Pronto, camaradas, dêem as vossas opiniões.

TODOS POR UMA CLASSE DE SARGENTOS MELHOR.
TEMOS QUE DIGNIFICAR A CLASSE FAZENDO VALER
OS NOSSOS DIREITOS.

DOCUMENTO N.º 11

CIRCULAR DO MOVIMENTO

Camaradas:

O prestígio do Exército Português está muito por baixo. É uma realidade incontroversa, e não sabemos mesmo se é possível descer ainda mais, na escala social, do que cada um dos seus membros (oficial, sargento ou praça) já desceu. Todos nós sentimos bem, no fundo do nosso íntimo, o que se passa nesse campo, e, se necessário fosse indicar um exemplo, bastava verificar quantos militares «ousam» enfrentar normalmente o dia a dia, fora do serviço, envergando a respectiva farda! (Para não falar dos locais onde nem sequer a farda é usada!...)

A situação tem vindo a agravar-se, dia a dia, ano após ano, e... onde iremos parar?

É chegada a hora de terminar com este estado de coisas, pôr termo a esta situação, pois se a mesma não for resolvida urgentemente, corre-se o risco de nunca mais se conseguir uma solução satisfatória e digna. Felizmente que, ultimamente, a consciencialização da maioria de nós, em

relação ao problema focado, tem aumentado gradualmente, e as tomadas de posição se têm verificado em conformidade. Todos nós, capitães e subalternos, sentimos imensa pena de, na classe de oficiais, nos vermos acompanhados quase só de maiores (os oficiais acima deste posto, que têm tomado posição, só servem para confirmar a regra), num problema que, sendo de todos, pela sua gravidade, exigia a tomada de posição, em PRIMEIRO LUGAR, dos mais representativos membros do Exército. Estamos confiantes em que a nossa coragem em enfrentar o problema faça acordar todos aqueles que TÊM OBRIGAÇÃO em nos imitar, pois outra coisa não farão que defender a SUA POSIÇÃO DE MILITAR.

Embora, como é lógico e humano, tenhamos iniciado a luta do prestígio pela resolução dos problemas inerentes à nossa classe de oficiais, já fizemos saber, oficial e publicamente, que também os problemas das outras classes nos interessa resolver, pois estamos dispostos a LUTAR PELO PRESTÍGIO DE TODO O EXÉRCITO, e não só pelo prestígio de uma das suas classes. O assunto estava em estudo e discussão, e eis que aparece também agora (felizmente) a classe de SARGENTOS a lutar pela melhoria da sua situação e, concomitantemente, pelo PRESTÍGIO DO EXÉRCITO.

São eles os primeiros a proclamar publicamente que «contamos com a antecipada simpatia e apoio moral de grande parte dos oficiais do Q. P. que bem conhece as nossas dificuldades e as nossas justas aspirações». São deles também as palavras: «Os chefes precisarão de auxiliares desempoeirados, honestos e leais. Sem subserviências. Querem sargentos com coragem física e moral que os ajudem a defender condignamente a Pátria e que lhes falem a linguagem da verdade, pois só sabendo as nossas dificuldades as poderão solucionar».

São eles ainda que terminam: «Em conversa com os superiores, urge pedir-lhes que nos ajudem. É necessário mostrar-lhes a nossa situação. É necessário crer que há

VERDADEIROS CHEFES. Ainda os há. Estamos convictos disso. Só necessitam de ser informados com lealdade do que pretendemos».

Pois bem, camaradas, é urgente não os trair nas suas crenças! É urgente demonstrar-lhes cabalmente que estamos com eles, para a resolução dos seus problemas e, acima de tudo, para a luta pelo PRESTÍGIO DAS FORÇAS ARMADAS, não só moralmente, mas também materialmente. Torna-se, pois, urgente que continuemos a nossa luta, tal como eles, sem indisciplina mas com lealdade e muita firmeza, pelo PRESTÍGIO DO EXÉRCITO NO SEIO DA NAÇÃO PORTUGUESA.

No entanto, é necessário também que, tal como estamos já a lutar pelos problemas mais directamente inerentes à nossa classe, e também à classe de sargentos, comecemos francamente a olhar para os problemas de duas outras classes, que são a dos CABOS MILICIANOS e das PRAÇAS propriamente ditas. E assim, continuando o estudo desses dois graves problemas do Exército Português, há que terminar urgentemente com a situação injusta e mesmo caricata de uma classe que não é classe oficialmente, pois está incluída na das praças, e como elas vencem e auferem das demais regalias (as especiais regalias que têm são apenas devidas à compreensão da maioria dos comandantes das Unidades), mas a quem é exigido o serviço e a responsabilidade da classe superior, ou seja, a de sargentos. Há também que resolver urgentemente o grave problema da situação das praças, nomeadamente no que respeita ao seu vencimento (pré), que nem para lâminas ou pomada chega, e à assistência e previdência social para as mesmas e respectivas famílias.

A sua actual situação constitui, antes de tudo o mais, uma autêntica vergonha, quer para o Exército, quer para a Nação.

Muito há a fazer, pois infelizmente a situação é deveras caótica, mas, unidos como já estamos, conscientes do nosso

dever para com o Exército e a Nação (a quem SÓ PODE INTERESSAR UM EXÉRCITO VERAMENTE PRESTIGIADO), tudo conseguiremos fazer. Para isso é necessário mentalizar todos os militares da luta a travar.

Mas há que mentalizar esses mesmos militares de que não chega dizerem-nos, em jeito de nos darem palmadinhas nas costas: «Estou convosco. Concordo com o que acaba de me dizer». Não, o problema não pode ser encarado dessa maneira. É urgente que TODOS tomem posição, mas firme e definida. SÓ UNIDOS VENCEREMOS E OBTEREMOS UM EXÉRCITO DIGNO QUE SIRVA, ACIMA DE TUDO, A NAÇÃO PORTUGUESA.

A BEM DO EXÉRCITO E DA NAÇÃO

P. S. — Já estão em curso contactos com os camaradas da Armada e Força Aérea, no sentido de se tratar, em conjunto, todo o problema do PRESTÍGIO DAS FORÇAS ARMADAS, pois não é só a nossa situação que necessita de imediata revisão.

DOCUMENTO N.º 12

CIRCULAR DO MOVIMENTO

23OUT73

Assunto:

PONTO DA SITUAÇÃO
SOBRE OS DECRETOS-LEI 353 E 409
E SUAS IMPLICAÇÕES

Caro camarada:

Reconhecendo que tem havido uma notória falha na informação prestada a todos os oficiais do Q. P. sobre os aspectos dominantes resultantes da publicação dos decretos

em assunto, o que de modo nenhum quer significar abandono ou desinteresse pela causa que é de todos nós, mas apenas as reais dificuldades criadas pela ausência de tempos disponíveis que mesmo a «carolice» não consegue suplantar, aliada à não-existência de uma organização especialmente estruturada para o efeito, pois ao fim e ao cabo, como sabes, não há responsáveis nem dirigentes no «nosso movimento», mas sim uma «comissão coordenadora» com carácter rotativo, de forma a que o maior número de camaradas possa tomar parte activa no nosso problema, a qual procura estar sempre atenta e em cima do acontecimento, para poder informar com oportunidade, e na qual temos que, sem reservas de qualquer espécie, depositar o nosso integral voto de confiança, dado que a sua missão é apenas reunir e coordenar a vontade expressa de todos nós. Assim, aqui estamos hoje a fazer-te o ponto da situação, sabendo de antemão que não será nunca a justificável falta de informações, num movimento que ainda agora nasceu, que te tornará indiferente ou alheado das reais causas que o motivaram, mas para que, informado, embora não tão amiúde como seria desejável, te possas sentir amparado, fortalecido e vacinado contra esse flagelo terrível e omnipresente que é o boato.

Passamos assim a enumerar-te, sucintamente, as principais efemérides:

1. — 13JUL73 — Publicação do dec.-lei 353/73 no D. G..
Reacções imediatas e significativas:

a) Memorando apresentado ao Director do Serviço de Pessoal por uma comissão de oficiais estagiários do EPOS.

b) Centenas de exposições apresentadas por tenentes-coronéis, majores, capitães e subalternos focando a inconstitucionalidade do decreto, referindo as consequências da sua aplicação, denunciando a maioria deles, o real abalo do prestígio da instituição militar e do considerável pre-

juízo decorrente para os oficiais do Q. P. oriundos de cadetes da A. M.

2. — Aparecimento de dois panfletos intitulados «Dos espúrios aos puros» e «Estagnação ou progresso», em linguagem grosseira e sofisticada, destituída de qualquer senso ou ética militar.

3. — 14AGO73 — Discurso de S. Ex.^o o Ministro do Exército na EPI. Reconhecimento do erro cometido e tentativa de justificação da razão de ser da publicação do decreto. Promessa de emendar o erro.

4. — 20AGO73 — Publicação do decreto 409/73 no D. G.. Introdução de alterações ao dec. 353/73 que satisfazem apenas o problema da ultrapassagem dos oficiais superiores, continuando o mesmo problema a vigorar relativamente a capitães e subalternos, não aflorando o problema fundamental do prestígio da instituição. Reacções imediatas e subsequentes:

a) Continuação da integração de oficiais superiores no movimento referido em 1., b), pela não solução do problema prioritário e até agora não resolvido — abalo do prestígio da Instituição Militar. No entanto, abandono de alguns deles por terem limitado o problema às ultrapassagens e o considerarem resolvido.

b) Difusão de uma circular de oficiais do Q. P. oriundos da A. M. relatando o que se estava a passar, apontando hipóteses viáveis das causas da publicação e estabelecendo planos para uma reacção geral a tomar perante o teor do novo decreto.

c) Em 5 de Setembro, envio de uma exposição assinada por cinquenta e um oficiais do Q. P. em comissão na Guiné, e apenas estes, face à urgência na definição de atitudes a tomar, a várias altas entidades, nomeadamente S. Ex.^o os Presidentes da República e do Conselho.

d) Em 9 de Setembro, reunião de cento e trinta e seis oficiais de todas as Armas e Serviços, e ainda pára-quedistas, nos arredores de Évora. Discussão generalizada do assunto. Tomadas de posição e acordo *unânime* de pontos de vista. Elaboração consequente de uma exposição dirigida a S. Ex.^a o Presidente do Conselho de Ministros, da qual foi dado conhecimento a S. Ex.^a o Presidente da República, posteriormente entregue pessoalmente por uma comissão de três oficiais nas duas Presidências.

e) Em execução de proposta aprovada na reunião de Évora, divulgação das decisões tomadas a todos os níveis, seguida de recolha de assinaturas de solidarização de oficiais que, não tendo estado presentes em Évora, deram a todas as decisões ali tomadas a sua total adesão. Entrega posterior dos documentos, num total de cento e noventa assinaturas, a S. Ex.^a o Presidente do Conselho, tendo a recolha prosseguido.

f) 26SET73 — Entrega de uma exposição assinada por noventa e sete oficiais, em comissão militar em Angola, a S. Ex.^a o Presidente do Conselho.

5. — Pelo EME ordenada a deslocação à A. M., E. P. I. e C. I. O. E. de uma comissão formada por um tenente-coronel do EM e um major da RO/DSP. Auscultação da opinião generalizada dos oficiais, sobretudo capitães e subalternos, e de qual a solução preconizada por estes. Elaboração por essa comissão de um relatório confidencial, ao que se julga extremamente honesto e realista, abonando exemplarmente os seus autores.

6. — NOTA CONFIDENCIAL PESSOAL do Governador Militar de Lisboa procurando justificar a razão de ser do decreto 353 e chamando a atenção para a possibilidade de os oficiais se colocarem sob a alçada do RDM por adesão ao projectado na carta-circular referida em 4., b).

7. — 14SET73 — Circular confidencial do Gabinete de

S. Ex.^a o Ministro do Exército, com conhecimento obrigatório e individual para capitães e subalternos, procurando justificação, uma vez mais, para as medidas tomadas com a aplicação dos decretos-lei em assunto. Posição *altamente* desfavorável ao seu conteúdo por parte da generalidade dos oficiais. Outras atitudes e factos:

a) Reunião do Conselho Superior do Exército que discutiu o problema. Posição INTRANSIGENTE assumida por S. Ex.^a o Ministro da Defesa em relação à questão.

b) S. Ex.^a o General CEMGFA manifestou a opinião de que o teor dos decretos devia ser revisto.

c) Posterior e imediato contacto de S. Ex.^a o General CEMGFA com o Sr. Presidente do Conselho, a quem expôs o seu ponto de vista.

d) Impossibilidade apresentada por S. Ex.^a o Presidente do Conselho, de revogação dos decretos por *motivos óbvios*. Indicação de boa vontade em rever o assunto por parte de S. Ex.^a, promessa de tomada de atitude dentro de um período de três semanas, pedido de cessação de «agitação» por parte de capitães.

e) Conhecimento da realização de novo Conselho Superior do Exército, na ausência de S. Ex.^a o Ministro da Defesa, e declaração de alguns oficiais-generais de não concordância com o teor dos decretos. Justificação de não tomada de atitude em anterior Conselho face à maneira como a questão fora apresentada por S. Ex.^a o Ministro.

8. — Reunião com delegados da quase totalidade das Unidades e Estabelecimentos Militares da Metrópole e representantes de Angola, Moçambique e Guiné, especialmente deslocados para o efeito, e ainda com representantes da Marinha e da Força Aérea. Decidido apresentar o pedido de demissão colectivo, caso não fossem satisfeitas as condições por nós apresentadas de total revogação dos decretos publicados e outras, acompanhado de requerimentos indi-

viduais entregues à custódia de comissão idónea para tal efeito nomeada e responsabilidade desta os guardar em local secreto e absolutamente seguro, os quais seriam entregues às superiores instâncias se não viesse a verificar-se, por intransigência comprovada de S. Ex.^a o Ministro da Defesa, a satisfação das nossas condições.

9. — Adesão de oficiais de todas as patentes, Armas e Serviços à tomada de posição referida em 8. da presente circular, considerando estarem em causa não só o prejuízo do Exército, mas também o das Forças Armadas.

10. — 12OUT73 — Despacho de S. Ex.^a o Ministro do Exército mandando nomear uma comissão encarregada de estudar *caso por caso* a situação dos oficiais criada pela aplicação dos decretos e continuação da aplicação das leis em vigor até à promulgação dos mesmos decretos, para efeitos de processamento das promoções.

11. — Considerando que esta última medida não é de modo nenhum satisfatória, constituindo apenas mais um sinapismo que não veio curar o mal maior — a efectivação do «curso intensivo» de dois semestres a iniciar em JAN74 — continua por todo o País e Ultramar a recolha dos requerimentos individuais referidos em 8. e cujo número ascende já a largas centenas.

Confiando em que venha a ser feita JUSTIÇA pelas ALTAS ENTIDADES responsáveis, a fim de evitar a adopção da atitude drástica que de modo nenhum desejaríamos tomar pela devoção que nos ligou, desde adolescentes, à Instituição Militar, mas a que a força poderosa da circunstância e o desprezo magnânimo dos chefes responsáveis pela nossa situação, a quebra do nosso prestígio e dignidade nos pode vir a obrigar, e, «exigindo» a tua real

e efectiva adesão, confiança e interesse, envia-te um abraço com a amizade.

A BEM DA NAÇÃO E DO EXÉRCITO
A Comissão

EM TEMPO. — Em anexo junta-se um documento elaborado pelos nossos camaradas da Guiné, o qual, pelo seu inegável interesse, consideramos útil difundir:

PROJECTO DE REFUTAÇÃO DA CIRCULAR
N.º 490/S, DE 14 DE SETEMBRO, DA REP. OF.

Após tomar conhecimento da Circular n.º 490/S, P.º 14.66 de 14SET73 da REP, GAB. M. E., entende em sua inteligência e em sua consciência, e por dever de lealdade para com os seus chefes, ser sua obrigação expor a V. Ex.ª o seguinte:

PRIMEIRO — Porque é testemunho de brio profissional, considera justificadas e salutares as emoções sentidas perante os decretos 353/73 e 409/73, pois julga-as, por um lado, rude golpe no prestígio da função militar e, por outro lado, desleal acção contra a sua esperança individual de promoção, porquanto, ao ingressar na A. M., lhe não foi feita prevenção das contingências de ultrapassagem na sua antiguidade para além das expressas no E. O. E. à data em vigor, e que é, por assim dizer, o seu contrato de trabalho.

SEGUNDO — Não aceita e não compreende a afirmação feita na introdução da circular de que é completamente impossível dar solução a curto prazo ao problema de carência de oficiais do Exército. Entende que seria necessário que a circular expusesse as razões de tão categórica como, em seu parecer, estranha afirmação.

TERCEIRO — Concorde que se procure aumentar acen-
tuadamente o número de oficiais do Q. P., necessidade

expressa no parágrafo 2.5 da circular. Entende, todavia, que essa procura se deve fazer de tal modo que, se porventura o fim da guerra os tornar supérfluos nas fileiras, se não tornem supérfluos na sociedade. Para isto acha necessário que, tal como se verifica actualmente em Israel, «O EXÉRCITO SEJA UMA ARISTOCRACIA DE MÉRITOS QUE FAÇA A SOCIEDADE CIVIL RECEBER EXPERIÊNCIAS ADMINISTRADORES QUANDO OS MILITARES PAS-SAM À RESERVA E TODO O PAÍS DISSO BENEFICIAR» (*Time*, 17/10/69, pág. 62).

QUARTO — Concorda que se aproveite a experiência, a vocação e o desejo de ingresso definitivo nas fileiras dos oficiais do Q. C. que já deram provas no Ultramar. Entende, contudo, que esse aproveitamento se deve fazer de tal modo que não ofenda nem o prestígio da função militar, reduzindo a Academia, em comparação com as Academias de West Point ou de Telavive, a um centro de formação profissional acelerado para capatazes de guerra, nem ofenda a ética militar, fazendo, como em alguns casos sucede se os decretos forem tornados efectivos, que um oficial que foi bom cadete e bom aluno seja ultrapassado na sua carreira por alguém que, porque recusado como cadete ou reprovado como aluno, foi incorporado como soldado-cadete.

QUINTO — Considera ineficaz o exemplo citado em 2.6 da circular de que em muitos países foram reduzidos os cursos das suas Academias Militares, porquanto em seu espírito avulta o exemplo da Inglaterra, onde, «apesar da oferta não cobrir as suas necessidades de pessoal, foi adoptada uma política que dará bons resultados a longo prazo: NÃO DESCER OS NÍVEIS MÍNIMOS DE EXIGÊNCIAS» (*Military Review*, Set./72, pág. 9, ed. bras.). Além disso, conhece que «estudos revelaram que as considerações decisivas na estruturação de uma carreira atraente são as perspectivas finais» (*Military Review*, Jul./71, pág. 37, ed. bras.). Considera, portanto, erradas e enganadoras quais-

quer facilidades iniciais como base na atracção a uma carreira digna.

SEXTO — Refuta o afirmado em 2.7 da circular de que é pura utopia qualquer solução tendente à maior selecção dos cadetes à A. M. e ao aumento de nível de formação cultural e técnica dos seus cursos. Como a circular não indica nenhuma das soluções que são consideradas utópicas, sugere-se que se faça a seguinte experiência, que aliás devia já ser prática para que a «Pátria não corra o risco», anunciado pelo Ex.^{mo} General Câmara Pina numa sua mensagem de Natal, como C. E. M. E., «de se dividir em combatentes e usufruidores».

Pague-se aos capitães que arriscam a vida para que sigam em frente os projectos de Cabora Bassa ou a exploração das minas da Diamang, AO MENOS METADE do que ganha um engenheiro dessas obras ou dessas minas, *o qual apenas corre o risco de que os capitães não achem incentivos que os levem a arriscar-se*, e ver-se-á que, conquanto que a crise de quadros seja muito mais que uma questão de dinheiro, utópico é querer galinha gorda com magra algebeira.

SÉTIMO — Considera que a medida tomada com a publicação dos decretos para que, conforme diz a circular em 2.8, com rapidez seja resolvido o problema da quantidade de oficiais, não resolve o problema muito mais forçoso que é o da qualidade; e acha que se, conforme diz ainda a circular, tal solução não impede estudos mais profundos para se conseguir a qualidade, receia uma travagem de tais estudos porque a sua urgência foi dissolvida em medidas de superfície, medidas que atacam os efeitos e não as causas. Travagem de que é indício o facto de a circular não anunciar o começo dos referidos estudos.

OITAVO — Considera flagrante e aberrante a contradição do exposto no parágrafo 1. da circular em relação ao exposto no parágrafo 4. Com efeito, aí a circular reco-

nhece oficialmente que são difíceis as condições de vida dos quadros no aspecto socio-económico, e em 4. faz a apologia de benefícios sociais concedidos. A contradição vem de estes benefícios, aliás tardios, correntes nas práticas gerais de previdência e inferiores aos utilizados nas grandes empresas, são inapropriados, pois não resolvem as difíceis condições de vida que o parágrafo 1. refere como subsistente. Por outro lado, considera que, se oficialmente se reconhece, como faz o mesmo parágrafo 1., que os quadros vêm suportando inegáveis sacrifícios, será necessário conceder-lhes inegáveis benefícios. Além disso, discorda em absoluto que, conforme se diz no parágrafo 4. da circular, grande parte dos problemas que affectam o Exército sejam comuns a outros sectores da vida nacional. A verdade, conforme aparece à sua consciência e à sua inteligência, é a seguinte: O País está a sacrificar os seus militares, mas não os seus advogados, os seus banqueiros, os seus engenheiros, os seus industriais, etc. *Porquê e com base em que sistema de moral este sacrificio exclusivo de um grupo profissional de cidadãos?*

NONO — Em face do anteriormente escrito, a circular não demove de modo algum da convicção de que existe a necessidade de melhorar o nível profissional e intelectual dos oficiais oriundos da A. M. através de uma maior selecção e de um melhoramento e endurecimento dos seus cursos. Julga, assim, que todas as medidas de reforma a considerar devem, além de estimular a carreira das armas, ter como objectivo a dignificação da mesma carreira, o que implicaria uma reforma profunda. Considera também que não se atinge a finalidade anterior com a publicação dos decretos n.ºs 353 e 409, imputando-lhes os inconvenientes seguintes:

— Com a sua publicação, não fica resolvido o problema de fundo;

- Contraria aquela finalidade baixando o nível intelectual do curso;
- Alterar diplomas legais anteriores que fundamentaram o seu ingresso na carreira militar, criando situações delicadas contrárias à ética militar, resultando de alteração de antiguidades.

DÉCIMO — Considera inaceitável o apelo à disciplina expresso no parágrafo 5. da circular, se este apelo visar fazer aceitar pela força disciplinar argumentos que, como expôs, lhe surgem intelectual e eticamente refutáveis.

DÉCIMO PRIMEIRO — Considera, tal como é expresso no parágrafo 5. da circular, que todas as medidas referentes às F. A. têm que ser inspiradas no seu interesse superior, que o mesmo é dizer, no interesse da Pátria. Por isso, e para isso, como ao estabelecerem-se as medidas que a circular procura explicar foram apenas consultados o Conselho Superior Militar e os C. Chefes das P. U., e, portanto, foi completamente posta de lado a opinião, a sugestão ou a colaboração dos componentes dos grupos mais directamente afectados pelas determinações dos decretos 353 e 409, julga ser seu dever propor a V. Ex.^a a revogação dos mesmos e à apreciação das seguintes hipóteses:

A) *A curto prazo* — 1. Criação de um quadro à parte a constituir pelos oficiais milicianos que o merecessem e requeressem, após provas prestadas no Ultramar, que frequentariam um curso intensivo de dois semestres a ministrar nas Escolas Práticas respectivas. Estes oficiais poderiam atingir os mais altos postos da hierarquia e usufruiriam de todos os direitos e obrigações dos oficiais do Q. P., sendo-lhes, no entanto, vedados os lugares que exigissem maiores habilitações específicas que seriam objecto de estudo prévio.

2. Manter o sistema até agora vigente para os cursos de capitães milicianos que até agora frequentaram a A. M., isto é, um curso de dois anos correspondente aos dois

últimos anos dos cursos normais da A. M. frequentados pelos cadetes e aspirantes a oficial. O tempo de frequência deste curso não seria contado para efeitos de promoção e, findo o mesmo, os oficiais ingressariam no Q. P. imediatamente à esquerda do último oficial da escala do posto e Arma respectiva.

3. Pagar aos oficiais milicianos os vencimentos que auferem os oficiais do quadro do curso equivalente à sua antiguidade de tenente, mas colocação dos mesmos, para efeitos de promoção e antiguidade, à esquerda do seu curso de cadetes; graduação no posto imediato antes de atingirem o limite de idade no posto.

B) *A longo prazo* — Criar imediatamente comissões junto de cada Região Militar, constituídas obrigatoriamente por um oficial a nomear por cada uma das Unidades da respectiva RM e que incluíssem diferentes postos da hierarquia, a fim de estudar as propostas de alterações que consideram necessárias. Estas comissões existiriam durante o período de tempo que se julgasse conveniente (um ano, no máximo), findo o qual seria nomeada uma comissão constituída por três dos seus elementos para, no M. E. ou E. M. E., se reunir com todas as outras comissões pelas diferentes RM durante determinado período de tempo, necessariamente mais curto (máximo, seis meses), a fim de elaborar o documento final que representasse a proposta de todo o Exército para a reforma que se pretende.

Os pontos que se julgam mais necessitados de revisão urgente e que constituiriam preocupação dominante das referidas comissões seriam:

1. Curso da A. M.

a) Aspecto intelectual, cultural e de educação física:

— Criar novas cadeiras que equiparassem os cursos frequentados na A. M. aos cursos universitários mais conceituados (no mínimo, os pre-

paratórios dos cursos das Faculdades de Engenharia);

— Considerar a criação de cadeiras do tipo das professadas nas Universidades, quanto aos aspectos de Administração e Gestão e, ainda, Ciências Sociais;

— Considerar a criação de cadeiras do tipo das professadas no INEF e que se julguem mais necessárias para as funções a desempenhar pelos futuros oficiais.

b) Aspecto técnico:

— Considerar a inclusão nos cursos da A. M. das cadeiras necessárias para que todos os oficiais fiquem com o correspondente a um C. G. E. M.;

— Criar cursos ou estágios a frequentar obrigatoriamente, após a passagem a oficial e durante a permanência no posto de capitão, e que habilitem todos os oficiais com o curso do C. E. M.

2. Medidas gerais para prestigiar as F. A.

a) Revisão imediata do E. O. F. A.;

b) Eliminação da designação de «funcionário público»;

c) Vencimentos compatíveis com o nível de vida e com os sacrifícios pedidos aos militares, em nada semelhantes aos dos verdadeiros funcionários públicos;

d) Acabar com as castas eliminando o Corpo do Estado-Maior, tornando todos os oficiais aptos a desempenhar funções de Estado-Maior;

e) Acabar com a interferência do Governo na escolha dos oficiais-generais, cuja selecção deverá passar ao foro militar, que deve atender exclusivamente às qualidades militares e ao «curriculum vitae» que os candidatos possam apresentar;

f) Possibilidade de sair das F. A. quando se deseje,

- logo que cumprido o mínimo de oito anos de serviço a que cada um se comprometeu;
- g) Previdência social pelo menos igual à das grandes empresas públicas e privadas;
 - h) Criação de uma «Ordem dos Oficiais do Q. P.» com as atribuições em relação aos oficiais semelhantes às das Ordens dos Engenheiros, Médicos e Advogados em relação aos seus membros;
 - i) Revisão da situação dos sargentos;
 - j) Revisão dos vencimentos (pré) e previdência social para as praças e suas famílias.

DÉCIMO SEGUNDO — Considera que, a não ser revogado o conteúdo dos decretos 353 e 409, muito provavelmente o Exército arrisca-se, para ganhar o número de oficiais que estes decretos recrutarem, a não poder contar incondicionalmente com os oficiais do Q. P. actualmente no activo.

DOCUMENTO N.º 13

CIRCULAR DO MOVIMENTO

Assunto:

CONSIDERAÇÕES SOBRE A CIRCULAR
DE 23OUT73, SOLIDARIZAÇÃO
COM OS CAMARADAS DA GUINÉ.
INFORMAÇÕES SOBRE ATITUDES TOMADAS
PELA CLASSE DE SARGENTOS

Referência:

N/ CIRCULAR DE 23OUT73
SOBRE «PONTO DA SITUAÇÃO»

Caro camarada:

Cá estamos de novo a informar-te sobre as últimas. Sabemos já que a nossa circular em referência te agradou,

mas que, em relação a ela, puseste logo duas adversativas:

1.º E agora? «ISTO» pára aqui?

2.º O projecto de refutação dos camaradas da Guiné que seguia em anexo está incompleto. Há mais coisas a dizer.

Pois, quanto à primeira, é evidente que, ao enviar-te o anexo, foi nossa intenção fazer com que, ao lê-lo, ficasses com a convicção de que precisamente, depois da revogação dos infelizes decretos — parece que, felizmente, o bom-senso não abandonou as altas entidades responsáveis e a anulação dos ditos vai ser um facto —, nos iremos debruçar atentamente sobre outros assuntos fundamentais e de transcendente importância para o prestígio e o futuro das Forças Armadas. E é a esperança nessa renovação, como aliás é desnecessário dizer-te, que tem levado inúmeros oficiais de todas as patentes que, totalmente desiludidos, já tinham requerido a sua exoneração ou a sua passagem à situação de reserva, ou ainda procuravam conseguir esta de qualquer maneira, a reconsiderar e a desistir da atitude anterior, para se integrarem no movimento e participarem activamente na remodelação que se impõe.

Quanto à tua segunda adversativa, é evidente que «há mais coisas a fazer». O que nós, comissão coordenadora, pretendemos, é receber as achegas de todos, para podermos ter, finalmente, um documento único que as englobe a todas e que nos permita trabalhar sobre ele, ponto por ponto, com eficiência. Esperamos que um delegado da tua Unidade nos faça chegar às mãos, brevemente, o que te pedimos.

Sabemos também que, embora tivesse ficado assente que seria feita uma distribuição geral e individual da circular em referência, houve muitos camaradas que não chegaram a recebê-la. Isto só pode ser justificado pelo facto de não ter sido possível, por razões técnicas, tirar o número de exemplares desejado, que ficou muito aquém do previsto. Confiamos, no entanto, inteiramente, em que estes lapsos,

justificáveis, não possam constituir motivo forte para que te desinteresses do movimento que também é teu, ou para que passes a depositar menos confiança em nós. *Oferecemos-te uma total garantia de honestidade, isenção e sacrifício da nossa parte, e, em troca, exigimos a tua confiança ILIMITADA. Se te sentires indeciso ou duvidoso quanto a quem somos ou o que pretendemos, do género «eu quero saber quem são os tipos da comissão e quais são as intenções deles», então desde já te pedimos que te ponhas completamente à margem do assunto e te abstenhas de qualquer atitude no futuro.*

Quanto ao número 11 da circular em referência, informamos-te que já foi atingido o «número significativo» de pedidos de demissão que havíamos estipulado, continuando, no entanto, a recolha por todo o território nacional. Está entre nós combinado um determinado prazo de confiança para que os decretos sejam revogados, findo o qual, se tal não se verificar, será apresentada às instâncias superiores «a declaração abaixo-assinada» já tua conhecida, por uma comissão para tal efeito nomeada, reservando-se a comissão o direito de utilização dos requerimentos individuais após consulta definitiva a todos os camaradas signatários.

No âmbito da informação, o fundamental desta circular é referir-te que, ao que consta, os camaradas da Guiné que assinaram a exposição de 28AGO73 (ver 4., c) da circular em referência, enviada às mais altas entidades), poderão vir a ser ouvidos nos termos do art. 130.º do RDM. Embora duvidemos que tal aconteça, a verdade é que devemos estar preparados para a necessidade de uma rápida tomada de posição e accionar uma imediata atitude de solidarização, se tal facto se vier a verificar, apresentando uma declaração em que desejamos ser também ouvidos, por escrito, nos termos do mesmo artigo. Em anexo, segue documento ampliativo sobre este assunto. Os pormenores de execução da atitude a tomar ser-te-ão transmitidos através da cadeia de ligação.

Como o nosso movimento está isento de qualquer cunho político — e qualquer insinuação/boato posta a circular sobre possível manobra da oposição para «exploração» da «ingenuidade» (!) dos capitães é de rejeitar com gargalhada —, não contamos, evidentemente, com a intromissão das forças policiais (estamos a pensar sobretudo na DGS) no assunto. No entanto, garantimos-te que o problema está pensado, e estão definidas as firmes atitudes a tomar, das quais terás em breve conhecimento. Informamos-te ainda de que, em 05OUT73, uma «comissão de sargentos do QP» do Exército enviou uma circular a todos os sargentos, acompanhando uma exposição dirigida a S. Ex.^a o Secretário do Exército, marcadamente positiva, assinada pelo 1.º sarg. António Gens Perestrelo e contendo um estudo em pormenor sobre as tremendas dificuldades em que se encontram, a dolorosa situação em que vivem, e que nos faz PASMAR em como ainda existem sargentos (essa classe tão necessária) nas F. A. e, sobretudo, no Exército. Em princípios do mês passado, foi também difundida uma circular a todos os seus camaradas pela comissão de sargentos da Força Aérea. Informam-nos de Angola que os sargentos do QP (Exército) ali em serviço reagiram, por escrito, aos benefícios ultimamente concedidos, por decreto, aos sargentos da GNR e GF, colocando-os a eles em situação altamente desfavorável. Para a classe de sargentos do Exército e da Força Aérea, o nosso total espírito de compreensão, apoio e simpatia na sua luta por umas Forças Armadas mais dignificadas e, por isso mesmo, mais conscientes.

E por hoje, camarada e amigo, é tudo. Com um abraço de amizade despede-se, com a promessa de um «até breve».

A BEM DA NAÇÃO E DAS FORÇAS ARMADAS

A Comissão

ANEXO A CIRCULAR DE 01NOV73

Por despacho do Ministro do Exército, é provável que venham a ser ouvidos, nos termos do art.º 130.º do RDM, os oficiais da Guiné que assinaram a carta de 28/8/73.

Na essência, as questões que lhes vão ser postas são as seguintes:

- 1.ª — Reconhece como sendo sua a assinatura?
- 2.ª — Porque utilizou aquela forma para expor o assunto?
- 3.ª — Da atitude deu conhecimento ao seu superior hierárquico?

Visando uma uniformidade de procedimento, convencionou-se responder:

- 1.ª — Sim, reconheço.
- 2.ª — Porque, sentindo-se ferido no seu prestígio, na sua dignidade e no seu brio profissional e eclectismo intelectual, em resultado da aplicação dos decretos-lei 353/73 e 409/73, julgou ser a forma utilizada a mais rápida, em vez da via hierárquica, para que o seu sentir chegasse às entidades superiores. Dados os múltiplos e constantes problemas com que as entidades se debatem assoberbadamente, julgou também ser esta a forma mais objectiva de lhes dar conhecimento do assunto. Ainda por esta razão, julgou conveniente o envio da exposição às cinco entidades que directa ou indirectamente estariam interessadas no teor e aplicação dos referidos diplomas.
- 3.ª — Não. Após o envio da carta-exposição, foi dado conhecimento do que se tinha feito aos Ex.^{mos} Brigadeiros Comandante Militar e Comandante Adjunto Operacional; a este, para que do assunto

fosse dado conhecimento a Sua Excelência o Comodoro Chefe Interino.

Parece estarmos assim em face da necessidade de uma primeira tomada de posição colectiva, prática e imediata, de solidariedade para com os nossos camaradas da Guiné que assinaram a referida exposição. Assim, no caso de tal facto se vir a verificar, do que terão imediato conhecimento, propomos que sejam entregues o mais rapidamente possível, nas próprias Unidades, declarações de adesão ao espírito que norteou os nossos camaradas do CTIG, reivindicando para cada um de nós igual procedimento disciplinar.

No CTIG, oficiais superiores e todos os outros capitães que não tinham assinado a exposição de 28AGO73, aderiram já em massa a esta atitude.

Modelo de Declaração

Região Militar
Unidade

DECLARAÇÃO

Tendo tido conhecimento de que os oficiais em serviço no CTIG que assinaram a carta-exposição de 28/8/73, motivada pelo teor dos decretos-lei 353/73 e 409/73, começaram a ser ouvidos nos termos do artigo 130.º do RDM, por despacho de S. Ex.ª o Ministro do Exército, declaro considerar-me solidário com a referida atitude e com o conteúdo da mesma carta-exposição, só não a tendo assinado por não me encontrar, naquela data, em comissão na Guiné, pelo que declaro desejar também ser ouvido, por escrito, nos termos daquele artigo.

(assinatura e posto)



ÍNDICE

INTRODUÇÃO	7
Capítulo I — O 25 DE ABRIL	13
25 de Abril: dia um de uma era nova	15
O 25 de Abril chegou tarde às colónias	54
«Hoy Portugal, mañana España»	62
Capítulo II — O 16 DE MARÇO DE 1974	75
16 de Março: o princípio do fim	77
Capítulo III — RAÍZES LONGÍNQUAS DO 25 DE ABRIL	149
A. O «Movimento Militar Independente» de 12 de Março de 1959	154
B. Abril de 1961: militares contra a guerra colonial	183
Capítulo IV — AS FORÇAS DEMOCRÁTICAS E AS FORÇAS ARMADAS	205
Capítulo V — RAÍZES PRÓXIMAS DO 25 DE ABRIL	233
A. O «spínolismo» e a génese do «Movimento»	235
B. 229 dias para derrubar o fascismo	305
Capítulo VI — ORIGEM E POSIÇÃO DE CLASSE DOS CAPITÃES	339
APÊNDICE DE DOCUMENTOS	355

Composto e impresso
nas

Oficinas de São José
para Moraes Editores

Fevereiro de 1975

N.º ed. 635

Este não é mais um livro sobre
o 25 de Abril.

Escrito por três jornalistas
que acompanharam
a passo e passo
o nascimento e a evolução
do "Movimento dos Capitães",
nele se relata tudo
o que se desenrolou
nos bastidores
até à madrugada vitoriosa.
As raízes longínquas
e os antecedentes próximos
do "Movimento" são
amplamente focados,
nomeadamente os golpes
abortados contra o regime
fascista.

Se o 25 de Abril foi
o acontecimento, tudo o que
o antecedeu explica-o
e é afinal a base para a sua
compreensão.

Daí este livro, elemento
necessário de reflexão
para o Povo português.